



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

**ESTUDO DOS PRINCÍPIOS DE CATEGORIZAÇÃO
NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
Ranganathan –
entre a teoria clássica e a abordagem cognitiva contemporânea**

Alessandra Rodrigues da Silva

Belo Horizonte
2010

Alessandra Rodrigues da Silva

**ESTUDO DOS PRINCÍPIOS DE CATEGORIZAÇÃO
NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
Ranganathan –
entre a teoria clássica e a abordagem cognitiva contemporânea**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação

Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação

Orientadora: Prof^a Doutora Gercina Ângela B. de Oliveira Lima

Co-orientadora: Prof^a Doutora Madalena Martins Lopes Naves

Dissertação normalizada conforme as normas técnicas da
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes em março de 2011.

Revisão ortográfica conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de
dezembro de 1990, em vigor desde janeiro de 2009.

S586e Silva, Alessandra Rodrigues da

Estudo dos princípios de categorização na biblioteconomia e ciência da informação:
Ranganathan – entre a teoria clássica e a abordagem cognitiva contemporânea /
Alessandra Rodrigues da Silva. Belo Horizonte, 2010.

193 f.: il. (quadros e figuras)

Inclui um anexo em CD-ROM, cujo conteúdo compreende o Tesouro de Folclore e
Cultura Popular Brasileira (2. versão).

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Ciência da informação, 2010.

Orientadora: Professora Doutora Gercina Ângela Borém de O. Lima.

Co-orientadora: Professora Doutora Madalena Martins Lopes Naves.

Referências: f. 179-185.

1. Categorização – Biblioteconomia e ciência da informação. 2. Categorização –
Ciências cognitivas. 3. Teoria clássica de categorias. 4. Aristóteles. 5. Ranganathan,
Shyali Ramarita. I. Lima, Gercina Ângela Borém de O. II. Naves, Madalena Martins
Lopes. III. Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Ciência da Informação.
IV. Título.

CDD 028.5

CDU 025.4



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"ESTUDO DOS PRINCÍPIOS DE CATEGORIZAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: RANGANATHAN - ENTRE A TEORIA CLÁSSICA E A ABORDAGEM COGNITIVA CONTEMPORÂNEA"

Alessandra Rodrigues da Silva

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Organização e Uso da Informação**".

Dissertação aprovada em: 17 de dezembro de 2010.

Por:



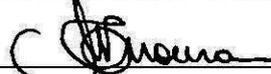
Prof. Dra. Gercina Ângela B. O. liveira Lima - ECI/UFMG (Orientadora)



Prof. Dra. Madalena Martins Lopes Naves (Co-orientadora) - Profa. Aposentada - ECI/UFMG



Prof. Dra. Adriana Maria Tenuta de Azevedo - FALE/UFMG



Prof. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG



Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias - Prof. Aposentado - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Versão final Aprovada por



Prof. Gercina Ângela B. O. Lima
Coordenadora



Prof. Gercina Ângela B. O. Lima
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **ALESSANDRA RODRIGUES DA SILVA**,
matricula: 2008661550

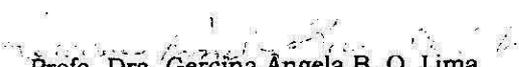
Às 14:00 horas do dia 17 de dezembro de 2010, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 02/12/2010, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Estudo dos princípios de categorização na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Ranganathan - entre a teoria clássica e a abordagem cognitiva contemporânea**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Área de Concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Organização e Uso da Informação - OUI. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

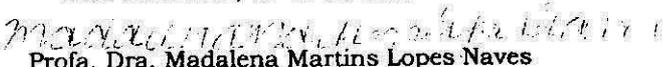
Profa. Dra. Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima - Orientadora	APROVADA
Profa. Dra. Madalena Martins Lopes Naves - Co-orientadora	APROVADA
Profa. Dra. Adriana Maria Tenuta de Azevedo	APROVADA
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADA
Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

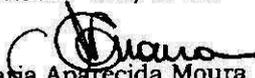
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2010.


Profa. Dra. Gercina Ângela B. O. Lima
Orientadora - ECI/UFMG

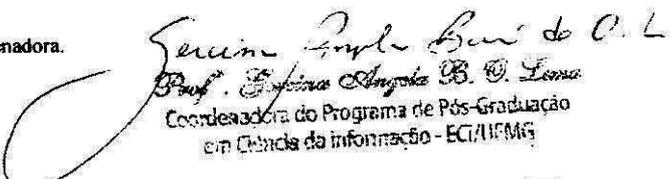

Profa. Dra. Madalena Martins Lopes Naves
Co-orientadora
Profa. Aposentada - ECI/UFMG


Profa. Dra. Adriana Maria Tenuta de Azevedo
FALE/UFMG


Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
ECI/UFMG


Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias
Prof. Aposentado - ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Dra. Gercina Ângela B. O. Lima
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

A Francisco e à Juracy – amados pais



AGRADEÇO

Àquele que me guia e encoraja: “*Quem tem Deus como império no mundo não está sozinho*”¹.

À UFMG, que há cerca de oito anos modificou minha vida com suas árvores, seus cheiros, seus livros e suas pessoas...

À professora Gercina Lima, que desde a graduação me orienta amavelmente e com generosidade. Agradeço o apoio, a confiança e a alegria comungada em cada encontro. Mais que uma orientadora, uma grande amiga.

À professora Madalena Naves, pela orientação segura e afável e pelas ideias socializadas. Muito obrigada!

À professora Cida Moura, por indicar novas veredas na qualificação e pela docência solidária; à professora Lídia Alvarenga, pelo auxílio no referencial teórico e pelas disciplinas cursadas; à professora Adriana Tenuta, pelas contribuições na qualificação; ao professor Eduardo Dias, pela gentileza em participar desta banca.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos nos primeiros 24 meses desta pesquisa.

À secretaria do PPGCI, ao corpo docente e aos funcionários da ECI. Agradeço, em especial, à Gisele Reis e à Mayana.

Aos componentes da Biblioteca Amadeu Amaral (Rio de Janeiro/RJ).

Aos participantes da coleta de dados, pela disponibilidade, cooperação e interesse.

Ao meu amigo-irmão de todas as horas: Roger Guedes, ‘*un pájaro a volar*’ – muito obrigada pela amizade sincera e por comungar de cada instante dessa trajetória comigo!

Aos amigos da pós-graduação: Ana Amélia Martins, Fabrício Silveira, Alberth S’antana, Benildes Maculan, Fernanda Pereira, Liara dos Santos, Momade Ali e demais colegas deste percurso.

Ao Paulo de Castro, meu eterno companheiro nas odisseias, amigo legítimo e sincero (*gracias amado*).

A Gustavo Saldanha, mestre e amigo, pelas leituras, pelo incentivo e pela escuta. *Paz e luz!*

À amiga Leila Anastácio, por toda dedicação e confiança.

A todos os amigos da graduação: Shirley Ferreira, Ronaldo Silva e Juliana Duarte, Fabrícia Cristina, Ana Lúcia da Silva, Fernanda de Paula, Aline Machado, Viviane Solano, Aline

¹ Trecho da música *Magamalabares*, de Carlinhos Brown.

Coelho, Claudio dos Anjos, Analice de Freitas, Fernanda Gomes, Carla Cristina, Lucélia Martins – pessoas que habitam o meu coração.

Às amigas da especialização, em especial, à Andréia Duarte (*Dedéia*) – o cafezinho da Faculdade de Letras já me faz falta..., e à Luciana Lacerda (Luruzinha), minha pequena grande moça.

À Cida Ribeiro, por todo o apoio desde o início e mesmo antes dessa trajetória. Agradeço a torcida alegre de Olga Maria, Fátima Maria e Sérgio Vilela.

À amiga Alexandra Amaral, uma irmã do coração.

Aos amigos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, pela compreensão e disponibilidade.

À Paula Félix, por me ajudar a caminhar comigo mesma e pelas longas conversas.

A toda minha família: aos meus pais, por tudo; aos meus irmãos, Allan e Aline, por me acompanharem em toda a caminhada; à Isabela – luz dos olhos meus. Agradeço ao meu Tio Marcos David e à minha avó Augusta.

Ao Salim (guerreiro!!!).

E a todos que a memória faceira me deixou silenciar...

**Tropeçavas nos astros desastrada
Quase não tínhamos livros em casa
E a cidade não tinha livraria
Mas os livros que em nossa vida entraram
São como a radiação de um corpo negro
Apontando pra a expansão do Universo
Porque a frase, o conceito, o enredo, o verso
(E, sem dúvida, sobretudo o verso)
É o que pode lançar mundos no mundo.**

**Tropeçavas nos astros desastrada
Sem saber que a ventura e a desventura
Dessa estrada que vai do nada ao nada
São livros e o luar contra a cultura

Os livros são objetos transcendententes
Mas podemos amá-los do amor táctil
Que votamos aos maços de cigarro**



**Domá-los, cultivá-los em aquários,
Em estantes, gaiolas, em fogueiras
Ou lançá-los pra fora das janelas
(Talvez isso nos livre de lançarmo-nos)
Ou - o que é muito pior - por odiarmo-los
*Podemos simplesmente escrever um:
Encher de vãs palavras muitas páginas
E de mais confusão as prateleiras.*
(...) (Grifou-se)^{2 3}**

² VELOSO, C. Os livros. In: A IMAGEM do som de Caetano Veloso: 80 canções de Caetano Veloso interpretadas por 80 artistas contemporâneos. Concepção e curadoria: Felipe Taborda. Rio de Janeiro: Petrobras, 1998. (Projeto A Imagem do Som; 1). p. 27.

³ Créditos da imagem: VAN GOGH, V. *Still life with books*. Museum Van Gogh. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/imagem/go000060.jpg>>. Acesso em: 04 jun. 2010. Pintura (permitido o uso educacional e não-comercial).

RESUMO

A categorização – o processo cognitivo de compreensão das características dos objetos por critérios de similitude ou dessemelhança – constitui-se na biblioteconomia e ciência da informação (BCI) como uma ação intrínseca à organização dos registros do conhecimento e representa a temática central deste trabalho. No âmbito teórico, a lógica categorial apontada como a mais influente na BCI e a matriz, por quase dois mil anos, para trabalhos em diversas áreas do conhecimento é a teoria clássica de categorização, idealizada pelo filósofo grego Aristóteles. Alguns estudiosos da BCI a visualizam em consonância com os trabalhos realizados pelo bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), em especial as categorias fundamentais por ele propostas, expressas pelo acrônimo PMEST (personalidade, matéria, energia, espaço e tempo). Não se observa na literatura uma apropriação experimental de como se deu esta derivação e se ela realmente ocorreu. Em conformidade com isso, a partir da década de 1970, as análises na BCI passam a associar-se aos elementos cognitivos, que neste trabalho recebem a designação de gesto categorial. Objetivou-se, dessa forma, investigar a relação entre as teorias de categorização (clássica e cognitiva contemporânea) com os princípios categoriais de Ranganathan, observando a categorização enquanto um processo cognitivo, e compreender como se dá o gesto categorial nas diferentes instâncias de categorização na BCI (o classificador e o classificacionista) pautado nos escritos de Ranganathan. Partiu-se da pesquisa exploratória com a imersão teórica na temática dos conceitos, da classificação e da categorização. Observou-se nesta que a categorização se configura de maneira distinta conforme o período retratado e, ainda, a necessidade do resgate dos estudos orientados às categorias na BCI, já que se caracterizam como o fundamento na relação dos sujeitos com o ambiente. Abordou-se os princípios categoriais presentes na teoria clássica, na estrutura PMEST e na abordagem cognitiva contemporânea. No âmbito empírico, empregou-se o protocolo verbal aos classificacionistas e aos classificadores através da realização de uma tarefa em um instrumento de recuperação da informação elaborado conforme os princípios categoriais de Ranganathan – o Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira (TFCPB), seguido pela entrevista semiestruturada. Na análise do gesto categorial desses sujeitos, percebeu-se a existência de pontos que oscilam entre as diferentes propostas categoriais, bem como a ocorrência de certo enfraquecimento da estrutura PMEST na categorização que realizam, o que contraria um dos pressupostos traçados na pesquisa. Dessa forma, crê-se que os indícios cognitivos presentes nos princípios categoriais de Ranganathan transitam entre a teoria clássica e a abordagem cognitiva contemporânea, de forma que se miscigenam conforme o tipo de faceta que as categorias retratam, além do já mencionado enfraquecimento da estrutura PMEST no emprego prático da categorização na BCI.

Palavras-chave: Categorização. Categorias. Conceitos. Biblioteconomia e ciência da informação. Teoria clássica de Aristóteles. Ranganathan.

ABSTRACT

Categorization — the cognitive process of understanding the characteristics of objects by similarity or dissimilarity criteria — constitutes on Librarianship and Information Science (LIS) as an intrinsic activity of knowledge recording organization, and represents the central theme of this work. On the theoretical level, for almost two thousand years, the categorical logic that is pointed as the most influential to LIS and the matrix work in various areas of knowledge is the classical theory of categorization devised by Aristotle. Some LIS scholars envision categorization aligned with the Indian librarian Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) works, in particular the fundamental categories proposed by him, expressed through the PMEST (personality, matter, energy, space and time) acronym. In experimental literature, a trial appropriation on this derivation, and if it actually happened, cannot be observed. Thus, since the 1970's analysis in LIS are associated to the cognitive elements, designed in this work as “categorical gesture”. We aimed to investigate the possible relationship between classical and contemporary cognitive categorization theories observing categorization as a cognitive process, and to understand how the categorical gesture happens on the different categorization levels on LIS (classifier and classificationist), based on Ranganathan's works. We started from exploratory research through an immersion in the subject of theoretical concepts of classification and categorization. We noticed that categorization is differently configured, depending on the portrayed period and also on the needing to recover LIS-oriented categories studies, once they are characterized as the subjects-environment relationship foundation. The categorical principles present in the classical theory, in PMEST structure, and on contemporary cognitive approach were discussed. On the empirical scope, we used verbal protocol on classificationists and classifiers, by performing a task in an information retrieval tool prepared under Ranganathan categorical principles — the *Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira* [Thesaurus of Brazilian Popular Culture and Folklore – TFCPB], followed by a semi structured interview. In the analysis of these subjects' categorical gestures, we could notice that there are points that oscillate between the different categorical proposals, and also the occurrence of a certain weakening of the PMEST structure on the performed categorization, which contradicts the assumptions outlined through research. In this way, we believe that the evidence found in Ranganathan's categorical cognitive principles alternate between the classical theory and the contemporary cognitive approach, mixed according to the type of the depicted categories' facet, beyond the above mentioned PMEST structure weakening on the practical usage on LIS categorization.

Key words: Categorization. Categories. Concepts. Librarianship and Information Science. Aristotle classical theory. Ranganathan.

RESUMEN

La categorización – el proceso cognitivo de comprensión de las características de los objetos según criterios de similitud o disimilitud – se constituye, en la Biblioteconomía y en las Ciencias de la Información (BCI), como una acción intrínseca a la organización de los registros del conocimiento y representa la temática central de este trabajo. En el ámbito teórico, la lógica categorial señalada como la más influyente en la BCI y la matriz, por casi dos mil años, para trabajos en diversas áreas del conocimiento, es la teoría clásica de categorización, ideada por el filósofo griego Aristóteles. Algunos estudiosos de la BCI la visualizan en consonancia con los trabajos realizados por el bibliotecario indio Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), especialmente las categorías fundamentales planteadas por él y expresadas en el acrónimo PMEST (personalidad, materia, energía, espacio y tiempo). No se observa en la literatura una apropiación experimental de cómo se dio esta derivación y si realmente ocurrió. En conformidad con ello, a partir de la década de 1970 los análisis en la BCI pasan a asociarse a los elementos cognitivos, los cuales reciben, en este trabajo, la designación de gesto categorial. Se ha buscado, de esta forma, investigar la relación entre las teorías de categorización (clásica y cognitiva contemporánea) con los principios de las categorías de Ranganathan, observando la categorización como un proceso cognitivo, y comprender cómo se da el gesto categorial en las distintas instancias de categorización en la BCI (el clasificador y el clasificacionista) pautado en los apuntes de Ranganathan. Se ha partido de la investigación exploratoria con la inmersión teórica en la temática de los conceptos, de la clasificación y de la categorización. Se ha observado en ésta que la categorización se configura de manera distinta según el período retratado y, aún, conforme la necesidad del rescate de los estudios orientados a las categorías en la BCI, dado que se caracterizan como el fundamento en la relación de los sujetos con el ambiente. Se han abordado los principios categoriales presentes en la teoría clásica, en la estructura PMEST y en el abordaje cognitivo contemporáneo. En el ámbito empírico, se ha empleado el protocolo verbal a los clasificacionistas y a los clasificadores, a través de la realización de una tarea en un instrumento de recuperación de la información elaborado de acuerdo con los principios categoriales de Ranganathan – el Tesoro de Folklore y Cultura Popular Brasileña (TFCPB), seguido de la entrevista semiestructurada. En el análisis del gesto categorial de estos sujetos, se ha notado que hay puntos que oscilan entre las distintas propuestas categoriales, así como la ocurrencia de cierto debilitamiento de la estructura PMEST en la categorización que realizan, lo que contraría uno de los supuestos trazados en la investigación. De esa forma, se cree que los indicios cognitivos presentes en los principios categoriales de Ranganathan transiten entre la teoría clásica y el abordaje cognitivo contemporáneo, de manera que se cruzan según la suerte de faceta que las categorías retratan, además del ya mencionado debilitamiento de la estructura PMEST en el empleo práctico de la categorización en la BCI.

Palabras-clave: Categorización. Categorías. Conceptos. Biblioteconomía y Ciencias de la Información. Teoría clásica de Aristóteles. Ranganathan.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Triângulo conceitual de I. Dahlberg	38
FIGURA 2 –	Modelo para construção de conceitos	42
FIGURA 3 –	Relações entre conceitos	44
FIGURA 4 –	Elementos salientes nas definições de categorização	60
FIGURA 5 –	Síntese dos fatores relacionados à categorização	67
FIGURA 6 –	Manifestações das categorias aristotélicas	77
FIGURA 7 –	As categorias rangathanianas de acordo com a ordem de concretividade	97
FIGURA 8 –	Apresentação sistemática do TFCPB	115
FIGURA 9 –	Exemplo de termo e suas relações no TFCPB	117
FIGURA 10 –	Síntese do percurso metodológico empírico da pesquisa	121
FIGURA 11 –	Zonas de entrecruzamento das categorias personalidade, matéria e energia	150
FIGURA 12 –	Afirmações sobre as categorias/categorização pelos sujeitos da pesquisa	157
FIGURA 13 –	O gesto categorial x as afirmações sobre categorização	165

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Valência do verbo ‘medir’	45
QUADRO 2 –	Componentes interdisciplinares da categorização e suas manifestações na BCI	68
QUADRO 3 –	Comparação entre a categorização e a classificação	70
QUADRO 4 –	As categorias fundamentais de Aristóteles	76
QUADRO 5 –	Associação das categorias aristotélicas às categorias gramaticais	79
QUADRO 6 –	Mapeamento dos cânones do Plano das Ideias de Ranganathan	91
QUADRO 7 –	Trecho da <i>Colon Classification</i>	98
QUADRO 8 –	Perspectivas categoriais com destaque na literatura da BCI	102
QUADRO 9 –	Perfis dos sujeitos do Grupo 1 – Classificacionistas	123
QUADRO 10 –	Perfis dos sujeitos do Grupo 2 – Classificadores	125
QUADRO 11 –	Roteiro da entrevista semiestruturada e objetivos relacionados a cada questão	127
QUADRO 12 –	Normas de transcrição das verbalizações	127
QUADRO 13 –	Análise do gesto categorial do Grupo 1 - Classificacionistas	133
QUADRO 14 –	Análise do gesto categorial do Grupo 2 - Classificadores	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C	antes de Cristo
BCI	Biblioteconomia e ciência da informação
ca.	Cerca
CC	Ciências cognitivas
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da informação
CNFCP	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CRG	<i>Classification Research Group</i>
IRI	Instrumentos de recuperação da informação
LCC	<i>Library of Congress Classification</i>
NA	Nota de aplicação
PMEST	Personalidade, matéria, energia, espaço e tempo (tradução da sigla em português)
SRI	Sistemas de recuperação da informação
TA	Termo associado
TC	Teoria do conceito
TE	Termo específico
TFCPB	Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira
TG	Termo genérico
TGT	Teoria geral da terminologia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.2	METODOLOGIA	21
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	23
2	A ESSÊNCIA DAS COISAS: preâmbulo ao estudo da categorização	26
2.1	O PORQUÊ DE SE ESTUDAR OS PRINCÍPIOS DE CATEGORIZAÇÃO	27
2.2	AS CIÊNCIAS COGNITIVAS E A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA	30
2.3	OS REGISTROS DO CONHECIMENTO	34
2.4	OS CONCEITOS – O INSUMO DO PROCESSO CATEGORIAL	36
2.4.1	As características	38
2.4.2	A definição	40
2.4.3	A formação conceitual	41
2.4.4	Algumas relações entre os conceitos	44
3	A ORDEM DAS COISAS: a categorização e a classificação na biblioteconomia e ciência da informação	46
3.1	PERSPECTIVAS CLASSIFICATÓRIAS	47
3.1.1	As classificações filosóficas e a filosofia das classificações bibliográficas	50
3.2	AS CATEGORIAS E A CATEGORIZAÇÃO	55
3.2.1	A categorização cognitiva contemporânea	59
3.2.2	O entendimento do contexto na categorização	65
3.3	DIFERENÇAS ENTRE A CATEGORIZAÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO	69
4	A TEORIA CLÁSSICA DE CATEGORIZAÇÃO E OS PRINCÍPIOS CATEGORIAIS DE RANGANATHAN	73
4.1	A TEORIA CLÁSSICA DE CATEGORIZAÇÃO	74
4.1.1	As categorias de Aristóteles	75
4.1.2	A substância aristotélica	80
4.1.3	A noção de categorização	82
4.1.4	Incoerências no modelo aristotélico	84
4.2	OS PRINCÍPIOS CATEGORIAIS DE RANGANATHAN	87
4.2.1	A derivação aristotélica	88
4.2.2	A noção de conhecimento e o plano das ideias	89
4.2.3	As categorias fundamentais de Ranganathan	93
4.2.4	Interações teóricas entre Ranganathan e Aristóteles	98
4.2.5	Outros estudos categoriais na BCI	102
4.3	O CLASSIFICACIONISTA E O CLASSIFICADOR	106
5	O TESAURO E A FORMAÇÃO CATEGORIAL	109
5.1	O TESAURO ENQUANTO UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA	110
5.2	O TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA	112

6	PERCURSO EMPÍRICO	118
6.1	COLETA DE DADOS	119
6.1.1	Pré-teste	121
6.1.2	Sujeitos da pesquisa: o classificacionista e o classificador	123
6.1.3	A tarefa realizada	125
6.1.4	Entrevista semiestruturada	127
6.1.5	Normas de transcrição das falas dos sujeitos	127
6.2	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	128
7	ANÁLISE DO GESTO CATEGORIAL NA BCI	130
7.1	O GESTO CATEGORIAL DO CLASSIFICACIONISTA	132
7.2	O GESTO CATEGORIAL DO CLASSIFICADOR	143
7.3	AFIRMAÇÕES SOBRE A CATEGORIZAÇÃO E O GESTO CATEGORIAL	154
7.4	RANGANATHAN E AS DIFERENTES ABORDAGENS CATEGORIAIS	167
7.4.1	Relação com a teoria clássica	167
7.4.2	Relação com a abordagem cognitiva contemporânea	169
7.4.3	Interlocuções entre as abordagens categoriais e os princípios da BCI	169
7.5	O ESTUDO DE ARISTÓTELES NA BCI	171
8	REFLEXÕES FINAIS SOBRE A CATEGORIZAÇÃO	173
8.1	DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA	177
	REFERÊNCIAS	179
	GLOSSÁRIO	186
	APÊNDICE A - Quadro do percurso metodológico da pesquisa	190
	APÊNDICE B – Questionário informativo	191
	APÊNDICE C – Instruções gerais aos participantes dos Grupos 1 e 2	192
	ANEXO A – TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA (em CD-ROM)	

1 INTRODUÇÃO



[...]

Nós, de uma olhadela, percebemos três taças em uma mesa; Funes, todos os rebentos e cachos e frutos que compreende uma parreira. *Sabia as formas das nuvens austrais do amanhecer de trinta de abril de mil oitocentos e oitenta e dois e podia compará-las na lembrança aos veios de um livro encadernado em couro que vira somente uma vez e às linhas da espuma que um remo levantou no rio Negro na véspera da batalha do Quebrado.* [...]

[...] Disse-me: “Mais recordações tenho eu sozinho que as que tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo.” [...]

Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos. (Grifou-se) 4

⁴ BORGES, J. L. *Ficções*. Tradução Carlos Nejar. São Paulo: Globo, 1999. p. 110-113.

Os trechos do conto de Jorge Luís Borges mostram a capacidade de um jovem – Funes – em memorizar tudo o que lhe é apresentado. Objetos, fatos e indivíduos são recordados com minúcias, pormenores, revelando uma mente capaz de gravar todo o universo. Apesar disso, o autor que o apresenta suspeita da capacidade de pensar do jovem. Falta ao personagem borgiano o ‘abstrair’, a associação das coisas. Na realidade, Funes carece da categorização do saber que possui.

A categorização – o processo cognitivo de compreensão das características dos objetos por critérios de similitude ou dessemelhança – constitui-se na biblioteconomia e ciência da informação, doravante denominadas BCI⁵, como uma ação intrínseca à organização dos registros do conhecimento. Isso se deve ao fato de perpassar tanto a instância dos profissionais da área, quanto dos usuários e, ainda, dos objetos a que ambos a aplicam.

Na instância dos profissionais da BCI, pretende-se, com a categorização, reconhecer as categorias e os conceitos presentes nos objetos, seja para representá-los em **sistemas de recuperação da informação**⁶ (SRI), seja na formulação de buscas em atendimento das demandas dos usuários, como também na elaboração e na utilização de **instrumentos de recuperação da informação** (IRI)⁷.

Em quaisquer destas representações, a utilização por parte dos profissionais de processos categoriais que se assemelhem à forma como os indivíduos realizam a definição de seus problemas e de suas escolhas permite que se identifiquem as características mais prováveis de serem buscadas pelos usuários. Trata-se de um acordo cognitivo entre o indivíduo e a expressão formal do sistema que possibilita a construção de um ambiente informacional significativo (JACOB, 2004).

⁵ Utiliza-se a expressão biblioteconomia e ciência da informação (BCI) para localizar em que arena o presente trabalho se situa. Faz-se isto com base nos escritos das professoras Hagar Espanha Gomes e Lídia Alvarenga: esta utiliza a expressão em analogia à designação das escolas inglesas e norte-americanas para *Library and Information Science*; aquela, referindo-se a biblioteconomia, documentação e ciência da informação. Empregase, assim, a sigla BCI, em analogia a LIS, utilizada no inglês.

Dias “aceita a premissa de que há um campo do conhecimento a que se deve dar o nome de biblioteconomia e ciência da informação [...]” e elenca razões para o uso da expressão, inclusive em âmbito internacional (o assunto é aprofundado no texto: DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000).

⁶ Alguns dos termos mencionados no trabalho e não descritos no texto estão relacionados no glossário. Usou-se o destaque de negrito para indicar quais são esses (o destaque é colocado na primeira menção do termo no texto).

⁷ Vale-se aqui dos IRI elaborados por profissionais da BCI para a organização dos registros do conhecimento, em especial, os vocabulários controlados, uma vez que a expressão representa várias formas de organização da informação.

No âmbito teórico, a lógica categorial que se acredita ter influenciado a BCI e ter sido a matriz, por quase dois mil anos, para trabalhos em diversas áreas do conhecimento, é a teoria clássica de categorização, idealizada pelo filósofo grego Aristóteles. Alguns estudiosos da BCI a visualizam em consonância com os trabalhos realizados pelo bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), em especial as categorias fundamentais por ele propostas, expressas por meio do acrônimo PMEST (*personality, matter, energy, space, time* – em português: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo).

Ranganathan elencou critérios metodológicos para a categorização na BCI, o que o faz ser visto como um dos nomes mais expoentes, no século XX, na teoria da classificação. Após a divulgação de seus trabalhos, ocorreu uma reestruturação nas pesquisas da área e vários estudiosos e grupos se debruçaram sobre o que constitui os princípios categoriais ranganathanianos. Contudo, Ranganathan não formalizou explicitamente em nenhum de seus textos a derivação dos princípios categoriais que propôs. O que se observa é a análise teórica de estudiosos da BCI (MOSS, 1964; SEPÚLVEDA, 1996; ALVARENGA, 2001a; CAMPOS, 2001b; LIMA, 2004; ARANALDE, 2009, entre outros) relacionando-os à teoria clássica, mas sem uma apreciação experimental sobre o assunto. Verifica-se que não há uma reflexão crítica de como se deu a apropriação da teoria de categorização aristotélica por Ranganathan (e se realmente isto aconteceu), qual foi o caminho rumo ao delineamento dos princípios categoriais⁸ que a BCI utiliza e, sobretudo, como esse ato se dá na instância dos profissionais da área.

Como mencionado por Guido Barite (1998), as categorias precisam ser revisitadas na BCI, tanto em sua definição como em sua justificação e aplicação. Trata-se de um tema que necessita de estudos, inclusive interdisciplinares, que forneçam novas visões sobre a prática da categorização. Dessa forma, tem-se a categorização na BCI como a temática central do presente trabalho e, mediante a importância dos enunciados de Ranganathan, assim como a premência de se revisar as bases teórico-cognitivas utilizadas em seus estudos, questiona-se: *o que está subjacente aos princípios categoriais propostos por Ranganathan, o que os presidem? De qual embasamento teórico-cognitivo este bibliotecário se valeu ao elaborar a estrutura PMEST?*

Em conformidade com esta necessidade e em atendimento à própria configuração epistemológica da BCI, percebe-se, a partir da década de 1970, a emergência de estudos sob o

⁸ O que se designa como princípios categoriais na BCI é exposto no capítulo 2 deste trabalho.

enfoque cognitivo. Como mencionado por Rozados (2003, p. 88) “qualquer abordagem sobre o que é informação vai levar às ideias de ‘estruturas cognitivas’, atos de conhecer, processos cognitivos, como as pessoas pensam”. Daí apreende-se algumas das proximidades existentes entre as agendas de pesquisa das ciências cognitivas (CC) e da BCI, como a noção de conhecimento, os processos de representação, e conseqüentemente, a categorização.

As estruturas cognitivas – designadas neste trabalho como o gesto categorial – correspondem à “maneira geral pela qual o indivíduo desenvolve suas atividades na formação de categorias” (MANIS, 1973, p. 99). São mecanismos mentais utilizados na realização de uma tarefa e, dada a validade enquanto representação mental alcançada pelas CC (GARDNER, 2003), podem servir de guia ao entendimento de atos intelectuais. Aplicadas à categorização na BCI, relacionam-se à perspectiva epistemológica sociocognitiva por fundamentarem-se em um sujeito posto no mundo que comunga de interações em diversas arenas de socialização e não se faz apenas por seu intelecto, pois interage com o contexto em que se circunscreve e com os indivíduos nele dispostos.

A partir dos enunciados descritos, teve-se como objetivo geral do trabalho investigar a relação entre as teorias de categorização (clássica e cognitiva contemporânea) com os princípios categoriais de Ranganathan, observando a categorização enquanto um processo cognitivo, bem como compreender de que forma se dá o gesto categorial nas diferentes instâncias de categorização na BCI (classificador e classificacionista) pautado nos escritos de Ranganathan.

Fez-se necessário, assim, determinar os seguintes objetivos específicos:

- Colaborar com o estudo dos elementos cognitivos da teoria clássica de categorias, como também aqueles presentes na abordagem cognitiva contemporânea de categorização;
- Contribuir para a identificação, na BCI, dos princípios de categorização propostos por Ranganathan;
- Identificar os indícios cognitivos presentes no gesto categorial do classificador e classificacionista;
- Colaborar para possíveis interlocuções entre as diferentes abordagens de categorização e os princípios categoriais da BCI.

Teve-se como pressuposto básico na realização do trabalho a crença de que na BCI predomine o modelo categorial de Ranganathan e de que há indícios de que este se embasou nos escritos

de Aristóteles. Acreditou-se, além disso, que nas diferentes instâncias de categorização exercidas pelos profissionais os gestos categoriais ocorram de maneira distinta.

A necessidade de se compreender o processo categorial na BCI é premente, dado o papel que este exerce nas atividades da área. Não basta um conhecimento superficial dos registros do conhecimento, é

[...] absolutamente necessário um aprofundamento no conhecimento das relações entre as similitudes e diferenças entre esses objetos, extrapolando uma visão individual de cada um deles, e a partir dos termos que os simbolizam, aprofundar-se nos seus conteúdos semânticos ou conceituais. (ALVARENGA, 2006, p. 88).

Acresce-se a isso o fato de que a categorização na BCI “[...] não tem sido reconhecida como uma questão presente nos discursos contemporâneos [...]” (ARTÊNCIO, 2007, f. 58), o que reflete na baixa incidência de estudos teóricos sobre o tema e, também, na ascensão da visão direcionada às tecnologias da informação, na atualidade, para a realização automática desta tarefa, em detrimento da categorização enquanto um processo intelectual.

Menciona-se, ainda, o caráter mental e idiossincrático que permeia o ato de categorizar, o que leva muitos a fazerem-no de maneira puramente mecânica⁹ e dispensarem qualquer reflexão, pela falaciosa crença de que, por se tratar de um processo subjetivo, não possa ser visualizado de maneira crítica. O exercício desta atividade, dissociado de uma postura reflexiva, pode criar certos vícios nocivos à apreensão dos conceitos presentes nos registros do conhecimento.

Sob esse enfoque, o estudo do indivíduo na BCI é imprescindível, uma vez que se trata de uma área de cunho humanista e social em suas origens históricas. A compreensão do gesto categorial do profissional auxilia na retomada do entendimento da categorização como um processo sociocognitivo por considerá-lo um sujeito que conhece e descobre as coisas à sua volta; que pensa; que é autônomo¹⁰, mas depende do outro para construir sua autonomia, ou seja, um sujeito posto no mundo.

De acordo com Guido Barite (1998, p. 80), o olhar que orienta a categorização do profissional (chamado pelo estudioso de classificador e classificacionista) diverge conforme sua esfera de atuação: “[aqueles que] realizan la tarea cotidiana de clasificación de conocimientos, [...]”

⁹ Sabe-se que, na prática, os profissionais usufruem de pouco tempo na realização da análise de assunto dos documentos. São-lhes, por vezes, impostas metas quantitativas que em nada refletem a realidade de um ato intelectual (como abordado por NAVES, 2001), o que acarreta dificuldades na reflexão do que seja a categorização.

¹⁰ Parafraçando Morin (1998) em sua designação do ‘sujeito-auto-eco-organizador’ (In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996).

[aqueles que] se preocupan por la elaboración o modificación de sistemas”. A análise destes diferentes olhares pode auxiliar no entendimento do acordo cognitivo existente entre os usuários de um SRI, como Jacob (2004) assevera, já que, sob o enfoque aqui posto, o profissional que utiliza um IRI vem a tornar-se usuário daquele que o cria.

Legitima-se o presente estudo, por fim, pela contribuição que se acredita conceder à compreensão dos princípios categoriais de Ranganathan e por resgatar apontamentos teóricos acerca da teoria da classificação na BCI.

1.2 METODOLOGIA

Mediante o número restrito de estudos teóricos recentes sobre a categorização na BCI (GUIDO BARITE, 1998¹¹), percebeu-se que o aprofundamento em tal vertente poderia elucidar enunciados determinantes à compreensão deste tema e delinear um posicionamento histórico sobre o mesmo. Assim, optou-se pela abordagem exploratório-descritiva viabilizada mediante o levantamento bibliográfico.

Essa apreciação teórico-exploratória está embasada na abordagem qualitativa. Esta, conforme Chizzotti:

[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. [...] O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2005, p. 79).

Esses significados e relações remetem à noção de que a categorização é um processo intelectual permeado de singularidades, tanto na ordem dos sujeitos que a realizam quanto no âmbito do contexto em que estes desenvolvem suas atividades profissionais. Fujita e Cervantes (2005, p. 37, grifou-se) afirmam que “a subjetividade [das] atividades mentais [na] atuação profissional pode ser cada vez mais desvendada desde que pesquisas qualitativas em Ciência da Informação se proponham *a conhecer o conhecimento*”.

Por buscar-se ‘conhecer o conhecimento’ existente sobre a categorização na BCI – o desvelamento dos princípios subjacentes à abordagem de Ranganathan, dividiu-se este trabalho em um percurso investigativo teórico inicial mediante as propostas acima referidas e,

¹¹ Apesar de o texto do professor Guido Barite ter sido escrito no final da década de 1990, esta é uma constatação que permanece válida na área conforme o levantamento bibliográfico realizado.

em complemento a este, propôs-se a análise do gesto categorial dos sujeitos (classificador e classificacionista) que categorizam na BCI.

Foram então pesquisados métodos de coleta de dados voltados para os processos mentais. Verificou-se que esses encontram apoio em disciplinas como a linguística, a sociologia e a psicologia, em que é habitual o uso de declarações dos próprios informantes sobre como organizam e processam a informação. Tais procedimentos são chamados métodos introspectivos ou relatos, protocolos, declarações verbais, entre outros (NARDI, 1993).

Observou-se na BCI a existência de estudos na linha de organização e uso da informação, sobretudo aqueles relacionados à análise de assunto, que utilizam o protocolo verbal como técnica para o acesso ao processamento mental de tarefas dos sujeitos. Podem-se citar os trabalhos de Ingwersen, professor da *Royal School of Library and Information Science*, da Dinamarca, a partir da década de 1980¹², Fujita¹³ (a partir de 1998), Naves (2000) e Neves (2004). Já na área da linguística, uma importante contribuição foi dada por Nardi (1993).

Desse modo, julgou-se pertinente a aplicação do protocolo verbal como técnica de coleta de dados. Este, também intitulado “*Think Aloud*”, é uma técnica introspectiva de coleta de dados, em que o indivíduo verbaliza seus pensamentos durante a realização de uma tarefa de qualquer natureza. Trata-se de uma técnica que reflete o processamento individual a partir da narração espontânea dos pensamentos gerados, da introspecção e da retrospecção simultâneas, dos estados mentais em atenção (ERICSSON; SIMON, 1993).

No intuito de potencializar a credibilidade do protocolo verbal, Neves (2004) elenca alguns fatores que devem ser determinados *a priori*, a saber: a escolha de um método de análise adequado e de categorias bem definidas; a observação do perfil dos participantes, buscando um nível maior de semelhanças dentro dos limites da individualidade, evitando as discrepâncias visíveis; a definição de tarefas relacionadas aos objetivos e aos participantes da pesquisa, e ainda, a análise cuidadosa dos dados. Elementos estes pensados nesta pesquisa conforme se descreve a seguir.

O emprego do protocolo verbal nesta pesquisa se deu por meio da realização da tarefa de associação das categorias de um IRI com as categorias fundamentais de Ranganathan. A

¹² Orientados para a ‘busca de informação’ pelos usuários.

¹³ Utilizou-se neste trabalho artigos da professora Mariângela Fujita. Fujita foi pioneira na aplicação do protocolo verbal em pesquisas da BCI no Brasil, com a defesa de sua tese de doutorado, no ano de 1992, como ressalta a professora Madalena Naves (2000).

escolha da tarefa foi feita com base no trabalho de Pinto (1992), objetivando apreciar o gesto categorial dos sujeitos na categorização de itens e, conseqüentemente, associá-lo aos princípios teóricos existentes e averiguar qual a derivação desse gesto, como ele se dá. O raciocínio para a proposição da tarefa foi o seguinte: Aristóteles (plano teórico) → Ranganathan (Princípios na BCI, tesauros conceituais) → TFCPB (universo empírico).

Complementou-se a coleta de dados com a técnica de entrevista semiestruturada no intuito de que esta, junto com o protocolo verbal, atuasse em caráter de triangulação de métodos. Pôde-se, desse modo, validar algumas das falas dos sujeitos e observar elementos não manifestos no gesto categorial.

Estes sujeitos, uma vez que o gesto categorial na BCI pode se dar em esferas distintas, foram circunscritos ao classificador e ao classificacionista, isto é, aqueles que utilizam IRI e aqueles que os elaboram. Fez-se, assim, um estudo de caso em seis indivíduos, dividido homogeneamente em dois grupos, a saber: Grupo 1 – Classificacionistas e Grupo 2 - Classificadores. Os critérios de escolha são mencionados no capítulo 6.

Essa leitura categorial se deu em um IRI, especificamente, em um tesouro, que é designado pela literatura da área como um tesouro conceitual. Isso se deve ao fato de este estar relacionado à vertente histórica de elaboração de tesauros que se reporta às teorias de Ranganathan (CAMPOS, 2001b; GOMES, 2009) – ainda que se saiba que essa divisão não é estanque – e, conforme os pressupostos elencados, por acreditar-se que exista a derivação aristotélica neste. Dessa forma, mediante pesquisa prévia, selecionou-se o Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira (TFCPB)¹⁴, utilizado pela Biblioteca Amadeu Amaral, localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A descrição minuciosa de como se deu o percurso empírico é realizada no capítulo 6.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Além destas considerações introdutórias, o presente trabalho conta com outras oito partes, que levam à reflexão do tema proposto.

¹⁴ Abordado mais detalhadamente no capítulo 5.

O capítulo 2 apresenta um preâmbulo com noções epistemológicas elementares ao que se propôs na pesquisa. Nele são abordados elementos primários e fundamentais a categorização, tais como os registros do conhecimento e os conceitos. Essa inserção ao universo de elementos que constitui o estudo da categorização prepara o leitor para os dois próximos capítulos em que se adentra nas especificidades desta.

Nos capítulos 3 e 4, discorre-se sobre o aparato teórico desta pesquisa, necessário à compreensão da metodologia aqui exibida. No primeiro, expõem-se as classificações na BCI para então designar-se o que são as categorias e o que a abordagem cognitiva propõe contemporaneamente sobre o processo de categorização. No capítulo 4, é descrita a teoria clássica aristotélica e os princípios ranganathianos de categorização – temas centrais neste trabalho. Como encerramento do capítulo, menciona-se o classificacionista e o classificador – instâncias de olhar da categorização observadas neste estudo e nas quais, principalmente, desenvolvem-se as práticas categoriais na BCI. Nestes capítulos apresentam-se alguns esclarecimentos teóricos sobre os objetivos propostos, bem como a base para a análise do gesto categorial empírico do classificacionista e do classificador.

O capítulo 5 apresenta o tesouro enquanto universo empírico desta pesquisa, em especial, o Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira (TFCPB) que serviu de arena prática para a realização da tarefa proposta. Neste capítulo é apresentada a estrutura do TFCPB e algumas considerações sobre o processo de elaboração deste IRI.

O capítulo 6 descreve com detalhes o percurso empírico realizado durante a pesquisa. Inicialmente, mencionam-se peculiaridades sobre a coleta de dados, em seguida aborda-se a escolha dos sujeitos da pesquisa, a tarefa analisada no protocolo verbal e as questões da entrevista semiestruturada. Por fim, apresentam-se os procedimentos adotados para a análise dos dados coletados.

No capítulo 7 é exposta a análise e a discussão dos dados. Buscou-se discutir o gesto categorial do classificacionista e do classificador, e associar o percurso realizado no protocolo verbal com as afirmações sobre a categorização fornecidas na entrevista semiestruturada. Dessa forma, acreditou-se ser possível investigar o gesto categorial dos sujeitos e resgatar apontamentos dos princípios de categorização apreciados nos capítulos 2, 3 e 4. Além disso, buscou-se discutir os princípios de Ranganathan e o gesto categorial na BCI, bem como o estudo de Aristóteles na área.

O capítulo 8 constitui-se como o espaço para o resgate da problemática inicialmente apresentada e a associação desta com o percurso realizado. Nele, não são expostas considerações finais, e sim olhares e provocações sobre a categorização na BCI percebidos ao longo do trabalho.

As partes pós-textuais foram inseridas no intuito de clarificar a compreensão de alguns tópicos trabalhados. Constituem-se dos apêndices (material complementar à compreensão da metodologia) e do anexo – apresentado em formato de *compact disc* (CD) com o conteúdo do TFCPB.

Espera-se que as discussões realizadas possam contribuir para a retomada das bases teóricas do processo categorial da BCI sob um enfoque intelectual e orientado aos sujeitos que a realizam.

2 A ESSÊNCIA DAS COISAS: preâmbulo ao estudo da categorização

Eu desconfio que ninguém achará razão nestas, palavras, quando o que me intitula é a biblioteconomia. Mas para mim foram os pensamentos sossegados que pensei e que quiz dizer. Para mim, que envelheço rápido, o pensamento como a vista já vão preciosamente perdendo aquêle dom de precisão categórica, que define as ideias como as coisas nos seus limites curtos. De-fato a biblioteconomia é, dentre as artes aplicadas, uma das mais afirmativas. Diante dêsse mundo misteriosíssimo que é o livro, a biblioteconomia parece desamar a contemplação, pois *categoriza e ficha*. É engano quase de analfabeto imaginar tal desamor; e não foi sinão por um velho hábito biblioteconômico que, faz pouco, me fichei na categoria dos envelhecidos, o que posso jurar ser pelo menos uma precipitação. *Isso é a grandeza admirável da biblioteconomia! Ela torna perfeitamente acháveis os livros como os seres, e alimpa a escôlha dos estudiosos de toda suja confusão.* Este é o seu mérito grave e primeiro. *Fichando o livro, isto é, escolhendo em seu mistério confuso uma verdade, pouco importa qual, que o define, a biblioteconomia torna a verdade utilizável, quero dizer: não o objeto definitivo do conhecimento, pois que houve arbitrariedade, mas um valor humano, fecundo e caridoso de contemplação.* E pelo próprio hábito de fichar, de examinar o livro em todos os seus aspectos e desdobrá-lo em todas as suas ofertas, a biblioteconomia rallenta os seres e acode os perigos do tempo, tornando para nós completo o livro, derrubando os quépis e escovando as becas. (Grifou-se)¹⁵

¹⁵ ANDRADE, M. Biblioteconomia. In.: _____. *Os filhos da Candinha*. São Paulo: Martins, 1976. O primeiro contato da autora com esta crônica se deu no livro de LUCAS, 2000.

Mário de Andrade, conhecedor das práticas biblioteconômicas, enuncia que aos bibliotecários cabe escolher entre os “mistérios confusos dos livros” uma verdade e *categorizar e fichar*. O autor citado demonstra de singela maneira a importância que a categorização exerce para que a BCI cumpra sua função básica: possibilitar o acesso aos registros do conhecimento, desvelar o mistério que estes concentram¹⁶...

Mário de Andrade vai além ao enunciar que, mediante a categorização, escolhe-se uma (ou várias) verdade para se considerar um objeto no mundo e ressalta que há arbitrariedade nesta ação, o que de imediato faz crer que nenhuma categorização possa ser holística – a nós, humanos, foi-nos dado um olhar incompleto, por mais que se queira expandi-lo por técnicas e metodologias sofisticadas.

No intuito de atender os objetivos inicialmente propostos, bem como na expectativa de elucidar questões elementares que nortearam o tratamento dado à categorização ao longo do trabalho, apresenta-se neste preâmbulo uma breve explicação acerca da proposta de se estudar os princípios de categorização, para, em seguida, abordar-se brevemente a compreensão do que constitui as ciências cognitivas (CC) e a perspectiva sociocognitiva na BCI. Expostas estas noções epistemológicas que orientam a pesquisa, introduzem-se apontamentos sobre os registros do conhecimento e os conceitos, já que estes constituem o insumo do processo categorial.

2.1 O PORQUÊ DE SE ESTUDAR OS PRINCÍPIOS DE CATEGORIZAÇÃO

Antes de se adentrar no estudo da categorização, faz-se relevante justificar o porquê, neste trabalho, da adoção do termo ‘princípios’ em detrimento de teorias. Apesar de esta ser uma discussão enfaticamente epistemológica, vale-se de que a epistemologia – que contém a palavra *episteme* (conhecimento), está intrinsecamente relacionada à teoria da classificação.

García Marco e Esteban Navarro (1993, p. 128) enunciam que “o estudo da epistemologia [é], [...], essencial para a concepção e a implementação de estratégias cognitivas melhores para orientar os processos de análise documental, nomeadamente para a indexação e resumos de documentos científicos” e, conseqüentemente, da categorização. Gomes (2009) elucidada que

¹⁶ Esta corresponde à proposta epistemológica da BCI que a autora do presente texto comunga. Existem posições que privilegiam o caráter social da BCI, outras, o educativo e mesmo as tendências pós-década de 1950 sobre as tecnologias da informação.

toda proposta de organização do conhecimento deve levar em consideração os aspectos epistemológicos, uma vez que estes, juntamente com os saberes pragmáticos, é que fundamentam o tratamento dos registros do conhecimento na BCI. Para a autora, deve-se sempre questionar *qual o fundamento epistemológico de uma proposta de organização*.

Dessa forma, visualizam-se as teorias como algo solidificado, de bases rígidas e constantes na historicidade de determinada área. Associam-se ao termo paradigma adotado por Thomas Kuhn, em meados do século XX, na visão de que indicam um pressuposto compartilhado entre os pares e, sobretudo, aceito entre estes, com limites bem determinados tanto no âmbito teórico quanto ao período de validade (consideração temporal). Saldanha (2008) afirma que nas acepções que Kuhn usa para este termo é prevalente o entendimento de

[...] que uma atividade científica se torna paradigmática quando cessa o debate em torno dos seus princípios, ou seja, quando há uma espécie de ecumenismo provisório para tal consenso, um acordo em torno do objeto único, validável e promissor. (SALDANHA, 2008, p. 58)

Tem-se ainda a consideração de que a visão de paradigma kuhniana foi aceita nas ciências humanas e sociais sem uma reflexão sobre a adequação aos objetos de pesquisa a que estas se propõem e, em consequência, na própria BCI, que não possui características para agregar tal conceito (SALDANHA, 2008). Rafael Capurro¹⁷ enumera três paradigmas para a BCI: o físico, o cognitivo e o social, o que, conforme Saldanha (2008), não condiz com a realidade da área, já que em um mesmo momento estas propostas se entrecruzam, sem a existência de uma linearidade válida de divisão. Lima (2003) corrobora com este aspecto ao afirmar que não há um paradigma na BCI que seja consensual, hegemônico e que defina seus limites.

A teoria, em associação com o termo paradigma, é entendida como uma proposta concluída, assumida pela ciência a que está relacionada, correspondente ao que Abbagnano reproduz em seu dicionário:

[...] A chamada “ciência pura”, isto é, a parte da ciência que não considera as aplicações da própria ciência à técnica produtora. Ou as ciências, ou partes de ciências, que são elaboração conceitual ou matemática dos resultados, por ex., a “física teórica”. [...] Uma T. [teoria] não é necessariamente uma explicação do domínio de fatos aos quais se refere, mas um instrumento de classificação e de previsão. Já Duhem observava: “Uma T. verdadeira não é a que dá, das aparências físicas, uma explicação conforme a realidade; é antes uma T. que represente de modo sistemático, um conjunto de leis experimentais” (*La théorie physique*, I, 2, 1). (ABBAGNANO, 1982, p. 916-917).

¹⁷ No texto, não citado nas referências, mas bibliografia obrigatória a quaisquer estudos epistemológicos na BCI: CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

A teoria é, deste modo, o produto da dita ciência pura e o resultado dos estudos por esta realizados, não cabendo considerá-la no âmbito da BCI, que, conforme Saldanha (2008) – este se referindo à Ciência da Informação (CI) de maneira isolada –, é o produto de deslocamentos cumulativos desde a biblioteconomia clássica, passando pela bibliografia até chegar à CI. Assim, mediante a associação da teoria com os parâmetros atribuídos ao termo paradigma por Kuhn, bem como a acepção amplo senso visualizada em Abbagnano (1982), opta-se por nomear o estudo realizado como dos princípios de categorização no âmbito da organização dos registros do conhecimento na BCI.

Abbagnano (1982) explica que a acepção inicial de princípios é dada nos trabalhos da Grécia Antiga, sobretudo em Anaximandro, seguindo-se pelo emprego na *Metafísica* de Aristóteles. Abbagnano apresenta os princípios como:

[...] 1º O ponto de partida de um movimento, por ex., de uma linha ou de uma estrada; 2º o *melhor* ponto de partida, por ex., aquele que torna mais fácil aprender uma coisa; [...] 6º aquilo do qual parte um processo de conhecimento, por ex., as premissas de uma demonstração. Aristóteles acrescenta a este elenco: “Também ‘causa’ tem os mesmos significados: dado que todas as causas são princípios. O que todos os significados têm em comum é que, em todos, o P. é *aquilo que é ponto de partida do ser ou tornar-se a conhecer*” (*Met.*, V, 1, 1012 b 32-1013 A 19) (ABBAGNANO, 1982, p. 760, grifou-se).

Apesar de a compreensão da palavra ‘princípio’ na Grécia Antiga corresponder, em parte, à atualidade, o termo perdeu sua importância a partir da filosofia moderna e contemporânea em valorização de outros como axiomas, postulados, teoremas, etc. O resgate dos princípios feito aqui ocorre por compreendê-los como ‘o ponto de partida a tornar-se a conhecer’ a categorização na BCI, por valorizar o fazer da área e a construção desta enquanto uma ciência social, uma ciência humana que se volta aos indivíduos.

Ainda que se observe autores que se posicionem contrários à existência de uma filosofia própria da BCI, acredita-se que esta, até pelo que já foi apontado sobre o termo paradigma kuhniano, configura-se de forma distinta epistemologicamente das ditas ciências puras e que o termo ‘princípios’ atende ao requisito de se buscar uma filosofia no âmbito da organização dos registros do conhecimento. Isso ocorre porque, como se verá adiante, os princípios de Ranganathan modificaram as teorias da área, mas não devem ser visualizados como um paradigma completamente aceito e consensual pelos estudiosos da BCI.

Os princípios não comungam da rigidez e do embasamento histórico das teorias, mas subjazem a um estudo sistemático, conforme o objeto a que se aplicam. Assim, nomeia-se o

olhar aos princípios de categorização como os construtos históricos da BCI sobre este tema, revelados no âmbito teórico e prático e, ainda, atribuídos a uma ciência social aplicada.

Mencionou-se na introdução deste trabalho a intenção de se observar a categorização sob a perspectiva sociocognitiva. A seguir, descreve-se o percurso desta na BCI e os elementos que a constituem.

2.2 AS CIÊNCIAS COGNITIVAS E A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA

A cognição *lato sensu* compreende os processos e as estruturas relacionados ao conhecimento em que elementos como a **percepção**, a **representação**, o conceito, o pensamento, entre outros, são fundamentais. A noção de conhecimento é primária no entendimento da cognição.

Le Coadic aponta que

um conhecimento (um saber) é o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto. Conhecer é ser capaz de formar a ideia de alguma coisa; é tê-la presente no espírito. Isso pode ir da simples identificação (conhecimento comum) à compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico). (LE COADIC, 1996, p. 4).

A cognição busca olhar para esse “conhecer do espírito” e é objeto de estudos desde a Antiguidade Clássica, como se observa nos diálogos de Sócrates (GARDNER, 2003), e em meados do século XX adquire um status privilegiado com a chamada Revolução Cognitiva nos estudos epistemológicos. A história intelectual dos anos 1940 e 1950 revela um pouco como se deu esse processo transgressor.

Diversos foram os trabalhos que assinalam conexões entre a lógica, a matemática, a psicologia, a neurociência, entre outros, bem como eventos relacionados ao funcionamento da mente, tais como as Conferências Macy (ocorridas entre os anos de 1943 e 1953) e o Simpósio Hixon (setembro de 1948). A partir disso, tem-se o surgimento das ciências cognitivas (CC) enquanto área institucionalizada do saber. Gardner (2003, p. 19-20) as define como:

[...] um esforço contemporâneo, com fundamentação empírica, para responder questões epistemológicas de longa data – principalmente aquelas relativas à *natureza do conhecimento, seus componentes, suas origens, seu desenvolvimento, seu emprego*. Embora o termo ciência cognitiva seja às vezes ampliado, passando a incluir todas as formas de conhecimento – tanto animado quanto inanimado, tanto humano como não humano – aplico o termo sobretudo a esforços para explicar o conhecimento humano. (GARDNER, 2003, p. 19-20, grifou-se).

Gardner direciona sua visão das ciências cognitivas para o ser humano, em valorização das ciências humanas. Contudo, isso não o faz negar as possibilidades oriundas das descobertas da computação, em especial, da inteligência artificial para a área. Gardner (2003) afirma que poderia existir uma ciência cognitiva sem a presença dos computadores, contudo esta seria distinta, tanto em seu surgimento quanto em sua evolução e suas tendências. Assim, ao mesmo tempo em que enaltece o pensamento humano, esclarece que as ciências cognitivas não seriam as mesmas sem a presença dos computadores.

Dupuy (1996, p. 26) corrobora esta opinião, já que para o autor as ciências cognitivas não descendem do computador – apesar de terem forte influência deste –, mas, sim, “essa teoria que se tornou tão familiar, pela qual distinguimos o ‘programa’ (*software*) do ‘material’ (*hardware*), é um produto da revolução conceitual que assinala o advento das ciências cognitivas, e não sua origem”. Percebe-se que o computador amplifica as possibilidades das ciências cognitivas através das representações que permite.

Dupuy (1996, p. 27) afirma que “não é de espantar que a noção de representação ocupe um lugar central na ciência da cognição”. A representação, para o autor citado, é o ato de conhecer, de compreender. A “nova ciência da mente” – como são denominadas as ciências cognitivas por Dupuy (1996) e Gardner (2003) – acredita que os seres humanos necessitam de representações para que se façam entender, assimilar, de maneira que o ato de representar é fortemente trabalhado em seu desenvolvimento. O computador, por sua vez, traduz modelos e representações, e ainda permite analogias com o cérebro humano, que podem ser feitas a partir da estrutura e do funcionamento dos *softwares*.

Teixeira (1998, p. 13) associa o desenvolvimento das ciências cognitivas principalmente à evolução da inteligência artificial¹⁸ e afirma que “a ciência cognitiva tal como se apresenta hoje é muito mais do que simplesmente o que entendemos por Inteligência Artificial [...]. Contudo, foi a partir do desenvolvimento da IA, nas últimas décadas, que toda a ideia da ciência da mente se desenvolveu”. Percebe-se que, além das preocupações filosóficas que norteiam a área, a presença da inteligência artificial foi inovadora para as pesquisas relacionadas às CC.

Aplicados à BCI, os estudos cognitivos têm ascensão na década de 1970, trazendo uma distinta plataforma de compreensão do universo informativo (RADAMÉS LINARES, 2004),

¹⁸ “A inteligência artificial é a disciplina que estuda e desenvolve programas computacionais com a finalidade de simular atividades mentais humanas cuja realização envolve inteligência” (TEIXEIRA, 1998, p. 167).

com ênfase no sujeito ou em sua subjetividade. Trabalhos como os de Bertram C. Brookes e Nicholas Belkin inauguram uma nova posição epistemológica na BCI por privilegiarem os aspectos psicológicos e o mundo interior dos indivíduos. As análises cognitivas foram aplicadas, especialmente, nos estudos de usuários, dando a estes uma dimensão distinta nos SRI, a partir da noção do sujeito cognoscente em contraponto ao que até então se enfatizava.

Apesar da inovação apregoada e do rompimento com uma base meramente física da informação, o ponto de vista cognitivo não contempla, em sua formação inicial, as dimensões históricas, sociais, culturais e contextuais dos indivíduos, o que leva aos apontamentos de Gonzalez de Gómez que na BCI:

Existe hoje, por outro lado, uma linha de estudos informacionais, dentro de um ponto de vista cognitivo, que relaciona o agente gerador-usuário da informação com o seu contexto social. Uma das afirmações generalizadas deste ponto de vista, *é que todo processamento da informação, seja perceptual ou simbólico, é mediado por um sistema de categorias ou conceitos, que constitui um "modelo" do mundo do sujeito processador*. Esta matriz conceitual opera como unidade de seleção, de "filtragem" e estruturação, seja na emissão ou na recepção e decodificação de mensagens. [...]

Uma das conseqüências destes estudos, é que essa matriz conceitual depende das experiências anteriores de um indivíduo ou grupo, sendo afetada pelos processos de socialização que recebem os indivíduos e pela vivência histórica dos grupos sociais. São, preferimos dizer, *matrizes sócio-cognitivas*. (GONZALEZ DE GÓMEZ, 1984, p. 111, grifou-se).

Ao se observar o delineamento das ciências cognitivas de maneira histórica, pode-se inferir que haja três momentos significativos: a abordagem behaviorista (marcada pelos trabalhos de B. Watson), a construtivista (delineada por J. Piaget) e a interacionista (cujo representante principal é L. Vigotsky, contemporâneo de Piaget) (PINHEIRO; SILVA, 2009). Esta última é vista como uma das formas do enfoque sociocognitivo mencionado por Gonzalez de Gómez (1984). Pinheiro e Silva apontam que:

Essa teoria [a interacionista] focaliza a relação sujeito-meio, considera o processo sócio-histórico e o papel de linguagem e da aprendizagem no desenvolvimento do indivíduo. Adiciona a linguagem e a aprendizagem como importantes ferramentas cognitivas. *Considera o sujeito como ativo e interativo por constituir conhecimentos e se constituir a partir de relações intra e interpessoais*. O sujeito, pois, é um ser social, construído a partir de sua vivência e relações com objetos, meios e outros sujeitos. Afinal, o mundo exterior reflete no mundo interior dos indivíduos, a partir de sua realidade e aprendizados. (PINHEIRO; SILVA, 2009, p. 251, grifou-se).

As autoras complementam que na BCI se caminha rumo a um olhar epistemológico sociocognitivo. Um dos pioneiros na menção desta perspectiva foi o professor Birger Hjørland, da *Royal School of Library and Information Science*, da Dinamarca. Hjørland (2002) propõe que se complemente a visão inicialmente apresentada na revolução cognitiva,

de caráter mentalista e com uma apropriação subjetiva, com o amparo das comunidades discursivas, daquelas que produzem, trocam e consomem conhecimentos. Lara aponta que:

Ao se observar as comunidades discursivas, simultaneamente são observadas muitas das características da recepção, quer pela identificação das referências mais compartilhadas, das variações designacionais e conceituais, das formas de uso dos termos, bem como dos modos como se organizam as áreas e respondem, nem sempre de forma homogênea, pelos partidos epistemológicos adotados. Parte-se do pressuposto de que tais variáveis se manifestam necessariamente nos discursos, não em idealizações ou abstrações, constituindo, portanto, as bases concretas para a formulação de propostas de organização e acesso a informação. (LARA, 2008, *online*).

É interesse notar que com isso não se criam mais polaridades na BCI, mas, sim, abordam-se as bases concretas descritas por Lara e, conforme Radamés Linares (2004, p. 36) assevera, “a crítica do sociocognitivismo ao enfoque cognitivo ortodoxo introduz a necessidade de apostas pelas determinações sociais e culturais em qualquer proposta conceitual no terreno informacional”. Assim, congrega-se a BCI às demais ciências sociais que, em fins do século XX, travam uma fuga ao positivismo com a valorização do indivíduo posto no mundo, isto é, que interage em arenas diversas de socialização.

Hjørland (2002) propõe que a abordagem epistemológica sociocognitiva pode ser utilizada para métodos de organização do conhecimento, inclusive para a análise facetada proposta por Ranganathan, os quais Hjørland intitula como métodos racionalistas. Esta escola epistemológica tem como aspectos relevantes: o pensamento puro e lógico; os modelos matemáticos; os modelos computacionais; os sistemas de axiomas, de definições e de teoremas (HJØRLAND, 2002). Daí emerge uma importante interseção para se considerar o presente estudo como sociocognitivo, já que existem relações explícitas entre esta visão e os princípios de organização dos registros do conhecimento.

Marc de Mey (1982), importante pesquisador e um dos precursores no estudo da visão cognitiva (ortodoxa), indaga sobre quais as categorias e os conceitos fundamentais para se trabalhar com a recuperação da informação. Hjørland (2002) propõe a seguinte resposta: são fundamentais as teorias epistemológicas e os conceitos. Resgata-se o entendimento de González de Gómez de que:

Essa "organização" da informação não se define, aliás, a partir de puras formas lógicas ou sintéticas, porque toda organização da informação implica tanto condições lógicas e cognitivas como materiais e sociais — e não cognitivas: desde as condições físicoenergéticas de canais e arquivos, às condições culturais, econômicas, políticas, etc., de sua geração e circulação. (GONZALEZ DE GÓMEZ, 1984, p. 112).

Por esse entendimento, acredita-se que, ao se enunciar como sociocognitivo o olhar dos sujeitos que categorizam à luz de Ranganathan, considera-se estes como atores de determinados domínios (sociologicamente pensando) que detêm princípios teóricos (base lógico-epistemológica), tal como Gonzalez de Gómez define os sujeitos, de maneira geral, na BCI.

Apresenta-se, a seguir, os registros do conhecimento como as formas com as quais o sujeito da BCI se relaciona para categorizar e extrair os conceitos.

2.3 OS REGISTROS DO CONHECIMENTO

O ‘saber’ – enquanto conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos e passíveis de transmissão – remonta à Antiguidade Clássica, e talvez a até antes. O filósofo grego Platão fundou a Academia, instituição voltada ao ensino de filosofia na Grécia Antiga, e seu discípulo, Aristóteles, criou o Liceu, outra instituição de ensino da Antiguidade. Esses espaços demonstravam a preocupação do homem em divulgar os saberes, em compartilhá-los. O saber, na realidade, precede a ciência e pode ser visto como um elemento não obrigatoriamente ligado a esta (ALVARENGA, 2001b, slide 9). Existem saberes relacionados à técnica, à prática, à vivência, à religiosidade e, ainda, à ciência. Esta última se faz, nos moldes tradicionais, através do saber registrado, metódico, compartilhado e aceito entre um determinado corpo de indivíduos, ou seja, de maneira institucionalizada.

Para as sociedades modernas, a ascensão do conhecimento registrado constitui-se como um avanço significativo, já que assim a figura do sábio, daquele que oralmente repassava todos os seus conhecimentos, foi substituída por formas relativamente permanentes (FOSKETT, 1973) que ampliaram as possibilidades de difusão dos saberes.

Mário de Andrade, na epígrafe reproduzida no início deste capítulo, intitula o objeto de trabalho da BCI como o livro – dado o caráter literário do texto que expõe e toda a magia que permeia este elemento –, mas, aplicado à contemporaneidade, o conhecimento registrado transcende a visão do livro, tendo sido substituído pela designação dos registros do conhecimento.

O surgimento dos registros do conhecimento se deu em decorrência da intuição e da intervenção humana na realidade (SOUZA, 1998) e, dado que representam objetos

cognoscíveis, são vistos como a corporificação do pensamento humano através dos documentos¹⁹. Correspondem às entidades concretas manipuladas pelos profissionais da BCI. Lara (1993, f. 49) aponta que a “forma documental é o registro necessário para que determinados conhecimentos ou reflexões tenham garantidas sua inserção no sistema de comunicação social”. Gomes resume nas seguintes palavras:

No contexto da [Organização do Conhecimento], conhecimento se refere a conhecimento científico e, mais especificamente, a conhecimento público, o qual é divulgado e disponibilizado ao público por meio de documentos. É aquele conhecimento que se torna disponível para outros, ‘registrado em qualquer meio através da linguagem – natural ou artificial’. (GOMES, 2009, p. 61).

Com a ascensão das mídias digitais, teve-se a desterritorialização do documento, compreendida como “[...] o fato de passar o documento a ter sua materialidade desvinculada da forma física anterior, assumindo a forma digital” (ALVARENGA, 2001a, *on-line*). Gonzalez de Gómez (2009) aponta que isso reflete a reinvenção contemporânea do que seja informação, que oscila entre uma visão fisicalista – que confere um modo físico à informação – e, outra, mentalista – marcada pela intangibilidade, um registro suspenso, ainda que esteja formalizado.

É interessante notar que a organização dos registros do conhecimento converge para uma apropriação ôntica. Vista como “o modo de ser da informação” (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2009), essa essência, tão procurada e almejada, é uma representação do ser, que associa este a uma dada realidade. Alvarenga (2006, p. 92) elucida que “a organização do conhecimento, dependente de uma abordagem ontológica, participa da eterna e intransponível dúvida metafísica que povoa as certezas da essência do conhecimento humano”, opinião esta compartilhada por Campos (2001b).

Com isso, a materialidade dos registros do conhecimento está relacionada ao conteúdo que veicula, àquilo que expõe, a seu elemento invariável e fundamental: o conceito (ALVARENGA, 2001a). Assim, a proposição categorial e a organização do conhecimento na BCI sugerem, já há muito, a apresentação de conceitos orientados para os objetos (DAHLBERG, 1978a). A relação entre os conceitos e a categorização na organização dos

¹⁹ “A história da biblioteca é a história do *registro da informação*, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem. Na medida da *produção do registro informativo*, o homem engendrou sistemas – tão rudimentares como a própria informação registrada – para não dispersá-la. *Era preciso reter a informação sobre algum suporte concreto*; conseqüentemente, tornou-se imprescindível a preservação desses suportes – *os documentos* – bem como a organização deles” (MILANESI, L. *O que é biblioteca*. São Paulo: Brasiliense, 1983 apud LUCAS, 2000, p. 46, grifou-se).

registros do conhecimento é algo ratificado pelos estudiosos da BCI²⁰. Os conceitos são vistos como os elementos fundamentais no processo de categorização. Toda a apreensão de um objeto, distinção de suas características, comparação com outros itens, dá-se na ordem conceitual. São elementos que transcendem a visão superficial dos objetos e, atendendo a um requisito contemporâneo, consideram a abordagem semântica da informação como “[...] um meio de representação dos sentidos dos enunciados” (DUBOIS et al., 1973, p. 527). Sob a ótica conceitual, a informação não é tratada ‘como o meio’ ou como algo estático, e sim compreende a realidade em que está inserida. Sob esta perspectiva descrevem-se a seguir alguns apontamentos sobre os conceitos.

2.4 OS CONCEITOS – O INSUMO DO PROCESSO CATEGORIAL

O termo conceito, oriundo do verbo latino *concupere* (conceber), carrega em si uma infinidade de interpretações, a saber: ideia, pensamento, noção, conteúdo, significado ou representação. Cada uma delas reflete, à sua maneira, a apropriação histórica que se deu a este termo, além da utilização pelas diferentes áreas do conhecimento, já que se constitui como objeto de estudo de várias disciplinas, como a filosofia, a linguística, a matemática, a BCI, as CC, entre outras.

No âmbito filosófico, o conceito remonta aos escritos de Platão e Aristóteles, a partir da noção de ‘universais’. Estes eram tidos como aquilo que define ou determina a natureza de uma entidade, sua essência, ou, na visão realista aristotélica, a substância²¹ (MORA, 2004, p. 518). Cabe recordar a visão de Kant sobre os conceitos como elementos *a priori* ou puros, quer dizer, os conceitos que se consideram como não tendo sido retirados da experiência, anteriores a esta, inatos (LALANDE, 1999, p. 181).

Sob uma abordagem psicológica, o conceito é uma unidade cognitiva que não se dá diretamente na percepção sensível, mas pressupõe elaboração de informações (DICIONÁRIO de psicologia Dorsch, 2004, p. 171), habilita a pensar e a operar. Constitui-se como uma rede de inferências acionadas pelo ato da categorização.

²⁰ Isso se manifesta inclusive nos veículos formais de divulgação da literatura da área. Gomes (2009, p. 61), por exemplo, menciona que “quando o periódico *International Classification* alterou seu título para Organização do Conhecimento [*Knowledge Organization*], a Dra. Dahlberg, fundadora daquele título, apresentou longo artigo justificando a alteração: focaliza seu argumento na teoria do conceito e da classificação”.

²¹ Trabalhada profundamente no capítulo 4.

Guido Barite, em associação com a teoria da classificação e os registros do conhecimento, propõe que o conceito seja uma:

Abstração ou noção que se refere a uma unidade de conhecimento, independentemente de sua expressão linguística, e compreende o conjunto de suas características essenciais. O conceito, em sua representação simbólica, está na base da Teoria da Classificação e da Terminologia, pois é o elemento indivisível que permite representar o conhecimento contido nos documentos e organizar os enunciados correspondentes a ideia que se tem de qualquer coisa. [...]. (GUIDO BARITE, 2000a, *on-line*, tradução livre).

Campos (2001b, p. 71), ao descrever os conceitos, sob a perspectiva da teoria geral da terminologia (TGT), define-os como “uma unidade de pensamento, constituída de características que refletem as propriedades significativas atribuídas a um objeto, ou a uma classe de objetos”. Nessa definição, os conceitos possuem um caráter abstrato, já que, enquanto unidades de pensamento, podem, ou não, ser compartilhados entre os indivíduos.

A virada na ordem conceitual na BCI é dada pela pesquisadora alemã Ingetraut Dahlberg, da Universidade Mainz de Frankfurt (Alemanha), que apresenta a teoria do conceito (TC) em fins da década de 1970. Esta teoria atribui aos conceitos um grau maior de realidade, alterando a proposta de ‘unidades de pensamento’ da TGT para ‘unidades de conhecimento’, o que confere aos conceitos um caráter mais concreto e os torna inteligíveis aos profissionais da BCI. Dahlberg propõe que:

[O] conceito é a unidade do conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais lingüísticos, pode ser comunicado. [...] (DAHLBERG, 1978b, p. 12)

Cada enunciado verdadeiro representa um elemento do conceito. (DAHLBERG, 1978a, p. 12).

Na elaboração da teoria do conceito, a autora alemã indica que este é formado por três elementos representados sob a forma de um triângulo (FIG. 1) que incluem o referente, as características e a forma verbal conforme:

[O conceito é composto por] uma tríade formada por (A) um referente (qualquer objeto material ou imaterial, atividade, propriedade, dimensão, tópico, fato, etc.), (B) os enunciados (predicações) verdadeiros e essenciais sobre um referente que estabelecem as características sobre o referente e (C) o **termo**, que é a forma externa e comunicável do referente e suas características. (DAHLBERG, 1981, p. 16, tradução livre).

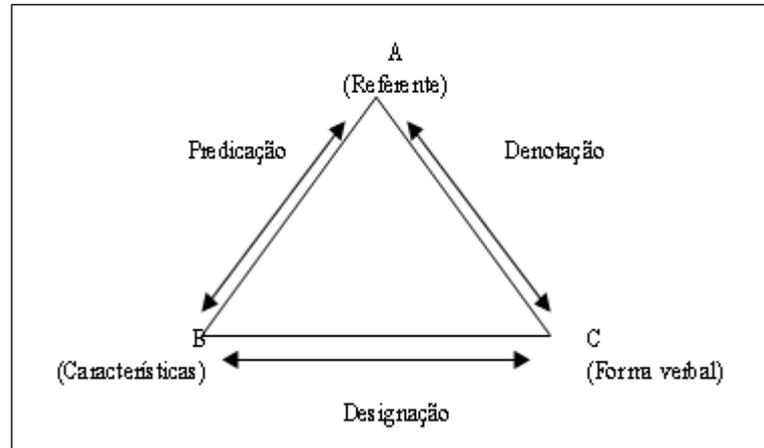


FIGURA 1 – Triângulo conceitual de I. Dahlberg
Fonte: DAHLBERG, 1992, p. 66.

No triângulo conceitual da FIG. 1, o referente pode ser um ente real ou abstrato, as características correspondem àquilo que se pode predicar do ser e o termo, a designação terminológica que se confere ao objeto analisado. Tem-se, assim, que, para Dahlberg, a percepção dos conceitos está essencialmente associada ao estado de conhecimento do indivíduo, aos *insights* e à abertura que possui, bem como à consciência das possibilidades linguísticas existentes.

Para a compreensão do significado do conceito, faz-se elementar a introdução das características, da definição, para, então, considerar-se alguns breves apontamentos sobre a formação conceitual.

2.4.1 As características

As características – também designadas como traços, elementos ou atributos – constituem as “propriedade[s] distintiva[s] de objetos, processos ou indivíduos [...]” (DICIONÁRIO de psicologia Dorsch, 2004, p. 131). São elementos presentes nos objetos que os distinguem ou os aproximam de outros. Lalande complementa que as características constituem os “[...] signo[s] distintivo[s] que serve[m] para reconhecer um objeto. Em particular, tudo aquilo que distingue um ser, quer na sua estrutura, quer nas suas funções [...]” (LALANDE, 1999, p. 136).

Dahlberg (1992) afirma que os predicados são atributos existentes nos objetos, compreendem suas características. Para Dahlberg, a soma total dos predicados possíveis irá compor a soma total das características dos conceitos e, assim, determinar seu conteúdo. *É aquilo que se pode*

dizer de algo. Já Campos (2001b, p. 72), fundamentada na TGT e nos enunciados de Dahlberg, afirma que “a característica que enuncia um conceito é também um conceito”. Criase dessa forma uma espiral contínua em que cada característica remete a um conceito e, assim, sucessivamente.

Piedade (1977), tal como Ranganathan (1967), aponta a presença de características naturais ou artificiais nos objetos. As características naturais são aquelas inerentes ou inseparáveis dos objetos a se classificar. O que Dahlberg nomeia como características essenciais é o que está presente em todos os referentes do conceito. Ao se pensar em seres humanos, a noção de sexo é natural, uma vez que, biologicamente, a característica de feminino ou masculino é intrínseca a todos os indivíduos.

As características artificiais ou acidentais são aquelas ocasionais e variáveis, estão presentes em alguns referentes do conceito. Ao se considerar o elemento peso e caracterizar um homem como gordo, sabe-se que este é mutável e pode variar entre os homens, e mesmo aquele que hoje está gordo pode vir a se tornar magro. Dahlberg propõe ainda a existência de características individualizantes que constituem um único referente de um dado conceito.

A existência destes tipos de características leva à designação dos conceitos como individuais ou gerais. Estes são vistos de maneira ampla, genérica, situados fora do tempo e do espaço (por exemplo, os homens), e são de grande importância ao estudo do processo de categorização. Aqueles são identificados pelas dimensões de tempo e espaço, sendo únicos em um dado universo (por exemplo, Aristóteles de Estagira). Dahlberg assevera que

[...] é fácil verificar que o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada. [...]. É fácil também verificar que os elementos contidos nos conceitos gerais encontram-se também nos conceitos individuais, sendo, portanto, possível reduzir os conceitos individuais aos gerais e ordená-los de acordo com os conceitos gerais. (DAHLBERG, 1978b, p. 102).

Pode-se afirmar que os conceitos individuais estão contidos nos conceitos gerais, mas possuem um grau maior de especificidade. Assim, conhecendo-se os conceitos gerais, é possível realizar inferências e categorizar os conceitos individuais. Os primeiros servem de parâmetro para a localização dos segundos. Dahlberg (1981) propõe ainda a existência dos conceitos especiais que estão em uma escala intermediária e caracterizam-se e distinguem-se sobremaneira no âmbito representacional, já que são expressos por termos especiais (técnicos) se comparados aos individuais.

Dessa forma, as características são importantes para a categorização, pois, por meio delas, pode-se realizar comparações e estabelecer relações entre os conceitos. Com isso, é possível a apreensão da definição dos conceitos e a contextualização destes ao enfoque categorial que se pretende dar.

2.4.2 A definição

Se as características são os elementos que propiciam o conhecimento e o entendimento do conceito, nada mais fazem elas do que auxiliar na definição deste. A definição é elementar para a categorização e para a teoria da classificação na BCI, pois apresenta os limites dos objetos no contexto analisado. Shera aponta que

De acordo com Aristóteles, definição é uma frase que significa a ‘essência’ de uma coisa. Por ‘essência’ de uma coisa entendia êle (sic) o conjunto de atributos fundamentais que formam as condições necessárias e suficientes para que qualquer coisa concreta seja a coisa daquele tipo. ‘Essência’, segundo Aristóteles, é o que faz uma coisa ser o que é, e não algo diferente. Definição é a compreensão convencional de um termo (sic), a enumeração de seus atributos essenciais. (SHERA; EGAN, 1969, p. 59).

Dahlberg (1978a) relaciona a definição a uma “equação de sentido” em que, no lado esquerdo, está o *definiendum* (o que se define) e, do lado direito, o *definiens* (aquilo pelo qual alguma coisa é definida). A definição evidencia o conteúdo de um conceito sob um universo focalizado, e não o significado dicionário de um termo. Esta última é uma visão da lexicografia, como aponta Lara (2004), e aquela, da terminologia.

Lara (2004) enumera dois tipos de definição aplicáveis a conceitos bem determinados (como aqueles das ciências e técnicas), a saber: definição por compreensão – que consiste na apreensão do conceito genérico mais próximo (o superordenado) – e a definição por extensão – que compreende os objetos que representam um dado conceito. É importante determinar o que são a intensão e a extensão, pois são condições *sine quibus non* ao entendimento da categorização.

A intensão é definida como “o conjunto das características representadas por um termo geral” (LALANDE, 1999, p. 582). Alguns estudiosos a intitulam como compreensão, pois, de certa forma, compreende aquilo que identifica um objeto. Já a extensão pode ser apreendida como:

1. lógica: A. conjunto dos objetos (reais ou ideais, concretos ou abstratos) aos quais se aplica um elemento de conhecimento, quer dizer: 1º, para um conceito: conjunto dos objetos que ele pode designar [...]; 2º, para uma proposição: conjunto dos casos

em que ela é verdadeira [...]; 3º, para uma relação: conjunto dos sistemas de valores (atribuídos aos termos gerais) que a verificam [...]. (LALANDE, 1999, p. 373).

2. Em semântica lexical, o termo extensão designa o conjunto de entidades às quais um lexema se aplica. A extensão de mesa é definida pela classe de objetos dos quais se pode dizer que são ‘mesas’. A noção de extensão ganha sentido por oposição a de intensão (ou compreensão), que serve para designar um conjunto de semas que constituem o significado de um lexema, ou seja, a denotação desse lexema. A intensão de mesa é definida pelo conjunto de propriedades que fazem com que se possa dizer de um objeto que ele é ou que ele não é uma mesa. (NEVEU, 2008, p. 130).

Lara (1999) propõe ainda outros olhares para a definição além daqueles relacionados à TGT, como a definição por análise, por sinonímia, por paráfrase, por síntese, por implicação, por denotação, por demonstração e pela combinação de vários destes processos. O que se sabe é que, através da definição, a organização do conhecimento na BCI adquire outro enfoque, seja por determinar melhor o que se pode predicar dos conceitos, seja por dar à informação tratada um enfoque semântico e relacionado ao contexto a que está relacionada.

A seguir, descreve-se a formação conceitual para que se compreenda como as características e a definição apresentam-se neste processo.

2.4.3 A formação conceitual

A formação dos conceitos – ação em que se tem o encontro “das palavras com as coisas”, “dos objetos com os referentes” (ALVARENGA, 2006) – se dá mediante a junção dos enunciados verdadeiros sobre estes (as características); exige análise, interpretação e síntese. A FIG. 2 procura demonstrar como se comportam alguns dos elementos citados na compreensão dos objetos no mundo.

A FIG. 2 foi elaborada com base no trabalho de Dahlberg (1992), sendo que os elementos expostos na coluna da direita correspondem a conteúdos coletados em outras fontes da literatura. Em suas diferentes etapas, a FIG. 2 remete à cognição do indivíduo presente no processo de formação conceitual, visualizada por meio da determinação das características e da definição, daquilo que constitui o conceito. Em verdade, a cognição aqui representa o indivíduo posto no mundo pela perspectiva sociocognitiva já descrita.

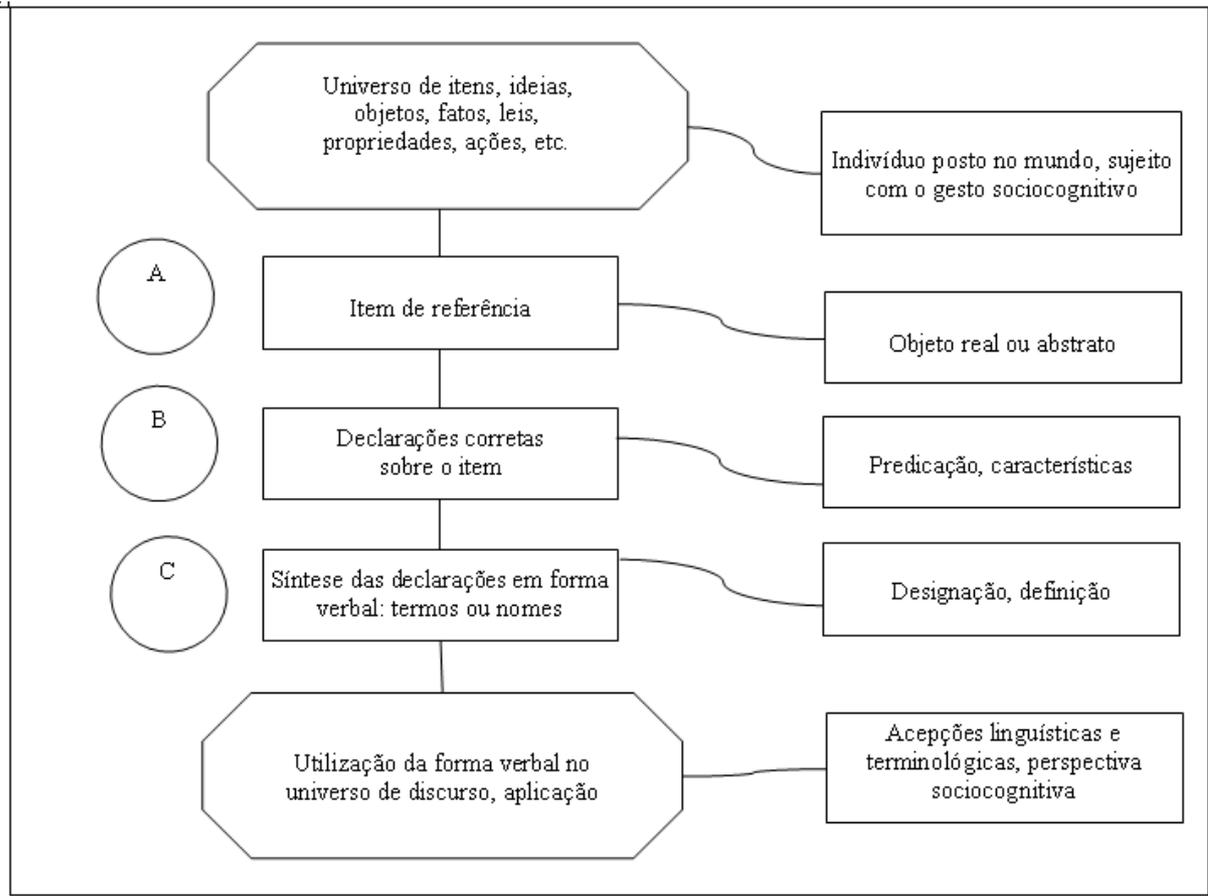


FIGURA 2 – Modelo para construção de conceitos
 Fonte: baseado em Dahlberg (1992)

Para o que se pretende neste preâmbulo, merecem especial atenção os processos de síntese e a utilização da forma verbal no universo de discurso. Durante o processo de síntese, o profissional deverá assimilar a percepção conceitual ao termo que ‘melhor’ a expresse, recordando que isto ocorre dentro de um determinado universo de ideias (etapa inicialmente demonstrada). O termo ‘melhor’ pode ser compreendido como aquele que corresponda à abordagem sociocognitiva de um determinado grupo de usuários, ou seja, da comunidade discursiva a ser atendida pelo SRI.

Para a transmissão dessas características, é necessária a utilização da linguagem que opera como um instrumento de ligação do universo de ideias com uma realidade partilhada entre determinados indivíduos. A linguagem é definida, em sentido estrito, como

[...] a capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou língua), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centros nervosos geneticamente especializados. (DUBOIS et al., 1973, p. 387).

Em uma acepção ampla, a linguagem é concebida como “[...] qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc.” (HOUAISS, 2007, p. 1763). Observa-se, assim, o caráter multifacetado da linguagem – pode ocorrer através de diversos gestos –, o que permite grandes possibilidades, conseqüentemente, imensa subjetividade na formação conceitual. Dahlberg (1978a, p. 12) ressalta a importância da “explícita verbalização das propriedades de um objeto, [...] a fim de que seja possível a comunicação intersubjetiva do mesmo objeto”.

Para a expressão dos conceitos, a BCI procura apropriar-se amplamente das possibilidades linguísticas, uma vez que um SRI deve refletir ao máximo a realidade de uma determinada comunidade, ou seja, deve conhecer amplamente suas formas de expressão. Jacob e Albrechtsen (1999), apoiadas nos trabalhos do filósofo russo Mikhail Bakhtin (1981), afirmam que a comunicação linguística pessoal está inerentemente associada ao processo social de construção da realidade e que uma efetiva comunicação linguística está ancorada na heteroglossia.

Para Bakhtin, a heteroglossia relaciona-se ao amálgama de dialetos sociais, políticos e profissionais que compõem a linguagem. Cada um desses dialetos reflete as intenções sociopolíticas de um grupo particular de indivíduos em um determinado período. A utilização da forma verbal no universo do discurso ratifica “o acordo cognitivo entre sistema e usuários” (JACOB, 2004) e reflete a heteroglossia da área mencionada por Bakhtin. Por sua vez, dada a influência dos fatores socioculturais na construção desta, a utilização da forma verbal se faz instável, circunscrita a um espaço de tempo²², ou seja, vale-se da definição em determinada comunidade discursiva.

Normalmente, conceitos relacionados a objetos concretos (por exemplo: gato, carro, flor) são mais fáceis de se definir, já aqueles ligados a abstrações (como o preconceito, os sentimentos, a consciência) são de difícil caracterização. Isso se deve à descrição dos predicados – fundamento da estrutura conceitual –, que, se voltados ao mundo material, possuem características mais claras, visíveis, objetivas, estáveis, do que as abstrações, de entendimento mais complexo e dinâmico.

Faz-se agora preciso entender os principais tipos de relações demonstradas na literatura sobre os conceitos.

²² A palavra *bárbaro*, por exemplo, possui etimologia no grego ‘*barbarus*’ e denotava ‘o que era estrangeiro’, ‘selvagem, grosseiro, inculto’. Com o tempo, também adquiriu o sentido de valoroso, destemido, corajoso.

2.4.4 Algumas relações entre os conceitos

Dahlberg (1992) expõe a necessidade de o conhecimento estar explícito e enuncia que esta envolve a análise e a representação das relações entre os conceitos delineadas mediante as características, de maneira que conceitos diferentes que apresentam alguma (ou algumas) característica(s) em comum podem ser comparados entre si.

As relações conceituais podem referir-se a aspectos quantitativos ou qualitativos, conforme explicita a FIG. 3:

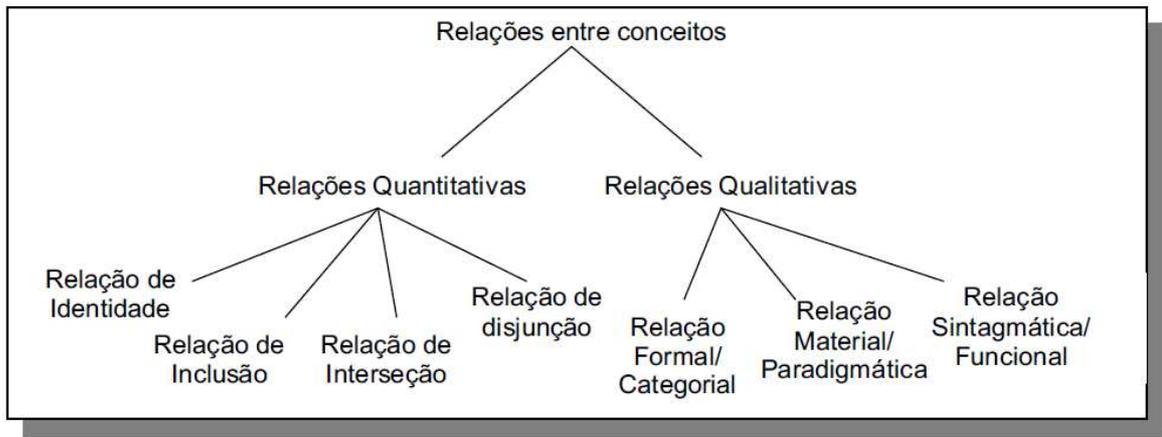


FIGURA 3 – Relações entre conceitos
Fonte: CAMPOS, 2001a, p. 96

No primeiro caso, mede-se “a quantidade e a similaridade das características do conceito, das quais pelo menos quatro tipos devem ser mencionados: identidade conceitual, inclusão conceitual, interseção conceitual e disjunção conceitual” (CAMPOS, 2001a, p. 97). Essas relações correspondem à noção matemática que se apreende destes termos, a saber: identidade (correspondência de características); inclusão (todas as características do conceito A estão contidas no conceito B); interseção (existem características que se sobrepõem entre os conceitos A e B); e, finalizando a disjunção (a não correspondência de características entre os conceitos). Nonato (2009) aponta que as relações quantitativas constituem a base cognitiva para as demais relações.

Já os aspectos qualitativos referem-se aos subtipos de relações formais e relações materiais, que, por sua vez, podem representar a relação formal/categorial; a relação material/paradigmática; e, ainda, a relação sintagmática/funcional. A relação formal/categorial depende do conceito a ser analisado e indica elementos pertencentes a uma mesma categoria, isso devido a este tipo de relação se fundamentar nas características essenciais dos conceitos (CAMPOS, 2001a). Pode-se exemplificá-la com o conceito de triângulo: uma figura

geométrica composta por três linhas retas que concorrem e cuja soma dos ângulos internos totaliza 180°.

A relação material/paradigmática possibilita a organização de conceitos de mesma natureza, sendo que se subdivide em relações hierárquicas, relações partitivas e relações de oposição. As relações hierárquicas existem entre conceitos que possuem características idênticas, sendo que um deles possui características adicionais ao outro, já que existe um conceito ‘superior’ e um conceito mais restrito (como nas taxionomias biológicas). As relações partitivas ocorrem entre “o conceito de um todo qualquer e as partes desse todo” (DAHLBERG, 1978a, p. 15). Por exemplo, corpo humano: braços, pernas, olhos, orelhas, boca. Também ocorre em um produto e nos elementos que o constituem. Já as relações de oposição podem indicar contradição ou contrariedade. A contradição reflete aquilo que contradiz algo, como no exemplo: número – não-numérico. Já a contrariedade é algo que é contrário, oposto a outro: branco – preto.

A relação funcional/paradigmática aplica-se a conceitos que expressam processos e está relacionada à valência dos verbos que expressa. Dahlberg (1978b, p. 105) define a valência como “a soma dos lugares a serem preenchidos de acordo com a ligação deste conceito [o verbo] com outros”. É apresentado no QUADRO 1 um exemplo da valência do verbo medir:

QUADRO 1
Valência do verbo ‘medir’

Ex.: se se tratar da valência semântica do verbo medir, teremos que responder às seguintes questões:
 — o que é medido? p. ex. a temperatura
 — com que instrumento é feita a medição? p. ex. com um termômetro
 — de acordo com que sistema? p. ex. de acordo com o sistema de Celsius
 — de que coisa é medida a temperatura? p. ex. de uma célula viva.

Fonte: DAHLBERG, 1978b, p. 105.

Essas são algumas das possíveis relações entre os conceitos. Diversas outras podem se dar mediante os traços peculiares de cada objeto e do contexto em que este é analisado. As relações conceituais permitem confrontar os conceitos e conhecê-los mais amiúde, dado que nesta oportunidade se colocam em questão os atributos dos quais são formados. Em síntese, pode-se afirmar que para a BCI os conceitos são a substância da qual o padrão é concretizado, ou seja, os conceitos constituem-se como os elementos fundamentais para a formulação de uma determinada ordem lógico-categorial aos registros do conhecimento.

Apresentados estes elementos, faz-se uma imersão na fundamentação teórica que embasou o presente trabalho.

3 A ORDEM DAS COISAS: a categorização e a classificação na biblioteconomia e ciência da informação

Marco Polo e o unicórnio

Com frequência, diante do fenômeno desconhecido, reagimos por aproximação, procuramos aquele recorte de conteúdo, já presente na nossa enciclopédia, que bem ou mal parece prestar contas do novo fato. Encontramos um exemplo clássico deste procedimento em Marco Polo, que vê em Java (compreendemos agora) *rinocerontes*. Mas trata-se de animais que ele nunca viu, exceto que, por analogia com outros animais conhecidos, distingue o seu corpo, as quatro patas e o chifre. Assim como a sua cultura colocava à sua disposição a noção de unicórnio, precisamente como quadrúpede com um chifre em cima do nariz, ele designa aqueles animais como unicórnios. Depois, como é cronista honesto e obstinado, apressa-se por



dizer-nos que, no entanto, estes unicórnios são muito estranhos, queremos dizer pouco específicos, visto que não são brancos e ágeis mas têm “pêlo de búfalos e pés de elefantes”, o chifre é negro e desgracioso, a língua espinhosa, a cabeça semelhante àquela de um javali: “É uma besta muito feia de se ver. Não é, como se diz por aqui, que ela se deixe pegar como uma donzela, mas acontece o contrário” (*Milione* 143).

Marco Polo parece tomar uma decisão: em vez de segmentar novamente o conteúdo, acrescentando um novo animal ao universo dos seres vivos, corrige a descrição vigente dos unicórnios que, se existem, são por certo como os viu e não como a lenda conta. Modifica a [intensão]²³, deixando a extensão em juízo. Ou ao menos assim parece que desejasse fazer – ou que de fato ele faça, sem muitas preocupações taxionômicas.²⁴²⁵

²³ Corrigiu-se a grafia do termo, pois na tradução original este se apresenta com ‘ç’ (intenção).

²⁴ ECO, U. *Kant e o ornitorrinco*. Tradução de Ana Thereza B. Vieira. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 55.

²⁵ Créditos da imagem: *Rinocerente*, Nuremberga, 1515. Albrecht Dürer (1471-1528), British Museum apud BARBAS, H. *Monstros: o rinoceronte e o elefante...* Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/deps/estportugueses/escritos/Monstros_H_Barbas.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2010.

Tal como Marco Polo se viu estupefato ao se deparar com um animal desconhecido que não pertencia às categorias imediatas de conteúdo de seu intelecto (rinoceronte), o profissional da BCI se vê ao analisar os registros do conhecimento que lhe parecem insólitos ou incomuns. Frente ao que se desconhece ou não se conhece suficientemente, encontram-se dificuldades em realizar segmentações e formar grupos com características afins. Subjacente a esse dilema, no escopo dos estudos informacionais e na própria localização dos indivíduos no mundo, tem-se os processos de categorização e classificação.

Ambos os temas possuem apropriações diferenciadas no que tange a serem considerados como processos intelectuais (tal como a ação que leva o explorador Marco Polo à inquietude) ou enquanto esquemas formais de organização do conhecimento. O tratamento dado, neste estudo, à categorização e à classificação enfoca-se na primeira perspectiva – enquanto processo mental.

Pretende-se, neste capítulo, demonstrar como as bases teóricas do processo classificatório na BCI possuem amparo na teoria clássica aristotélica e ainda explicitar a relação intrínseca e, em alguns aspectos, divergente, entre a classificação e a categorização. Para tanto, faz-se uma imersão na perspectiva classificatória da BCI e na categorização sob o enfoque cognitivo contemporâneo.

3.1 PERSPECTIVAS CLASSIFICATÓRIAS

Na BCI, a perspectiva da classificação é pautada em três esferas: como sistema de classes, ordenado através de um conjunto predeterminado de princípios; enquanto grupo ou classe em um sistema de classificação; e, ainda, por meio do processo de atribuição de classes a entidades em um sistema de classificação (JACOB, 2004; PIEDADE, 1977).

Enquanto sistema, consolida-se a partir do final do século XIX, com a criação de uma série de esquemas classificatórios bibliográficos de caráter primordialmente empírico, orientados à organização física dos documentos nas bibliotecas, mediante a atribuição de uma notação representativa (um endereço físico individual). Cada um desses esquemas obedecia à pretensão de ser o mais universal possível, apesar das repetições que se fizeram. Por essa visão, a classificação compreende um produto, um instrumento de representação simbólica da organização do conhecimento socialmente produzido.

A lógica que predomina na classificação enquanto sistema corresponde à ordenação das entidades em classes e se dá por meio de critérios e regras sistemáticos, em uma estrutura hierárquica. São estes critérios predeterminados em relação aos relacionamentos existentes entre as classes, como também entre os conceitos que estas comportam.

Dois pressupostos básicos compõem os princípios dos sistemas de classificação empregados na BCI: a exclusão mútua (associada à não sobreposição de classes) e a estrutura hierárquica. A primeira implica que um objeto pode pertencer a apenas uma classe do esquema e que há limites bem definidos entre uma classe e outra. Além disso, indica que o pertencimento a uma classe se dá mediante a existência de características predefinidas, bem delineadas e definidoras.

Já a estrutura hierárquica se verifica por meio da derivação das classes e na relação de subordinação entre as mesmas. As classes subordinadas compartilham, obrigatoriamente, as características das que lhes são superiores, o que explicita a derivação (por critérios de herança) e o pertencimento a estas.

Com isso, tem-se uma estabilidade na referência a objetos no sistema, já que a comunicação neste se dá por meio de uma estrutura ordenada que atua como um *external cognitive scaffolding*²⁶ – expressão utilizada por Jacob (2004) e Barsalou (1987) que expressa uma estrutura cognitiva externa, ou seja, um suporte às atividades classificatórias dos indivíduos – para os indivíduos. Por essa disposição, tem-se o mapeamento das áreas do conhecimento, que serve de suporte ao reconhecimento das entidades, à economia na armazenagem e recuperação dos objetos pertencentes às classes.

A visão da classificação enquanto grupo ou classe em um sistema remete ao agrupamento dos objetos por critérios predeterminados e a partir de semelhanças, mas não sob a perspectiva da ação realizada, e sim do grupo formado. Essa visão é facilmente confundida com o entendimento do senso comum de categorias, o que, conforme se verá mais adiante, não corresponde à realidade.

A classificação também é compreendida na BCI como a atividade de agrupar itens, isto é, como uma ação, um processo que se destina a estruturar fisicamente os documentos nas estantes e a apreender o conteúdo intelectual destes. Nesse sentido, pode-se designá-la como:

²⁶ Optou-se pela não tradução do termo original devido à perda **semântica** que isso poderia acarretar.

[O] exercício e resultado de → abstração, um processo de, em que objetos ou relações ‘são reconduzidas a seu conceito’, ou um conjunto se divide, segundo determinada perspectiva, em conjuntos parciais deixando-se de lado nuances e detalhes irrelevantes: classificação natural, quando as perspectivas consistem de características que se pode observar nas próprias coisas (como, p. ex., agrupamento de animais segundo suas espécies); classificação artificial, quando os princípios da divisão são impostos arbitrariamente e de fora às coisas (como, p. ex., divisão das pessoas pela letra inicial de seu nome) [...]” (DICIONÁRIO de psicologia Dorsch, 2004, p. 150).

A. Repartição de um conjunto de objetos num certo número de conjuntos parciais e coordenados e subordinados. B. Maneira de ordenar entre si os conceitos, segundo certas relações que se querem pôr em evidência: relação do gênero com a espécie; relação do todo com a parte; relações de genealogia, de hierarquia, etc. (DURAND DE GROS, *Aperçus de taxinomie générale*). (LALANDE, 1999, p. 164)

Sob esta abordagem, a classificação é o processo que interpreta a essência²⁷ dos registros do conhecimento, que resgata determinado sentido a partir das evidências deixadas pelo autor²⁸. Portanto, a linha demarcatória do que a corporifica é muito sutil se comparada a outros processos da BCI²⁹. Piedade aponta que, enquanto processo,

[...] a acepção usual entre os bibliotecários da palavra classificar, [...], é o ato de determinar o assunto de um documento e a arte de encontrar seu lugar num determinado sistema de classificação. (PIEADADE, 1977, p. 9).

Essa ideia torna ainda mais confuso o limite entre os termos citados. Contudo, pode-se afirmar que a indexação compreende o processo de descrição e representação do conteúdo de um documento. Esta é dividida, de maneira quase consensual, em duas etapas, a saber: a extração de conceitos que possam representar o assunto de um documento (análise de assunto) e a tradução desses termos para uma linguagem documentária (DIAS; NAVES, 2007). A indexação pode ainda ser empregada para identificar “a atividade de criar índices, seja de autor, título, assunto, tanto em publicações (livros, periódicos), quanto de catálogos ou banco de dados, em bibliotecas ou centros de informação” (DIAS; NAVES, 2007, p. 27). Dessas apreciações, observa-se que a indexação e a classificação são ações distintas no escopo do tratamento temático dos registros do conhecimento na BCI.

A classificação recebeu tratamento privilegiado no âmbito dos esquemas bibliográficos, já que estes, inicialmente, resolveram o problema da recuperação e do acesso a uma massa documental crescente. Dessa forma, expõem-se brevemente alguns dos esquemas bibliográficos da BCI relacionando-os às classificações filosóficas. Toda essa apreciação auxilia na compreensão da perspectiva categorial da área.

²⁷ Shera (1957) contradiz vorazmente essa abordagem da classificação, pois, para o pesquisador, nenhum processo pode fielmente reproduzir a essência de um documento.

²⁸ A noção de autoria aqui está vinculada ao criador de um registro do conhecimento independentemente da forma de manifestação que este corporifica (livro, periódico, mídias digitais, entre outros).

²⁹ Como a indexação e a categorização.

3.1.1 As classificações filosóficas e a filosofia das classificações bibliográficas³⁰

Relacionada à organização do conhecimento, a classificação remonta à Grécia Antiga, com a *Physica* aristotélica, a partir da qual se percebe a derivação de vários sistemas de classificação do conhecimento, em especial daquele sistematizado. Aristóteles foi o responsável pela proposição de um esquema que perdurou por quase dois mil anos. Em sua estruturação, os conhecimentos se dividiam em práticos, teóricos e produtivos, classes essas que se subdividiam em outras disciplinas mais específicas. Esse modelo classificatório é orientado por atributos das próprias entidades, e não por elucubrações mentais.

Desse período em diante, pode-se ousar inferir que todo filósofo, estudioso e pesquisador propôs algum tipo de classificação aplicada a seu objeto de estudo, vista não somente como uma estrutura organizadora, mas também como um instrumento de poder presente na ordem que se enuncia. Costa (1998, p. 67) afirma que as classificações, além de mapas cognitivos da sociedade, caracterizam-se também como “[...] juízos recíprocos, avaliações positivas e negativas, estratégias de afirmação e estigmatização, disputas de gostos, concorrência de estilos, lutas de poderes, processos de construção e destruição de identidades”. A luta de poderes mencionada por Costa corresponde à força que opera e predomina no critério utilizado para se classificar, ressaltando que cada um desses estudiosos – que propuseram esquemas de classificação – tentou dar força à ideia que preconizava, por meio do esquema sugerido.

Retornando a Aristóteles, a estrutura proposta pelo filósofo serviu de sustentáculo para a criação de várias outras posteriores, de forma que os demais estudiosos enxertavam os conhecimentos de suas épocas na estrutura prévia já existente. Essa difusão do modelo aristotélico se deve, em parte, à tradução das obras gregas para o árabe e, posteriormente, do árabe para o latim. Destaque aos trabalhos dos filósofos turcos al-Farabi, no século X, e Nasir al-Adin-al-Tusi, no século XIII, que, além das traduções para o árabe, elaboraram esquemas classificatórios.

Na Europa Ocidental, uma das classificações de maior destaque na Idade Média (VICKERY, 1980) foi a de Hugh de Saint Victor, que incorporou as ‘Sete Artes Mecânicas’ ao esquema de Aristóteles, em atendimento às inovações socioeconômicas vigentes no período. No século XV, o filósofo Francis Bacon criticou ferozmente o esquema aristotélico, tendo proposto uma

³⁰ Apesar de não constar nenhuma citação direta para KAULA (1984) nesta seção, o trabalho do autor auxiliou no delineamento realizado das classificações bibliográficas.

nova organização do conhecimento, em especial do agrupamento das ciências então existentes, mas com resquícios das noções propostas por Aristóteles. O mesmo se deu com Thomas Hobbes em sua obra *Leviatã*.

Com a consolidação das universidades e o crescente número de disciplinas, teve-se o esmorecimento do esquema aristotélico e uma grande desorientação sobre como organizar as disciplinas então emergentes. Como consequência, as classificações que surgiram basearam-se em esquemas de arranjos básicos ou simplesmente dispostos, sem fundamentos racionais para a disposição das disciplinas.

A partir de então, em especial no século XIX, acentuou-se uma tendência de se criarem dicotomias para representar o conhecimento. ‘Ciências puras x ciências mistas’, ‘especulativas x derivadas’, ‘abstratas x concretas’ são ilustrações de uma divisão arbitrária que, em parcela, se reproduz até a atualidade. Intitula-se arbitrária no sentido de que não há ciências que possam ser dispostas inequivocamente em apenas uma dessas classes.

Houve ainda os estudiosos que propuseram a ordem seriada para a exposição das ciências, o que, em parte, refletia a dependência dos conhecimentos entre si e a derivação destes. A ordem seriada também ratificava a imposição de que algumas ciências estão em estágio mais avançado do que outras. Isso indica que, até então, os critérios das classificações eram predominantemente de cunho subjetivo, e o desafio de “como arrumar um sistema racional para se organizar essas disciplinas em substituição ao esquema aristotélico?” persistia.

Em decorrência disso, no século XIX, surgiu uma série de trabalhos que buscava estabelecer uma classificação racional. Com base materialista empírica, foram propostos modelos que avançaram em muitos quesitos com as divisões principais de acordo com uma estrutura material e com as formas de energia, mas ainda assim persistiam lacunas relacionadas aos movimentos que constituíam o conteúdo de cada uma das classes de subdivisão.

No final do século XIX e início do século XX, ocorre um crescimento efervescente³¹ de classificações, em especial, das classificações bibliográficas – de fundamental interesse na BCI. O desafio, segundo Vickery (1980), era o de se criar um modelo inovador, composto por critérios racionais e que permitisse subdivisões mais específicas de assuntos. Além disso, as

³¹ Contudo, se se considerar-se que a classificação implica a atividade de divisão de itens, baseada em critérios, esta tem sido realizada desde períodos remotos, uma vez que a organização do conhecimento em bibliotecas é vista desde o século VII antes de Cristo (biblioteca do Rei Assurbanipal).

classificações bibliográficas foram criadas no intuito de se facilitar o acesso físico aos acervos documentais pelos usuários e, portanto, fundamentaram-se no empirismo. Fonseca faz um comentário interessante a essa derivação das classificações bibliográficas das filosóficas:

É curioso como as classificações filosóficas e as classificações bibliográficas, tendo embora objetivos diametralmente opostos estão intimamente ligadas. Essa ligação demonstra que, na velha questão dos *universais*, tanto o *realismo* quanto o *nominalismo* pecavam pelo exagero, devendo procurar a verdade no *realismo moderado*, que vê as idéias não apenas como *realidade* nem apenas como *nomes*, mas distinguindo-se o modo por que as coisas existem em si mesmas e o modo por que existem as inteligências. Assim, quando exclusivamente filosóficos, os sistemas de classificação pecam pelo *realismo*; e quando exclusivamente pragmáticos, pelo *nominalismo*. (FONSECA, 1976, *on-line*, grifou-se)

Dessa forma, percebe-se, nas primeiras classificações bibliográficas da BCI que surgiram, a tendência ao realismo exagerado, uma vez que se embasaram, primordialmente, nas classificações filosóficas existentes, tendo ficado em plano secundário a adoção da perspectiva nominalista. Constata-se que, após o século XIX, a classificação evoluiu no contexto da BCI, de um tratamento mais espontâneo, natural e até mesmo artístico, a algo mais consolidado, ainda que sob esse nominalismo filosófico, quase que exacerbado, chegando a ferir a epistemologia das ciências (FONSECA, 1974). Assistiu-se ainda a uma virada na teoria da classificação da BCI com a retomada do realismo, mas de forma moderada (usando o vocabulário de Fonseca).

A classificação de Henri Bliss (1870-1955), *Bliss Bibliographic Classification*, publicada inicialmente em 1910 e desenvolvida por mais 25 anos, é representativa da primeira fase das classificações bibliográficas – o realismo exagerado. Bliss baseou-se no consenso educacional e científico, por acreditar que um sistema de classificação para o conhecimento registrado deveria refletir o saber apreendido pelos cientistas, filósofos e educadores (FOSKETT, 1993). Esta classificação se viu amarrada a um esquema filosoficamente justificável, o que, devido à polidimensionalidade do conhecimento, acabou distanciando-a de um apelo pragmático. Bliss pode ser visto como o primeiro estudioso da BCI que trouxe uma configuração sistematizada de como criar divisões em um esquema classificatório, dotando-o de princípios teóricos, por mais que o sistema por ele proposto não tenha se sobressaído dos demais.³²

A perspectiva nominalista é a que impera nos trabalhos mais notórios da temática, como o do americano Melvil Dewey, que publicou a Classificação Decimal de Dewey (CDD) no ano de 1876³³. Dewey baseou-se no trabalho de Willian Torrey Harris, que utilizou a classificação

³² MILLS (2004) apresenta os princípios da nova *Bliss Classification* (BC2).

³³ A princípio, esta edição foi publicada anonimamente.

proposta por Francis Bacon de forma inversa, na Biblioteca Pública de *Saint Louis*, a partir de 1870. Bacon propôs uma classificação pelas faculdades mentais da **memória**, imaginação e razão. Apropriadas por Harris, estas foram modificadas para filosofia, poesia e história. Já Dewey as empregou originando as dez classes básicas da CDD: generalidades, filosofia, religião, ciências sociais, filologia, ciências puras, ciências aplicadas, belas artes, literatura, história, geografia e viagens. Contudo, o próprio Dewey afirmou que reverteu os princípios filosóficos de Bacon a uma apreciação orientada à prática. A CDD, em sua abordagem original, é vista como uma classificação enumerativa e de base rígida. É a classificação bibliográfica mais utilizada em todo o ocidente e com isso passou por várias alterações (como as da 22ª edição publicada em 2005), o que lhe conferiu maior maleabilidade.

Outro sistema que ratifica a postura nominalista nas classificações bibliográficas é a *Library of Congress Classification* (LCC), criada em 1902, por iniciativa de Herbert Putnam. A LCC foi elaborada sem pretensões teóricas, tão somente com o espírito empírico. Surgiu para atender às necessidades da instituição, refletindo o acervo e o uso da biblioteca. Possui uma notação pouco mnemônica e atualmente é utilizada em algumas bibliotecas dos Estados Unidos.

Também podem ser visualizadas como classificações nominalistas as de C. A. Cutter, *Expansive Classification* (1881-1883); a de James Duff Brown, *Subject Classification* (1906) – ainda que apresente um esquema de categorias; e a Classificação Internacional de F. Rider (1961).

A Classificação Decimal Universal (CDU), criada por volta de 1906 com base na CDD, por Paul Otlet e Henri La Fontaine, propõe uma estrutura mais moderada quanto ao nominalismo exacerbado da CDD. Alguns a nomeiam como uma classificação semienumerativa, e Ranganathan (1967) a identifica como uma classificação semifacetada, já que possibilita a combinação de assuntos por algumas classes gerais, mediante o uso de sinais e outros recursos. Ainda assim, a CDU compartilha da base de oposição da CDD e, no âmbito derivativo, obedece às mesmas noções.

O que configura o realismo moderado nas classificações da BCI é a proposta da classificação analítico-sintética de Ranganathan, representada pela *Colon Classification* (Classificação dos Dois Pontos, em português). Ranganathan a intitula como livremente facetada, e neste ponto do trabalho cabe enunciar que se acredita que Ranganathan tenha se baseado nas categorias

fundamentais de Aristóteles para a proposição das facetas fundamentais que usa nesta classificação. As ideias desses estudiosos são retomadas em profundidade no próximo capítulo.

De maneira geral, as classificações na BCI até os trabalhos de Ranganathan basearam-se, sobretudo, na árvore proposta por Porfírio de Tiro (232/233-ca. 304), filósofo grego que viveu em Atenas e Roma. Porfírio apresentou em sua obra *Isagoge* princípios para orientar a atividade classificatória, denominados predicáveis ou categoremas, são eles: gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente. O que se deve apreender destes categoremas relacionados à teoria da classificação na BCI é que eles possuem uma base primordialmente dicotômica e fundamentam-se no princípio da oposição de Platão e Aristóteles.

Os esquemas tradicionais de classificação valorizam a estruturação em classes, e não em categorias, salvo o de Ranganathan. Isso mostra que as classificações nominalistas são instrumentos válidos à organização física dos registros do conhecimento, mas não apresentam elementos para a análise destes, limitando-se a expor classes organizadas por áreas do conhecimento, em que os assuntos dos documentos devem ser inseridos. Esse é um ponto que não permite que se considerem tais esquemas como propostas categoriais, e sim como aglomerados de classes.

Observa-se que, nas classificações bibliográficas, em especial naquelas de caráter nominalista, houve o que Souza intitula como o rompimento da base material da organização documental com a trajetória histórica. Tomada a base material, as construções classificatórias deveriam vincular-se à noção “de diversidade, de pluralidade, de codificação conformada à estrutura do pensamento, gerada pelo que é básico em cada grupo humano” (SOUZA, 1998, p. 24), o que nem sempre se faz condizente com a realidade.

Vale ressaltar o pensamento de Shera³⁴, o qual, já em 1957, enuncia que mediante a parcialidade dos esquemas classificatórios, estes devem estar circunscritos a determinado período temporal e espacial, já que cada classificação corporifica um desenho efêmero da realidade. Como defendido por Lund e Taube³⁵, as classificações não devem ter a pretensão

³⁴ Jesse Shera (1903-1982) foi um pesquisador que atuou, entre outras instituições, na Universidade de Chicago (Estados Unidos). É o responsável pela abordagem da epistemologia social na BCI e por inúmeros trabalhos teóricos sobre as classificações.

³⁵ LUND, J.; TAUBE, M. Non-expansive classification system. *Library Quarterly*, n. 7, p. 373-394, 1937 apud VICKERY, 1980.

de serem eternas (apud VICKERY, 1980), pois quanto mais um sistema se apropria a uma determinada época, menos adequado o é a outra.

Apresentada esta breve perspectiva histórica da classificação na BCI, segue-se com o estudo das categorias e da categorização. Como se pode ver, ambos os temas estão intrinsecamente relacionados e são fundamentais às atividades da área, possuindo, no entanto, características que os distinguem da classificação.

3.2 AS CATEGORIAS E A CATEGORIZAÇÃO

Antes de se adentrar no estudo da categorização, faz-se significativo descrever as acepções dadas ao produto mor deste processo – as categorias. A apreciação, a seguir, procura analisá-las sob as óticas filosófica, cognitiva e também pela teoria da classificação. Com isso, pretende-se ir ao encontro do explorador Marco Polo (descrito na epígrafe deste capítulo), em sua insatisfação e inquietude em como tratar o rinoceronte mediante o universo de categorias que conhece...

O sentido de categoria é diverso, conforme a abordagem considerada. Pelo senso comum, é vista como espécie, tipo, grupo e mesmo classe, assim como “as formas mais gerais do juízo que se pode fazer sobre um objeto, as determinações mais universais de um objeto, que o pensamento pode alcançar [...]” (DICIONÁRIO de psicologia Dorsch, 2004, p. 135).

No âmbito filosófico, em especial na lógica e na epistemologia, as categorias adquirem um sentido mais claro com os estudos de Aristóteles (e mesmo antes, com Platão). Para Aristóteles, elas são o “predicado da proposição; daí que ele chame de *categorias do ser* e, [...] *categorias* às diferentes classes do ser ou às diferentes classes de predicados que se podem afirmar de um sujeito” (LALANDE, 1999, p. 142, grifos no original).

Já no século XVIII, Kant e os adeptos da escola kantiana enunciam que “as categorias são os conceitos fundamentais do entendimento puro, [...], formas *a priori* do nosso conhecimento, representando todas as funções essenciais do pensamento discursivo” (LALANDE, 1999, p. 142). Para Renouvier, “as categorias são as leis primeiras e irreduzíveis do conhecimento, as relações fundamentais que lhe determinam a forma e lhe regem o movimento” (LALANDE, 1999, p. 142).

A maneira de se pensar sobre categorias na filosofia está relacionada às indagações sobre como o conhecimento humano se forma no intelecto e se manifesta no mundo, ficando claro o dualismo entre as categorias *a priori* e as categorias *a posteriori* na interação dos indivíduos com o universo. As categorias, assim vistas, buscam a verdade dos seres e dos conhecimentos, mediante a análise da essência que os constituem.

Na BCI, as categorias estão intrinsecamente relacionadas à teoria da classificação. Piedade apresenta algumas definições de pesquisadores renomados da área:

L. Wood e B. S. Vickery entendem por categorias ‘*os conceitos de alta generalização e grande aplicação elaborados pelo espírito, ao se referir direta ou indiretamente ao conhecimento empírico, e utilizados por ele para interpretar este conhecimento*’. [...] Jack Mills define categoria como ‘*um conceito de alta generalidade e de grande aplicação, que pode ser empregado para reunir outros conceitos. [...]*’ (PIEDADE, 1977, p. 12, grifou-se)

Apreende-se desses enunciados que, na teoria da classificação da BCI, o entendimento das categorias mescla elementos da visão filosófica com aqueles do senso comum, uma vez que tanto refletem a noção de essência do conhecimento da primeira, quanto à generalização intrínseca à segunda. Além disso, observa-se que a definição de categoria muitas vezes se confunde com a de classe, característica e mesmo de categorização.

Cabe acrescentar, conforme Guido Barite (1998, p. 78, tradução livre), que “foi Ranganathan, em um gigantesco passo, quem provocou a extrapolação do conceito [de categoria] desde a Filosofia à Classificação do Conhecimento, e quem elaborou uma concepção harmônica e reflexiva sobre as categorias”. Essa reflexão veio revolucionar as teorias da classificação da BCI e, ainda, servir de insumo a diversos trabalhos posteriores.³⁶

Em um tratamento mais atual e com respaldo da filosofia e da teoria da classificação da BCI, Aranalde argumenta que

As categorias são identificadas como conceitos elementares, isto é, como *princípios que permitem identificar as notas essenciais que caracterizam um objeto de conhecimento*. A partir desta operação mental de identificação, é possível formular conceitos empíricos, ou seja, buscar uma equivalência entre como o objeto se apresenta e a representação mental que se faz dele e de suas relações com outros objetos. As categorias são concebidas como metaconceitos que permitem a efetiva conceitualização de objetos passíveis de serem conhecidos, organizados e classificados. Portanto, *elas são elementos intermediários entre os conceitos e a realidade cognoscível*. (ARANALDE, 2009, p. 87, grifou-se).

As categorias em Aranalde (2009) assumem uma perspectiva de metaconceitos e se pautam, sobretudo, na experiência com a realidade que os indivíduos possuem. A realidade

³⁶ As categorias de Ranganathan são discutidas mais à frente.

cognoscível seria, então, o plano para a realização da categorização, apesar de Aranalde (2009) mencionar que se trata de um processo mental. A categorização é vista como a ligação de um plano ideacional com a realidade tal como ela é. Esta perspectiva recorda a formação conceitual descrita no preâmbulo deste trabalho. Aranalde complementa afirmando que as categorias permitem que se diga ‘o que é e o que não é’.

Nas ciências cognitivas, existe uma infinidade de configurações para as categorias. Como visto alhures, várias são as disciplinas que compõem as CC e, assim, o entendimento de categorias de cada uma destas se delinea de forma distinta. Considera-se que a definição de categoria deva relacionar o aspecto filosófico, determinante à teoria da classificação, com a compreensão cognitiva, que permeia o próprio situar do sujeito no mundo. Desta forma, vale-se da proposta de Guido Barite (1998):

[...] definimos as categorias como concepções abstratas (cuja essência pode ser analisada a partir de uma perspectiva ontológica ou semântica), as [formas] mais simplificadas que podemos obter para analisar qualquer fenômeno e situá-lo em determinada posição em relação a um objeto ou referente. As categorias são estruturas permanentes e estáveis (embora variáveis no seu conteúdo conforme o objeto de estudo³⁷), passíveis de serem manifestações de qualquer coisa, entidade, ser real ou ideal. São, e eis aqui o essencial de nossa concepção, *instrumentos de análise*. Cada uma delas fornece um determinado ângulo de enfoque para adquirir conhecimentos sobre a estrutura e a evolução de uma coisa. Dito de outro modo, são as dimensões de percepção que um analista utiliza para estudar objetos, ideais ou físicos, passados ou presentes. (GUIDO BARITE, 1998, p. 79, tradução livre).

Do conceito exposto, devem-se destacar as concepções abstratas, a estrutura categorial e também a perspectiva das categorias enquanto instrumentos de análise.

Sobre a relação das concepções abstratas e as categorias, Harnad (em capítulo da obra editada por COHEN; LEFEBVRE, 2005) exemplifica com uma aceção simples: a designação de um objeto como redondo. Para tanto, escolhe-se uma característica a ser considerada e esta também constitui um objeto no mundo (ainda que abstrato)³⁸, ou melhor, um conceito. Essa noção vai ser aplicada constantemente e faz recordar a proposta de Dahlberg de que toda característica é um conceito e assim sucessivamente.

³⁷ Piedade intitula este caráter diferenciado como ‘relacionados dispersos’ (*distributed relatives*), em que um mesmo fenômeno pode ser estudado em várias disciplinas. A autora cita o exemplo do café, que pode ser tratado em botânica, agricultura, produção, indústria e comércio. Na contemporaneidade, observa-se o caráter infinito de relacionamentos de um objeto em uma mesma disciplina, já que, com a ascensão da interdisciplinaridade, tem-se troca e convergência de olhares, o que implica na ascensão de objetos multicategoriais.

³⁸ Harnad cita ainda a fruta maçã para exemplificar este pensamento: a maçã não é uma característica de outro objeto, mas constitui-se como parte de um objeto a que está subordinada – a macieira. Todo ente, todo ser, todo objeto possui algum tipo de relação com outro no universo de conhecimentos.

Guido Barite (1998), ao dissertar sobre o nível de abstração presente nas categorias, aponta que estas não são componentes dos objetos do mundo como alguns filósofos afirmaram, estão fora do mundo real. São formas eleitas, externas e autônomas – até mesmo arbitrárias, já que não são integrantes dos objetos –, para servir de instrumentos de análise. A abstração caracteriza-se como uma derivação do pensamento aristotélico aplicado às categorias, já que, por meio dela, podem-se reconhecer certas regularidades nos objetos (GUIDO BARITE, 2000b).

Cabe ressaltar que, apesar de a estrutura categorial ser vista como permanente e estável pelo professor Guido Barite, a vinculação a determinado contexto e sob certa finalidade a faz transgredir seu caráter estático e ser dotada de uma estrutura dinâmica. Mesmo a existência de uma lista fixa e taxativa de categorias, seja sob o enfoque ontológico, seja sob o semântico, é contestada, como se vê na configuração dos trabalhos filosóficos e mesmo da BCI³⁹. Vickery, a esse respeito, enuncia:

Como surgem as categorias conceituais? Todos os conceitos baseiam-se finalmente na percepção, mas a percepção não é uma maneira fixa e estática de adquirir conhecimento. É impregnada pela experiência passada, e como essa experiência se amplia e se aprofunda, então as categorias usadas para interpretá-la desenvolvem-se em número, complexidades e sutileza. As séries de categorias em desenvolvimento, usadas para interpretar a realidade externa são o produto de uma penetração progressivamente mais profunda dessa realidade. Tem sua origem na atividade social dos homens cooperando para produzir seus meios de subsistência e se manterem vivos. Mas pelo menos pode ser dada uma indicação do modo como se desenvolve no indivíduo uma série de categorias conceituais. (VICKERY, 1980, p. 236, grifou-se).

Logo, as categorias, enquanto instrumentos de análise, são primordiais ao exercício da teoria da classificação, já que se instauram na própria compreensão de mundo dos sujeitos e transpostas ao universo dos registros do conhecimento tendem a reconhecê-los mais amiúde. Para tanto, é imprescindível que se compreenda que uma categoria, de modo isolado, possui um alcance fragmentário e incompleto, isso porque sua configuração é setorial, representa um recorte no universo, além de permitir variados níveis de análise de um objeto – subcategorias.

Acredita-se que, enquanto instrumentos de análise, as categorias requerem um trabalho sistêmico, relacionado, para que possam potencializar o aspecto semântico dos objetos que comportam, levando à compreensão integrada destes. Sob essa perspectiva, instaura-se a dúvida sobre o fato se um conjunto de categorias eleitas possa propiciar um alcance total do

³⁹ A proposição de várias listas de categorias ao longo da história demonstra que não há consenso sobre o assunto.

objeto estudado, ou se existe uma categoria que comporte a dimensão do todo (tal como a substância aristotélica, que se verá adiante).

Em acréscimo, existe a discussão acerca do nível de generalização das categorias. A princípio, elege-se uma lista de categorias que possam ser aplicadas a todos os seres, tal como fizeram Aristóteles e Kant, ou a todos os assuntos, conforme Ranganathan, mas será isso possível? Seres, objetos, coisas podem ser analisados sob uma mesma ótica? Todos os registros do conhecimento podem ser analisados com um mesmo olhar?

Lima (2007) afirma que o grande problema a ser enfrentado pela BCI é a compreensão dos critérios usados para agrupar as entidades em uma mesma categoria, o estudo do processo no qual entidades distintas são tratadas como equivalentes, já que cada conceito reflete um entendimento distinto, por mais próximo que se possa julgá-lo de outro. A partir dessas reflexões, aborda-se o estudo da categorização, a princípio, sob a ótica cognitiva contemporânea, para, na sequência, focalizar as propostas advindas da BCI.

3.2.1 A categorização cognitiva contemporânea

Antes de qualquer coisa, cabe esclarecer que todo modelo de categorização é cognitivo, dado que, como se vem mostrando ao longo do texto, a categorização é um processo intrínseco ao pensar e ao agir humanos. Dessa forma, o que se intitula como abordagem cognitiva contemporânea de categorização, neste trabalho, parte dos estudos posteriores aos anos de 1960 e procura apropriar-se, de maneira geral, dos elementos sem adentrar nos modelos específicos da psicologia cognitiva, como o probabilístico, o protótipo e o exemplar. Obviamente que nuances desses estão presentes no texto, mas não se pretendeu privilegiar nenhum deles. O embasamento se deu nos estudos de Jacob⁴⁰ e em teóricos cognitivistas como Barsalou.

Howard Gardner (1996, p. 360), ao abordar a categorização, resgata a definição dada pelos gregos aos seres humanos como ‘bípedes sem penas’. O autor afirma que, com esta frase esquisita, os gregos não queriam apenas traçar uma definição sucinta da espécie, mas exemplificar que os objetos do mundo podem ser categorizados em grupos e que estes são definidos por certos critérios.

⁴⁰ Elin Jacob, pesquisadora na área de BCI e professora da *Indiana University Bloomington*.

A categorização pode ser vista, de maneira geral, como o processo de divisão do mundo em categorias, sendo os membros destas possuidores de características comuns. Essa definição se faz bastante próxima do que já foi expresso sobre a classificação, portanto integram-se outras definições a esta, com perspectivas mais específicas, a fim de se desenvolver um estudo técnico ao tema:

[A categorização] De um lado, um princípio fundamental da redução de complexidade, segundo o qual os indivíduos (ou as comunidades socioculturais) estruturam em categorias a profusão prevalente das coisas singulares presentes no mundo [...]. Por outro lado, o processo em que se subsume um elemento concreto qualquer (p. ex., um objeto percebido), através de sua estrutura característica, numa determinada categoria (DICIONÁRIO de psicologia Dorsch, 2004, p. 136).

[...] 3. O termo *categorização* designa, em psicologia cognitiva, um ato mental, fundamental no conhecimento, que consiste em estruturar elementos do real em categorias de objetos, de acontecimentos, de entidades conceituais, a partir de propriedades julgadas comuns. Nesta perspectiva, a linguagem exerce papel decisivo, uma vez que a categorização se exprime sobretudo pela denominação, pela designação, pela caracterização [...] (NEVEU, 2008, p. 65, grifo no original).

A categorização é uma atividade cognitiva fundamental. Representa uma função essencial nos processos de memória, linguagem, raciocínio e resolução de problemas. É uma actividade que ocorre sempre que dois ou mais objetos, seres ou acontecimentos diferentes são agrupados devido a uma certa semelhança ou aparência entre si. *Através do estabelecimento de categorias ou conceitos o ser humano organiza e representa o conhecimento da realidade. De facto o nosso conhecimento do mundo e a nossa habilidade para formar categorias apresentam-se intimamente relacionados.* (PINTO, 1992, on-line, grifou-se)

Dos enunciados expostos, percebe-se a existência de pontos convergentes e salientes sobre a categorização, a saber:

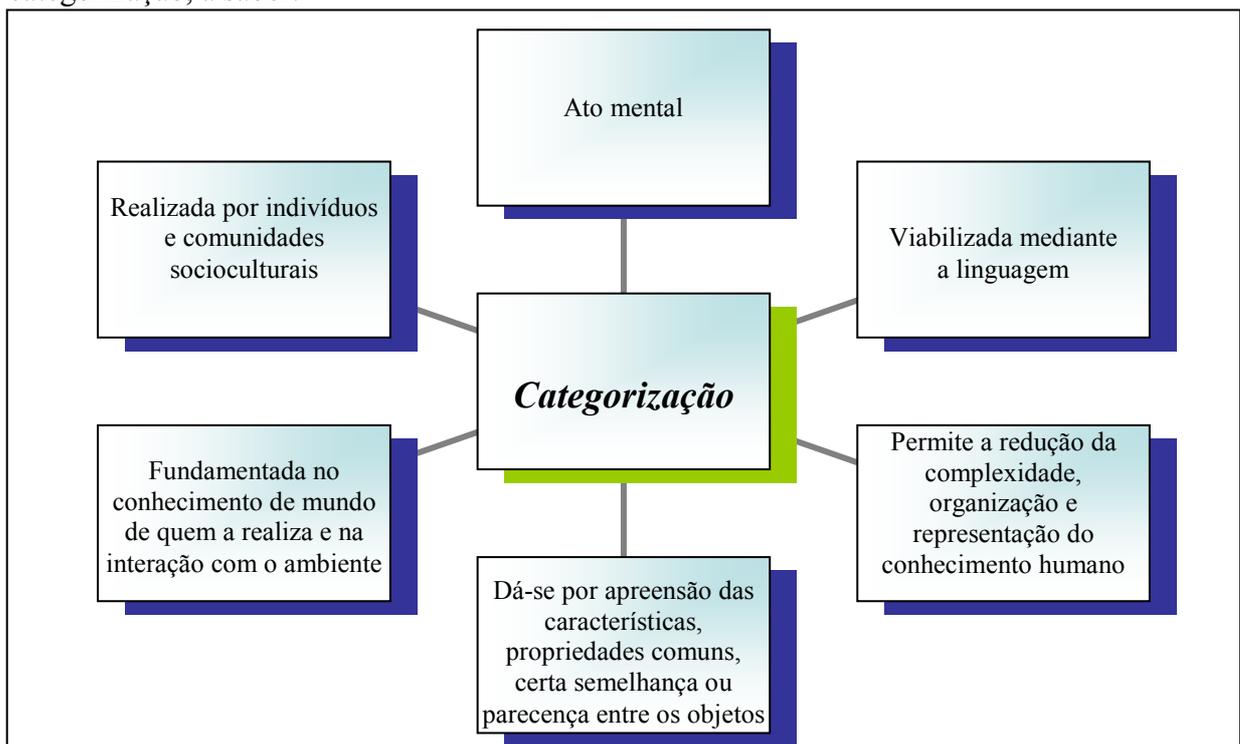


FIGURA 4 – Elementos salientes nas definições de categorização

Enquanto ato mental (o item superior na FIG. 4), apreende-se que categorizar é inerente às ações humanas, dado que permite que sejam recordados elementos que propiciem a economia cognitiva⁴¹ aos indivíduos. Divide-se o meio ambiente em categorias para diminuir a quantidade de informação que se precisa aprender, perceber, lembrar e reconhecer, e, sem ela, a vida seria caótica e cada experiência se configuraria como exclusiva – recorda-se o personagem borgiano apresentado no capítulo introdutório deste trabalho que rememora cada detalhe de tudo o que lhe é apresentado. Trata-se de um mecanismo cognitivo que simplifica a experiência e a relação dos indivíduos com o ambiente, possibilita aos seres comparar situações e estabelecer posições sobre as mesmas. Vickery faz um alerta sobre o fato de se privilegiar o aspecto mental na categorização:

A aquisição do conhecimento é um processo ativo. É uma interação concreta entre o organismo humano e seu ambiente, no curso do qual o ambiente é física e objetivamente mudado, e o organismo é também mudado, mas mental e subjetivamente. Estudando o desenvolvimento das categorias conceituais, não são apenas as atividades mentais como ‘a distinção’ que devem ser levadas em consideração. A atividade total, mental e física é envolvida. (VICKERY, 1980, p. 236).

Sobre o apontamento do ambiente físico feito por Vickery, pode-se complementar que este se dá nas esferas biológica e sociológica do indivíduo. A categorização integra o intelecto e o físico, em âmbito biológico, mediante a sensação e a percepção do mundo ao redor, sendo inclusive provocada por estímulos externos. Há todo um aparato nas neurociências para a explicação biológica do comportamento do organismo no processo de categorizar⁴².

A categorização também se manifesta mediante a interação do indivíduo com o mundo. Sem esta não há insumo para que o processo se dê, o gesto categorial implica o conhecimento do novo ou a resignificação do já conhecido. Lima (2007, p. 158) enuncia que “a categorização passou de um processo cognitivo individual a um processo cultural e social de construção da realidade”, o que resgata as comunidades socioculturais expressas na definição do *Dicionário de psicologia Dorsch* (2004). Lima (2007) complementa que o ambiente influencia muito o modo como se categorizam as informações⁴³.

O conhecimento de mundo do indivíduo é o arcabouço que será resgatado ao se vivenciarem as situações – lembre-se da estratégia do explorador Marco Polo ao encontrar um animal por ele desconhecido. Na realidade, o conhecimento de mundo é constituído por um emaranhado

⁴¹ Conceito trabalhado por EYSENCK; KEANE, 2007; JACOB, 2004 e ROSCH; MERVIS, 1975.

⁴² Mediante a especificidade dos estudos relacionados às neurociências, sugere-se a leitura dos capítulos que abordam o assunto na obra organizada por COHEN e LEFEBVRE, 2005.

⁴³ A seguir, esta noção será trabalhada de forma mais detalhada no tópico sobre o contexto e a categorização.

de conhecimentos que oscilam conforme os indivíduos, tais como os conhecimentos relacionados aos diferentes níveis de atividades em raciocínio lógico e memória visual, os conhecimentos linguísticos, o conhecimento enciclopédico, bem como pelas experiências vivenciadas pelos indivíduos.

A FIG. 4 mostra que a categorização é um processo que se torna comum, dentre outras formas, mediante o emprego da linguagem. No capítulo 2, viu-se que a linguagem é necessária à expressão dos conceitos e pode ser tida tanto em sentido estrito ou amplo, mas sempre se relacionando as formas de representação utilizadas pelos indivíduos.

Percebe-se, nas considerações sobre a categorização supradescritas (embasadas na FIG. 4), a presença das características⁴⁴ como elementares na efetivação do processo de categorização. Estas correspondem aos atributos que distinguem e identificam os objetos. São propriedades julgadas comuns e, como mencionado por Pinto (1992), refletem certa semelhança ou parença entre os objetos.

Esta semelhança ou parença constitui um ponto seminal na configuração da categorização desde meados da década de 1960. O entendimento da semelhança de família⁴⁵ origina-se na segunda fase dos estudos do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951). Ao tratar de categorias linguísticas como a dos jogos, Wittgenstein sugere que existem parencas entre os membros de uma família, mas não o compartilhamento obrigatório de um grupo de características definitórias. Um exemplo célebre de suas críticas é o conceito de jogos: *qual o atributo necessário à sua definição?*

Considere-se, por exemplo, as actividades conhecidas por 'jogos'. Eu falo em jogos de tabuleiro, jogos de cartas, jogos de bola, jogos olímpicos, entre outros. O que há de comum a todos eles?

Se se reparar nas várias denominações, não se vê nada de comum em todos, mas similaridades, relações e toda uma série de jogos sem mais nada. [...] Olhem, por exemplo, para os jogos de tabuleiro com as suas numerosas e diversas relações. Agora passem aos jogos de cartas: aqui encontramos muitas correspondências com o primeiro grupo, no entanto algumas características desapareceram e outras surgiram. [...]

E o resultado deste exame revela uma estrutura complicada de similaridades que se sobrepõem e entrecruzam. Às vezes similaridades globais, outras similaridades de pormenor.

Eu não consigo imaginar uma expressão melhor para caracterizar estas similaridades do que 'parenças familiares', a partir das similaridades existentes entre os

⁴⁴ Descritas no tópico 2.4.1.

⁴⁵ *Family resemblance*.

membros de uma mesma família. A forma, os traços fisionômicos, a cor dos olhos, o feitio, o temperamento, etc, etc, sobrepõem-se e entrecruzam-se de modo semelhante. – E eu direi: os ‘jogos’ formam uma família. (1958, p. 31e-32e). (WITTGENSTEIN, 1958⁴⁶ apud PINTO, 1992, não paginado).

Rosch e Mervis (1975) asseveram que:

Ele sugere [Wittgenstein] que, antes, as semelhanças de família podem ser associadas a vários referentes de uma palavra. A relação de semelhança de família consiste em um conjunto de itens em forma AB, BC, CD, DE. *Isto é, cada item tem pelo menos um e, provavelmente, vários elementos em comum com um ou mais itens, mas não [obrigatoriamente], já que podem ser poucos ou mesmo nenhum, os elementos comuns a todos os itens.* (ROSH; MERVIS, 1975, p. 575, tradução livre, grifou-se).

Artêncio (2007) enuncia que as semelhanças de família justificam a descontinuidade de características comuns nos membros da categoria. Para Pinto (1992), o que demonstra o pertencimento de diferentes objetos a uma mesma categoria, nos estudos de Wittgenstein, são as ligações que eles mantêm com membros intermediários da categoria.

Apreende-se disso que, na categorização, há um gradiente de tipicidade⁴⁷ – o quão típico um objeto é em uma categoria – em que existem objetos que melhor representam a categoria, se comparados com outros pertencentes à mesma, que estão em posição mais periférica. Um fator interferente na tipicidade é o contexto ao qual se aplica, por exemplo: para os norte-americanos, o tordo é um exemplo característico das aves; já para os chineses, os gansos são vistos como mais representativos das mesmas (EYSENCK; KEANE, 2007).

A tipicidade vai determinar a chamada estrutura graduada das categorias, ou seja, os objetos se comportam com graus diferenciados de adesão no interior das categorias (objetos mais representativos da categoria, menos representativos e não representativos). Esta estrutura permite que os objetos mais representativos sejam percebidos e aprendidos com maior agilidade se comparados com outros em posição periférica.

Além disso, na tomada de decisões, a estrutura graduada orientará o posicionamento daquele que categoriza. Vickery (1980) fez um exame da formação categorial da *Colon Classification* e da *Classificação Decimal Universal* que reflete esses elementos⁴⁸: na formação das

⁴⁶ WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1958. (Obra originalmente publicada em 1953.)

⁴⁷ Alguns autores nomeiam o termo como tipicidade, como na tradução da obra de Eysenck e Keane (2007). Optou-se, neste trabalho, em utilizar a tradução tipicidade, conforme citado por Pinto (1992), e também pela prevalência deste termo nos dicionários consultados.

⁴⁸ Vickery fez este cotejamento no intuito de verificar a compatibilidade das categorias nas classificações citadas com aquelas propostas por Ranganathan e pelo *Classification Research Group* (CRG). A visualização dos aspectos cognitivos mencionados se deu pela autora deste trabalho.

categorias é visível que algumas subcategorias são mais expressivas quanto ao sentido da categoria maior a que pertencem do que outras (como ilustração, tem-se a subcategoria ‘Números’ na *Colon Classification*, que é reconhecida na categoria ‘Aritmética’).

A estrutura graduada é visualizada explicitamente em algumas categorias, enquanto em outras se mostra mais sutil. Isso porque as categorias são organizadas em níveis distintos de complexidade. Há aquelas tidas como de mais fácil apreensão. Pinto (1992) as exemplifica como as categorias naturais (aves, frutos), as categorias dos acontecimentos (acidentes, jogos), as categorias de artefatos (mobiliário, edifício); e, ainda, por meio das categorias de natureza predominantemente abstrata, como ‘quadrados’, ‘avôs’, ‘genes’ e ‘democracia’.

Barsalou (1987) as nomeia como *categorias taxonômicas comuns* e diz que são culturalmente compartilhadas, além de usufruírem de um forte embasamento biológico. Segundo o autor, elas refletem em sua estrutura a correlação com o ambiente e formam grupos de entidades mais salientes ao entendimento humano. São ainda fundamentais na relação com o mundo e representação dos objetos neste.

Sob outra perspectiva, tem-se as categorias que agregam conceitos utilizados em tarefas cognitivas mais complexas, pois exigem relacionamentos mais elaborados. Pinto (1992) destaca dentre estas categorias aquelas referentes a: 1) conceitos relacionais como “bater” e “vender”, que envolvem um agente, um instrumento e um objeto (recorda-se a valência do verbo medir, abordada no QUADRO 1 do capítulo 2 deste trabalho); 2) conceitos combinados, como “camisa azul com riscas”, “corrida de cavalos”; 3) esquemas de ações como “ida a um restaurante”, “consulta a um profissional de saúde”, entre outros.

Barsalou (1987) coloca ainda a presença de *categorias derivadas de objetivos* que se fundamentam nos propósitos dos indivíduos ao categorizar. São categorias que não possuem relação imediata com o ambiente, portanto, pouco familiares e não necessariamente com ampla aceitação cultural. Referem-se a uma apropriação que o indivíduo faz das entidades em um ambiente. Barsalou (1987, p. 102) as exemplifica da seguinte forma: “alimentos para se comer em uma dieta”, “locais para férias”, “presentes de aniversários”, entre outras.

Cabe recordar que, apesar de a categorização ser um processo cognitivo básico, o entendimento desta implica a compreensão de elementos diversos, com múltiplas relações e de bases interdisciplinares. A descrição realizada sobre a categorização não buscou ser exaustiva, e sim elencar pontos que possam servir à análise deste processo na BCI. Para tanto,

complementa-se com o estudo das propriedades dependentes e independentes do contexto, sob o amparo dos textos de Jacob (2004) e Barsalou (1982, 1987), bem como da apropriação do contexto realizada por Van Dijk (1992).

3.2.2 O entendimento do contexto na categorização

O contexto na categorização pode ser visualizado em consonância com Van Dijk⁴⁹ (1992, p. 89) “[...] como algo dinâmico [que] muda de acordo com os princípios causais, convenções e demais restrições sobre as seqüências dos eventos e ações”. O contexto é, assim, algo variável e flexível, além de conceder às categorias uma base dinâmica.

Barsalou atribui essa flexibilidade à relação existente entre a categorização e as propriedades independentes do contexto e dependentes do contexto⁵⁰:

[...] como a informação de uma categoria particular varia entre indivíduos e contextos, o conjunto de características associadas com uma categoria é composto por elementos dependentes do contexto e independentes do contexto. (BARSALOU, 1982, p. 82, tradução livre).

Os elementos independentes do contexto são ativados em qualquer ocasião em que se utiliza o conceito e estão relacionados às características e propriedades frequentemente presentes na interação com este. Correspondem ao núcleo, à ordem geral de significado deste conceito. Não se relacionam a uma dada situação, e sim à maneira geral como o conceito se constitui. Podem ser tidos como uma visão *lato sensu* do conceito. Como são típicos, auxiliam na distinção dos conceitos e possuem caráter generalizante (BARSALOU, 1982). Já as propriedades dependentes do contexto são vistas como a variação semântica que um conceito pode ter, conforme a interação dos indivíduos em certo contexto, sob determinadas circunstâncias, o que as leva a serem vistas como uma posição *ad hoc*⁵¹.

É visível a relação do que o contexto independente abrange com a noção das características essenciais descritas por Piedade (1977): o que é ativado em qualquer situação para a compreensão de determinado conceito corresponde àquilo intrínseco à sua compreensão (e a sua intensão). Também se recorda a proposta de Barsalou (1987) das categorias taxonômicas

⁴⁹ O pesquisador citado relaciona o contexto aos atos de fala, mas a apropriação feita também pode ser associada aos processos categoriais.

⁵⁰ Do original: *independent context e dependent context*.

⁵¹ “*Ad hoc*: literalmente, ‘para isto’, isto é, ‘para determinado efeito ou propósito’. Fala-se de um argumento *ad hoc* quando o argumento se aplica única e exclusivamente ao caso que se pretende explicar, ou defender, mediante o argumento” (MORA, 2004, p. 47).

comuns. Já o contexto dependente resgata a noção das características artificiais que são úteis sob determinado enfoque julgado relevante. Podem ser vistas como as categorias orientadas por objetivos.

Cabe notar que a distinção desses contextos não é estanque e que em alguns casos as características artificiais (e dependentes do contexto) virão a se constituir como fundamentais (essenciais à caracterização de um conceito) porque serão absorvidas como integrantes daquele referente e passarão a ser visualizadas como independentes do contexto.

Van Dijk (1992) descreve alguns princípios metodológicos que orientam a noção de contexto. Dentre esses, cabe citar a abstração teórica e cognitiva derivada da verdadeira situação físico-biológica e a presença de recursos para o processamento rápido da informação nos diferentes contextos, ou seja, existem estruturas que sugestionam o reconhecimento de um conceito sob determinado olhar.

Na vida cotidiana, vários são os elementos a serem observados na contextualização de conceitos, objetos, fatos e coisas. Já na BCI, uma informação é frequentemente associada à temática à qual está relacionada e à maneira como se dá a sistematização de sua área de conhecimento; aos elementos linguísticos que a constituem (estrutura, sintaxe, semântica); à instituição em que se circunscreve; ao usuário que esta procura atender; ao profissional e, apesar da citada desterritorialização do documento, o contexto também se relaciona à forma de manifestação dos registros do conhecimento (vista aqui como a expressão, e não o suporte, como um texto, uma partitura, uma música, dentre outros).

Acresce-se a isso o que Van Dijk nomeia como elementos paracontextuais, sendo aqueles que superam a abordagem contextual e relacionam-se ao próprio indivíduo como os objetivos pessoais e a experiência passada. Os elementos citados são o reflexo da flexibilidade e plasticidade da categorização, o que faz com que sua aparente instabilidade se transforme em um eminente poder de adaptação. Para a apreensão rápida e constante desse contexto, os indivíduos valem-se de modelos, estratégias, que podem ser considerados sobre a noção apresentada na introdução do trabalho como o gesto categorial, ou seja, as representações dos indivíduos que os auxiliam na compreensão dos conceitos em quaisquer contextos.

A FIG. 5 procura apresentar uma síntese da formação categorial conforme os fatores presentes na literatura sobre o assunto:

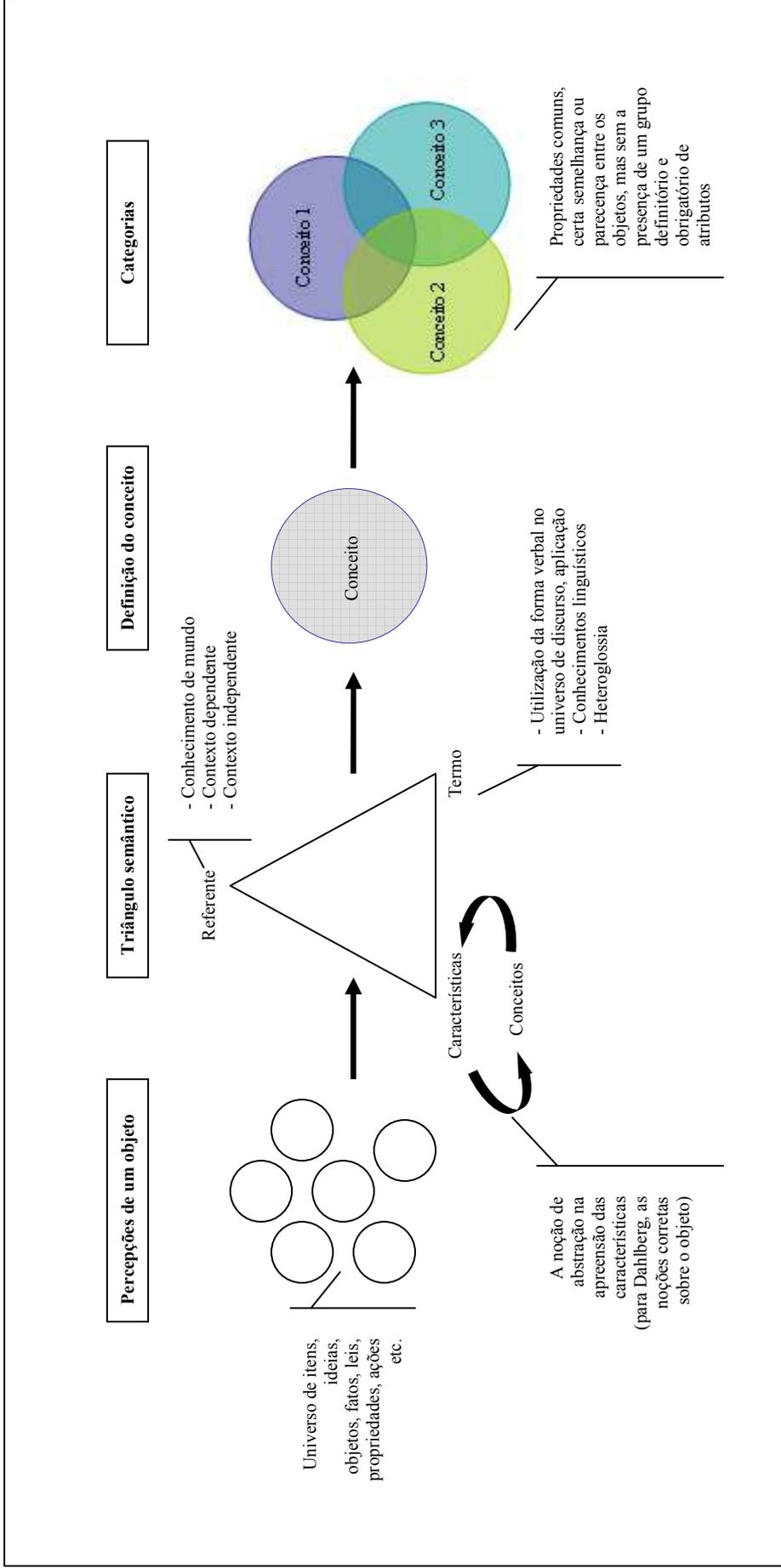


FIGURA 5 – Síntese dos fatores relacionados à categorização

Acredita-se que a categorização constitui-se como uma temática interdisciplinar, uma vez que sua abrangência comporta olhares miscigenados com componentes de áreas diversas, conforme o QUADRO 2 demonstra:

QUADRO 2
Componentes interdisciplinares da categorização e suas manifestações na BCI

<i>Componentes interdisciplinares</i>	<i>Processos envolvidos</i>	<i>Manifestações na BCI</i>
Componentes fisiológicos e psicológicos	Processo mental e intelectual se dá mediante a percepção, a interação e a modificação do ambiente (não só mental, mas físico)	Estudos de abordagem cognitiva (psicologia cognitiva), <i>sense making</i>
Componentes sociais	Processo desenvolvido por indivíduos dispostos em um dado contexto histórico e cultural, pertencentes a instituições sociais	Perspectiva da sociologia do conhecimento, estudos sociocognitivos, cognição situada, análises orientadas para a cultura e sociedade
Componentes filosóficos	Processo ontológico e epistemológico oriundo dos estudos clássicos e ressignificado por filósofos contemporâneos	Estudos epistemológicos Teoria da Classificação Classificações do conhecimento
Componentes linguísticos	Processo em que um contexto sociocultural necessita ser expresso por meio da linguagem, para que seja comunicado e compreendido entre os indivíduos	Estudos terminológicos Linguística documentária Filosofia da linguagem Estudos computacionais

As manifestações sugeridas na BCI, por esses componentes interdisciplinares da categorização foram percebidas na literatura consultada neste trabalho. Obviamente, existem outras possibilidades de apreensão, mas as que se fizeram mais notórias foram inseridas no QUADRO 2. Dele, fica a provocação sobre a ótica que se aprecia a categorização na BCI: *Filosófica? Psicológica? Sociológica? Linguística? Computacional?* Nesse sentido, cita-se o desabafo de Artêncio sobre o papel da categorização na BCI:

[...] Ainda que contemporaneamente a categorização seja assumida, ou como parte da capacidade intelectual necessária ao ser humano para a efetivação do processo cognitivo, ou como expressão sócio-cultural de organizar o mundo, de um modo geral, ela não tem sido reconhecida como uma questão presente nos discursos da Ciência da Informação. Nota-se que, assim como o desenvolvimento natural de qualquer tema científico, o assunto atravessou o tempo encontrando algumas respostas, se expressando como dúvida, sobretudo assumindo, ao menos implicitamente, pressupostos de determinadas doutrinas filosóficas que podem ser reunidas sob o título de Teoria da Classificação, termo hoje em desuso. (ARTÊNCIO, 2007, f. 58-59)

A verdade que se constata é que todos os olhares são primordiais à análise das categorias na BCI, mas que alguns foram historicamente privilegiados, pela própria noção de conhecimento divulgada e pela estruturação da área, como a teoria da classificação. A apropriação aqui realizada da perspectiva sociocognitiva, descrita no capítulo 2, se deve ao fato desta privilegiar os sujeitos postos no mundo, tanto na dimensão cognitiva, quanto com relação à interação sociocultural destes.

Descrita a categorização, faz-se mister apontar as diferenças existentes entre esta e a classificação na BCI. Apesar de serem processos similares e receberem tratamento análogo na área, a categorização e a classificação possuem características tênues, que exigem atenção do profissional em sua utilização para a devida especificação da ‘ordem que se pretende estabelecer’, ou seja, da finalidade da aplicação de cada uma dessas formas de organização.

3.3 DIFERENÇAS ENTRE A CATEGORIZAÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO

A confusão acerca da categorização e da classificação se associa não somente ao objetivo destes processos, mas ainda à imprecisão teórica e conceitual sobre temas relacionados, mas não idênticos. Daí que se assiste, no âmbito da organização da informação, a uma miscelânea na utilização de termos como categorias, conceitos, características, categorização e classificação. São termos afins, mas cabe recordar que designam noções distintas⁵².

Somado a isso na BCI, tem-se um embate terminológico a respeito do termo classificação. Vickery (1980) e Lancaster (2004) apontam que é prática corrente a utilização de nomes novos para designar coisas antigas na área⁵³, o que acabou se tornando prática quanto à classificação, que, por vezes, é designada como ‘taxonomia’, ‘ontologia’, ‘conjunto taxonomizado de termos’, ‘hierarquia de conceitos’ e ‘categorização’ (LANCASTER, 2004, p. xvi). Para Lancaster (2004), a nomeação por simples modismo, tende a desmerecer o progresso e a evolução histórica de determinado tema na literatura científica⁵⁴.

⁵² Todos os termos citados já foram conceituados no decorrer do texto. Dá-se especial atenção à categorização e à classificação, por estas serem tratadas na literatura (da BCI, das CC e da filosofia) quase sempre como sinônimas.

⁵³ A título de provocação, reproduz-se uma das epígrafes do *Dicionário Houaiss...* que se relaciona com os enunciados de Vickery e Lancaster: “Muitas das palavras que já morreram terão um segundo nascimento, e cairão muitas das que agora gozam das honras, se assim o quiser o uso, em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a lei da fala” (HORÁCIO, *Ars poetica*, vv. 70 et seq. apud HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2007)

⁵⁴ Lancaster cita Soergel, pesquisador renomado da BCI, também descontente com o emprego acríptico de outros termos para a classificação: “Uma classificação, qualquer que seja o nome, continua sendo uma classificação.

Acredita-se que o cerne dessa questão transcenda o quesito de uma confusão terminológica⁵⁵, estando relacionado à posição epistemológica da BCI. Esta demonstra a perspectiva de se firmar enquanto ciência e granjear ao(s) objeto(s) de pesquisa que se propõe reconhecimento no campo científico, já que, mediante a utilização de nomes consagrados, estes se tornam mais válidos.

Quanto ao uso indiscriminado dos termos classificação e categorização, pressupõe-se que tenha ocorrido uma modificação conceitual acerca da apropriação destes, o que não revela um modismo, mas uma apreensão diferenciada do que deles se possa esperar. A classificação na BCI é identificada com a teoria clássica de categorização (descrita no próximo capítulo) e com a abordagem tradicional da formação conceitual, enquanto que a categorização possui, na contemporaneidade, uma apropriação dos estudos cognitivos sob o enfoque da formação natural dos conceitos (GARCÍA MARCO; ESTEBAN NAVARRO, 1993).

São, em verdade, maneiras distintas de se realizar um mesmo procedimento, isto é, de conceder um critério de ordenação aos objetos no mundo, aplicadas à BCI referem-se aos registros do conhecimento. O que ocorre é que se configuraram distintamente no decorrer da história, a partir de noções lógicas distintas.

Consideradas as peculiaridades terminológicas e de constituição da categorização/classificação, adentra-se na análise das propriedades e formas de interação que as caracterizam, vistas por Jacob (2004) como primordiais ao desvelamento das diferenças sintáticas entre estas. O QUADRO 3 reproduz os seis elementos eleitos por Jacob como principais na diferenciação desses processos:

QUADRO 3
Comparação entre a categorização e a classificação

(continua)

<i>Categorização</i>	<i>Elementos de comparação</i>	<i>Classificação</i>
Criação de sínteses das entidades baseada no contexto ou em similaridades	1. Processo	Arranjo sistemático de entidades baseado na análise das características necessárias e suficientes (definitórias)

O emprego de termo diferente é sintomático da falta de comunicação das comunidades científicas. Ignora-se amplamente o vasto corpo de conhecimentos, que se desenvolveu em torno das classificações bibliográficas e mais geralmente da ciência da informação, sobre a estrutura das classificações e as maneiras de representá-las, bem como o imenso capital intelectual consubstanciado em muitos esquemas de classificação e tesouros” (SOERGEL, 1999 apud LANCASTER, 2004, p. xvi).

⁵⁵ Como explicitado por Ortega (2004), os embates terminológicos são recorrentes na BCI, conforme ocorreu com o próprio termo ciência da informação que chegou a ser designado como *informátika*, *informatologia* e *information retrieval*.

QUADRO 3
 Comparação entre a categorização e a classificação

(conclusão)

<i>Categorização</i>	<i>Elementos de comparação</i>	<i>Classificação</i>
Os limites são confusos, dado que as entidades se agrupam por semelhanças e não estão condicionadas a apenas uma categoria	2. Limites existentes entre as categorias e as classes	Os limites são rígidos, devido ao não sobreposicionamento de classes e à exclusão mútua entre estas
Flexível: os membros da categoria são baseados no conhecimento generalizado e/ou no contexto imediato	3. Aderência dos membros	Rigorosa: uma entidade é ou não membro de uma classe particular com base na intensão desta
Critérios podem ser tanto dependentes quanto independentes do contexto	4. Critérios para atribuição (características consideradas)	Os critérios são predeterminados e orientados por princípios
Os membros podem ser ordenados em uma escala de tipicidade	5. Tipicidade	Todos os membros são igualmente representativos
Aglomerado de entidades; pode formar uma estrutura hierárquica	6. Estrutura	Estrutura hierárquica de classes fixas

Fonte: Tradução livre (com algumas adaptações) do quadro de JACOB, 2004, p. 528.

O QUADRO 3 sumariza alguns dos elementos que foram objeto de estudo no decorrer do texto, contudo, cabe destacar que a leitura destes, em conjunto, levanta importantes considerações quanto à categorização e à classificação.

Inicialmente, pode-se afirmar que a categorização compartilhe de um grau elevado de flexibilidade, enquanto a classificação se faz sistemática, pela presença de princípios rígidos. Associa-se a isso o enfoque contextual que, na categorização, se dá tanto sob a ótica do processo que a constitui quanto nos limites que impõem as categorias, tornando-a dinâmica e adaptativa.

Não se pretende, com isso, dissociar a classificação de um dado contexto, ao contrário, a trajetória histórica bem demonstra esta relação. No entanto, a forma como este fator é trabalhado é diferente: a classificação procura basear-se no contexto independente ou nas características essenciais, ainda que considere as noções artificiais em sua execução. Conforme Jacob (2004), essa característica da classificação constitui-se como um poderoso recurso cognitivo, o já mencionado *external cognitive scaffolding*.

Fez-se esse relato da categorização em relação à classificação no intuito de se demonstrar a relação de proximidade entre as duas, como também as percepções de distanciamento. Pelo

percurso realizado, espera-se que fique clara a imbricada teia que a categorização preenche na arena dos estudos da BCI, seja enquanto prática, seja enquanto princípios teóricos.

Portanto, define-se a categorização, para este trabalho, e com o olhar da BCI, como um processo sociocognitivo de ordenação e relacionamento dos conceitos em um dado contexto, que se faz presente em vários momentos do tratamento da informação dos registros do conhecimento. A categorização, conforme Guido Barite (1998, 2000), revela-se como um relevante instrumento de análise dos objetos, fenômenos e conhecimentos.

Em continuidade ao que se propõe neste trabalho, descreve-se a seguir a teoria clássica de categorização aristotélica e os questionamentos a ela associados, tanto pelo aspecto cognitivo quanto sob a perspectiva da BCI, bem como se aborda os princípios categoriais propostos por Ranganathan.

4 A TEORIA CLÁSSICA DE CATEGORIZAÇÃO E OS PRINCÍPIOS CATEGORIAIS DE RANGANATHAN

Este lugar é um *mistério*, [...], um santuário. Cada livro, cada volume que você vê, tem *alma*. A alma de quem o escreveu, e a alma dos que o leram, que viveram e sonharam com ele. Cada vez que um livro troca de mãos, cada vez que alguém passa os olhos por suas páginas, seu espírito cresce e a pessoa se fortalece. [...]

Por quase meia hora perambulei pelos esconderijos daquele labirinto com cheiro de papel velho, pó e magia. Deixei que minha mão roçasse as avenidas de volumes expostos, numa tentativa de fazer a minha escolha. Percebi, entre os títulos apagados pelo tempo, palavras em línguas conhecidas e dezenas de outras que não podia reconhecer. Percorri corredores e galerias em espiral, repletos de milhares de volumes que pareciam saber mais a meu respeito do que eu sobre eles. Aos poucos, assaltou-me a idéia de que *atrás da capa de cada um daqueles livros se abria um infinito universo por explorar* e que, fora daquelas paredes, o mundo deixava que a vida passasse em tardes de futebol e em novelas. [...]⁵⁶

⁵⁶ RUIZ ZAFÓN, C. *A sombra do vento*. Tradução de Márcia Ribas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 9-10.

Na perspectiva de se demonstrar as bases lógico-teóricas relacionadas ao desvelamento do *universo infinito* a se explorar dos registros do conhecimento (parafraseando Ruiz Zafón), busca-se aqui demonstrar um dos pressupostos originais do trabalho: a derivação aristotélica dos princípios rangathanianos. Apresentam-se, assim, a teoria clássica de categorização e os princípios categoriais de Ranganathan, já que se configuram como fundamentais aos objetivos propostos. Por fim, descrevem-se os sujeitos que fazem cumprir os sistemas de ordem na BCI: o classificacionista e o classificador.

4.1 A TEORIA CLÁSSICA DE CATEGORIZAÇÃO

A teoria clássica de categorização foi a que teve maior influência no Ocidente, em quase dois mil anos. Suas origens remontam à Grécia Antiga, nos escritos de Aristóteles (*ca.* 384/383 – 322 a.C.), filósofo nascido em Estagira, na Macedônia. Discípulo de Platão, em Atenas, por cerca de vinte anos, Aristóteles escreveu sobre várias áreas do saber, como a metafísica, a filosofia, a política, a ética, a psicologia, a zoologia, a botânica, as artes, entre outras.

A extensa obra de Aristóteles, baseada na de Platão, tanto coincide quanto diverge desta. García Morente (1967) ressalta dois pontos que Aristóteles conserva do platonismo e elementares à lógica proposta pelo estagirita. O primeiro se refere à noção de que o ser das coisas sensíveis é problemático; para tanto, Aristóteles se dedica a determinar o que é o sensível, utilizando o mesmo caminho de Platão e Parmênides: “que os sentidos, o espetáculo heterogêneo do mundo com seus variados matizes não é o verdadeiro ser, mas antes é um ser posto em interrogação, é um ser problemático que necessita de explicação” (GARCÍA MORENTE, 1967, p. 95). O segundo ponto, referente à explicação da problemática do sensível, se dá mediante a descoberta da essência deste, dos aspectos intemporais e eternos.

Aristóteles também contesta alguns pontos dos escritos de Platão, como a dualidade do mundo em sensível e inteligível. Propõe a união do mundo em coisas reais de nossa experiência sensível através do ‘*hipojéimenos*’, ou seja, a substância (GARCÍA MORENTE, 1967). O pensamento aristotélico “deseja ser ciência do que é em verdade sem sacrificar em nenhum momento o concreto e mutável” (MORA, 2004, p. 181). Sua lógica pode ser vista como um instrumento de acesso à realidade e é tida como o ‘realismo aristotélico’.

Aristóteles foi o filósofo pioneiro no estudo das categorias no sentido em que se conhece na atualidade. Antes de seus trabalhos, não existia uma abordagem filosófica ou técnica para as

categorias (MORA, 2004). As demonstrações do estudioso sobre o assunto serviram como fundamento para basicamente todos os seus trabalhos, em especial aqueles voltados para a ontologia.⁵⁷ Em seu tratado “*Categorias*”, primeiro da série dedicada à lógica na obra *Órganon*,^{58 59} Aristóteles trabalha com as categorias ou predicáveis (de *predicaere* = atribuir).

4.1.1 As categorias de Aristóteles

As categorias aristotélicas constituem as dez unidades ditas pelo autor como aquelas que estão fora de toda a combinação; refletem a reunião das expressões sem ligação e, por si só, não podem ser tidas como verdadeiras ou falsas. Para Aristóteles, “as categorias exprimem diferentes sentidos do ser” (ARISTÓTELES, 2001, p. 83). As categorias aristotélicas consistem em

Classes gerais em que, segundo ele [Aristóteles], [pode-se] situar, ordenadamente, *as idéias que temos das coisas* e que constituem os dez gêneros supremos, as dez essências mais gerais [...] as categorias são fatos que constatamos nas coisas, quando as examinamos. São as principais entidades envolvidas na estrutura da realidade, modos de ser a serem reconhecidos, formas de existência, que compõe a existência de todas as coisas. (PIEPADE, 1977, p. 10-11, grifos no original)

Para Aristóteles, as categorias eram termos, e qualquer um deles sempre pertencia a um determinado assunto. Eram os tipos principais de entidades envolvidas na estrutura da realidade, os tipos de seres a serem verificados, as formas da existência imaginadas na vida real de todas as coisas quaisquer que sejam. (VICKERY, 1980, p. 235)

⁵⁷ Compreende-se ontologia, no sentido filosófico, como “o que Aristóteles denominou ‘filosofia moderna’ [e, depois, se chamou de] ‘metafísica’. [Dois temas de estudo podem ser apreendidos destes termos]: um é como Aristóteles o chamou, ‘o ser como ser’ ou o ‘ente enquanto ente’. Neste caso, toma-se ‘o ser’ em toda a sua generalidade, independentemente da classe de ser que se trata: pode ser finito ou infinito, material ou não material etc. O outro tema de estudo é o ‘ser’ ou ‘o ente’ por autonomasia, isto é, o ser ou o ente principal do qual dependem, ou ao qual estão subordinados, os outros entes” (MORA, 2004, tomo, III, p. 2144).

⁵⁸ Ao contextualizar esta obra de Aristóteles, Edson Bini – comentador de uma das edições utilizadas, esclarece: “A *Analítica* [como Aristóteles a nomeava] ou *Órganon* como a chamaram os bizantinos por ser [...] (instrumento, veículo, ferramenta e propedêutica) das ciências (trata da lógica – regras do pensamento correto e científico, sendo composto por seis tratados, a saber: *Categorias*, *Da Interpretação*, *Analíticos Anteriores*, *Analíticos Posteriores*, *Tópicos* e *Refutações Sofísticas*)” (ARISTÓTELES, 2005, p. 23). E complementa, declarando que estes tratados correspondem ao escritos da maturidade do filósofo, chamados esotéricos, desenvolvidos, em especial, no período de 335–323 a.C.

⁵⁹ O professor Lucas Angioni, da UNICAMP, não considera o tratado *Categorias* como uma obra primordial de Aristóteles, ao contrário o pesquisador afirma o seguinte: “Com relação a esta última obra [*Categorias*], continuo a julgar que ela recebe um privilégio desmedido. De fato, em apreciações gerais da filosofia de Aristóteles, é comum atribuir-se às *Categorias* um privilegiado papel introdutório, como se esse opúsculo fosse um convincente ‘cartão de visita’ da metafísica e da lógica aristotélica. É verdade que encontramos em *Categorias* alguns pontos capitais da teoria lógico-ontológica que podemos atribuir a Aristóteles. No entanto, há de se convir que, em termos de requinte argumentativo e conceitual, tal obra é limitada. Tão limitada que julgo desnecessário insistir em dizer que seu comportamento terminológico não pode ser tomado como canônico para auxiliar a leitura ulterior de outras obras” (ANGIONI, L. *Introdução a teoria da predicação em Aristóteles*. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. p. 10).

Aristóteles usou o termo (*sic*) *categorias* para expressar as dez classes de existência, ou as formas típicas de retórica usadas para expressar existência, ou finalmente, os julgamentos típicos a respeito da existência. (SHERA; EGAN, 1969, p. 43)

Alguns compiladores das obras aristotélicas apresentam variações na quantidade das categorias, ampliando para doze itens, ou, às vezes, condensando em três ou quatro – o próprio Aristóteles assim o fez em algumas obras (*Tópicos* – listagem de 10 categorias, *Physica* – listagem de oito categorias). “Isto parece dar a entender que Aristóteles não considerava a lista das categorias como fixada de uma vez por todas e que, em princípio, se podia descobrir que uma categoria era redutível à outra [...]” (MORA, 2004, p. 416). Optou-se, por estudar a visão que aborda as dez categorias a seguir indicadas, por ser a mais consolidada na BCI.

QUADRO 4
As categorias fundamentais de Aristóteles

Categorias	Exemplos
Substância	Homem, cavalo, pedra
Quantidade	Duas varas, grande, dois quilos
Qualidade	Branco, azul, virtuoso
Relação	Duplo, meio, mais pesado
Tempo / Data / Duração	O ano passado, ontem, 1982
Lugar	Aqui, Brasil, no Liceu
Ação	Amando, correndo, falando
Paixão / Sofrimento	Derrotado, cortado
Maneira de ser / Estado	Saudável, febril, calçado
Posição	Horizontal, sentado, deitado, em pé, invertido

Fonte: Adaptação dos textos de PIEDADE, 1977; VICKERY, 1980; ARISTÓTELES, 1982; ARISTÓTELES, 2001; MORA, 2004; ARANALDE, 2009.

García Morente (1967) expõe que Aristóteles, ao abordar as categorias, o fez para trabalhar com o problema da estrutura do ser e que esta estrutura está relacionada tanto à ordem ontológica (já mencionada) quanto ao sentido lógico.

Ambas as perspectivas foram abordadas nos escritos de Aristóteles, mas cabe uma observação quanto ao que foi dito no tratado *Categorias* e àquilo que foi posteriormente publicado nos quatorze livros da *Metafísica*⁶⁰. A primeira abordagem se relaciona ao ponto de vista lógico de Aristóteles, e a segunda, à perspectiva ontológica. Assim, apresenta-se as categorias pela obra *Órganon*, mas, na teoria da substância, apropria-se de algumas considerações ontológicas. García Morente expõe que:

⁶⁰ Livro de Aristóteles que reúne escritos sobre a física, *meta* significa “depois” e também remete à ideia de “sobre” (DAHLBERG, 1992).

Do ponto de vista lógico, [Aristóteles] chama-as predicáveis ou predicamentos: são os atributos mais gerais que se podem fazer na formação de juízos. Do ponto de vista ontológico considera-as como as formas elementares de todo ser, como aquelas formas que, impressas na matéria, constituem o mínimo de forma necessário para que o ser seja. (GARCÍA MORENTE, 1967, p. 105)

Para Aristóteles, a categoria básica – primária – é a substância. O estagirita afirma que “o ser tem muitos significados, dos quais a substância não só é o principal, mas até mesmo o fundamento de todos os outros” (ARISTÓTELES, 2001, p. 42, grifos do original). Sem a substância, não é possível existir a qualidade, a maneira de ser, a ação ou qualquer outro atributo. Dos fatos constatados nas coisas, a substância é o ser que existe. García Morente, neste sentido, declara que:

A substância é a primeira categoria que êle [Aristóteles] enumera na lista: é o ponto de vista no qual nos situamos para dizer que algo “é”: este é homem, este é cavalo, este é peixe. Quando dizemos que algo é isto ou aquilo, aquilo que é, então consideramos este algo como uma substância e o que dele dizemos isto é ele. (GARCÍA MORENTE, 1967, p. 104)

A FIG. 6 sintetiza as manifestações presentes nas categorias aristotélicas:

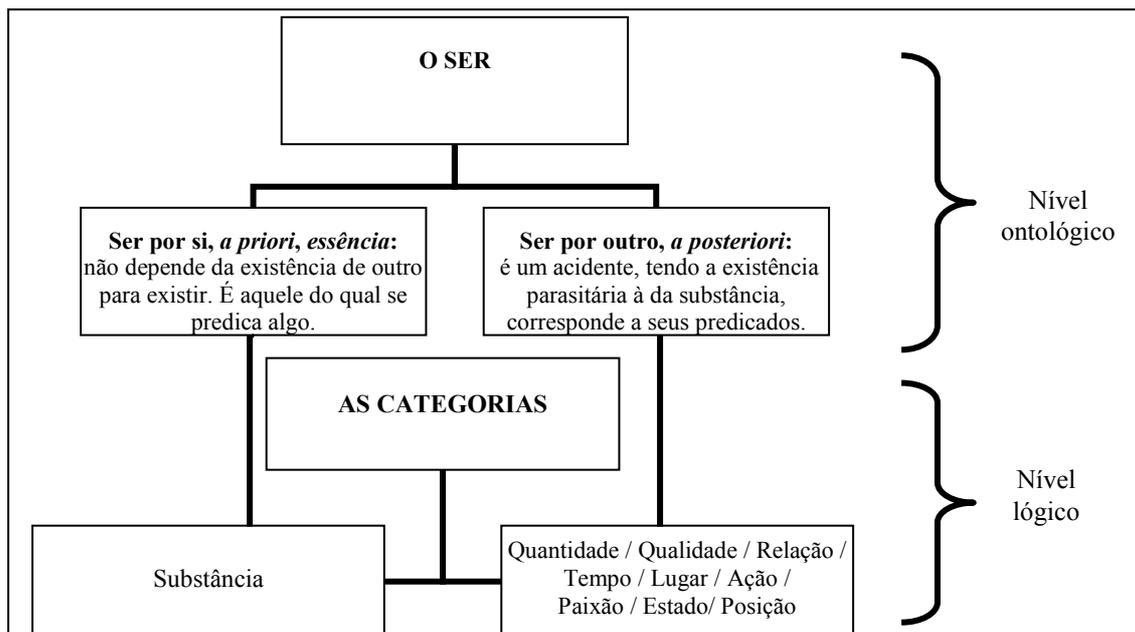


FIGURA 6 – Manifestações das categorias aristotélicas

Fonte: adaptação de ARANALDE, 2009, p. 92

Da substância, enquanto ser *a priori*, pode-se predicar as outras categorias, ‘o muito e o pouco’. Aranalde (2009) intitula essa derivação como uma relação *parasitária* entre as demais categorias com a substância. As demais categorias constituem-se a partir da substância, são visualizadas como um acidente desta categoria primordial (ver FIG. 6).

Do ser que existe, que é real, pode-se afirmar que é grande ou pequeno, que possui dois ou setenta quilos, ou seja, pode-se analisar o ser sob a ótica da *quantidade*. Um ser pode também

ser visto sob o olhar daquilo que o qualifica, ou seja, se é azul, se é feio, se é ignóbil, se é amargo. Dessa forma, determina-se aquilo que Aristóteles designou como a *qualidade* dos seres. Pode-se predicar os seres uns em relação aos outros: aquele que se constitui como mais pesado, menor do que outro, igual. Aristóteles assim designou a categoria da *relação*.

Têm-se os pontos de vista do *lugar* e *tempo* aplicados aos seres: de um ser que existe, pode-se afirmar que está aqui ou lá, que vive em Atenas ou em Manaus, bem como pode-se afirmar desse ser quando ele é, quando deixa de ser, quando foi. “Pode-se dizer que é agora e continua a ser ou que deixou de ser” (GARCÍA MORENTE, 1967, p. 105).

É possível dizer o que esse ser que existe faz, ou seja, qual a *ação* que este ser executa. Diz-se que o homem está amando, que um machado é cortante, que uma borboleta voa. Pode-se afirmar, ainda, do que este ser padece, do que ele sofre: a árvore é cortada, o homem é derrotado. Dá-se o nome de *paixão* a esta categoria.

Outras duas categorias foram elencadas por Aristóteles: a *maneira de ser* e o *estado*. A primeira se refere àquilo que o ser é no momento, e a segunda ao estado como está. Segundo Reale (tradutor e comentador de ARISTÓTELES, 2001, p. 74-75), Aristóteles, após propor as dez categorias (número perfeito), deve ter notado “que as duas últimas não têm relevância ontológica a ponto de motivar uma distinção, sendo redutíveis a outras”. Este pensamento é ratificado por García Morente (1967), que associa isso ao fato de Aristóteles as ter omitido em algumas passagens.

Moss (1964) propõe que cada uma das categorias representa termos gerais ou abstratos derivados de interrogações simples como: *O quê* (substância)? *Qual a grandeza* (quantidade)? *Que tipo de coisa* (qualidade)? *Relacionado a quê* (relação)? *Onde* (espaço)? *Quando* (tempo)? *Em qual posição* (estado/posição)? *Em que circunstância* (condição)? *Qual a ação* (ação)? *O quão passivo* (paixão)?

Alguns autores associam as categorias aristotélicas às classes gramaticais (como o alemão Trendelenburg em sua obra *De Aristotelis categoriis*, 1833). Existem críticas a essa visão, pois, conforme mencionado, essas categorias estão relacionadas às coisas, ao *ontos*, ao ser. O nível de instância principal da organização de Aristóteles é visto por alguns estudiosos como o ontológico, e não o linguístico ou semântico. Ainda assim, é importante mencionar essa associação das categorias aristotélicas às classes gramaticais, visto que auxiliam na identificação e entendimento das mesmas.

QUADRO 5
Associação das categorias aristotélicas às categorias gramaticais

Categorias gramaticais	Categorias aristotélicas
Substantivo, sujeito	Substância
Adjetivo qualitativo	Qualidade
Adjetivo quantitativo	Quantidade
Pronome relativo, adjunto adnominal	Relação
Verbo na voz ativa	Ação
Verbo na voz passiva	Paixão ou sofrimento
Advérbio de lugar	Lugar
Advérbio de tempo	Duração
Advérbio de modo	Maneira de ser

FONTE: PIEDADE, 1977, p. 20 (inspirada nos trabalhos do Padre Leme e Lopes).

Piedade (1977, p. 21), no exemplo a seguir, explicita a associação descrita no QUADRO 5. A autora menciona uma frase e indica as categorias aristotélicas e as categorias gramaticais correspondentes a cada termo da oração:

<i>O grande</i>	<i>cavalo</i>	<i>branco</i>	<i>do cavaleiro</i>	<i>está</i>	<i>arreado</i>	<i>de manhã</i>	<i>no pátio</i>
quantidade	substância	qualidade	relação	ação	maneira de ser	tempo	lugar
adjetivo quantitativo	substantivo	adjetivo qualitativo	adjunto adnominal	verbo ativo	advérbio de modo	advérbio de tempo	advérbio de lugar

As categorias gramaticais foram elaboradas em momento posterior às categorias de Aristóteles (aproximadamente no século I a.C.). Observa-se que um conceito visto de maneira isolada, sem contextualização, pode ser visualizado como pertencente a mais de uma categoria gramatical⁶¹. No exemplo dado, o termo “branco” pode ser considerado como substantivo ou adjetivo, de acordo com a utilização que dele se fizer.

Reale assevera que a noção de ser exposta nas categorias não só se difere no âmbito da substância, mas também o ser de cada uma das demais categorias se difere entre si. As figuras das categorias são vistas por Reale (tradutor e comentador de ARISTÓTELES, 2001) como os significados primeiros e fundamentais do ser: “são a distinção originária sobre a qual se apoia necessariamente a distinção dos significados ulteriores”.

Aristóteles afirma que tudo o que há em todo o ser das categorias se deriva do ser da substância, ou seja, fundamenta-se inteiramente nesta. Torna-se oportuno descrever o que o

⁶¹ “Acontece com certa frequência que as palavras de uma determinada classe exibam duas ou mais formas usadas em circunstâncias gramaticais que se aplicam à classe de palavras em questão” (TRASK, 2004).

estagirita designa como substância. Logo, as indagações “ – *Quem existe? A substância. – E a substância, o que é?*” são trabalhadas no próximo tópico.

4.1.2 A substância aristotélica

Como mencionado, as categorias aristotélicas referem-se à estrutura do ser de forma plural (lógica e ontológica), mas o configuram de maneira individual. O ser que possui existência metafísica plena é a substância primeira, que é sempre vista sob a ótica individual. Apesar de a listagem de categorias servir de insumo à compreensão dos seres, a delimitação da substância serve ao entendimento individual destes.

Aristóteles procurou trazer a noção ideacional proposta por Platão ao mundo sensível e inteligível, ou seja, a realidade. Esse mundo, para Aristóteles, está perfeitamente sistematizado, não deixa nenhum resquício a nada irracional, a nada incompreensível, e se constitui por uma magnífica coleção de substâncias (GARCÍA MORENTE, 1967). Assim, a substância, enquanto elemento fundamental à constituição dos seres, é passível de compreensão, mediante sua inteligibilidade.

O que constitui a substância⁶² para Aristóteles refere-se ao entendimento de que

O ser tem múltiplos significados, dos quais o de substância não só é o principal, mas até mesmo o fundamento de todos os outros (REALE, [tradutor e comentador de ARISTÓTELES, 2001], p. 106).

[...] ‘o que é o ser’, equivale a este: ‘o que é a substância’ (...); por isso também nós devemos examinar principalmente, fundamentalmente e, por assim dizer, exclusivamente o que é o ser neste significado (ARISTÓTELES, 2001, p. 42).

A substância é para Aristóteles aquilo que existe, porém não somente aquilo que existe, mas aquilo que existe em unidade indissolúvel com o que é, com sua essência, não somente com sua essência, mas com seus acidentes (GARCÍA MORENTE, 1967, p. 106).

Dessa forma, a noção que a substância adquire se reflete em três elementos: 1º) a substância em si, 2º) a essência e, também, 3º) o referente ao acidente. A substância em si corresponde ao elemento *a priori*, o *quid* descrito por São Tomás de Aquino (GARCÍA MORENTE, 1967), isto é, ao sujeito da proposição.

A essência se refere à soma dos predicados que se pode derivar da substância. Sob esta ótica os predicados podem ser inerentes à constituição da substância, concebidos como a essência

⁶² Vários comentadores de Aristóteles deixam explícito que o tratamento dado à substância, no tratado *Categorias*, é derivado unicamente da lógica, sem maiores apropriações. Os escritos aristotélicos, vistos como mais significativos sobre o assunto, encontram-se na *Metafísica* e nos *Segundo analíticos*.

em si, ou ainda podem se configurar como complementares, de maneira que se algum deles faltar à substância, não comprometem que esta seja o que realmente é, designados como acidentais. Dessa forma, a substância se configura como a soma dos atributos essenciais e daqueles acidentais que constituem o ser. Aqui, a substância recebe a designação individual mencionada no início da seção.

Reale (tradutor e comentador de ARISTÓTELES, 2001, p. 98) expõe cinco características definidoras da substância: 1) o fato de ser substrato de inerência e de predicação dos outros modos do ser; 2) ser um ente capaz de subsistir separadamente do resto, de modo autônomo; 3) a necessidade de ser algo determinado; 4) a característica intrínseca da unidade: não pode ser substância um agregado de partes; e 5) o ato e a atualidade: só será substância o que é ato ou implica essencialmente ato, e não o que é mera potencialidade.

As características citadas por Reale trazem à tona um par de conceitos que configura a substância aristotélica, a saber: a matéria e a forma. A matéria, em Aristóteles, corresponde àquilo de que algo é constituído. Essa afirmação não se restringe ao caráter material, mas a quaisquer coisas que venham a constituir um ser. García Morente (1967, p. 97) exemplifica a matéria assim: “uma tragédia é uma coisa que fez Ésquilo ou que fez Eurípedes, e essa coisa é feita de palavras, de *logoi*, de razões, de ditos dos homens, de sentimentos humanos; e não é feita de matérias no sentido que dão à palavra ‘matéria’ os físicos de hoje”.

Já a forma recebe duas acepções: uma voltada à noção geométrica do termo, como a figura dos corpos, entendimento este mais vulgar; e a outra, como aquilo que faz com que a coisa seja o que é, tanto no âmbito material, quanto no imaterial. Aristóteles acredita que cada coisa possua a forma que deva ter, a forma define a coisa (GARCÍA MORENTE, 1967, p. 98). Na forma, encontra-se o *telos* do ser, ou seja, a finalidade a que se destina.

A matéria e a forma constituem um conjunto harmônico e indivisível, não se podendo afirmar que uma corresponda à existência e a outra à essência. O que se pode considerar, tão somente, é que “a coisa advém a ser aquilo que é porque sua matéria é informada, é plasmada, recebe forma, e uma forma é a que lhe dá sentido e finalidade” (GARCÍA MORENTE, 1967, p. 98). A matéria e a forma estabelecem uma relação estática, contemplada desde a eternidade metafísica dos seres.

A noção aristotélica de substância acaba por desembocar em uma problemática teológica, pois ao afirmar que a substância é a essência e, ainda, ao questionar o tipo de substância existente

(*sensível? suprassensível?*), Aristóteles resgata a noção de que há algo que subjaz à substância, um Deus que confere inteligibilidade às substâncias presentes no mundo. Dado que este é um tema muito controverso e debatido, apenas se manifesta quanto à presença dessa noção na obra do filósofo, conforme se verifica na literatura (GARCÍA MORENTE, 1967; REALE, 2001).

Aristóteles não somente elencou as categorias para o conhecimento das entidades, como também, por meio de sua lógica, descreveu critérios para uma teoria de categorização. A intitulada teoria clássica de categorização (ou teoria aristotélica) é fundamento das bases teóricas descritas da BCI. Em seguida, descreve-se esta teoria e as omissões a ela relacionadas.

4.1.3 A noção de categorização⁶³

O modelo clássico de categorização embasa-se na noção de reconhecimento (JACOB, 2004). Assim, um conceito pertence à determinada categoria se compartilhar um conjunto de características essenciais – estas rígidas e bem delimitadas – com os membros desta categoria. Cada uma dessas características é necessária ao delineamento dos conceitos que a compõem, e todas são conjuntamente suficientes para algo ser identificado como um exemplar da categoria (EYSENCK; KEANE, 2007)⁶⁴.

Dessa forma, os limites entre as categorias são nítidos – um membro é ou não⁶⁵ reconhecido como integrante, e não há uma escala de representatividade dos objetos da categoria (a já mencionada tipicidade), já que todos compartilham as mesmas características. A experiência de mundo dos indivíduos, no modelo clássico, se dá por categorias predeterminadas, ou seja, não é necessária a criação de novas categorias para a classificação dos objetos, há o reconhecimento destes no universo de conhecimentos *a priori* que os indivíduos possuem. Shera elucidada este enunciado da seguinte forma:

A lógica de Aristóteles da qual derivam seus princípios de classificação, foi estabelecida sobre a forma mais simples de sentença verbal, na qual o sujeito é uma entidade particular e o predicado uma abstração característica desta entidade.

[...]

⁶³ Ressalta-se que qualquer proposta de categorização possui embasamento cognitivo, portanto ao se diferenciar a teoria clássica da abordagem contemporânea não se criam pólos divergentes, e sim, modelos cognitivos distintos, inclusive temporalmente.

⁶⁴ Na psicologia cognitiva, a teoria clássica também é nomeada como ‘teoria dos atributos definitórios dos conceitos’.

⁶⁵ É o chamado “tudo ou nada” da visão clássica.

A partir deste conceito de realidade, [...] fundado na totalidade dos atributos, a ciência da classificação aristotélica derivou em gênero, espécies e subespécies – a ciência de classificação mutuamente exclusiva, sugerida talvez pela ciência da Divisão de Platão (SHERA, 1957, p. 15).

Os objetos possuem uma relação de herança que se consolida mediante a estrutura hierárquica, logo, os conceitos mais específicos possuem as características daqueles que lhes são superiores, e assim sucessivamente. Smith e Medin (1981) ilustram essa afirmativa da seguinte forma: um frango pertence à classe das aves e compartilha com estas as características definitórias – possuir bico, ter asas, construir ninhos. Por sua vez, as aves são animais e compartilham das características dessa categoria. Assim sendo, os frangos, além de possuírem os atributos das aves, obrigatoriamente deverão possuir aqueles necessários aos animais em geral.

Duas definições abordadas no capítulo 2 são relevantes na interpretação da teoria clássica: a intensão e a extensão. A primeira é visualizada na epígrafe do capítulo anterior, quando Marco Polo se propõe a aumentar as características que definem a categoria dos unicórnios, para que esta possa comportar aqueles seres estranhos com os quais o explorador se via intrigado (os rinocerontes). Ao reduzir os elementos essenciais que identificam os objetos de uma categoria, Marco Polo diminui a sua intensão, o que acarreta um maior número de membros a esta categoria, que vem a ser a sua extensão.

Dessa forma, a intensão de uma categoria na teoria clássica é inversamente proporcional à extensão da mesma, pois na medida em que uma cresce, isso se reflete na outra em sentido contrário. Conforme Jacob (2004), esta estipulação é a fonte do poder explicativo da teoria clássica, o que lhe concede uma explanação simples e elegante tanto para a representação de estruturas cognitivas externas como para o significado semântico das palavras. É uma abordagem objetiva, que reduz incertezas, trabalha com o que é observável e permite o estabelecimento de padrões estáveis.

Resta lembrar que a noção de categorização, proposta pela teoria clássica, consiste “no processo sistemático de dividir a experiência do mundo em uma estrutura formalizada e potencialmente hierárquica de categorias, em que cada uma das quais é definida por um conjunto único de características essenciais” (JACOB, 2004). Posta esta definição, muitas foram as falhas atribuídas à teoria clássica, e há ainda o embate terminológico acerca do que a categorização representa, já que a abordagem cognitiva contemporânea de categorias diferencia-se exponencialmente daquela sugerida em períodos remotos.

4.1.4 Incoerências no modelo aristotélico

Até aproximadamente a década de 1970, a teoria clássica não havia sido submetida a críticas fundamentadas sob uma abordagem sociocognitiva⁶⁶. A partir dos trabalhos de Eleanor Rosch, psicóloga cognitivista da *University of Berkeley*, foram tecidos elementos sobre as omissões do modelo clássico. O olhar aqui posto sobre estas essas omissões é delineado sob duas perspectivas: as falhas na teoria em si, como também os erros ao utilizá-la. As primeiras são visualizadas sob a abordagem das ciências cognitivas, já o segundo ponto é visto sob o amparo dos estudos da BCI, em especial, os de Shera.

Dentre as falhas apontadas à teoria clássica, um quesito que se sobressai é a ausência de tipicidade dos objetos que compõem as categorias. Estudos realizados por Rosch e Mervis (1975) apontam que existe um gradiente de tipicidade inerente a cada categoria, em que existem membros que melhor representam a categoria se comparados com outros pertencentes à mesma, que estão em posição mais periférica⁶⁷.

Dessa particularidade, infere-se outra relacionada à aprendizagem dos conceitos: os exemplares vistos como mais típicos de uma categoria são recordados com maior facilidade que os menos típicos, e a aprendizagem dos primeiros se dá de forma mais rápida do que com os segundos. Percebe-se que, por excluir o gradiente de tipicidade dos conceitos, o modelo clássico restringe sua aplicação, já que este elemento é facilmente percebido em determinadas categorias, sobretudo, de conceitos naturais.

Sobre os limites rígidos e predeterminados das categorias, Eysenck e Keane (2007) apresentam estudos que indicam forte influência do contexto no delineamento dos conceitos.

Como mencionado por Shera,

é a habilidade de nosso cérebro estabelecer padrões em resposta a uma sensação que dá realidade ao nosso meio ambiente. Assim, a rede do corpo, [...] engrena com a rede de vida sobre nós, particularmente *com a rede da estrutura social*. (SHERA, 1957, p. 21, grifou-se).

Desta maneira, pode-se afirmar a inviabilidade de se determinar todos os conceitos que integram uma categoria *a priori*, já que existem aqueles de caráter mais flexível, com um

⁶⁶ Apesar de que, no âmbito filosófico, diversos foram os estudiosos que se opuseram à lógica aristotélica como os trabalhos de Kant.

⁶⁷ No caso dos pássaros, percebe-se que o pardal é um representante mais típico da categoria, o falcão e a águia menos típicos, e o frango e o pinguim atípicos.

conjunto alternativo de atributos, que oscilam conforme a realidade de mundo do indivíduo (designados como nebulosos).

Como exemplo, Smith e Medin (1981) citam o tomate, que admite interpretações diversas quanto à sua classificação:

Quando se pergunta: ‘O tomate é um fruta?’ muitas pessoas, [...], ficam inseguras sobre o conjunto de relações particulares que caracterizam estes conceitos. Uma simples razão para esta incerteza é que os conceitos de tomate e de fruta podem ser vistos como defeituosos e incompletos – isto é, as pessoas podem errar algumas características que definem as frutas e, conseqüentemente, não terem subsídios para distinguir se o tomate é, ou não, uma fruta. (trecho adaptado e traduzido livremente de SMITH; MEDIN, 1981, p. 29).

As falhas para especificar as características definitórias dos conceitos são apontadas como as mais conhecidas na crítica à visão clássica. Viu-se, como núcleo do modelo clássico, o pressuposto de que todo conceito possui um conjunto de características necessárias e suficientes para a sua definição. Contudo, décadas de análise demonstraram falhas na definição das características de muitos conceitos, o que remete ao fato de que alguns destes simplesmente não possuem atributos definitórios.

Wittgenstein, como já mencionado, trabalha com a ideia de que existem pareências entre os objetos (exemplificados pela noção de jogos, descrita alhures). Existe uma multiplicidade de elementos que caracterizam o conjunto de jogos – podem ser de mesa, envolver um ou mais jogadores, utilizar bolas, mas quase nenhum atributo consegue abranger todos os jogos.

Logo, não se pode enunciar que todos os tipos de conceitos possuam características tão estanques – definitórias – como propõe o modelo clássico, visto que isso pode se aplicar a alguns tipos⁶⁸, mas não a todos. Pinto enuncia que “[...] o modelo clássico falha na captação de aspectos significativos do comportamento conceptual. Por outro lado, é simplesmente falso que os conceitos dependam de uma conjunção de atributos necessários” (PINTO, 1992, não paginado).

Sob a perspectiva das classificações bibliográficas, Shera (1957) enuncia que estas foram calcadas na lógica aristotélica, sobretudo no que tange à estruturação hierárquica. O pesquisador reflete sobre as falhas no modelo, mediante a afirmativa de Alfred North

⁶⁸ Eysenck e Keane (2007) citam como exemplo de categoria que possui atributos definitórios, a de números pares. Esta se constitui de todos os números divisíveis por dois, e não há dúvida se um determinado número pertence à categoria. Apesar disso, os autores citam pesquisas em que se observou que existe um gradiente de tipicidade dentro da categoria, onde se tem que determinados números são identificados como mais típicos que outros – o número 22 foi considerado mais típico do conceito de número par do que o número 18, e foi categorizado mais rapidamente.

Whitehead sobre a lógica aristotélica: “a matriz fértil das falácias”. Contudo, Shera (1957, p. 27) aponta uma perspectiva diferenciada das omissões relacionadas à teoria clássica, ao enunciar que “o erro não se apresenta, [...], no ato de classificação como um processo mental, mas sim, no seu mau uso”.

Para Shera (1957), exigiu-se da classificação o que ela não poderia proporcionar: um padrão universal de conhecimento, olvidando-se que, apesar de o teor de pensamento existente nos registros do conhecimento se aproximar daquele dos indivíduos, inclusive dos usuários de um SRI, ainda há uma distância imensa entre estes, seja pelo quesito temporal, seja pelas nuances sociocognitivas que delinham cada indivíduo. Shera não condena os bibliotecários por isso, pois acredita que:

A falácia se assenta, é claro, no fato de que uma estrutura hierarquizada é apenas um padrão de pensamento num universo de padrões infinitos, e a ‘semelhança’ para uma pessoa pode ser a ‘diferença’ para outra, e o que para alguém é uma associação lógica ou racional para outro pode ser ilógico e irracional. (SHERA, 1957, p. 26)

Isso não faz com que Shera (1957) desacredite nos padrões e sugira o caos para a organização documental. Ao contrário, o estudioso caracteriza a tendência de sistemas voltados para conceitos (tal como DAHLBERG, 1978a; CAMPOS, 2001b; ALVARENGA, 2001a, entre outros), ou seja, que se tratem os registros do conhecimento conforme unidades de conhecimento e mediante a sua categorização.

Percebe-se que a abordagem das CC, descrita ao tratar das omissões da teoria clássica, aborda os padrões relacionando-os ao processo de formação conceitual. Por isso, o apregoamento de bases flexíveis e indeterminadas delinea-se como muito confortável, dado que a compreensão humana é construída por meio de *links* e configurações cambiantes. Já Shera privilegia a organização da informação e, por sua vez, almeja o reconhecimento dos processos mentais na organização dos registros do conhecimento, mas clama por uma ordem fixa, já que a organização documental necessita de uma abordagem com certa estabilidade, uma vez que o conceito que fundamenta os registros do conhecimento é invariável.

Questiona-se se, na BCI, possam existir atividades de organização da informação completamente abertas e flexíveis. Ainda que os processos mentais dos profissionais da área e dos usuários se desenvolvam de maneira plural, indaga-se se no momento de corporificá-los em SRI possa-se utilizar a estrutura mencionada. Não que com isso se desconsidere as omissões e falhas relacionadas à teoria clássica, porém, a presença de uma nova ordem hodierna de organização dos registros do conhecimento, conforme a estruturação dos

conceitos, pode se dar completamente dissociada da dita ordem dos *classificacionistas e dos classificadores*?

Em continuidade ao que propõe neste capítulo e devido à aceitação quase unânime do marco divisório na teoria da classificação da BCI estipulado por Ranganathan, apresentam-se, a seguir, os estudos relativos à categorização realizados pelo mesmo. Em sequência, são mencionados alguns trabalhos referentes às categorias na BCI vistos com destaque na literatura consultada.

4.2 OS PRINCÍPIOS CATEGORIAIS DE RANGANATHAN

Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) é um dos nomes mais expoentes da biblioteconomia mundial. Nascido em um distrito de Madras, na Índia, e pertencente à casa dos brâmanes⁶⁹, Ranganathan estudou matemática em nível de graduação e de pós-graduação no *Madras Christian College*. Foi aprovado em concurso para bibliotecário na Universidade de Madras, em 1924, sendo que, no ano seguinte, partiu para Londres, para realizar estudos de pós-graduação em biblioteconomia sob a orientação de W. C. Berwick Sayers (NAVES, 2006).

Dada a grandiosidade das reflexões propostas por Ranganathan, Naves (2006) o aponta como um *parttern maker* – designação dada a pessoas que dedicam suas vidas a estudos e alcançam generalizações que transcendem limitações de espaço e tempo, isto é, tornam-se perenes. Assim, Ranganathan, ainda em vida, foi tido como o estudioso que conferiu bases teóricas sólidas aos estudos da BCI (SEPÚLVEDA, 1996; CAMPOS, 2001b; ALVARENGA, 2001a; NAVES, 2006), bem como foi o pioneiro na elaboração de um sistema de classificação facetada.

A extensa obra de Ranganathan corresponde a cerca de cinquenta livros, dentre os quais se destacam: *Five Laws of Library Science*, 1931; *Colon Classification*, 1933; *Prolegomena to Library Classification*, 1937; *Philosophy of Book Classification*, 1951; e *Elements of Library Classification*, 1962 (SEPÚLVEDA, 1996). Seus estudos direcionam-se desde o plano epistemológico, com a noção de conhecimento, às atividades de organização do conhecimento, mediante proposições inovadoras na teoria da classificação.

⁶⁹ Cf. SEPÚLVEDA, 1996, uma das classes favorecidas da Índia.

Dada a pluralidade dos estudos desenvolvidos por Ranganathan, circunscrevem-se aqueles que são debatidos neste texto, em atendimento aos objetivos propostos: a princípio, aborda-se a derivação aristotélica nos estudos de Ranganathan, em seguida, descreve-se a noção de conhecimento do estudioso e os postulados por ele formulados sobre o plano das ideias; para então se analisar a proposta das categorias fundamentais. Faz-se, ainda, uma breve análise das interseções entre as categorias de Aristóteles, com aquelas propostas por Ranganathan.

4.2.1 A derivação aristotélica

Ranganathan foi extremamente influenciado pelas culturas brâmane, chinesa e pela astrologia (SEPÚLVEDA, 1996). Além disso, dado que chegou a especializar-se em língua inglesa, é perceptível a miscigenação dos costumes orientais com os preceitos vitorianos em algumas de suas obras. Contudo, a influência mais perceptível nos escritos de Ranganathan é a da lógica aristotélica.

Naves (2006, p. 38, grifou-se) aponta que “[Ranganathan] influenciado pelos ensinamentos de Sayers, calcados na teoria da classificação com *base na lógica aristotélica*, partiu para uma revolução no delineamento de esquemas de classificação”. Esta revolução é inquestionável, vista sobremaneira pela proposição das categorias fundamentais, mas que, como salienta Moss (1964), possui origens longínquas, especificamente na Grécia Antiga, dada a semelhança dos estudos de Ranganathan com as categorias originais propostas por Aristóteles.

Piedade (1977) corrobora desse entendimento e menciona que a classificação facetada ou analítico-sintética proposta por Ranganathan absorve as categorias aristotélicas no âmbito das variadas relações que permite entre os assuntos, desconstruindo-se das propostas até então existentes no âmbito da BCI, que expunham a dicotomia da árvore de Porfírio.

Shera e Egan (1969) expõem que foi Ranganathan quem transpôs a aplicação dos princípios aristotélicos relativos à ordem ontológica dos seres ao universo da documentação. Os estudiosos citam que a CDU, vagamente, permitiu algumas maneiras de ser do objeto em sua estrutura, mas aquele que expressou verdadeiramente e de forma pioneira as noções aristotélicas na BCI foi Ranganathan.

Ainda assim, Ranganathan não referencia⁷⁰ a Aristóteles explicitamente em suas obras, o que leva a dúvidas sobre a consciência das bases aristotélicas de seus estudos. Dúvida esta pouco consistente, já que Aristóteles é notório na ciência ocidental e, apesar de Ranganathan ter origens orientais, realizou estudos em Londres e obteve formação em áreas influenciadas pelos estudos aristotélicos (como a matemática e a filosofia).

Portanto, na BCI, pode-se ratificar a derivação aristotélica nos escritos de Ranganathan. Os olhares destes estudiosos, obviamente se deram por motivações distintas: Aristóteles propunha uma análise ontológica, voltada aos seres, já Ranganathan debruçou-se nos registros do conhecimento – as chamadas categorias do classificar, conforme Aranalde (2009), vistas aqui não somente como o classificar, mas sim como as categorias para se entender e representar os registros do conhecimento.

4.2.2 A noção de conhecimento e o plano das ideias

Uma das contribuições fundamentais de Ranganathan refere-se ao questionamento de como o conhecimento humano é formado. Para tanto, o estudioso propõe que o conhecimento corresponde ao universo de ideias, e que estas são o resultado do pensamento, da reflexão, da imaginação e da intuição (RANGANATHAN, 1967, p. 81). Lima expõe que,

[...] para Ranganathan, a ideia é produto do pensamento. O conhecimento é representado pela totalidade das ideias armazenadas na memória humana. A informação existe quando as ideias são comunicadas. Todos esses processos são sensoriais, permeados pelas experiências cognitivas de cada indivíduo. (LIMA, 2004, *on-line*)

O universo do conhecimento em Ranganathan é algo dinâmico e contínuo, em crescimento constante, perspectiva esta influenciada pela visão holística (SEPÚLVEDA, 1996). Ao propor que a fonte da atividade classificatória estava no universo do conhecimento, Ranganathan rompe com a visão dominante da árvore dicotômica de Porfírio e apresenta a noção da policotomia ilimitada de conhecimento, representada pela árvore baniana – espécie de figueira indiana (NAVES, 2006), que possui vários troncos secundários ligados ao tronco original.

A árvore baniana representa uma metáfora da possibilidade infinita de relacionamentos entre os assuntos e o crescimento contínuo destes, em que a evolução de um assunto serve de

⁷⁰ Ranganathan cita Aristóteles nos *Prolegomena to Library Classification*, contudo o faz de maneira genérica, não aborda as categorias do estagirita e nem menciona o embasamento das categorias fundamentais naquelas propostas por Aristóteles.

estímulo a outro, em uma espiral infinita. Essa noção resgata o entendimento de interdisciplinaridade vigente nos últimos trinta anos, e talvez este seja mais um dos motivos que tragam os princípios ranganathianos à contemporaneidade.

Para que se pudesse organizar este conhecimento tão dinâmico, Ranganathan não concordava com as classificações até então existentes. O pesquisador as compreendia muito rígidas para algo tão fluido quanto o modelo que acreditava ser responsável pela formação dos assuntos. Dessa forma, lançou, no ano de 1933, a já mencionada *Colon Classification*, também intitulada de classificação facetada.

Esta classificação propõe, mediante o método hipotético-dedutivo, que entre dois pontos há um número infinito de assuntos e que esses devam ser combinados pelo bibliotecário quando preciso, ou seja, através da entrada de um item em um catálogo. Para Ranganathan a *análise facetada* é um processo analítico-sintético que envolve fatorar assuntos compostos em facetas, para, em seguida, fazer uma síntese formada da recombinação das partes encontradas na análise, visando-se indexar ou arranjar documentos em sistemas de recuperação de informações, segundo seus assuntos, por meio de uma notação.

Esta ideia se contrapõe ao que determinavam as classificações bibliográficas até então existentes, pois estas implicavam em um sistema tradicional especialmente enumerativo. Para Dahlberg (1978a), a classificação facetada pode ser visualizada como um sistema de conceitos, já que as facetas e seus elementos se refletem nas categorias. Alvarenga expõe que

a classificação facetada, preconizada por Ranganathan, [...] permite uma grande multiplicidade de combinações de conceitos, possibilitando uma estruturação semântica dos conceitos constantes dos documentos. (ALVARENGA, 2006a, p. 91).

Batista enuncia que, apesar do delineamento flexível e da presença de poli-hierarquias entre os conceitos, as classificações facetadas possuem caráter restritivo, uma vez que sua estrutura é sensível ao contexto em que estão inseridas. Ainda que Batista (2004) tenha visto essa restrição de forma maléfica, percebe-se que a mesma vai de encontro a uma significativa perspectiva do conhecimento na pós-modernidade⁷¹ – *todo conhecimento é local e total*⁷²,

⁷¹ Não se adentra aqui nas contradições epistemológicas acerca do que é moderno ou pós-moderno. Apropria-se do termo de Santos (2003) como um posicionamento adequado a BCI quanto às ciências e ao conhecimento.

⁷² Boaventura de Sousa Santos ao dissertar sobre o conhecimento na pós-modernidade, a partir de uma perspectiva emergente, elucida que o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal, mas sendo total é local. “Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adoptados por grupos sociais concretos como projetos de vida locais [...] A fragmentação pós-moderna não é disciplinar, e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros [...]” (SANTOS, 2003, p.

uma vez que se tem a apropriação dos conhecimentos relacionados ao *locus* de onde emergem. Cabe recordar que, apesar da flexibilidade e do potencial teórico da *Colon Classification*, sua aplicação está basicamente restrita à Índia.

Um dos grandes pontos da *Colon Classification* é a proposição de três planos de trabalho para a classificação:

O plano das idéias – a mente é o local de origem das ideias; o plano verbal – após a formulação das idéias, vem a capacidade de desenvolver uma linguagem articulada; o plano notacional – as palavras são traduzidas para símbolos (letras e números) que formam a notação. (NAVES, 2006, p. 42).

O primeiro, o plano das ideias, é tido como superior por Ranganathan, já que se relaciona com o trabalho da mente e possui uma noção até mesmo exotérica, pois o bibliotecário o afirma ser invisível, tal como Deus (RANGANATHAN, 1967, p. 335). É um plano *a priori*, em que os conceitos são percebidos antes de quaisquer contatos com os planos verbal e notacional.

O plano das ideias é de fundamental interesse a este trabalho, já que é nele que “se encontra a estratégia de classificação cristalizada na elaboração das categorias fundamentais” (ARANALDE, 2009, p. 99). Elenca-se, no QUADRO 6, os cânones⁷³ propostos por Ranganathan, referente ao plano das ideias:

QUADRO 6
Mapeamento dos cânones do Plano das Ideias de Ranganathan

(continua)

Cânones	Subdivisões	Conteúdo
Cânones para as características	Cânone da diferenciação	A característica usada como base para um universo classificatório deve diferenciar algumas de suas entidades – isto é, dar origem a pelo menos duas classes.
	Cânone da relevância	A característica usada como base para um universo de classificação deve ser relevante ao propósito da classificação (associação com o princípio da utilidade).
	Cânone da verificabilidade	A característica usada como base para um universo classificatório deve ser precisa e verificável. Somente as características verificáveis devem ser escolhidas para a divisão do esquema de entidades.
	Cânone da permanência	Uma característica usada para classificar um universo deve permanecer enquanto não houver mudança no propósito da classificação.

76). Compreende-se que o caráter restritivo das classificações facetadas age como um elo a um determinado grupo social, ou seja, uma comunidade discursiva a ser atendida por um SRI.

⁷³ Recordar-se que Ranganathan afirma que os cânones da classificação estão intrinsecamente relacionados às cinco leis propostas por ele à biblioteconomia, a saber: livros são para serem usados; a cada leitor seu livro; a cada livro seu leitor; poupe o tempo do leitor e a biblioteca é um organismo em crescimento. Não se faz condizente adentrar nestas leis diante do que se propõe aqui, mas existem várias releituras da abordagem dada, que inicialmente aparenta-se insignificante, mas corresponde a noções fundamentais de um SRI.

QUADRO 6
Mapeamento dos cânones do Plano das Ideias de Ranganathan

(conclusão)

Cânones	Subdivisões	Conteúdo
Cânones para a sucessão das características	Cânone da concomitância	Não se deve usar em um universo classificatório duas características que produzam o mesmo efeito.
	Cânone da sucessão relevante	A sucessão das características em um esquema deve ser relevante ao propósito da classificação.
	Cânone da sucessão consistente	A partir da adoção de uma sucessão de características, esta deve ser usada de modo consistente.
Cânones para a divisão em renques /fileiras (<i>array</i>)	Cânone da exaustividade	Em um renque de classes, a exaustividade deve ser a maior possível ao universo classificado.
	Cânone da exclusividade	As classes devem ser mutuamente exclusivas. Dessa forma, uma entidade só poderá pertencer a uma classe em um renque.
	Cânone da sequência útil	A sequência das classes num renque de classes deve ser útil aos propósitos da classificação.
Cânones para a divisão em cadeias (<i>chain</i>)	Cânone da sequência consistente	Estabelece que classes semelhantes em diferentes renques devem ter uma sequência paralela em todos aqueles renques.
	Cânone da extensão decrescente	As classes superiores possuem uma extensão maior que as mais específicas, estas possuem uma intensão maior, isto é, a extensão é decrescente.
Cânones para a sequência de filiação	Cânone da modulação	Uma cadeia de classes deve compreender uma classe em cada passo da subdivisão. Não se deve omitir classes ao se estabelecer uma cadeia de classes.
	Cânone da subordinação das classes	Este cânone estabelece que, numa sucessão de classes, cada uma deve seguir imediatamente a outra, sem que seja interrompida pela inclusão de uma ou mais classes de natureza distinta.
	Cânone da coordenação das classes	As classes originadas de uma mesma classe superordenada têm uma sequência de filiação horizontal.

Fonte: adaptado de RANGANATHAN, 1967, p. 143-186, tradução livre; GOMES, MOTTA, CAMPOS, 2006, *on-line*.

Os cânones expostos aplicam-se à formação de classes⁷⁴ (ou melhor, de categorias) em um universo do conhecimento. Se observados amiúde, recordam vários dos elementos apresentados na teoria clássica de categorização. Para ilustrar essa afirmação, indicam-se alguns pontos convergentes nestes princípios:

1) Os cânones relativos às características explicitam a necessidade de um conjunto de características rígidas e necessárias à formação de uma categoria. No âmbito da verificabilidade, estas características estão explícitas; 2) o cânone da exclusividade manifesta os limites rígidos entre as categorias anunciadas na teoria clássica, já que uma entidade só poderá pertencer a uma categoria (em um dado universo); 3) o cânone da extensão decrescente resgata a noção de extensão e intensão da teoria clássica, isto é, dado que as categorias superiores usufruem de menos características divisórias, estas terão um número

⁷⁴ Observa-se como nos estudos de Ranganathan ocorre a confusão terminológica acerca de termos, como classes e categorias, classificação e categorização, entre outros.

maior de objetos, enquanto aquelas mais específicas, por solicitarem muitas características das entidades, serão mais intensas; 4) A modulação está intrinsecamente relacionada à estrutura hierárquica da teoria clássica mediante a herança que deve ser expressa na formação de categorias.

Assim, o plano das ideias de Ranganathan (como mencionado fundamento das categorias deste estudioso), resgata, e muito, os elementos presentes na lógica aristotélica. Além disso, apresenta elementos que possibilitam o reconhecimento cognitivo da organização planejada. Vejam-se, por exemplo, os cânones da divisão em cadeias e da sequência de filiação, que apresentam um entendimento claro e confortável da proposta categorial, sem permitir a desorientação por parte de quem a observa.

Feita esta apresentação, avança-se aos estudos das categorias fundamentais de Ranganathan. Conforme Naves, o estudioso “adotou a abordagem aristotélica do pensamento analítico-sintético no plano das ideias e, como Aristóteles, estudou características e categorias *ontológicas* [aplicadas aos registros do conhecimento]” (NAVES, 2006, p. 40). Essas categorias são objetos da próxima seção.

4.2.3 As categorias fundamentais de Ranganathan

O entendimento de categorias e facetas, nas obras de Ranganathan, se dá de maneira análoga e o uso destes termos ocorre quase que indistintamente. Na terminologia que o autor apresenta sobre a classificação, faceta é conceituada como “um termo genérico usado para denotar qualquer componente – um assunto básico ou um **isolado** – de um assunto composto e também suas respectivas classificações de forma, termos e números” (RANGANATHAN, 1967, p. 88).

Aranalde (2009, p. 99) menciona o caráter generalizante das categorias em Ranganathan e indica que a “[...] ‘faceta’, por sua vez, é a manifestação das categorias em classes distintas”. Moss (1964) critica o uso do termo ‘faceta’, associando-o apenas a uma convenção linguística, já que o mesmo não possui validade filosófica ou intelectual maior que as categorias. Para Araújo (2006), o que se destaca na compreensão de faceta não é a mudança terminológica, e sim a ressignificação do processo classificatório gerada por sua utilização, já

que todo assunto do universo de conhecimentos pode ser considerado como manifestação de uma das cinco facetas, o que se dá por critérios predeterminados.

O que se deve absorver é que a noção de faceta, para Ranganathan, caminha paralela à de categorias, podendo, talvez, ser vista como uma subdivisão destas, uma espécie de subcategoria, de categoria mais específica. As facetas propostas por esse estudioso foram e são fundamentais à teoria da classificação na BCI, por explicitarem o emprego das características nos processos categoriais de maneira fundamentada, já que o autor propôs argumentos que as identificam. Para Araújo,

[...] refletindo sobre essas categorias em suas obras (principalmente em *Five Laws of Library Science*, de 1931, e *Prolegomena to Library Classification*, de 1937), Ranganathan percebeu que cada uma delas poderia servir de princípio classificatório, mas nos sistemas utilizados até então, hierárquicos e monolíticos, apenas uma categoria podia ser utilizada por vez como característica de classificação. (ARAÚJO, 2006, p. 126)

Ranganathan, na obra *Prolegomena to Library Classification* (1967), afirma que não se pode separar as categorias fundamentais (personalidade, matéria, energia, espaço e tempo) e que elas implicam em cinco (e somente cinco) expressões. Aranalde (2009) aponta que Ranganathan, ao propor as cinco categorias, partiu do entendimento de que a análise precisa parar em um ponto firme, uma fórmula básica e inicial para se compreender o universo infinito de conhecimentos existentes. E, ao questionar a quantidade de categorias fundamentais, acrescenta:

Ranganathan (1967) afirma que qualquer pessoa tem total liberdade para formular o número de categorias que quiser, desde que elas sejam empiricamente testadas. Para tanto, sugere que se classifiquem alguns milhares de artigos: se os resultados forem satisfatórios, o novo postulado pode ser aceito. Ou seja, ressalta o critério da utilidade [...]. (ARANALDE, 2009, p 100-102)

Cabe recordar que o número de categorias proposto para a análise dos registros do conhecimento, conforme Guido Barite (1998), aumenta em razão inversa ao grau de generalidade de aplicação que se pretenda dar às mesmas. Assim, o princípio da utilidade é retomado, pois não há uma quantidade de categorias vista como adequada, e sim a referência à utilidade que estas venham a alcançar.

Ranganathan restringe o uso dessas categorias ao universo classificatório, às facetas dos assuntos dos registros do conhecimento, resguardando-se de quaisquer análises dessas nos quesitos da filosofia (metafísica ou física). Informa ainda que o significado de “categorias fundamentais”, em um dicionário, não remete ao que elas realmente possam ser. A definição dessas categorias só pode se dar por enumeração. Aranalde (2009) acredita que elas podem

ser apenas supostas, e não objetos de definições. Sob essa perspectiva, almeja-se, a seguir, enumerar proposições significativas para as categorias fundamentais de Ranganathan, sabendo-se da impossibilidade de trazer definições precisas, já que o próprio Ranganathan não o fez em seus estudos.

A categoria tempo é vista por Ranganathan como aquela de menor dificuldade em sua identificação. Talvez, por corresponder à noção usual que se faça de tempo no cotidiano, vinculada a aspectos cronológicos. Os seguintes exemplos ilustram esta categoria: dia, noite, milênio, século.

O espaço, tal como o tempo, corresponde ao conhecimento geral que se tem sobre este conceito, remetendo ao aspecto espacial geográfico dos assuntos analisados. Ranganathan o exemplifica com conceitos amplos como a ‘superfície da terra’ e também com outros mais específicos como: continentes, países, cidades. Tanto o tempo quanto o espaço recebem tratamento análogo pelos estudiosos da teoria da classificação na BCI.

A energia é a categoria que remete à ação presente nas coisas. Pode também indicar reações, processos, atividades, tratamentos, operações, problemas, assim como o que Ranganathan identifica como estrutura (morfologia), função, mau funcionamento, ações do ambiente e outras ideias similares. Para Guido Barite (1998), está relacionada aos aspectos dinâmicos dos objetos. Piedade (1977, p. 12) a exemplifica da seguinte forma: “na biologia, na botânica e na zoologia é representada pela morfologia, pela fisiologia, pela patologia, pela ecologia, pela genética e pela ontologia e sua manifestação”.

Já a matéria corresponde aos materiais e às propriedades que constituem as coisas. Aranalde (2009) assevera que esta categoria engloba tanto os elementos abstratos quanto os concretos: a madeira que constitui uma mesa, assim como sua forma e cor. A matéria corresponde a elementos mais estáveis na delimitação de um objeto no mundo, se comparada à energia. E mesmo sabendo-se que algumas coisas e objetos estão em constante mudança, em cada uma dessas fases é possível observar a aceção de matéria que as constituem. Talvez, nos registros do conhecimento, a compreensão do que venha a ser matéria seja obscura se tomada *ipsis literis*, no entanto, se compreendida em uma dimensão maior (inclusive com algumas subcategorias), pode ser elucidativa das características que a compõem.

A categoria fundamental, apresentada por Ranganathan como a de mais difícil identificação, é a personalidade. O estudioso chega a designá-la como infável. A delimitação que se vê de

personalidade, na literatura da BCI, é a de que corresponde a entidades, seus tipos, suas espécies, partes e/ou órgãos. Aquilo que se demonstra como básico e fundamental à compreensão de determinado assunto.

Segundo Grolier (1962), a personalidade não possui um valor teórico, constitui-se como um rótulo atribuído conforme uma ou mais características selecionadas arbitrariamente que refletem determinado ponto de vista, mas, apesar disso, é indispensável à existência das coisas. Em comprovação do último apontamento, Grolier estuda e averigua que a categoria personalidade se configura essencial na estruturação da *Colon Classification*.

Normalmente, o reconhecimento da categoria personalidade só se dá por eliminação. Dessa forma, Ranganathan propôs a aplicação do método de resíduos⁷⁵ em que, após se separarem as manifestações de tempo, espaço, energia e matéria de um assunto, o que não couber em nenhuma dessas categorias pode vir a ser considerado como personalidade (RANGANATHAN, 1967). Vickery é incisivo na crítica que faz a essa noção suspensa que Ranganathan dá à personalidade:

Ranganathan não tentou uma definição exata de personalidades, embora a tenha na ocasião comparado com “todos”, afirmando que “elas não são analisáveis e têm de ser manejadas habilmente e como um todo” – elas são “inefáveis”. Sua abordagem não pode ser aceita pela situação atual, por causa da falta de clareza da categoria postulada – não a definiu claramente, nem analisou suas relações com outras categorias postuladas. (VICKERY, 1980, p 234).

As dúvidas acerca do que venha a ser a personalidade refletem o quão transcendente é o conceito associado a esta categoria. Se for considerado que a personalidade é a essência do objeto, aquilo que o torna único e sem o qual não pode existir, conclui-se que todas as outras categorias dela se originam, ou seja, são dependentes da existência da personalidade. Caso se julgue que a personalidade é uma categoria tal como as outras, os objetos são caracterizados por elementos não essenciais, em que não há uma ‘ordem’ necessária para que venham a existir.

Destaca-se que Ranganathan, por trabalhar com as categorias relacionadas à classificação dos registros do conhecimento de uma sábia maneira, vem a se eximir dessa discussão. Ao propor o método de resíduos para determinar a personalidade, ele não se posiciona sob nenhuma das abordagens citadas, apenas menciona que a personalidade é de difícil determinação e que os

⁷⁵ Princípio do hinduísmo: “não é isso, não é isso”.

assuntos dos registros do conhecimento, presentes no universo documental, são manifestações de uma das cinco categorias fundamentais.

As categorias fundamentais na ordem PMEST apresentam a noção que Ranganathan intitulou de ‘concretividade decrescente’, ou seja, a personalidade de uma coisa é mais concreta que a matéria que vem a lhe constituir e consecutivamente (FIG. 7).

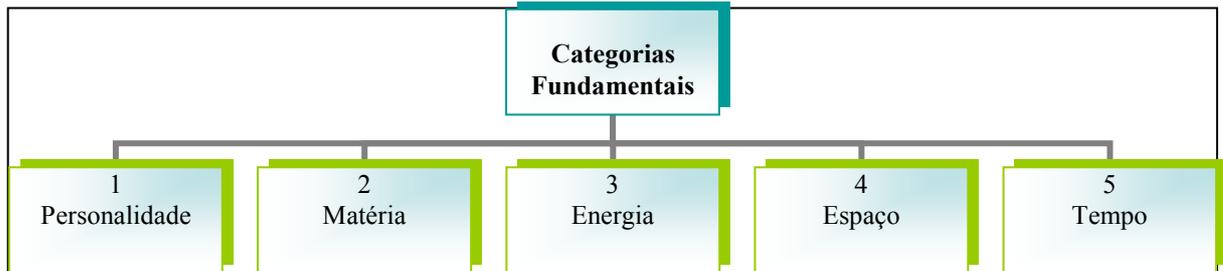


FIGURA 7 – As categorias ranganathanianas de acordo com a ordem de concretividade
Fonte: ARANALDE, 2009, p. 102.

Para Aranalde (2009), as categorias de Ranganathan objetivam responder às questões fundamentais de ‘por que’, ‘o quê’, ‘como’, ‘onde’ e ‘quando’ (já citadas por MOSS, 1964, sobre as categorias de Aristóteles e também citadas pelo próprio RANGANATHAN, 1967), o que torna o entendimento da manifestação da personalidade mais concreto que o das demais categorias.

Em um mesmo ciclo categorial, pode ocorrer mais de uma categoria fundamental (FOSKETT, 1973). Isso demonstra a divisão em níveis, ou seja, a noção de facetas permite divisões posteriores, que buscam destrinchar os elementos de formação do objeto analisado. Foskett aponta que, se não fosse assim, a análise dos objetos estaria restrita a apenas três categorias fundamentais (personalidade, energia e matéria), já que as categorias tempo e espaço estão presentes em qualquer objeto.

Aranalde (2009, p. 102) complementa essa ideia afirmando que “as categorias são fundadoras e possibilitadoras do uso de novas categorias delas derivadas”. Na realidade, por serem categorias básicas, as facetas de Ranganathan necessitam de divisões em níveis secundários, uma vez que fornecem uma visão introdutória à análise dos registros, mas não comportam em si todas as manifestações deles.

A seguir, reproduz-se um trecho da *Colon Classification* que explicita o que foi abordado:

QUADRO 7
Trecho da *Colon Classification*

Personalidades básicas

B1	Aritmética
B13	Números [P2] Problemas (ex. Fundamentos) [E] Método (ex. Analítico)
B2	Álgebra
B23	Equação [E] Problema (ex. Solução)
B25	Forma algébrica [P2] – Grau [E] Transformação (ex. Equação quadrática)

[...]

Fonte: Trecho das Facetas da *Colon Classification* extraído de VICKERY, 1982, p. 240.

Legenda: [P2] corresponde a um segundo nível da personalidade básica; [E] a energia oriunda da personalidade básica.

Piedade (1977, p. 13) enuncia que “um mesmo conceito pode pertencer a uma categoria em um contexto e a outra em um contexto diverso”. As facetas, assim, permitem a análise multidimensional dos conceitos presentes nos registros do conhecimento, dado que possibilitam combinações que não compreendem o caráter classificatório, pois apresentam coesão e aplicação extensiva de cada categoria (o que Piedade menciona como uma classificação flexível, mas que não abrange inconsistências como nas classificações cruzadas).

Ranganathan relaciona o entendimento de faceta à aplicação de uma característica divisória ao universo considerado de registros do conhecimento, pautado, sobretudo, na utilidade que essa divisão possa oferecer.

A seguir, faz-se o cotejamento entre a perspectiva categorial de Ranganathan e Aristóteles no intuito de se explicitarem as interações existentes nas propostas de ambos os estudiosos.

4.2.4 Interações teóricas entre Ranganathan e Aristóteles

A noção categorial de Ranganathan pode ser vista como uma releitura das categorias aristotélicas⁷⁶. Moss (1964) deixa explícita essa derivação e afirma que algumas categorias de Ranganathan são idênticas às de Aristóteles, a saber: as categorias de lugar e tempo comungam do mesmo entendimento em ambos os estudiosos; a categoria ação corresponde à energia; a posição é vista por Moss (1964) como supérflua, já que é uma duplicação da categoria espaço; e a substância seria, no sentido lógico, equivalente à personalidade de Ranganathan e, no sentido metafísico, equivalente à categoria da matéria.

⁷⁶ Sabe-se que as categorias propostas pelos estudiosos surgiram por motivações e propósitos distintos – Aristóteles as propôs com relação aos seres e Ranganathan ao universo de registros do conhecimento, mas, ainda assim, sabe-se que ambas as propostas se constituem como instrumentos lógicos de análise.

A seguir, descrevem-se algumas relações observadas entre as propostas categoriais de Ranganathan e aquelas de Aristóteles oriundas do levantamento bibliográfico realizado e das percepções da autora durante a elaboração deste texto. São observações que procuram trazer elucidacões ao panorama da categorização na BCI.

a) Tempo e espaço

Inicialmente, parecem categorias autoevidentes, dada a similitude que possuem com o que delas se compreende no senso comum. Contudo, a noção de tempo, na filosofia, adquire um sentido extremamente metafísico de inserção do sujeito no mundo e da própria existência⁷⁷. Recorda o raciocínio exposto por Dahlberg referente aos objetos individuais: por tempo e espaço, sabe-se que a Universidade Federal de Minas Gerais é aquela existente no Estado de mesmo nome, no país Brasil e, ainda, nos séculos XX e XXI.

O tempo e o espaço, nesse entendimento, correspondem à concepção de quando e onde. Se tomado como referência o ser no mundo, ambas as categorias possuem uma efemeridade imensa, já que o ser no mundo é passível de deslocamento, de mudança, o que, conforme García Morente (1967), recorda a postura de Aristóteles quanto ao também filósofo grego Heráclito⁷⁸. Em complemento a isso, Moss (1964) afirma que a categoria posição em Aristóteles remete à dimensão de espaço, já que nos dicionários de filosofia espaço é designado como um “meio ideal, caracterizado pela exterioridade de suas partes, no qual se localizam nossos perceptos e que contém, por consequência todas as extensões finitas” (LALANDE, 1999, p. 322).

Já em Ranganathan, tanto o tempo quanto o espaço assumem uma dimensão constante, uma vez que os registros do conhecimento, ao que até então se conhece, por serem formalizados, perenizam determinada ideia. Sabe-se da interdependência da categorização e dos registros do conhecimento, bem como da interdisciplinaridade destes, mas, ainda assim, quando os registros do conhecimento são formalizados, um entendimento predominante destas duas categorias é atribuído aos objetos.

⁷⁷ O professor da Faculdade Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Fernando Rey Puente, aborda o tema na obra: *Os sentidos do tempo em Aristóteles*. São Paulo: Ed. FAPESP: Loyola, 2001.

⁷⁸ Heráclito de Éfeso (ca. de 540 a.C. - 470 a.C.) é o filósofo pré-socrático que cultiva o princípio do dinamismo em que tudo flui (*Panta rei*).

b) Energia

A energia, proposta por Ranganathan, é frequentemente associada à categoria de ação de Aristóteles. A categoria energia é um acidente (no sentido de efemeridade) no universo do conhecimento registrado e reflete algo mutável e não definitivo. É também vista, dentre outras apropriações, como reações e mau funcionamento. Daí que se sugestione a relação existente entre o que Ranganathan aponta como energia, no sentido de reação, e a paixão (sofrimento) de Aristóteles. E, um pouco além, estendendo-se o mau funcionamento da energia ranganathiana, poder-se-ia associá-la à maneira de ser de Aristóteles. Isso indica que Ranganathan sintetizou as propostas de Aristóteles em categorias mais abrangentes, buscando relacioná-las ao universo do conhecimento até então conhecido.

c) Matéria

Pelo entendimento que se tem de matéria, pode-se associá-la, tal como o fez Moss (1964), com a substância de Aristóteles. Pensando-se assim, dá-se uma dimensão unívoca à substância do autor grego, e afasta-a das teorias platônicas que este aproveitou. Aranalde (2009) afirma que em Ranganathan a matéria possui uma estrutura mais constante se comparada à substância. Sob esse enfoque, pode-se vê-la como a substância, mas não de forma completa, já que, ao se pensar que a matéria é constituída por elementos abstratos e reais, pode-se resgatar a categoria qualidade em Aristóteles e aproximá-la ao entendimento de Ranganathan. Assim, uma escultura feita de mármore pode ter a coloração bege, que reflete dois sentidos da matéria em um objeto no mundo.

Ainda sobre a matéria, se pensada no âmbito da divisão, daquilo que possa abranger, as categorias quantidade e posição lhe seriam próximas. Isso, a princípio, parece um equívoco, entretanto, a quantidade nada mais é do que a mensuração daquilo que a matéria é feita, e a posição corresponde à forma como a matéria se comporta em uma dada circunstância. Ilustre-se essas afirmações com o exemplo do cavalo citado alhures, o fato de estar arreado corresponde à posição, à manifestação da matéria naquela circunstância. E, se se atribuir o peso X a este animal, está-se descrevendo um dos aspectos da matéria da qual é feito.

d) Substância

O tratamento dado à substância diferencia-se em Aristóteles e Ranganathan, basicamente, sob dois aspectos: a terminologia usada e a proposta para a compreensão dessas categorias que

cada um dos estudiosos determinou. Ranganathan, ao considerar as categorias como fundamentais e indefiníveis, se resguardou, sobretudo, de definir o que venha a ser a personalidade. Foi talvez mais além ao propor, para a delimitação desta, o método de resíduos. Este é, como exposto por Aranalde (2009), um ponto dissociante entre as perspectivas dos dois filósofos, já que Aristóteles vai em direção oposta.

Aristóteles opta por elencar o que seja a substância em nível primordial, para, então, o que dela surgir ser considerado como acidente, isto é, as demais categorias. Isso dá à substância uma existência distinta que talvez não a caracterize como uma categoria, e sim como o objeto em si. Reale (tradutor e comentador de ARISTÓTELES, 2001) nega este entendimento, pois, para ele, as categorias são derivadas do ser, e não o próprio ser.

É interessante observar que a noção da substância aristotélica como essência corresponde àquilo que transcende o mundo das ideias de Platão, estando sincrônica com a realidade, pois, por não se dar *a priori*, remete ao entendimento teológico que Aristóteles possuía. Por isso, dá-se à substância um verdadeiro caráter inexorável e supremo, pelas próprias apreensões teológicas de que Aristóteles comungava. E mesmo com vários séculos de distância e em regiões geográficas não próximas, assiste-se, em Ranganathan, à acepção quase divina sobre a personalidade, ainda que por um caminho oposto ao de Aristóteles.

Ranganathan, ao vê-la como indizível, como o produto após todas as indagações, como aquilo que está sobrejacente a quaisquer coisas, deixa explícita sua base religiosa com relação à proposta da personalidade, isto é, um elemento que se julga existente, mas que não é passível de definição.

Quando Aristóteles propõe o par forma/matéria à substância, acredita-se que este esteja associado à sua base platônica e à sua curiosidade pragmática. Assim, observar-se a matéria ranganathiana como análoga à personalidade de Aristóteles é uma visão bastante direcionada, já que o universo de aplicação proposto é distinto⁷⁹.

Acredita-se que Ranganathan, ao propor as categorias fundamentais, teve como principal objetivo dar uma estrutura formal e flexível aos estudos teóricos da classificação que, até então, haviam sido realizados, em especial, com base nos esquemas bibliográficos que o

⁷⁹ A categoria 'relação' de Aristóteles não foi associada a nenhuma das categorias de Ranganathan, pois após o estudo do cânone das características – o primeiro apontado no QUADRO 6, percebe-se que ela se torna efetiva com a aplicação deste aos assuntos dos registros do conhecimento.

precederam (tais como CDD, CDU, LCC). A derivação aristotélica não pode ser negada, pois o tratado *Categorias* (apesar das mutilações sofridas pelas traduções que teve) é um dos mais conhecidos de Aristóteles no âmbito dos estudos lógicos.

Moss (1964), baseado nos estudos de Bertrand Russel (que analisou as categorias de Aristóteles), critica o tratamento categorial dado por Ranganathan, afirmando que as categorias que Ranganathan propõe não correspondem à realidade documental, por se originarem do universo lógico e metafísico, deixam lacunas quando aplicadas às classificações da BCI.

Vickery (1980), com base nos estudos do CRG, também aponta a inadequação das categorias fundamentais aos registros do conhecimento. Somam-se a esse vários outros pesquisadores que questionaram os trabalhos de Ranganathan e propuseram novos modelos, mas sempre com base naquele que este havia idealizado. Apresentam-se, a seguir, outras propostas categoriais na BCI, ainda que brevemente, para o entendimento de como o tema tem sido retratado na literatura.

4.2.5 Outros estudos categoriais na BCI

Sem quaisquer pretensões lineares ou históricas, apresentam-se algumas propostas categoriais por estudiosos relacionados à BCI. Foram resgatadas aquelas de maior destaque, sendo que um estudo pormenorizado sobre o tema (até fins da década de 1950) é encontrado em Grolier (1962) e, contemporaneamente, sugere-se o trabalho de Artêncio (2007). Conforme o QUADRO 8, têm-se as seguintes propostas:

QUADRO 8
Perspectivas categoriais com destaque na literatura da BCI

(continua)

Estudioso(s)	Período	Estudos categoriais
Jullios Otto Kaiser	1911	Método de indexação sistemática. Combinação de três categorias: 'concretos' (representando coisas reais e imaginárias), 'processos' (representação de condições associadas a coisas ou às suas ações) e 'lugares'. Desses, o mais importante é o concreto, que deve ser citado primeiramente.
Jesse Shera e Margareth Egan	1956	Agente, ato, instrumental, objeto, tempo, espaço e produto.

QUADRO 8
 Perspectivas categoriais com destaque na literatura da BCI

(conclusão)

Estudioso(s)	Período	Estudos categoriais
Gérard Cordonnier	Década de 1950	Organismos e serviços; pessoas; indivíduos; corpos; miscelânea de equipamentos; miscelânea de ações; conceitos intelectuais; formas documentais; tempo.
J. W. Perry	Década de 1950	Materiais, propriedades, processos e condições.
Jason E. L. Farradane (integrante do CRG)	Década de 1950	Apresenta uma noção original para o relacionamento entre os conceitos por meio de operadores relacionais baseados em sistemas sobre os processos de aprendizagem. Consistem em estágios de associação (a consciência – relação não-tempo, a associação temporária e a associação fixa) e os estágios de discriminação (a coincidente, a não-distinta e a distinta).
Brian C. Vickery (integrante do CRG)	Décadas de 1950 e 1960	Categorias propostas para uma classificação específica do solo: propriedade das qualidades e processos; aparatos, equipamentos e instrumento; operações dos processos; operações lógicas.
E. J. Coates (integrante do CRG)	1960	No livro <i>Subject Catalogues</i> , Coates, fundamentado em Kaiser, sugere a ordem de importância de Coisa-Parte-Matéria-Ação.
Eric de Grolier	Década de 1960	Tempo, espaço e ação (categorias constantes); substâncias, órgãos, análise, síntese, propriedade, forma e organização (categorias variáveis).
<i>Classification Research Group (CRG)</i> : proposta geral do grupo atribuída a Brian C. Vickery	Décadas de 1960/1980	Tipos de produtos final; partes; materiais; propriedades; processos; operações; agentes; espaço; tempo e forma de apresentação.
Ingretaud Dahlberg	Década de 1970	Uma releitura das categorias aristotélicas: entidades (fenômenos, objetos imateriais, objetos materiais); propriedades (quantidades, qualidades, relações); atividades (operações, estados, processos); dimensões (tempo, posições, espaço).
Mario Guido Barite	Década de 1990	Tipologia ou tipos de objetos; partes; matéria; propriedades; processos; operações; tempo; espaço.
Louise Spiteri	Década de 1990	Estudos teóricos sobre a categorização a partir da releitura dos princípios propostos por Ranganathan e pelo CRG.
Hemalata Iyer	Décadas de 1990 e 2000	Estudos teóricos interdisciplinares sobre categorização partindo da perspectiva sociocognitiva.
Jack Mills	Década de 2000	Releitura da <i>Bliss Classification</i> , <i>New Bliss Classification</i> (BC2), com ênfase na análise facetada e formação categorial.
David Blair	Década de 2000	Estudos teóricos sobre categorização com ênfase na filosofia da linguagem, sobretudo na segunda fase de Ludwig Wittgenstein.

Fonte: baseado nos trabalhos de GROLIER, 1962; SHERA; EGAN, 1969; PIEDADE, 1977; LANCASTER, 2004; LIMA, 2004; ARTÊNCIO, 2007.

Do QUADRO 8, dá-se destaque aos estudos do CRG – grupo britânico, formado na década de 1950, dedicado a pormenorizar a teoria da classificação. Se Ranganathan foi aquele que

conferiu bases teóricas aos processos classificatórios, o CRG buscou sistematizar e divulgar os estudos sobre o tema. O grupo se fundamentou nos escritos de Ranganathan e elaborou uma nova versão das categorias fundamentais deste bibliotecário, de forma detalhada, a partir de uma terminologia mais compreensível (PIEDADE, 1977). Propôs, ainda, novos princípios à teoria da classificação, alguns em consonância aos rangathanianos e outros relacionados a áreas específicas.

Resgata-se também a ascensão de estudos sobre a categorização no âmbito teórico da BCI. Esses, corporificados no QUADRO 8 pelos trabalhos de Louise Spiteri, Hemalata Iyer e David Blair, trazem à tona a nova configuração que a categorização tem adquirido na área. Em tempos de comunicações instantâneas e tecnologias até então inimaginadas, a categorização requer a compreensão e a análise dos registros do conhecimento, o que não é possível apenas pela eleição de categorias fundamentais, pois reclama, também, a descrição de elementos e teorias que se evidenciem no processo. Assim, os trabalhos citados enfocam essa retomada, diga-se que até mesmo filosófica, sobre o tema.

Essas considerações não desmerecem ou inutilizam as demonstrações de Ranganathan, já que, como expresso por Lima (2004) e Naves (2006), a teoria da análise facetada tem sido transposta ao ambiente digital sob várias perspectivas, inclusive em listas na internet, que versam sobre problemas computacionais e sugerem como alternativa a adoção de classificações facetadas para a representação das informações⁸⁰. Tudo isso torna os princípios teóricos de Ranganathan ainda mais vivos e utilizáveis.

Para finalizar esta leitura da categorização na BCI, resgatam-se alguns apontamentos feitos sobre o tema. Artêncio (2007) declara existir uma relativa flexibilização, ao longo do tempo, da noção de categorização. Vista dessa forma, a perspectiva clássica foi sendo substituída (ou trabalhada em associação) com aquela contemporânea. Acredita-se que isso seja uma resposta da BCI à própria configuração histórico-epistemológica das ciências e, sobretudo, das ciências sociais aplicadas, da qual faz parte. Além disso, verifica-se que uma proposta categorial mais rígida é adequada ao armazenamento físico dos documentos, mas com a desterritorialização destes, o gesto categorial orientado aos conceitos neles presentes se torna mais representativo. O intitulado elemento invariável dos registros do conhecimento, mencionado por Alvarenga (2001a), é abordado com maior vigor nesta abordagem.

⁸⁰ Exemplo disso é a Ontolog-forum. Disponível em: <<http://ontolog.cim3.net/forum/ontolog-forum/2010-04/msg00051.html>>. Acesso em: 03 jun. 2010.

Artêncio (2007) expõe que as categorias possuem uma validade provisória, circunstancial e também uma propriedade interativa, que serve de condição para a abertura com o público ao qual se destinam. Acredita-se que há de se ter muito cuidado na aplicação dessa perspectiva categorial flexível na BCI. Corroborar-se o entendimento contextual das categorias, mas um sistema de recuperação da informação deve agregar uma noção categorial que transmita uma informação significativa a seu usuário. Se houver uma instabilidade muito grande nos métodos de organização, o alcance dessa informação significativa se torna menos provável.

Jacob (2004), ao dissertar sob o tema, expõe que os indivíduos precisam de um aparato cognitivo conhecido para que possam relacionar-se satisfatoriamente com um SRI e afirma que os sistemas completamente abertos não possibilitam o *external cognitive scaffolding*. Sistemas abertos são aqueles em que o processo categorial é livre, não consideram os pressupostos da teoria clássica em sua arquitetura, são estruturados sob limites flexíveis e inconstantes. Apreende-se disso que, se os sistemas rígidos (derivados da teoria clássica) não reproduzem as possibilidades do pensamento humano, aqueles abertos em demasia podem vir a desorientar os usuários.

Um apontamento feito por Artêncio (2007) perceptível nas perspectivas categoriais na BCI é o da relação pragmática dos processos de categorização com o público visado. Uma classificação do solo, como a proposta por Vickery, terá apropriações categoriais distintas daquela relacionada aos metais, como a de Farradane. Contudo, a relação com o público não se restringe à temática abordada, agrega o entendimento dos aspectos socioculturais e cognitivos relacionados ao ambiente. O nível pragmático das classificações bibliográficas por si só não sustentou os aspectos extratemáticos que uma proposta de organização dos registros do conhecimento deva abordar, daí que novamente se identifique a já apontada reconfiguração histórica dada à categorização na BCI.

Acredita-se, ainda, que a categorização seja um processo interdependente em que não se almeja somente conhecer um conceito e aloca-lo em uma categoria, mas, também, associá-lo a um universo de conceitos existentes que se relacionam e conversam entre si por vários aspectos. Os conceitos constituem uma rede, e a categorização é um fio essencial em que esta rede se tece. Os registros do conhecimento demonstram essas relações tanto explícita quanto implicitamente, e o profissional que consegue absorvê-las com maior perspicácia tende a tornar as categorias como instrumentos mais potenciais a análise desses.

Soma-se a tudo já mencionado o fato de a categorização ser vista, por muitos estudiosos, como o núcleo das atividades em BCI. Isso se deve, primordialmente, à necessidade constante de se recuperar informações para atendimento das demandas dos usuários. Esse atendimento constitui o processo básico de um SRI. Através da resolução dos problemas dos usuários, verificam-se a adequabilidade e a eficiência de um SRI em que vários fatores interferem no devido cumprimento dessa função, e ressalta-se aqui a boa categorização dos objetos que induz a uma comunicação comum entre sistema e usuário.

O olhar aqui proposto à categorização se refere a uma parcela limitada, direcionado aos IRI, essa parcela corresponde à determinação das categorias nos tesouros sob a ótica do indivíduo que a faz, bem como daquele que vem a utilizar o tesouro, isto é, faz a leitura do gesto categorial do primeiro. A seguir, descrevem-se esses sujeitos que corporificam o gesto categorial na BCI.

4.3 O CLASSIFICACIONISTA E O CLASSIFICADOR

O profissional da BCI que habitualmente categoriza os registros do conhecimento – o bibliotecário⁸¹ – interage com processos categoriais e classificatórios em várias atividades envolvidas na recuperação de informações. Recai-se novamente na questão terminológica: este sujeito é um categorizador ou um classificador? Como visto, não será a designação usada que modificará a essência da ação deste profissional, logo, até mesmo como uma posição dialética ao que já se expôs no texto, intitula-o como *classificador*, tal como Ranganathan o fez no *Prolegomena to library classification* (1967).

Na constituição histórica da BCI, este classificador exerceu (e exerce) diferentes papéis sociais: a princípio, como ordenador, sendo a classificação o arranjo dos documentos, ou seja, a classificação enquanto ordem das coisas (SOUZA, 1998); o classificador, enquanto intermediário, entre uma coleção de documentos e uma determinada comunidade de usuários – ‘o detentor da chave do conhecimento’ – papel muito relevante após o *boom* informacional

⁸¹ Comunga-se do pensamento de Souza (1998, p. 37) que: “[...] a Biblioteconomia é uma intervenção humana sobre o cotidiano, construída no cotidiano, a partir da idéia da organização de documentos ou papéis e que é atribuída como papel social a um determinado grupo que vem a constituir uma profissão”.

do pós-Segunda Guerra Mundial (SOUZA, 1998); e, por fim, em abordagem mais recente, o classificador como desenvolvedor de sistemas orientados para os usuários⁸².

Uma divisão interessante e que se faz condizente com este trabalho é a proposta por Ranganathan (1967) entre o *classificacionist* e o *classifier*, que se reproduz nos escritos de Guido Barite (1998) mediante a noção do analista, que incorpora o *classificacionista*⁸³ e o *classificador*. O referido autor afirma que o analista é aquele que estabelece as bases da análise de um nivelamento subjetivo, para trazer uma determinada realidade particular e parcial do objeto (GUIDO BARITE, 1998), isto é, que faz o processo de categorização.

O *classificacionista*, por sua vez, é o profissional que elabora, planeja e constrói vocabulários controlados⁸⁴ (RANGANATHAN, 1962, p. 20). Para este, Guido Barite (1998) elenca que as categorias constituem-se como o instrumento básico, perceptível em três atividades concretas:

- a) O desenho, o planejamento e a estruturação de vocabulários controlados (sistemas de classificação, tesouros, listas de cabeçalhos, taxonomias etc.)
- b) A modificação, expansão ou especificação de tabelas e esquemas de classificação, de um modo lógico metodologicamente apropriado
- c) A avaliação e a análise de sistemas de classificação e indexação. (GUIDO BARITE, 1998, p. 80, tradução livre).

O classificador é aquele que, *lato sensu*,⁸⁵ faz as atividades de classificação de determinado universo do conhecimento por meio de algum tipo de vocabulário controlado e que se vale de um posicionamento para a determinação das categorias aos registros do conhecimento. Acresce-se aqui o posicionamento de Ranganathan (1967) de que os classificadores realizam suas atividades classificatórias de acordo com os postulados e princípios subjacentes aos propósitos do classificacionista ao elaborar o vocabulário controlado do qual os primeiros se valem, em verdade, o classificador interpreta a ordem categorial imposta pelo classificacionista.

Embora esta divisão entre *classificacionista* e *classificador* pareça incomum na atualidade, uma vez que ocorrem mudanças e alternâncias dos papéis representados pelos sujeitos na BCI e de maneira que não há uma postura tão estanque conforme se visualizava anteriormente,

⁸² Não se acredita na sistematização estanque destas funções; ao contrário, são elas trabalhadas conjuntamente ainda hoje, mas algumas direções são mais aplicáveis nos serviços atuais que outras.

⁸³ Fez-se a tradução o mais fiel possível do termo apesar de este consistir em um neologismo.

⁸⁴ No texto original, Ranganathan o relaciona aos esquemas de classificação.

⁸⁵ Diz-se assim por representar a classificação neste enunciado as várias práticas de tratamento da informação na BCI como a indexação, a classificação, a redação de resumos e a própria categorização.

aproveita-se da designação de Ranganathan para se observar o gesto categorial dos sujeitos da BCI, no intuito de compará-los e absorver o que está intrínseco a cada um destes grupos.

Apresentadas, neste capítulo, as bases lógico-teóricas da categorização e o sujeito que categoriza, destina-se o próximo à descrição do universo empírico analisado: o Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira.

5 O TESAURO E A FORMAÇÃO CATEGORIAL

Tesouro

Latim: *Thesaurus*

Grego: *Thesaurós*

A princípio, recorda-se que a indagação primordial nesta pesquisa refere-se ao que subjaz aos princípios de Ranganathan, sobretudo a estrutura PMEST. Como a apreciação teórica sobre esta temática se deu ao longo dos capítulos 2, 3 e 4 e se propôs um estudo sob a perspectiva sociocognitiva, buscou-se um universo empírico que retratasse esses princípios, que permitisse observar *como se dá o gesto categorial dos sujeitos na BCI*. O tesouro, enquanto universo empírico, se fez adequado a este propósito e visa a reproduzir parcela da realidade das práticas categoriais empregadas na BCI.

5.1 O TESAURO ENQUANTO UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA

A palavra tesouro possui etimologia no latim e explicita a noção de “tesouro, bens, haveres, teres, provisões de toda sorte, local em que se acumulam os bens materiais e não materiais, depósito de conhecimentos” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2007, p. 2707). Na BCI, é considerada sob as seguintes perspectivas:

Tesouro: vocabulário controlado e dinâmico abrangendo área específica do conhecimento. Em sua estrutura patenteia as *relações* vigentes entre os termos – sinonímicas, hierárquicas e outras – que, no seu conjunto, constituem a **linguagem de indexação**. (GOMES, 1984, p. 5).

Tesouro é uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, onde os elementos linguísticos que o compõem – termos, simples ou compostos – encontram-se *relacionados* entre si sintática e semanticamente. (CURRÁS, 1995, p. 88)

O tesouro é um conjunto de termos *semântica* e genericamente *relacionados*, cobrindo uma área específica do conhecimento. É um instrumento da indexação/recuperação de informação. (GOMES, 1996, *on-line*)

Os tesouros são instrumentos usados tanto na indexação quanto na elaboração de estratégias de busca, por isso são chamados de linguagens de representação/recuperação. Apresentam uma complexa rede de referências cruzadas entre termos, para mapear outras *relações entre conceitos* – que não apenas as hierárquicas – mediando a comunicação entre produtores e usuários da informação. (BATISTA, 2004, p. 6).⁸⁶

O entendimento do relacionamento entre os conceitos se faz presente em todas as definições, pois o tesouro, em sua estrutura, busca associar-se ao processamento cognitivo humano, e, sobretudo, à realidade dos SRI. Isso se dá porque trabalha “em *nível conceitual* e não verbal, estabelecendo rigorosa diferenciação entre termos e palavras, sendo essa a sua principal característica” (BATISTA, 2004, p. 6, grifou-se).

⁸⁶ Como o enfoque do trabalho são os modelos categoriais, o tesouro é apresentado de forma bastante objetiva. Para um estudo pormenorizado, sugere-se as obras de DODEBEI, 2002, CURRÁS, 1995 e GOMES, 1984.

Através das referências cruzadas que possuem, os tesouros possibilitam a ampliação das relações entre os conceitos e a aproximação da realidade de certa comunidade de usuários. Delineiam redes de conceitos que conferem maior flexibilidade e abertura à sua estrutura. Parcela das características presentes nos tesouros deriva-se dos princípios e métodos que orientam sua estruturação: a garantia literária e a ratificação por parte do usuário. Tem-se a junção do método indutivo (terminologia coletada na literatura) e do método dedutivo (consenso dos especialistas da área). Mesclam-se conceitos presentes nos paradigmas dominantes da área com tendências emergentes (BATISTA, 2004).

Currás (1995) elenca condições a serem cumpridas pelos tesouros, das quais se destacam o fato de ser uma linguagem normalizada e especializada; de estarem organizados sob unidades linguísticas, que constituem termos e se relacionam e a necessidade de atualização constante com a introdução e supressão de termos. Na contemporaneidade, a última característica se torna mais ágil, mediante a ascensão dos tesouros eletrônicos, o que permite maior maleabilidade na estrutura apresentada. As condições citadas fazem dos tesouros IRI ‘vivos’⁸⁷, no quesito do dinamismo terminológico que propiciam, se comparados a outros sistemas como as classificações bibliográficas.

Enquanto universo empírico desta pesquisa, o tesouro é visualizado sob a ótica do gesto sociocognitivo de sua formação categorial. Essa escolha se deve à aceitação deste, de maneira quase consensual, como legítimo IRI (BATISTA, 2004) e como um sistema estruturado de conceitos (ALVARENGA, 2006a; CAMPOS, 2001b; FUJITA, 1998, GUIDO BARITE, 1998).

Sob esse panorama, os tesouros corporificam o sistema categorial empregado na BCI, já que consideram o processo da formação conceitual na escolha de um termo e buscam explicitar as relações existentes entre os termos que abordam. Isso faz crer que a categorização subjaz sua criação, pois os conceitos não estão expostos livremente, mas sob uma estrutura de relações de proximidade e até mesmo de dessemelhança. Portanto, concluiu-se que uma das formas de se alcançar o objetivo proposto seria através da análise das categorias de um IRI vivo e acessível, de maneira que os sujeitos envolvidos em sua criação fossem passíveis de consulta.

Para a escolha do tesouro objeto da pesquisa, foram delimitadas algumas diretrizes fundamentais, a saber: o embasamento explícito em teorias da BCI e o envolvimento de

⁸⁷ Ao se intitular os IRI como ‘vivos’, quer-se explicitar que estes são acessados e atualizados periodicamente.

profissionais da área em sua elaboração; a formalização dos princípios norteadores de criação do tesouro em algum tipo de documento; a presença da estrutura sistemática e alfabética de maneira explícita. Como elementos secundários, consideraram-se o escopo nacional do tesouro, no sentido de que se pudessem entrevistar os sujeitos responsáveis pela criação do mesmo, a disponibilização gratuita e o acesso ao texto completo pela Internet, no intuito de se facilitar as pesquisas, como também as atualizações periódicas, na expectativa de trabalhar com um IRI vivo como descrito anteriormente.

5.2 O TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA

Após verificar os elementos citados, foi feito o cotejamento com os responsáveis pela criação e manutenção de alguns tesouros, sendo que aquele que se mostrou mais adequado ao trabalho, observando-se os fatores elencados, foi o Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira⁸⁸ (TFCPB).

Um elemento decisivo na escolha do TFCPB como universo empírico nesta pesquisa foi a vertente histórica a que se atribui o mesmo. Tanto Gomes (2009, 1996) quanto Campos (2001) apontam a existência de duas vertentes principais⁸⁹ para os tesouros: uma europeia e outra norte-americana.

Da primeira, pode-se afirmar que deriva da teoria da classificação facetada de Ranganathan e, da segunda, sabe-se que tem primórdios nas listas de cabeçalhos de assunto de Coates e no sistema unitermo proposto por Mortimer Taube. Ambas as vertentes se miscigenam com a divulgação da norma ISO 2788/1980, que busca absorver tanto os fatores categoriais e conceituais da vertente europeia quanto as relações sintáticas e o ordenamento alfabético da linha norte-americana.

Dessa forma, Gomes (2009, 1996) e Campos (2001) afirmam que os tesouros que privilegiam os conceitos e suas relações na estruturação remontam à teoria da classificação facetada e são designados como tesouros conceituais, modelo este em que se encaixa o TFCPB conforme Coelho et al. (2005).

⁸⁸ Disponível em: < <http://www.cnfcp.gov.br/tesauro>>. Acesso em: 01 mar. 2009.

⁸⁹ Na atualidade estas vertentes são muito contestadas, mas sabe-se que houve alguma derivação, já que os tesouros tiveram sua ascensão em resposta as necessidades informacionais que se configuraram em meados do século XX.

O TFCPB é uma iniciativa inédita na área do folclore e cultura popular brasileira e já conta com duas versões publicadas. A primeira data de 2004, e a segunda versão ampliada, objeto de estudo neste trabalho, foi publicada em 2006, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Ministério da Cultura (MinC), com patrocínio do Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais, da Caixa Econômica Federal.

O TFCPB foi organizado com o levantamento terminológico baseado na Biblioteca Amadeu Amaral, criada em 1961, que possui acervo de cerca de 200 mil documentos – livros, periódicos, registros sonoros e visuais, recortes de jornais, folhetos de cordel – e no Museu de Folclore Edison Carneiro⁹⁰, criado em 1969, com coleção de 14 mil objetos de diferentes tecnologias e origens (COELHO et al., 2005). Traz, como grande inovação, o elo com recursos multimídias, que possibilitam ao interessado complementar a consulta, seja com trechos de vídeos, som, fotografias ou artigos⁹¹.

Cabe ressaltar que, apesar do levantamento terminológico oficial ter ocorrido à época de elaboração do tesouro, a Biblioteca Amadeu Amaral já contava, desde a década de 1980, com uma listagem de termos de indexação organizada conforme as necessidades informacionais que surgiam. Coelho et al. (2005, *on-line*) esclarecem que

Ainda em 87, a Biblioteca incluiu em seu plano de trabalho um projeto de construção de tesouro de folclore, baseado nos termos já compilados por sua equipe – fruto do trabalho de indexação do acervo. Essa atividade que foi implementada de maneira sistemática, no período de 1987 a 1989, contava com uma comissão composta por pesquisadores e documentalistas, com dinâmica de reuniões semanais para avaliação do material já existente.

Infelizmente, a década de 1990 sinalizou um grande esquecimento com relação aos setores relacionados à cultura no país, dentre os quais o CNFCP. Isso fez com que o projeto de construção de um tesouro da área fosse parcialmente abandonado, apesar do esforço da equipe da Biblioteca Amadeu Amaral em sistematizar os termos durante a indexação dos documentos. Em 2000, novas perspectivas emergem na área, com a retomada do projeto no ano de 2002.

O TFCPB contou, em sua elaboração, com uma equipe multidisciplinar com vasta experiência na área da cultura popular brasileira, que incluiu os profissionais integrantes da Biblioteca

⁹⁰ Tanto a Biblioteca quanto o Museu localizam-se no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

⁹¹ Informações disponíveis em: Disponível em: <<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/apresentacao.html>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

Amadeu Amaral (com formação acadêmica nas áreas de Biblioteconomia, Letras e Ciências Sociais), a museóloga do Museu Edson Carneiro e especialistas do CNFCP (e também externos a este), além de um bolsista da área de biblioteconomia e um profissional na área da BCI, responsável pela consultoria e coordenação do projeto metodológico. Este último forneceu um curso de capacitação a todos os integrantes da equipe, no qual foram ensinadas as técnicas de construção de tesouros e apresentados os conceitos teóricos intrínsecos a temática.

Em um primeiro momento, tomaram-se decisões relativas à estruturação do projeto, a participação dos membros da equipe e a escolha do *software* para composição do tesouro. Cabe ressaltar que essa equipe completa foi responsável pela primeira versão publicada. Já a segunda, uma revisão da primeira com a inserção de novos termos e categorias, ficou a cargo da equipe da Biblioteca Amadeu Amaral novamente sob a consultoria do profissional da BCI.

Ao se observar o TFCPB quanto à vertente histórica de derivação, pode-se associá-lo àquela europeia, já que apresenta tanto uma estrutura sistemática disposta por categorias e subcategorias, quanto uma estrutura alfabética. Coelho et al. (2005) esclarecem que, para a composição do tesouro,

Adotou-se o princípio de recortar o domínio por categorias – grandes classes que pudessem evidenciar a identidade do conceito, dentro de um contexto específico. Desta forma, a linha metodológica adotada apontou para experiências teóricas no âmbito da Ciência da Informação, mais especificamente da Teoria da Classificação Facetada (RANGANATHAN, 1968), que trata o domínio de forma policotômica, ou seja, várias árvores taxonômicas ligadas como uma rede. (COELHO et al., 2005, *online*)

Dessa forma, a segunda versão do TFCPB é composta por quinze categorias principais que expressam o universo do folclore e cultura popular brasileira a partir do estudo realizado para a construção do mesmo. Essas categorias serviram de insumo para a tarefa, descrita adiante, durante a aplicação da técnica do protocolo verbal. As categorias estão expostas na FIG. 8 que segue:

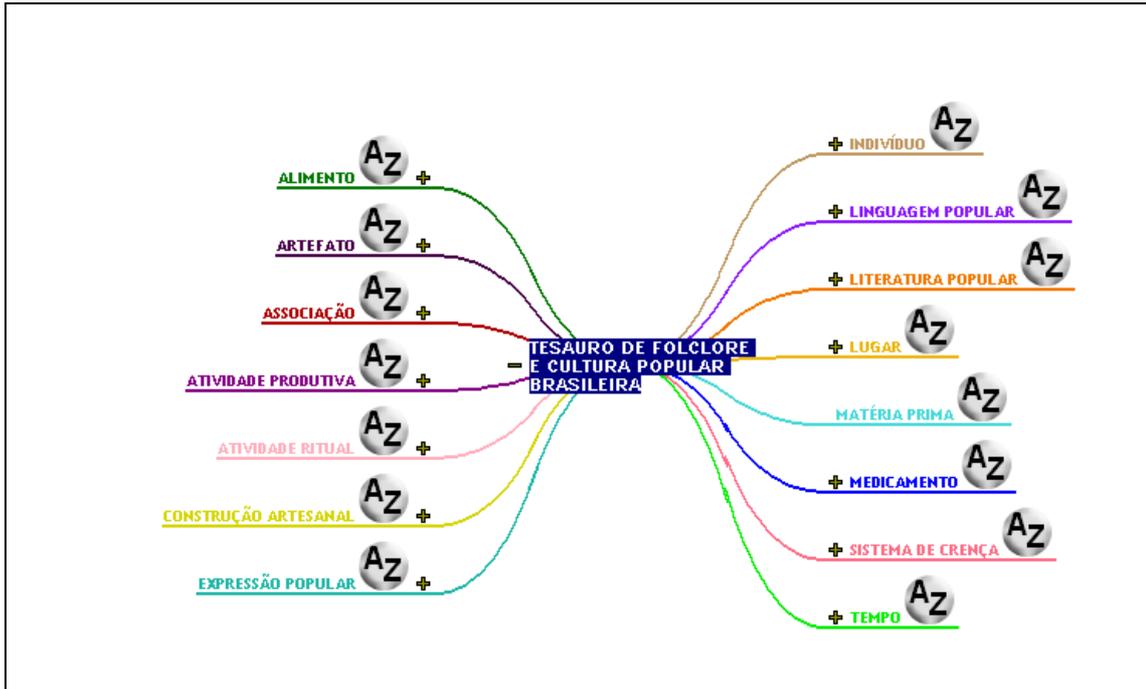


FIGURA 8 – Apresentação sistemática do TFCPB

Fonte: Disponível em: <<http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/sistemática/sistemático.htm>>. Acesso em: 1º mar. 2010.

As categorias principais apresentam subcategorias que são divididas conforme a ordem delimitada pela equipe construtora. Na estrutura sistemática, constam todos os termos do tesauro inseridos em suas devidas categorias (ANEXO A – CD-ROM). Essas categorias, conforme a metodologia empregada, procuram descrever as seguintes categorias conceituais: entidades (descritores que designam objetos concretos ou abstratos, construtos mentais, substâncias, organizações, sistemas de coisas suas partes/componentes, substâncias responsáveis pelo desenvolvimento de um processo, instrumentos, pessoas); propriedades (atributos de coisas, qualidades, propriedades, incluindo estrutura e medidas); atividades (operações sobre coisas, experimentos, ensaios, operações mentais); dimensões (espaço e tempo)⁹². Assim, dadas estas categorias conceituais, a equipe de criação do TFCPB analisou o material de insumo do tesauro sob a ótica do que se constitui como entidade no contexto analisado, o que se constitui como propriedade, e assim por diante. Ao final, tanto a consultora quanto os especialistas da área e demais integrantes da equipe revisaram as categorias criadas.

Já a estrutura alfabética apresenta cada um dos termos utilizados com as convenções das relações explicitadas, que no TFCPB são as seguintes:

⁹² Informações obtidas na consulta de documentos internos da Biblioteca Amadeu Amaral.

- Relação de Equivalência – ocorre entre termos sinônimos ou quase sinônimos, sendo expressa pela abreviatura USE / UP [usado por];
- Relação Hierárquica – expressa uma relação de superordenação e subordinação entre dois termos, sendo expressa pela abreviatura TG [termo genérico] /TE [termo específico];
- Relação Partitiva – ocorre entre termos onde um é o todo e o outro é a parte, sendo expressa pela abreviatura TGP [termo genérico partitivo]/TEP [termo específico partitivo];
- Relação Associativa – ocorre entre termos com proximidade de significado (causa/efeito, produto/processo, matéria/produto), sendo expressa pela abreviatura TA [termo associado]. (COELHO et al., 2005, *on-line*)

Modelos dessas relações foram descritos no preâmbulo deste trabalho. Os termos (ou **descritores**) do TFCPB caracterizam-se ainda pela diferenciação de homônimos por meio dos qualificadores (sempre expressos entre parênteses) e pela exposição da nota de aplicação que corresponde a expressões de duas naturezas:

Notas de Definição são notas onde está expressa a definição mais apropriada para o termo em questão; Notas de Indexação são notas onde se apresentam questões relacionadas ao uso de um termo dentro do contexto institucional. (COELHO et al., 2005, *on-line*)

Cabe recordar que muitos dos descritores no escopo do folclore e cultura popular só adquirem significado comum com a presença das notas de aplicação (também chamadas de notas explicativas pela literatura), pois são termos extremamente específicos. Exemplo disso é o termo traição que, no TFCPB, possui um qualificador indicando que se trata de um mutirão para diferenciar do uso corrente da palavra relacionado à deslealdade. Pode-se observar como este aparece no tesouro:

Traição (mutirão)

Mutirão que tem como objetivo executar uma tarefa em benefício de alguém sem seu prévio conhecimento, sendo um dos objetivos surpreender o beneficiado.

Termo Genérico

- Mutirão

A FIG. 9 expressa a estrutura de um termo do TFCPB: o descritor (quadrilha), seguido pela nota de aplicação, a forma não autorizada expressa pela convenção ‘usado por’; o termo superordenado ao qual o descritor subordina-se; ‘termo genérico’; o termo subordinado a este; termo ‘específico’; e os termos associados que refletem no exemplo uma espécie de processo (danças folclóricas), um termo de mesmo nível (fado) e outro processo que pode ocasionar na dança da quadrilha (a festa junina). Conforme a FIG. 9:

Índice
 A B C D E F G
 H I J K L M
 N O P Q R S T
 U V W X Y Z

[Busca nos Acervos Digitais](#)
[Busca na Internet](#)

Quadrilha

Dança de pares de origem européia que no Brasil passou a ser dançada nas festas do mês de junho em louvor a São João, Santo Antônio e São Pedro. Em virtude talvez de rápida popularização, a quadrilha ganhou numerosas variantes - no interior de São Paulo surgiu a quadrilha caipira, e em Campos, RJ, a Mana-chica. Muitas danças do fandango empregam a marcação da quadrilha, a exemplo do que ocorre em bailes gaúchos. Vale observar ainda que a quadrilha influenciou diretamente as danças em fileiras opostas e as contradanças em geral. Os participantes obedecem às marcas ditas por um organizador da dança. Conserva algumas denominações e movimentações tradicionais e incorpora criações adaptadas pelos marcadores. A música, geralmente de ritmo marcado, é executada com o acompanhamento tradicional da sanfona.

Usado por

- ▶ [Quadrilha caipira](#)

Termo Genérico ▶

- ▶ [Dança](#)

Termos Específicos

- ▶ [Mana-chica](#)

Termos Associados

- ▶ [Dança folclórica](#)
- ▶ [Fado \(dança\)](#)
- ▶ [Festa junina](#)

Nota de aplicação

Figura 9 – Exemplo de termo e suas relações no TFCPB
 Fonte: TESAURO de Folclore e Cultura Popular Brasileira

Apresentadas estas noções sobre o universo empírico da pesquisa, descreve-se o percurso metodológico seguido com o esmiuçamento de como se deu a coleta de dados e a escolha dos procedimentos de análise.

6 PERCURSO EMPÍRICO



**[...] Nas próprias antecâmaras do sentimento é proibido ser explícito.
Sentir é compreender. Pensar é errar.
Compreender o que a outra pessoa pensa é discordar dela.
Compreender o que a outra pessoa sente é ser ela.
Ser outra pessoa é de grande utilidade metafísica.
Deus é toda gente [...]**"⁹³

⁹³ PESSOA, F. *O eu profundo e os outros eus*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

Como proposto na introdução deste trabalho, buscou-se realizar uma pesquisa qualitativa voltada a *conhecer o conhecimento* sobre a categorização na BCI e, uma vez que o universo empírico do trabalho foi apresentado no capítulo anterior, reserva-se este espaço à descrição de como se deu a coleta de dados: o emprego dos procedimentos utilizados na pesquisa, os sujeitos designados para a coleta de dados, bem como os procedimentos adotados para a análise.

6.1 COLETA DE DADOS

Tendo-se em foco os objetivos da pesquisa e atentando-se para as especificidades da técnica de protocolo verbal, optou-se por empregá-la de forma individual. A participação da pesquisadora ocorreu de forma moderada, buscando estimular os sujeitos da pesquisa a expressarem seus processos mentais quando estes se distanciavam do que lhes foi proposto, e, ainda, preencher um papel mais ativo quando estes se intimidavam com a utilização da técnica, ou não eram claros em suas expressões.

Isso atende à proposta original de protocolo verbal descrita por Ericsson e Simon (1993), que prevê algum tipo de interação entre pesquisador-sujeito. A interação se deu, em grande parcela dos casos, muito espontânea, tanto que alguns protocolos tiveram duração posterior ao previsto. Parcela dos sujeitos começou a entrevista de maneira sintética em suas verbalizações e fechada para a técnica utilizada, o que foi parcialmente rompido com o decorrer do tempo.

Como dito por alguns dos sujeitos: _ *“Nossa, mas como é difícil isto”*, _ *“Isso não é fácil, quando a gente tá sozinho é mais simples, eu tenho o costume de quando eu faço as coisas ficar falando sozinho na biblioteca, aí o povo acha que eu estou falando com eles, mas eu estou falando com o computador”*, verbalizar pensamentos, ainda que na realização de uma tarefa simples, é um pouco invasivo, portanto, teve-se que deixar os participantes bastante à vontade e realizar o procedimento com o mínimo de formalidade para que eles se comportassem de forma o mais espontânea possível. Já que, conforme Ericsson e Simon (1993), comentados por Nardi (1993), a veracidade dos dados obtidos pelo protocolo pode estar relacionada a fatores psicológicos ou sociais tais como a motivação, a familiaridade com a técnica e o ‘clima’ de interação pesquisador-sujeito.

Após o protocolo verbal, aplicou-se aos sujeitos da pesquisa a entrevista semiestruturada (descrita no tópico 6.1.4). A aplicação desta se deveu, em parte, a objetivar-se compreender a visão dos profissionais da BCI sobre o processo categorial e a cotejar a abordagem teórica por eles recebida com o emprego prático (passível de visualização na tarefa desenvolvida na etapa do protocolo verbal). Além disso, pode-se considerar que o emprego da entrevista configura-se como uma possível triangulação de métodos, já que o gesto categorial explicitado na tarefa é posto à prova em algumas das perguntas inquiridas.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e junho de 2010 (salvo o pré-teste, realizado no mês de março), nas cidades de Belo Horizonte/MG e do Rio de Janeiro/RJ. Os procedimentos foram realizados em horário e local de conveniência dos sujeitos entrevistados. Assim, a maioria dos encontros ocorreu no ambiente de trabalho desses (somente um encontro se deu em local independente).

Cada procedimento durou em média 1h15min, sendo que alguns foram mais curtos (ca. de 26min a 30min) e outros mais extensos (ca. 1h52min). Pelo fato de a maioria dos procedimentos terem sido realizados no ambiente de trabalho, em alguns momentos, foi preciso suspender as gravações devido a interrupções alheias. Tentou-se evitar isso, combinando com antecedência a data e o horário dos encontros, como também explicitando a necessidade de silêncio para a tarefa, contudo, nem sempre foi possível comungar de todos estes fatores, o que não interferiu, substancialmente, na coleta e análise dos dados.

A gravação das verbalizações foi iniciada após a aprovação dos sujeitos. Foi informado aos indivíduos que os dados coletados seriam utilizados tão somente para a pesquisa e que a identidade dos participantes seria resguardada.

Sobre o emprego das instruções prévias⁹⁴ aos participantes, fundamentando-se nos trabalhos da BCI que usaram a mesma técnica, foi fornecida imediatamente antes do início da tarefa, uma folha⁹⁵ a cada um dos sujeitos, com informações sobre o procedimento (APÊNDICE C) e sobre a tarefa a ser realizada. Essas instruções foram lidas em conjunto com os sujeitos, ou, em alguns casos, eles mesmos fizeram a leitura silenciosa. Buscou-se deixá-los livres para a adoção da melhor forma de leitura. Ao final, foram esclarecidas dúvidas sobre o procedimento

⁹⁴ Quanto às instruções prévias sobre o procedimento, Ericsson e Simon (1993) alertam que essas podem influenciar no conteúdo das verbalizações. Os autores citam pesquisas que as utilizaram, mas ressaltam que grande parcela não divulga quais instruções foram fornecidas aos participantes.

⁹⁵ Estas informações foram sucintas e objetivas.

e a gravação dos dados, como expresso na fala de um dos sujeitos: *“Você vai ficar falando comigo ou eu vou ficar falando sozinha”*. Em seguida, foi entregue uma folha com o nome e uma breve descrição das categorias de Ranganathan. A FIG. 10 explicita as fases do percurso metodológico:

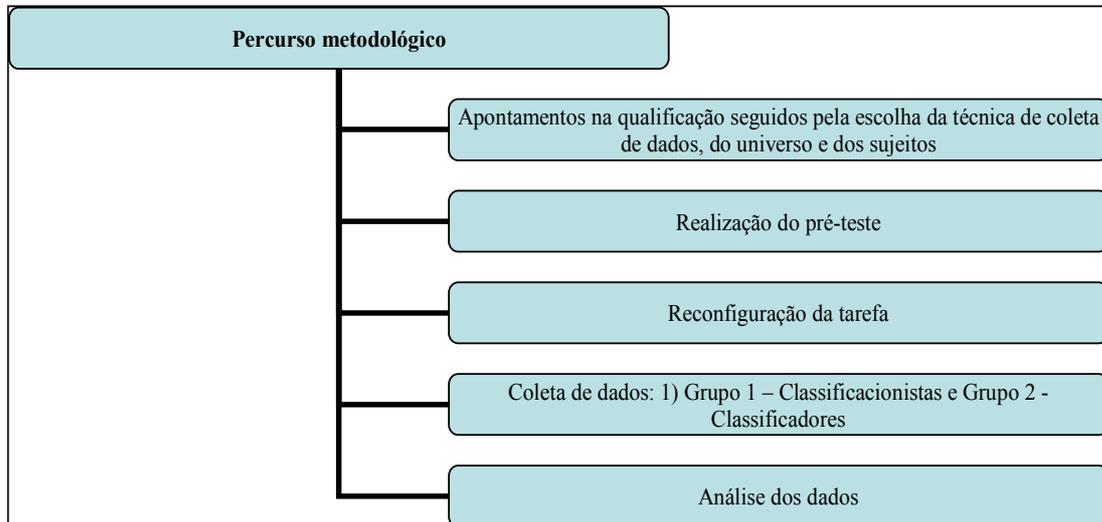


FIGURA 10 – Síntese do percurso metodológico empírico da pesquisa

Sobre o teste do procedimento, intitulado de ‘aquecimento’ por alguns pesquisadores (NARDI, 1993; NAVES, 2001), existem controvérsias sobre a necessidade de realização. Parcela da literatura consultada o visualiza como fundamental, e para outros, como Ericsson e Simon (1993), facultativo. Julgou-se oportuno realizá-lo no intuito de verificar a adequação da tarefa ao objetivo específico a ela relacionado (tal como NEVES, 2004 e NAVES, 2001 o fizeram) com um profissional da área externo à pesquisa. Dada a importância deste teste para a reconfiguração da tarefa sugerida, abre-se um tópico para sua descrição.

6.1.1 Pré-teste

O pré-teste do procedimento de coleta de dados foi realizado no mês de março de 2010, com um profissional experiente da BCI, “por se acreditar que indivíduos com experiência consolidada, são, “[...] por definição, bons processadores de informação [...]” (FUJITA; CERVANTES, 2005, p. 37). A escolha deste se deu por possuir conhecimentos consolidados na área, tanto no âmbito teórico – o teste foi realizado com um professor-doutor da linha de Tratamento da Informação que possui mais de cinco anos de experiência na docência – quanto prático – este sujeito trabalhou vários anos como bibliotecário em uma universidade federal do Brasil.

Cabe notar que a tarefa (descrita no tópico 6.1.3) foi empregada de forma distinta ao profissional do pré-teste. A este se solicitou que relacionasse as categorias do TFCPB com as categorias de Ranganathan e àquelas de Aristóteles, no intuito de se averiguar como o sujeito realizava a associação entre as diferentes propostas. Destaca-se que se pressupôs inicialmente que a base lógico-categorial dos estudos de Ranganathan fosse oriunda da teoria clássica de categorias, mas esta é uma condição teórica, até mesmo por Ranganathan ser um estudioso da BCI, e Aristóteles não ser obrigatoriamente estudado pelos profissionais que na área atuam.

Para tanto, forneceu-se ao sujeito do pré-teste os nomes de cada uma das categorias dos estudiosos mencionados e a interface *on-line* do tesouro. No pré-teste, não foi inserida qualquer informação sobre as categorias, como dito, somente os nomes.

Com a análise do pré-teste, ficou explícita a necessidade de se fazerem alguns ajustes no que se propunha aos sujeitos, sobretudo com relação às categorias de Aristóteles, já que a associação solicitada se fez distante da realidade empírica. Quanto a isso, o sujeito do pré-teste chegou a afirmar:

Eu acho que eu vou fazer uma análise mais direta com as categorias de Ranganathan do que com as aristotélicas, então parte do movimento que eu já fiz algo e pensando como é que eu vou resolver esta tarefa, né, fooui identificar primeiro as categorias de Ranganathan e foi a partir daqui que eu consegui fazer uma associação com as aristotélicas, porque as aristotélicas me são menos familiares eu não estudei Aristóteles, tá certo né? (risos) Éee mas fazendo essa passando por Ranganathan eu consigo chegar no Aristóteles, né, é de algum modo eu acho que é isso aí (...)

Não sei se eu vou conseguir fazer todas as aristotélicas neste caso eu não tô nem contando num primeiro momento. (...)

No caso do Aristóteles é o seguinte eu tenho consciência que eu precisaria ter leituras do Aristóteles para fazer essa interpretação de todas essas categorias aqui, né, então eu não consigo ver diretamente, né, mas aí vou pensar aqui o que dá pra explorar neste sentido. (Sujeito entrevistado no pré-teste).

Portanto, o profissional do pré-teste assumiu não estar apto a fazer o relacionamento com as categorias de Aristóteles. Logo, optou-se por remodelar a tarefa de maneira que aos sujeitos da pesquisa fosse solicitado que relacionassem as categorias do TFCPB somente com as de Ranganathan e que o percurso aristotélico ficasse restrito à pesquisadora no momento da análise dos dados mediante os indícios verbalizados pelos sujeitos. Apresenta-se a seguir os sujeitos da pesquisa para que, posteriormente, se descreva a configuração final da tarefa aplicada aos mesmos.

6.1.2 Sujeitos da pesquisa: o classificacionista e o classificador

Porquanto o gesto categorial na BCI pode se dar em esferas distintas, valeu-se da designação de Ranganathan (1967) ao se eleger para observação a categorização realizada pelos profissionais responsáveis pela criação/elaboração do TFCPB designados como o Grupo 1 - Classificacionistas, e, ainda, por aqueles que fazem a leitura da categorização deste tipo de IRI, o Grupo 2 - Classificadores.

O Grupo 1 – Classificacionistas corresponde à parcela dos indivíduos responsáveis pela elaboração do TFCPB. A delimitação destes se deu por acreditar-se que são indivíduos que legitimam formas de representação, conforme determinada noção lógico-categorial, para aqueles que utilizam o tesouro e dentro da própria estruturação dos princípios categoriais na BCI.

A seleção dos profissionais pertencentes ao Grupo 1 se fez de acordo com a equipe de bibliotecários responsáveis pela criação/elaboração do TFCPB. Em complemento, enviou-se aos mesmos o questionário informativo (APÊNDICE B), a fim de se conhecerem os dados relacionados à experiência dos sujeitos e ratificar o conhecimento das categorias de Ranganathan.

Assim sendo, foram entrevistados individualmente três profissionais: a bibliotecária (e professora na área de BCI com larga experiência em processos categoriais, graduada em biblioteconomia em 1985) que prestou consultoria na elaboração do TFCPB; a bibliotecária da instituição responsável pelo projeto (graduada há mais de quinze anos e com larga experiência na área em análise), e o profissional da área que foi bolsista do projeto de pesquisa (estudante de biblioteconomia na época e hoje bibliotecário com experiência de mais de cinco anos, mestrado na área da BCI e professor nesta área há cerca de um ano).

Os sujeitos do Grupo 1 – Classificacionistas são identificados doravante pela sigla CF seguida pela numeração que corresponde à ordem de descrição apresentada nesta pesquisa. Dessa forma, tem-se o seguinte desenho do grupo:

QUADRO 9 – Perfis dos sujeitos do Grupo 1 – Classificacionistas

Sujeitos (sigla indicativa)	Formação de graduação	Nível de escolaridade
CF1	Biblioteconomia	Doutorado
CF2	Biblioteconomia	Graduação
CF3	Biblioteconomia	Mestrado

No delineamento do Grupo 2 – Classificadores, buscou-se, inicialmente, indivíduos que utilizassem o TFCPB. Dado que, para o TFCPB, a utilização formal se dá pela própria instituição criadora, fez-se necessário delimitar um grupo intencional, enquanto método não aleatório, em que o pesquisador escolhe os indivíduos que julga relevantes para a realização de determinada tarefa. Ressalta-se que este grupo intencional obrigatoriamente deveria conhecer as categorias de Ranganathan e ter formação na área de biblioteconomia.

Optou-se⁹⁶ por entrevistar bibliotecários recém-formados que tivessem cursado a disciplina Tratamento V⁹⁷ na Escola de Ciência da Informação da UFMG. A escolha destes não está relacionada apenas com a experiência prática, já que são pessoas formadas há menos de cinco anos, mas, sim, com a maturidade teórica dos princípios categoriais ensinados na referida disciplina. Para a triagem destes, enviou-se, por email, aos profissionais graduados no segundo semestre de 2007 o questionário informativo apresentado no APÊNDICE B.

Obteve-se o retorno de cinco dos 17 questionários enviados, e destes, foram selecionados os três sujeitos entrevistados com base na disponibilidade em participar da pesquisa. Os sujeitos selecionados responderam conhecer as categorias de Ranganathan, mas disseram terem utilizado tesouros somente nas atividades acadêmicas, já que, na realização de suas atividades laborais, utilizam outros tipos de IRI.

Os sujeitos escolhidos possuem perfil semelhante: formados na mesma época; com experiência profissional equivalente no quesito de anos (entre um ano e meio e dois anos de experiência); a formação acadêmica de graduação é a mesma entre todos (salvo um dos sujeitos que, além da graduação em biblioteconomia, possui formação em pedagogia). Assim, acredita-se ter mantido certa homogeneidade no grupo entrevistado.

Ressalta-se a dificuldade em encontrar profissionais para a formação do Grupo 2 – Classificadores, já que a temática central do trabalho caracteriza-se predominantemente pelo aspecto teórico e por este ser um elemento nem sempre possível de mensuração antes da coleta de dados.

⁹⁶ Em verdade, esta não foi uma escolha proposital. A princípio, o perfil estipulado para este grupo era o de profissionais com maior experiência. Contudo, ao se enviar o questionário informativo (APÊNDICE B) à parcela de sujeitos com esta especificidade, não se conseguiu formar um grupo para a análise de dados. Isso porque a maioria respondeu ou não se recordar de Ranganathan ou não ter interesse em participar da pesquisa.

⁹⁷ A disciplina citada foi remodulada no novo currículo do curso que passou a ter validade a partir do ano de 2009.

Os sujeitos do Grupo 2 – Classificadores são identificados doravante pela sigla CD seguida pela numeração que corresponde à ordem em que foram entrevistados. Dessa forma, tem-se o seguinte desenho do grupo:

QUADRO 10 – Perfis dos sujeitos do Grupo 2 – Classificadores

Sujeitos (sigla indicativa)	Formação de graduação	Nível de escolaridade
CD1	Biblioteconomia	Especialização
CD2	Biblioteconomia	Especialização
CD3	Biblioteconomia	Graduação

6.1.3 A tarefa realizada

Antes de quaisquer explicações, cabe ressaltar as questões norteadoras para a definição da tarefa: *o que orienta as práticas de categorização dos profissionais da BCI? O que, por sua vez, vai retomar as noções aristotélicas existentes nas categorias de Ranganathan. Há uma relação prática entre esses modelos categoriais, ou se restringe ao âmbito teórico?*

A elaboração da tarefa se deu fundamentada nos experimentos descritos por Pinto (1992), como também em Nardi (1993), Naves (2001), Neves (2004), Fujita e Cervantes (2005). Esse embasamento de deu em parte, pois, dos trabalhos acima, salvo o de Pinto, a execução da tarefa se deu mediante a utilização de textos, o que não atendia aos objetivos almejados neste trabalho.

Solicitou-se aos sujeitos que associassem as categorias principais (baseadas na estrutura sistemática) do TFCPB com a estrutura PMEST proposta por Ranganathan. Partiu-se da ideia de que, no âmbito teórico, o relacionamento das categorias aristotélicas às rangathanianas havia sido realizado no levantamento bibliográfico (capítulos 3 e 4), ou seja, a apropriação dos princípios da teoria clássica havia sido percebida mediante o estudo da literatura da área. Contudo, o gesto categorial empírico do profissional da BCI não poderia ser percebido somente pela abordagem teórica, necessário seria abordá-lo pragmaticamente para a percepção das práticas de categorização inerentes a BCI.

Foi entregue, inicialmente, a cada participante, uma folha com as instruções básicas do instrumento de coleta de dados a ser utilizado e da tarefa a ser realizada (APÊNDICE C). Em seguida, foi pedido aos mesmos que lessem uma folha com a apresentação da estrutura PMEST de Ranganathan. Esta possuía tão somente o nome das categorias fundamentais e

uma breve indicação do que abordam com base nos estudos do próprio Ranganathan e de outros pesquisadores da BCI, que fossem fiéis à análise deste. Não se percebe esta exposição como a indução dos sujeitos no que viessem a verificar como o conteúdo das categorias, mas apenas uma recordação do que lhes foi apresentado teoricamente na graduação em biblioteconomia.

Após a leitura desse material, foi solicitado aos sujeitos que navegassem na estrutura sistemática (e na alfabética, conforme os sujeitos considerassem conveniente) *on-line* do TFCPB e visualizassem os termos pertencentes às categorias, os termos específicos, as notas de escopo ou quaisquer outras informações necessárias ao entendimento da categoria, já que, para se conceber um conceito, é necessário algum referente sobre o mesmo.

Ressalta-se que os sujeitos puderam atribuir mais de uma categoria de Ranganathan ou não indicar nenhuma àquelas do TFCPB. Durante todo o processo, os informantes foram motivados a ‘pensar alto’, verbalizando o que os fazia associar tal categoria do TFCPB a determinada categoria de Ranganathan.

Cabe recordar o apontamento feito alhures sobre a tentativa de se tornar o ambiente da tarefa o mais espontâneo possível, já que, para o Grupo 1 – Classificacionistas, ao mesmo tempo que esta era inédita, de uma certa forma já havia sido realizada, pois os mesmos fizeram um curso de aperfeiçoamento em que o arcabouço teórico sobre a categorização fora ensinado, caracterizando-se a tarefa como uma espécie de releitura. Ainda assim, em alguns momentos, este grupo demonstrou-se testado com a tarefa, receoso de fornecer uma informação que fosse discrepante e incoerente com as que foram determinadas na elaboração do tesauro.

Já o Grupo 2 - Classificadores, não tinha o conhecimento do TFCPB, especificamente, logo, se sentiu, algumas vezes, inseguro sobre a temática e testado quanto a seus conhecimentos acadêmicos. Quis-se, portanto, deixar evidente aos sujeitos de ambos os grupos que não era esta a intenção da tarefa proposta, e que poderiam expressar o que pensassem sem preocupar-se com os elementos citados.

6.1.4 Entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada foi realizada imediatamente após a tarefa de protocolo verbal, para que não viesse a interferir na mesma. O QUADRO 11 apresenta o roteiro observado na entrevista e os propósitos que se buscou averiguar com cada uma das perguntas:

QUADRO 11
Roteiro da entrevista semiestruturada e objetivos relacionados a cada questão

Pergunta realizada	Objetivo idealizado
1) O que você considera como categorização nas atividades realizadas na biblioteconomia e ciência da informação?	Verificar se o que os sujeitos consideram categorização é o mesmo que os princípios teóricos apontam.
2) A definição de categorização que você acaba de fornecer corresponde ao processo realizado no tesouro? Descreva, por gentileza.	Observar se os sujeitos compreenderam a tarefa realizada como uma leitura categorial do TFCPB e se tem consciência da categorização que realizam na BCI.
3) Você estudou as categorias propostas pelo filósofo Aristóteles? Se sim, relate um pouco.	Verificar se os sujeitos possuem conhecimento formal dos estudos de Aristóteles quanto a categorização.
4) Você estudou as categorias propostas por Ranganathan durante a graduação em biblioteconomia. Relate um pouco sobre as mesmas.	Observar como os sujeitos percebem os princípios categoriais propostos por Ranganathan.
5) Qual fator você julga ter sido decisivo na escolha (ou seja, na criação) das categorias utilizadas no tesouro.	Compreender fatores que norteiam o gesto categorial dos profissionais da BCI e verificar se associam-se aos princípios de Ranganathan.

6.1.5 Normas de transcrição das falas dos sujeitos

Para a transcrição dos protocolos verbais e dos excertos das entrevistas reproduzidos foram empregadas, com algumas adaptações, as mesmas normas de transcrição de Machado (2002) reproduzidas no QUADRO 12, a seguir.

QUADRO 12
Normas de transcrição das verbalizações

Ocorrências	Sinais	Exemplificação
Incompreensão por parte da autora de palavras ou segmentos, ou ainda supressões	(...)	<i>meio de transporte mobiliário (...)</i> tudo aqui é artefato
Prolongamento de vogal e/ou consoante	Repetição da letra	<i>Éee instrumento, arma, termo genérico</i>
Interrogação	?	<i>Linguagem popular é expressão, né?</i>
Qualquer pausa	[pausa]	<i>pecuária [pausa], reciclagem. [pausa] Atividade produtiva</i>
Comentários descritivos da transcrição	[hipótese]	<i>Pode voltar, [fala relacionada a navegação], artefato, [suspiro]</i>

Ressalta-se algumas observações sobre o material transcrito: as letras maiúsculas foram usadas para indicar nomes próprios ou siglas; o ponto de exclamação não foi utilizado; dos sinais de pausa, comuns na língua escrita, foram utilizados a vírgula e o ponto final; dado que a tarefa consistia na leitura hipertextual das categorias do TFCPB não se fez quaisquer apontamentos para as citações literais, deixou-se as mesmas no decorrer da transcrição. Com isso, acredita-se ter sido o mais fiel possível a fala dos sujeitos, adicionando-se comentários quando estritamente necessário à compreensão do conteúdo que expressavam.

6.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos de análise de dados empregados tiveram como insumo as verbalizações dos sujeitos durante o emprego do protocolo verbal e na entrevista semiestruturada. Buscou-se, em ambos os momentos, valer-se das técnicas da análise de conteúdo⁹⁸ para o estudo do material. Esta compreende:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2007, p. 37).

Portanto, trata-se de um conjunto de técnicas que permite ao pesquisador maleabilidade, dada a estrutura polimorfa que possibilita, mas sem olvidar-se do rigor de análise necessário à descoberta compartilhada. Assim sendo, são atribuídas duas funções primordiais à análise de conteúdo: a função heurística, que enriquece o estudo realizado, e, a função de administração de prova (BARDIN, 2007).

Cabe notar que não existe ‘um tipo pronto a vestir-se’, como mencionado por Bardin (2007), com relação à análise de conteúdo, várias são as propostas e necessário se faz adequá-las à análise que se requer. Neste trabalho, empregou-se o método de análise de conteúdo mais antigo e com maior utilização na literatura: a análise categorial.

Como etapas na realização da análise de conteúdo foram seguidas as orientações de Apolinário (2009)⁹⁹ com algumas adaptações:

⁹⁸ Ou análises de conteúdo.

⁹⁹ Apolinário (2009) ao propor estas etapas baseia-se no trabalho de MAYRING, P. Qualitative content analysis. In: FLICK U et al. (Ed.). *Qualitative research: a handbook*. Londres: Sage, 2002.

- a) Definição do material: seleção das entrevistas ou partes delas (os protocolos verbais) que tivessem relação e fossem especialmente relevantes para a solução do problema de pesquisa;
- b) Organização do material destacando-se a fala dos sujeitos;
- c) Como na utilização do protocolo verbal a autores que sugerem a designação de categorias prévias de análise, fez-se a previsão destas, concretizada após a leitura fluente dos primeiros protocolos. Teve-se por base o referencial teórico adotado e as falas dos sujeitos;
- d) Codificação dos dados, tendo-se como insumo, as diferentes propostas categoriais descritas no capítulo 3 e 4 e a utilização da técnica analítica de redução.

Dessa forma, a análise dos dados foi realizada, inicialmente, pela perspectiva isolada de cada grupo de sujeitos através dos indícios cognitivos presentes na fala destes. Para tanto, utilizou-se como categorias de análise dos protocolos verbais os elementos¹⁰⁰ propostos por Jacob (2004) na diferenciação entre a teoria clássica de categorização e a perspectiva cognitiva contemporânea. Foram observados indícios cognitivos relacionados a seis elementos, a saber: 1. processo, 2. limites existentes entre as categorias, 3. aderência dos conceitos nas categorias, 4. critérios para atribuição (características consideradas), 5. tipicidade e 6. estrutura. Além disso, fez-se uma leitura das entrevistas semiestruturadas cotejando-as com o movimento cognitivo percebido durante os protocolos verbais. Ao longo da discussão sobre estes elementos buscou-se relacioná-los com os demais apontamentos teóricos abordados no trabalho.

Acredita-se, assim, ter-se operacionalizado um dos objetivos da pesquisa, a saber: *identificar os indícios cognitivos presentes no gesto categorial do classificador e classificacionista.*

Exposto aqui o percurso empírico realizado, segue-se, no próximo capítulo, com a análise e a discussão dos dados coletados.

¹⁰⁰ Considerados pela autora do presente trabalho como processos cognitivos.

7 ANÁLISE DO GESTO CATEGORIAL NA BCI



**Una palabra no dice nada
y al mismo tiempo lo esconde todo
igual que el viento esconde el agua
como las flores que esconden lodo [...]**¹⁰¹

¹⁰¹ Letra da música *Una palabra* de Carlos Varela.

A análise e a discussão dos dados, a seguir relatadas, baseiam-se nas verbalizações dos sujeitos da pesquisa durante a realização da tarefa do protocolo verbal e nas informações prestadas na entrevista semiestruturada. Acredita-se que, como mencionado na epígrafe deste capítulo, as palavras escondam muito e que, por meio das verbalizações, possam ser alcançados elementos importantes da categorização na BCI.

Recorda-se que toda proposta categorial possui fundamento cognitivo e que não existe um parâmetro sólido para se determinar que uma seja mais adequada que outra. O que se tem, tão somente, são modelos que permitem melhor compreensão de certos tipos de conceitos e de suas relações, bem como possibilitam uma explicação mais plausível do comportamento cognitivo dos indivíduos na relação categorial que realizam.

A observação da estrutura PMEST de Ranganathan em nível teórico, realizada no capítulo 4, permitiu que se tecessem comentários desta estrutura com relação à proposta categorial de Aristóteles. Crê-se, contudo, que seja primordial a compreensão da transposição desses princípios teóricos para a prática categorial na BCI, o que é realizado aqui sob o enfoque do classificacionista e do classificador.

Ao se propor este olhar, acredita-se que o estudo dos princípios de Ranganathan no TFCPB suscite questões primordiais, a saber: *se os classificacionistas criam tesouros sob o amparo dos princípios categoriais de Ranganathan, como eles o fazem? São os classificadores influenciados pelo modelo adotado pelos classificacionistas? Como se comportam os princípios categoriais de Ranganathan no universo empírico do TFCPB sob um olhar cognitivo?*

Cabe ressaltar que ao se analisar o gesto categorial empírico do classificacionista e do classificador sob o amparo dos indícios cognitivos das diferentes propostas categoriais – a teoria clássica e a perspectiva contemporânea – não se pretende eleger a proposta de categorização ideal para a BCI ou criar antagonismos entre essas.

Primeiro, porque anos e anos de estudos têm demonstrado que o tema é muito sutil e vários elementos se entrecruzam na análise dos registros do conhecimento (NAVES, 2000; ALVARENGA, 2006). Não existe um modelo pronto. Segundo, porque estas diferentes perspectivas correspondem a maneiras distintas de se realizar um mesmo procedimento – organizar os objetos no mundo. Quis-se, assim, observar como estes indícios cognitivos se

sobressaem no exercício categorial da BCI e relacioná-los, sempre que oportuno, aos princípios categoriais de Ranganathan e aos elementos teóricos abordados.

Por fim, ressalta-se que pelo fato de o gesto cognitivo dos sujeitos não ser um objeto mensurável quantitativamente, partiu-se de uma análise qualitativa em que se valoriza a presença de indícios nas falas, não a frequência destes individualmente. Não houve uma categoria de análise com maior peso, pois, como elucidado por Bardin (2007, p. 109), “o que caracteriza a análise qualitativa é o facto de a inferência [...] ser fundada na presença do índice [...] e não sobre a frequência de sua aparição”. Portanto, as falas dos sujeitos foram reproduzidas na medida em que foram salientes para o indício considerado. Fez-se uma leitura voltada ao significado das verbalizações.

Este capítulo objetiva, dessa forma, analisar o gesto categorial dos classificacionistas e dos classificadores, examinar as afirmações de ambos os grupos sobre a categorização e tecer comentários sobre as diferentes propostas categoriais e os princípios da BCI.

7.1 O GESTO CATEGORIAL DO CLASSIFICACIONISTA

O classificacionista é o indivíduo que elabora vocabulários controlados, ou seja, é aquele que reproduz determinada ordem categorial a um instrumento de recuperação da informação que, por sua vez, está relacionado ao ambiente significativo de informação (JACOB, 2004) que um SRI estabelece. Teoricamente, crê-se que o classificacionista empregue um método apropriado (GUIDO BARITE, 1998) na proposição das categorias de um tesouro (instrumento aqui observado) para que seu olhar se reproduza com o mínimo de incertezas na compreensão deste pelo usuário.

Formalmente, foram utilizadas as categoriais fundamentais de Ranganathan na elaboração do TFCPB (COELHO et al., 2005), logo, cada uma das quinze categorias principais deste deveria corresponder a pelo menos uma daquelas existentes na estrutura PMEST de Ranganathan.

No QUADRO 13, são expostas as falas selecionadas do Grupo 1 – Classificacionistas, seguidas das respectivas reduções e da apreensão da autora sobre o indício(s) cognitivo(s) a elas relacionado(s), bem como a qual proposta de categorização este(s) se associa(m).

QUADRO 13
Análise do gesto categorial do Grupo 1 – Classificacionistas

Falas selecionadas do Classificacionista I (CFI)		Abordagem de categorização relacionada
Protocolo verbal Texto original	Redução	Indício(s) cognitivo(s) predominante(s)
<p>CF1: Veja, esse é um plano aqui, esse primeiro nível da classificação do Tesouro de Folclore e Cultura Popular, e antes até desse nível nós temos um processo de pensar sobre a área. Então, a gente pensa nesse processo sobre a área [a metodologia implícita no tesouro] (...). Aí o que acontece, as categorias, a gente tem um plano de evidenciar esta estrutura sistemática como um procedimento de pensar.</p>	<p>Existência de um processo de pensar a área coberta pelo TFCPB manifestado inicialmente na estrutura sistemática (as categorias principais)</p>	<p>Teoria clássica</p>
<p>CF1: O que que eu considero categoria personalidade ou entidade? Alimento, então, lá a categoria se eu tenho como pressupor como um processo de pensar por sobre uma dada realidade. Eu diria que a manifestação da categoria entidade/personalidade no domínio do Tesouro de Folclore e da Cultura Popular Brasileira seria alimento, artefato, associação, [pausa], (...). Então, veja bem, aqui. (...) Então, o que seriam manifestações da categoria entidade neste tesouro, as facetas, eu já falei, né, alimento, artefato, associação, construção artesanal, expressão popular, tá, indivíduo, linguagem popular [pausa], literatura popular [pausa] e medicamento. Tá?</p>	<p>O sujeito fala com certeza sobre a aderência dos itens dentro das categorias de Ranganathan.</p> <p>As categorias têm elementos próprios e limites distintos, o que as leva a se caracterizar de maneira coerente dentro de personalidade</p>	<p>Aderência dos membros - Rigorosa: uma entidade é ou não membro de uma classe particular com base na intensão desta</p> <p>Limites entre as categorias - Os limites são rígidos, devido ao não sobreposicionamento de classes e à exclusão mútua entre estas</p> <p>Teoria clássica</p>

QUADRO 13
Análise do gesto categorial do Grupo 1 – Classificacionistas

Falas selecionadas do Classificacionista 2 (CF2)		(continua)
Protocolo verbal Texto original	Redução	Indício(s) cognitivo(s) predominante(s)
		Abordagem de categorização relacionada
	Dúvida entre onde começa e/ou termina determinada categoria	Abordagem cognitiva contemporânea
	O que distingue a matéria ou a personalidade não é algo rigoroso e objetivo, os limites são tênues	Limites existentes entre as categorias - Os limites são confusos dado que as entidades se agrupam por semelhanças e não estão condicionadas a apenas uma categoria
CF2: E os outros são todos entidades que aí a gente teve uma dificuldade grande de separar matéria e personalidade, né? (...). Então, alimento, artefato, associação, construção artesanal. Alimento com certeza é matéria. [Pausa]. Alimento é matéria. Artefato. A gente teve uma dificuldade grande pra separar esses dois casos aqui. A gente chamou tudo de entidade.		
CF2: É. [Pausa] Então tá, então vamos dividir primeiro em processo. Processo a gente tem atividade produtiva que seria energia, (...), tem atividade ritual. [pausa]. Eu acho que é isso.		
CF2: Indivíduo, indivíduo tá, [pausa], acho, acho, aí é achismo tá? Que está em personalidade.		
CF2: O lugar eu acho que pode entrar tanto na questão de espaço quanto na questão de matéria. [Pausa]. É, literatura popular eu acho que tá em matéria também, não está em personalidade não.		
CF2: A expressão popular? P: Isso, você ficou em dúvida e não... CF2: É. [Pausa]. Eu não sei se personalidade cabe, não sei, é dúvida mesmo.		
CF2: [...] A linguagem popular para mim tá em matéria, não sei se tá em personalidade não.		
	Presença de dúvida nas falas do sujeito sobre quais os elementos pertencentes às categorias, logo a aderência é flexível. Veja-se, por exemplo, a citação sobre o lugar.	Aderência dos membros - Flexível: os membros da categoria são baseados no conhecimento generalizado e/ou no contexto imediato
		Abordagem cognitiva contemporânea

QUADRO 13
Análise do gesto categorial do Grupo 1 – Classificacionistas

Falas selecionadas do Classificacionista 2 (CF2)		(continua)	
Protocolo verbal Texto original	Redução	Indício(s) cognitivo(s) predominante(s)	Abordagem de categorização relacionada
<p>CF2: Construção artesanal é matéria.</p> <p>CF2: O lugar está dentro de espaço.</p> <p>CF2: Tempo é tempo.</p>	<p>Designação com certeza das categorias do TFPCPB dentro das categorias de Ranganathan</p>	<p>Aderência dos membros - Rigorosa: uma entidade é ou não membro de uma classe particular com base na intensão desta</p>	<p>Teoria clássica</p>
Falas selecionadas do Classificacionista 3 (CF3)			
Protocolo verbal Texto original	Redução	Indício(s) cognitivo(s) predominante(s)	Abordagem de categorização relacionada
<p>CF3: Matéria-prima, o conceito matéria-prima porque foi só ele mesmo [não há subcategorias para este conceito]. O que foi feito com matéria-prima tá nos outros tascoalhado né. Ele seria uma categoria praa associar a uma outra, não teria uma coisa inteira, ele só. Né, não seria uma categoria onde que você agruparia coisas, seria como pela funcionalidade também, era a função dele, então aí neste sentido, eu acho que a matéria-prima seria tanto personalidade quanto matéria, né.</p> <p>CF3: Sistema de crença. [Pausa]. Ah, aqui. Também é novo pra mim. [Pausa]. É pra mim todos eles parecem personalidade e, em alguns aspectos, também energia. Todos têm essa duplicidade aí.</p>	<p>Limites confusos entre as categorias, presença de conceitos que podem estar tanto em uma quanto em outra categoria.</p> <p>Existem elementos que subjazem ao conceito de personalidade, matéria e energia nas falas citas, mas são tanto intrínsecos a estas quanto extrínsecos</p>	<p>Limites existentes entre as categorias e as classes - Os limites são confusos dado que as entidades se agrupam por semelhanças e não estão condicionadas a apenas uma categoria</p> <p>Critérios para atribuição - Critérios podem ser tanto dependentes quanto independentes do contexto</p>	<p>Abordagem cognitiva contemporânea</p> <p>Abordagem cognitiva contemporânea</p>

QUADRO 13
Análise do gesto categorial do Grupo 1 – Classificacionistas

Falas selecionadas do Classificacionista 3 (CF3)		(conclusão)
Protocolo verbal Texto original	Redução	Indício(s) cognitivo(s) predominante(s)
<p>P: Atividade produtiva. CF3: Aí você tem já, é pra mim aí sempre associado à energia, né. Que são todos os processos éee, [pausa], essa é uma categoria que para mim é toda pra energia mesmo.</p> <p>P: Ok, e o indivíduo? CF3: Esse praticamente todo é personalidade. Do modo como a gente trabalhou tem inclusive a planta como entidade, né. Então muitas vezes éee, foi categorizado como personalidade mesmo.</p> <p>P: E o medicamento? CF3: Também seria personalidade para mim. É.</p> <p>CF3: É o tempo já pra mim tá bem posto no tempo [risos]. Ele já fica mais bem, fica mais bem colocado porque ele carrega o ciclo, né. E quando você fala em ciclo me leva pra medida, aí quando me leva pra medida de tempo, eu acho quando você fala em medida de tempo jáaa me apazigua [risos]. Basicamente seria isso que eu acho.</p>	<p>Não se observa a sobreposição entre categorias como visualizado em outros momentos. A personalidade é categorizada como tal por seu conteúdo.</p> <p>Os conceitos estão associados com razoável clareza a determinada categoria do PMEST.</p>	<p>Abordagem de categorização relacionada</p> <p>Teoria clássica</p>
<p>P: Te peço para olhar o lugar (...). CF3: É, eu não poria em espaço não, eu colocaria em personalidade também. Me parece que sim porque ôoo espaço embora tenha, tenha essaa característica dooo lugar, né, é eu não sei se colocaria lugar sagrado como espaço, entendeu? Eu acho que seria o mesmo que dizer que uma igreja está dentro da categoria espaço, pra mim não ficaria certo, ficaria mais bem colocado dentro da personalidade.</p>	<p>Os limites são confusos dado que as noções lexicográficas indicam para algo e a noção conceitual para outro.</p> <p>Existem conceitos que apresentam um grau de tipicidade mais periférico com relação a outros na categoria.</p>	<p>Abordagem cognitiva contemporânea</p> <p>Abordagem cognitiva contemporânea</p>
	<p>Limites existentes entre as categorias - Os limites são confusos dado que as entidades se agrupam por semelhanças e não estão condicionadas a apenas uma categoria</p> <p>Tipicidade - Os membros podem ser ordenados em uma escala de tipicidade</p>	<p>Abordagem cognitiva contemporânea</p>

Nas falas dos sujeitos do Grupo 1 – Classificacionistas, observa-se o entrecruzamento de indícios cognitivos que oscilam entre a teoria clássica de categorização e a abordagem cognitiva contemporânea.

Quanto ao processo, pode-se afirmar que corresponde à forma com que os sujeitos se apropriam e à maneira como distribuem os conceitos nas categorias. Somente CF1 deixa explícito seu embasamento neste sentido, apesar de este indício estar presente na análise do conjunto de falas dos outros sujeitos. CF1 afirma que “(...) *ai o que acontece, as categorias, a gente tem um plano de evidenciar esta estrutura sistemática como um procedimento de pensar*”. Observa-se que a apresentação da estrutura sistemática por CF1 remete à existência de uma lógica subjacente ao tesouro, um modelo de se analisar, que teoricamente se atribui àquele de Ranganathan (COELHO et al., 2005). A princípio, a fala de CF1 indica que existem características necessárias aos conceitos e às categorias.

Contudo, ao se considerar as falas de CF2 e CF3, tem-se uma aproximação maior das similaridades e do contexto como elemento norteador das operações de categorização quando, por exemplo, CF2 analisa as categorias ‘Lugar’ e ‘Expressão popular’, e CF3 trata das categorias ‘Sistema de crenças’ e ‘Lugar’. Estes sujeitos demonstram que o processo de atribuição da estrutura PMEST as categorias do TFCPB não é algo óbvio e evidente como CF1 expressa inicialmente. Diz-se, inicialmente, porque este mesmo sujeito, em momento posterior, começa a demonstrar algumas dúvidas nos relacionamentos ao falar da categoria ‘Construção artesanal’ conforme se verá adiante.

Na verdade, a associação da estrutura do TFCPB à de Ranganathan não permite que se designe, com certeza, a aplicação da última como oriunda da teoria clássica, já que a todo o momento assiste-se à noção contexto dependente dos conceitos. Ao se recordar os cânones do plano das ideias de Ranganathan, sobretudo àqueles referentes às características, observa-se que quando é mencionada a relevância de uma característica para um universo do conhecimento, abandona-se, em parte, a noção de conceito universal que esta possui, descrita no capítulo 2. Isto porque se busca a característica de interesse, normalmente passível de reconhecimento em conceitos mais restritos, como os conceitos individuais ou conceitos especiais descritos por Dahlberg (1978c).

Sobre a aderência dos conceitos, houve oscilações conforme o tipo de categoria do TFCPB. Ora prevaleceram indícios rigorosos, atribuídos à teoria clássica, ora o predomínio daqueles

mais flexíveis, relacionados à abordagem cognitiva contemporânea. A aderência dos conceitos está intrinsecamente relacionada aos limites existentes entre as categorias. Assim, analisam-se ambas de forma conjunta.

Quando se considera a designação ‘com certeza’ das categorias do TFCPB, com alguma(s) da(s) categoria(s) da estrutura PMEST, tem-se uma visão determinada da relação entre elas. Cabe notar que alguns dos sujeitos se mostraram orientados pelas noções lexicográficas das categorias do TFCPB, o que, a princípio, se faz temeroso, já que um mesmo termo pode expressar referentes distintos (recordam-se as diferentes definições descritas no capítulo 2 deste trabalho propostas por LARA, 1999). Veja-se, por exemplo, a categoria ‘Associação’, que pode indicar relacionamento entre partes de objetos ou coisas, mas no escopo do TFCPB, retrata a “união de indivíduos para uma finalidade específica, que se mantêm coesos graças a procedimentos, rotinas e sanções que aceitam e aprovam de forma consciente e racional”.

Para o CF1, a designação das categorias se fez de forma mais espontânea, mesmo porque a sua experiência com a categorização é consolidada – é professor há vários anos na área da BCI – e também pelo papel por ele exercido na construção do TFCPB – foi o consultor do projeto. O CF1 fez poucas consultas na estrutura do tesouro e, quando as fazia, era no intuito de ver as subcategorias e os termos, sem buscar definições, salvo em alguns casos. Para ele, os limites entre as categorias se mostraram mais nítidos, uma vez que a metodologia empregada foi por ele mesmo ensinada aos demais participantes da equipe do TFCPB.

Uma ressalva a tal postura ocorre quando, conforme já mencionado, CF1 analisa a categoria ‘Construção artesanal’, em que este sujeito se vale da definição e dos termos específicos desta para realizar o relacionamento com a estrutura PMEST, conforme se observa: “_ éee construção artesanal, eu acho que sim, eu tenho que ver o que que está aqui dentro, já não lembro mais, peraí”. A consulta aos termos específicos leva a crer que o conhecimento dos limites e mesmo da aderência em uma categoria não seja algo óbvio e explícito e se dê pela definição que implica a intensão da categoria, “naquilo pelo qual alguma coisa é definida” (DAHLBERG, 1978a). Observa-se a afirmação de CF1:

A definição remete ao compromisso ontológico¹⁰², qual é o compromisso ontológico? O compromisso ontológico é como eu olho este objeto, é o acordo que eu uso, um acordo do ser no mundo. Que acordo que eu faço para descrever este ser no mundo. Isto tem a ver com a estrutura do domínio, como este objeto se situa no domínio. Que contexto é esse.

¹⁰² A pesquisadora Dahlberg em seus escritos, já na década de 1970, menciona o citado acordo ontológico.

Pode-se mencionar que o recurso de se buscar a definição serviu além da lembrança do que a categoria ‘Construção artesanal’ aborde, como também demonstrou seu pertencimento a determinado contexto – a noção contexto dependente da categorização designada por Barsalou (1987), que faz crer que uma categoria possua diferentes intensões conforme o lugar de que se analisa.

Se se relacionar esta afirmação de CF1 com aquela feita sobre as categorias por este mesmo sujeito no início dessa discussão: “(...) *aí o que acontece, as categorias, a gente tem um plano de evidenciar esta estrutura sistemática como um procedimento de pensar*”, verifica-se uma incoerência. Se as categorias de Ranganathan são o ‘procedimento de se pensar’ que conferiu a ordem categorial ao TFCPB, como este sujeito afirma que o ‘compromisso ontológico’ seja o que orienta, o que determina *o acordo de ser no mundo do objeto* dentro do entendimento da definição? Cria-se um antagonismo, em especial, por este acordo estar explicitamente vinculado à estrutura do domínio, o que se contrapõe à predominância da estrutura PMEST como modelo a ser seguido, já que o que deveria se seguir mediante esta última fala de CF1 é a configuração que um objeto possui na área em que é analisado.

Indaga-se se o compromisso ontológico dos objetos do TFCPB é expresso pela estrutura PMEST, se esta permite que se individualize o acordo dos conceitos na área do folclore e da cultura popular tal como a aceção dada pela definição em CF1 sugere, uma vez que se trata de uma metodologia geral, e não necessariamente de uma análise de domínio específica. Essa indagação leva a se repensar se a teoria clássica com suas proposições pré-definidas seja o arcabouço que subjaz a estrutura PMEST...

Em continuidade ao exame das falas, verifica-se que os limites entre as categorias foram visualizados de maneira confusa e nebulosa em alguns casos, conforme as falas de CF2: “ – *A expressão popular? (...) É. [Pausa]. Eu não sei se personalidade cabe, não sei, é dúvida mesmo*”; “ – *A linguagem popular para mim tá em matéria, não sei se tá em personalidade não*”.

O exemplo que reincidiu na fala dos sujeitos se refere à separação entre o que constitui a personalidade e o que designa a matéria na estrutura PMEST, conforme se verifica em CF2: “ – *A gente teve uma dificuldade grande de separar matéria e personalidade, né? (...) A gente teve uma dificuldade grande pra separar esses dois casos aqui. A gente chamou tudo de entidade*”.

Dessa afirmativa, vê-se que a equipe de elaboração do TFCPB buscou unir os conceitos de personalidade e matéria na categoria de entidade, eximindo-se de maiores explicações. A configuração de algumas das categorias do PMEST mostra-se bastante obscura sob este enfoque e com isso ratifica-se a noção suspensa que a personalidade assume em Ranganathan e a designação como a categoria de mais difícil identificação.

Além disso, recorda-se a associação feita teoricamente, no capítulo 4, entre a personalidade de Ranganathan e a substância aristotélica. Uma vez que esta última se compõe da matéria e da forma, e que a matéria corresponde àquilo, amplo senso, que constitui algo, a delimitação entre a personalidade e a matéria em Ranganathan se torna de difícil diferenciação. Em especial, se for considerado que a matéria de Ranganathan mescla não só os elementos evidentes desta categoria como aqueles que se aplicam em âmbito filosófico (por exemplo, de que é feita a cultura popular? De expressões, de literatura, de atividades rituais, assim, elas podem ser vistas como matéria para a constituição dessa temática).

Logo, a intensão da categoria personalidade encontra áreas convergentes com as da matéria, o que acarreta semelhanças entre os conceitos destas, sem a determinação rígida à qual categoria estes pertençam. Isso leva a crer que não se podem delimitar rigorosamente linhas de separação, sobretudo em categorias mais complexas.

Contudo, categorias menos complexas, associadas ao conhecimento dos sujeitos na área em questão, permitem a visualização de limites mais claros e a compreensão da aderência dos membros com maior exatidão. Essas categorias são vistas, por exemplo, com relação ao 'tempo':

CF1: *_ E tempo, né, a relação de período, essas coisas todas, né. Ciclo. Lá na área de cultura popular isso é fundamental, né, essa questão de tempo.*

CF2: *_ Tempo não tem problema é tempo mesmo.*

CF3: *_ É, o tempo já para mim tá bem posto no tempo. [Risos]. Ele já fica mais bem, fica mais bem colocado porque ele carrega o ciclo, né. E quando você fala em ciclo me leva pra medida e aí quando me leva para medida de tempo, eu já, quando você fala em medida de tempo, jáaa me apazigua. (...).*

A noção de tempo segue uma coerência na fala dos sujeitos, remetendo àquilo que o próprio Ranganathan designa. Isso faz crer que não só a definição determine os limites e a aderência dos conceitos em uma categoria, mas também o nível de complexidade que estes possuem (por exemplo: as categorias taxonômicas comuns e as categorias derivadas de objetivos). Se o tempo é designado por elementos mensuráveis, que obedecem a uma constância cronológica, tal como no TFCPB, que congrega nesta categoria diferentes ciclos (ciclo carnavalesco, ciclo

junino, ciclo natalino, ciclo pascal cristão) acredita-se que será mais fácil determinar o que o constitua (relaciona-se nesse quesito a aderência dos membros à própria extensão de uma categoria).

Do exposto, infere-se que as categorias mais concretas, conforme a designação de Ranganathan (1967), representada pela FIG. 7 (cap. 4), reproduzida de Aranalde (2009), tendem a ser mais complexas e, conseqüentemente, a apresentar limites mais confusos se comparadas a outras menos concretas – relação esta perceptível, por exemplo, nas falas relacionadas à categoria matéria, à categoria tempo e, sobretudo, à categoria personalidade vista por Ranganathan como a mais concreta e ao mesmo tempo inefável. A concretude, sob este enfoque, deve ser visualizada como um conjunto de elementos que corporificam a manifestação de um objeto no mundo, de maneira que, quanto mais concreto um objeto, mais complexo tende a ser (isto é, mais elementos indicam sua existência no mundo).

Ao se examinar os critérios para atribuição dos conceitos nas categorias, observa-se que eles, em alguns casos, podem relacionar-se tanto ao que configura a essência da categoria quanto a seus acidentes. Reproduz-se a fala de CF3 sobre a matéria para exemplificar: “_ *Matéria-prima, o conceito matéria-prima porque foi só ele mesmo* [não há subcategorias para este conceito]. *O que foi feito com matéria-prima tá nos outros tascoalhado né. Ele seria uma categoria praaa associar outra, não teria uma coisa inteira, ele só. Né, não seria uma categoria onde você agruparia coisas, seria como pela funcionalidade também*”.

Ao considerá-la por seu conteúdo, por sua funcionalidade e por aquilo que encontra nas outras categorias, CF3 mostra que a designação da matéria não está condicionada a critérios rígidos e, sim, àqueles relacionados às noções dependentes e independentes do contexto. Rememora-se o caráter cambiante com que Barsalou (1987) os designa, conforme a evolução de um conceito em determinada área.

A noção de tipicidade fica explícita na fala do CF3 no exemplo da categoria lugar: *qual o conceito que melhor a caracteriza tendo como parâmetro a noção espacial de Ranganathan?* Certamente a resposta não virá dos elementos vistos com estranhamento pelo CF3, como a subcategoria ‘lugar sagrado’, em que se encontram dispostos conceitos como ‘igreja’, ‘terreiro’ e ‘santuário’. A subcategoria ‘fazenda’, que possui o conceito ‘engenho de açúcar’, designa ao lugar uma exatidão maior de localidade, de posição espacial, do que a primeira subcategoria citada, que indica elementos em zonas mais periféricas dentro da noção de lugar.

Pode-se afirmar que estes elementos menos típicos da categoria usufruam de uma intensão que mescla características de outras categorias como é o caso do ‘terreiro’ que oscila entre um lugar de prática de uma atividade e um conjunto de elementos sagrados que podem ser tidos como a matéria ou personalidade do folclore e da cultura popular.

Sobre a estrutura, não há falas explícitas nos sujeitos do Grupo 1 - Classificacionistas, mas, pela própria navegação destes, acredita-se que a forma sistemática lhes forneça melhor orientação do que a estrutura alfabética, uma vez que, ainda que a primeira não demonstre uma estrutura hierárquica explícita, ela apresenta um mapeamento de quais são as categorias principais do TFCPB.

A princípio, os classificacionistas demonstraram agilidade na realização da tarefa e, conseqüentemente, no manejo da estrutura PMEST. Contudo, esta foi se esmaecendo conforme eles avançavam na estrutura do tesouro. Cabe notar que quase todos tentaram rememorar a estrutura utilizada na elaboração do TFCPB, sendo preciso esclarecer que a tarefa objetivava uma leitura atual das categorias, e não o que havia sido feito na época (uma vez que isso é passível de consulta via documentação da instituição).

Ao se resgatar um dos questionamentos inicialmente apresentados neste capítulo, cabem algumas considerações: *se os classificacionistas criam tesouros sob o amparo dos princípios categoriais de Ranganathan, como eles o fazem?* Em suma, pode-se afirmar que na identificação do gesto categorial empírico dos classificacionistas percebeu-se que nem sempre os sujeitos demonstraram apreender-se das categorias de Ranganathan na estrutura do TFCPB, o que faz crer que o emprego prático destas não seja tão perfeito quanto a teoria apregoa. Na verdade, pela forma como o gesto categorial dos classificacionistas se explicita, existe certo abandono e mesmo o distanciamento da metodologia consolidada que Guido Barite (1998) atribui a estes sujeitos na prática categorial que exercem.

O ápice dessa afirmação se dá, principalmente, em dois momentos: 1º) Quando CF2 menciona a palavra ‘achismo’ na relação categorial que faz: “– *Indivíduo, indivíduo tá, [pausa], acho, acho, aí é achismo, tá? Que está em personalidade*”. O termo ‘achismo’, quando vindo do sujeito que é o responsável em empregar a metodologia que fundamenta o tesouro, leva a crer que existem pontos dissonantes entre esta e a estrutura PMEST. Se esse sujeito não consegue visualizar com exatidão as categorias por ele atribuídas, indaga-se como esta ação se dará por aqueles que venham a utilizar o tesouro – os classificadores. 2º) Quando CF1 menciona o

acordo ontológico como elemento norteador da categorização, já que esta afirmação se contrapõe ao que ele expressa no início do protocolo sobre o fato de as categorias de Ranganathan representarem a forma de se pensar elucidativa da estrutura sistemática do tesouro. O que determina a noção categorial no tesouro: *Ranganathan ou o citado acordo ontológico?*

De maneira geral, o movimento cognitivo dos classificacionistas se deu de forma suspensa e flexível, o que deixa a dúvida se isto ocorreu por parcela de abandono dos princípios teóricos ou se por uma possível proximidade do gesto categorial destes sujeitos com a categorização cognitiva contemporânea. Prossegue-se a análise do gesto categorial do Grupo 2 – Classificadores.

7.2 O GESTO CATEGORIAL DO CLASSIFICADOR

O classificador é aquele que utiliza vocabulários controlados nas atividades de classificação que executa. Conforme mencionado no capítulo 4, Ranganathan (1967) propõe que os classificadores realizam suas atividades de acordo com os propósitos dos classificacionistas, ou seja, os primeiros acabam por interpretar a lógica categorial imposta pelos segundos. Sob este olhar, questiona-se: *são os classificadores realmente influenciados pelo modelo adotado pelos classificacionistas?*

Ainda que os classificadores desta pesquisa tenham sido constituídos por uma amostra intencional e que efetivamente não utilizem o TFCPB em suas atividades classificatórias, acredita-se que, pela formação que receberam, eles constituam um olhar proveitoso sobre a categorização na BCI. Recorda-se que são sujeitos recém-formados, com cerca de dois anos e meio de término da graduação, portanto, acredita-se que tenham recordação dos princípios teóricos que lhes foram ensinados (até mesmo pela resposta concedida no questionário informativo), ainda que suas vivências práticas de categorização sejam limitadas.

Na seção anterior, analisou-se o gesto categorial dos classificacionistas, momento em que se observou a existência de parcela de abandono da estrutura PMEST. E se nesta instância isso já ocorre, como será a manifestação dos princípios teóricos no âmbito dos classificadores?

QUADRO 14
Análise do gesto categorial do Grupo 2 – Classificadores

Falas selecionadas do Classificador 1 (CD1)			
Protocolo verbal Texto original	Redução	Indício(s) cognitivo(s) predominante(s)	Abordagem de categorização relacionada
<p>CD1: (...) bom alimento eu, eu acho que eu posso associar alimento com [pausa], a principio, eu colocaria alimento como personalidade, mas aí revendo aqui eu acho que alimento é matéria, propriedade que constitui as coisas, matérias-primas derivadas de substâncias provenientes de plantas. [pausa] espécies ou órgãos, partes, eu tô entre personalidade e matéria. Eu acho que pode ser as duas. Por que? [Perguntou para si mesmo] eu acho que pode ser as duas. Alimento, personalidade e matéria.</p>	Dúvida entre qual categoria na estrutura PMEST pertence à categoria alimento do TFCPB	<p>Limites existentes entre as categorias Os limites são confusos, dado que as entidades se agrupam por semelhanças e não estão condicionadas a apenas uma categoria</p>	Abordagem cognitiva contemporânea
<p>CD1: É, indivíduo. Divindade, espírito, mineral, personagem, pessoa, ser mitológico, indivíduo, exemplar de uma espécie qualquer orgânica ou inorgânica que constitui uma unidade distinta, o indivíduo, o indivíduo ele também é composto de matéria, né? Orgânica, inorgânica, unidade distinta, mas o indivíduo ele, ele é uma personalidade.</p>	A categoria indivíduo possui características tanto de matéria quanto de personalidade, apesar de prevalecer o quesito da personalidade na análise de CDI	<p>Aderência dos membros Flexível: os membros da categoria são baseados no conhecimento generalizado e/ou no contexto imediato</p>	Abordagem cognitiva contemporânea
<p>CD1: Lugar. Espaço físico ou simbólico ao qual se atribuem características identitárias para a realização ou prática de atividades variadas que podem ser cotidianas ou extraordinárias, pode ser identificado e delimitado por marcos, trajetos que a população desenvolve nas atividades que lhe são próprias, arraial, feira popular, mercado, eu acho que ele caberia em duas categorias que éee, uma é lugar, fato, né, mais marcos e trajetos de uma população, onde, vão pensar no onde aqui, um arraial, uma feira, [pausa], lugar ele é espaço, mas [pausa] eu acho que ele também pode ser personalidade.</p>	A categoria lugar, tal como apresentada no TFCPB, caracteriza-se tanto como espaço quanto como personalidade.		
<p>CD1: Medicamento, substância ou preparo empregado na cura de males, são utilizadas matérias-primas de origem animal [pausa], medicina popular [pausa], medicamento. Medicamento pode ser tanto personalidade ou matéria [pausa]. Éeee personalidade ou matéria.</p>	Os limites da categoria medicamento considerada a estrutura PMEST são confusos		

(continua)

QUADRO 14
Análise do gesto categorial do Grupo 2 – Classificadores

Falas selecionadas do Classificador 1 (CD1)			
Protocolo verbal Texto original	Redução	Indício cognitivo predominante	Abordagem de categorização
<p>CD1: Artefato. [Suspiro]. Forma individual de cultura material, arma, insígnia, artefato, que constitui instrumento, mecanismo, aparelho, substância, [pausa]. Éee instrumento, arma, termo genérico artefato, forma individual de cultura material, artefato é um instrumento, então vamos pensar aqui, éee eu acho que artefato é matéria, é matéria.</p> <p>CD1: Agora associação. (...) Agremiação, associação, se eu pensar, eu tô pensando a associação como um conjunto, como um grupo, por exemplo, associação de bibliotecários, tô pensando num grupo, então nesse sentido pensando por grupo éee seria personalidade.</p> <p>CD1: Tapeçariaaa. É todas estão ligadas com alguma atividade. Então atividade produtiva é energia.</p> <p>CD1: Atividade manual aqui, ah tá é ritual, atividade musical, atividade narrativa, baile, brincadeira, espetáculo, cortejo, circo, também está ligado a ações, então é energia.</p> <p>CD1: Literatura popular. [pausa]. Conjunto de narrativas, numerosas versões de um mesmo tema, conto, eu estou falando do porque de alguma coisa, é, literatura popular é personalidade.</p> <p>CD1: Matéria-prima. É matéria-prima. Substância principal que se utiliza no fabrico de alguma coisa. É matéria. Propriedade de alguma coisa. O algodão, uma propriedade, ele constitui. Pensar numa mesa. A mesa, uma mesa de madeira a matéria dela é a madeira. Então eu acho que matéria-prima é matéria.</p> <p>CD1: Tempo. Categoria de pensamento que organiza visões de mundo, revestida de significados ordinários e extraordinários. Marco e sigla da vida social. Tempo [leve exclamação], [é] tempo.</p> <p>CD1: É. Expressão popular. [Pausa]. Expressão popular. Apelido, frase feita, gíria, hummm, expressão popular [sujeito busca a definição de expressão popular na estrutura alfabética do tesouro], locução, frase constituída por palavras ou frases cujo significado depende dos termos que a compõem, [pausa], expressão popular, hum, gíria, materiais. (...). Processo, criação, técnica, substâncias, organismos, órgãos, personalidade, eu tô classificando como personalidade porque eu tô pensando essa expressão popular comooo, não sei por que, mas eu coloco ela aqui como personalidade.</p>	<p>As categorias do TFCPB são relacionadas às de Ranganathan com exatidão (ainda que em uma fala se tenha o verbo achar)</p>	<p>Limites existentes entre as categorias Os limites são rígidos, devido ao não sobreposicionamento de classes e à exclusão mútua entre elas</p> <p>Aderência dos conceitos Rigorosa: uma entidade é ou não membro de uma classe particular com base na sua intensão</p> <p>Crítérios para atribuição (características consideradas) Crítérios podem ser tanto dependentes quanto independentes do contexto</p>	<p>Teoria Clássica</p> <p>Abordagem cognitiva contemporânea</p>

(continua)

QUADRO 14

Análise do gesto categorial do Grupo 2 – Classificadores

(continua)

Falas selecionadas do Classificador 2 (CD2)

Protocolo verbal
Texto original

CD2: A própria associação ela, ela seria uma personalidade, a forma de associação, né? Agora a forma como ela se associa já seria um processo que ela se associaria por, as pessoas por comunidade, grupo ou instituição, aí no caso já seria mesmo energia. Hum, agora, no caso da instituição, ela seria um espaço, seria o espaço os itens da instituição, agora no caso dos outros como grupo, comunidade já assumiria novamente a característica de personalidade se você fosse olhar é uma, não tem um espaço físico, agora lá a igreja, editora, escola remete a um espaço físico, a um local. Então um se transforma, né, uma comunidade e grupo se transformam novamente em personalidade e instituição já remete ao espaço. (...).

CD2: O alimento? O alimento seria pura energia. O alimento já acaba sendo energia, porque ele já é um material processado, ele sempre vai ser, deixa eu voltar aqui no alimento pra poder identificar, dentro do alimento, como ele é constituído de várias matérias-primas, ele não vai ser a matéria, então vai ter um grupo de matérias, eu vou te falar a verdade, eu não sei se ele seria o que ele seria. Minha resposta vai ser essa inicialmente. Pode ser que depois que olhe aqui eu consiga identificar como alguma outra coisa.

CD2: [Referindo-se à atividade ritual] Não, é que não é, é que no caso se você for pensar na atividade ritual, você pensa ela como um processo, que ela é uma atividade, uma atividade é uma ação, então se você da ação você passa por mais uma, alguns [termos ou conceitos] vão pra ação novamente, outros já vão pra cerimonia, por exemplo, a cerimônia religiosa e que cerimonia, acho que ela já é uma personalidade ou seria, o circo ele é uma personalidade, então ele passa por um, talvez, do processo, aqui nesse caso, a atividade ritual, ela seria mais um processo que ia da[] em uma personalidade, do que uma personalidade que você teria um processo dela. (...) Aí vem essa dúvida, a personalidade ela pode ser também uma energia? (...) Porque no caso foi isso que aconteceu aqui, quer dizer, a energia pode ser uma personalidade.

CD2: [Referindo-se à expressão popular] Frase feita, gíria, apelido. Aí eu fiquei tão confusa agora pra saber se realmente as coisas, sabe. Se é uma personalidade mesmo ou se é uma energia.

CD2: Linguagem popular é personalidade, mas agora aqui eu já fico na dúvida, porque não tem nada especificando pra eu poder saber o que é. A literatura popular é uma personalidade e que é uma forma, né, como é que fala, como se fosse um órgão, uma entidade, se pensar dessa forma aqui seria uma coisa a literatura e ela se subdivide também em personalidades, mas também em processo pela forma de circulação, tá vendo. Ela já pula de uma coisa pra outra.

Indício cognitivo predominante	Redução	Abordagem de categorização
Limites existentes entre as categorias Os limites são confusos, dado que as entidades se agrupam por semelhanças e não estão condicionadas a apenas uma categoria	Nas categorias citadas, visualiza-se a manifestação de mais de uma categoria da estrutura PMEST	Abordagem cognitiva contemporânea
Aderência dos membros Flexível: os membros da categoria são baseados no conhecimento generalizado e/ou no contexto imediato		Abordagem cognitiva contemporânea

QUADRO 14
Análise do gesto categorial do Grupo 2 – Classificadores

(continua)

Falas selecionadas do Classificador 2 (CD2)		Indício cognitivo predominante	Abordagem de categorização
Protocolo verbal	Redução		
Texto original			
CD2: [Referindo-se à categoria artefato] Mesa, banca, altar, altar é uma mesa? Pra mim altar ficaria muito mais encaixado em oratório, é porque você pensa em um altar. Num altar, não é uma mesa, quer dizer não sei (...).			
CD2: [Referindo-se a indivíduo] Divindade e espírito talvez tivessem na mesma categoria, agora animal e planta numa outra. Pessoa talvez entrasse também, mas espírito, você me entende?			
Anjo, divindade, diabo, só tem o diabo como anjo?	Distanciamento explícito entre os elementos de uma mesma categoria	Tipicidade Os membros podem ser ordenados em uma escala de tipicidade	Abordagem cognitiva contemporânea
CD2: Lugar aqui talvez seja mais uma personalidade do que realmente um espaço, tudo bem que é um espaço, mas é um espaço muito genérico, da mesma forma que um cemitério, se fosse olhar ele tem a mesma função, não é função, é como se fosse uma biblioteca, a biblioteca é uma personalidade. É uma coisa, não é um espaço em si, que se diz continentes, países etc., o espaço é uma personalidade aqui.			
CD2: [Referindo-se ao termo mutirão] Faltou então a delimitação de espaço, porque nem todo lugar você fala, ah eu fiz uma traição com o fulano, a pessoa vai achar que você pisou na bola com alguém. Assim se é algo específico de algum lugar, uma palavra que é comum a vários sentidos, eu acho que ela tem que ter uma especificação de espaço.	O termo (ou conceito) mutirão é dependente de um contexto para sua compreensão	Crítérios para atribuição (características consideradas) Crítérios podem ser tanto dependentes quanto independentes do contexto	Abordagem cognitiva contemporânea
CD2: Atividade produtiva, ela seria mesmo uma personalidade, só que eu acho que a palavra utilizada não é assimmm adequada, mas também não sei qual seria adequada, porque a atividade produtiva te remete mais a ideia de um processo, né, de uma energia, mas ela não é uma energia nesse caso aqui.	As categorias do TFCPB são associadas com exatidão à estrutura PMEST (observar inconsistência lexicográfica na categoria Atividade Produtiva)	Limites existentes entre as categorias Os limites são rígidos, devido ao não sobreposicionamento de classes e à exclusão mútua entre elas	Teoria Clássica
CD2: Pois é, a matéria prima éee, seria a matéria de que a gente tinha falado.			
CD2: Tá, medicamento éee, são dois tipos de medicamento né, então medicamento seria uma personalidade e o termo específico outra personalidade.			
CD2: Ah, tempo (...). Tá, ciclo carnavalesco, ciclo junino, ciclo natalino, ciclo pascal cristão, semana santa e quaresma, hum, ciclo natalino, ciclo carnavalesco, ciclo junino. Tempo, corresponde a noção usual de tempo no cotidiano vinculado a aspectos cronológicos.			

QUADRO 14
Análise do gesto categorial do Grupo 2 – Classificadores

Falas selecionadas do Classificador 2 (CD2)		
Protocolo verbal Texto original	Redução	Indício cognitivo predominante Abordagem de categorização
CD3: Bom, alimento é a primeira categoria aqui, alimento, processado, azeite, camarão, eu diria que é, que é matéria.		
CD3: Artefato, arma, insígnia, instrumento sonoro, meio de transporte, mobiliário, aham, tudo aqui é artefato. Objetos. Eu também diria que é matéria.		Limites existentes entre as categorias Os limites são rígidos, devido ao não sobreposicionamento de classes e à exclusão mútua entre elas
CD3: Associação. Comunidade, grupo, instituição, é personalidade. Pra mim é personalidade.		
CD3: Atividade produtiva é uma atividade, agricultura, caça, comércio, seriam setores né, extrativismo, farmacopéia, mutirão, pecuária, pesca, reciclagem. [Pausa, seguida de suspiro]. Atividade produtiva. É o processo, né, então é energia, energia (...).	As categorias do TFCPB são associadas com as de Ranganathan de forma clara e precisa	Teoria Clássica
CD3: Matéria-prima. Ele não tem associados, né? Matéria-prima substância principal que se utiliza no fabrico de alguma coisa, matéria. Matéria.		Aderência dos conceitos Rigorosa: uma entidade é ou não membro de uma classe particular com base na sua intensão
CD3: Tempo. Ciclo carnavalesco, ciclo junino, ciclo pascal cristão, categoria de pensamento que organiza visões de mundo [...] de cada cultura, compreende marcos e ciclos da vida social, expressos pelo sistema de crença, categoria de pensamento, apesar de ser ciclo, é tempo, eu acredito que é tempo.		
CD3: Expressão popular, olha, pra mim isso não é tempo, não é espaço, não é energia, porque, ação presente nas coisas, não, eu não vejo ação na expressão popular, matéria, também pode ser abstrato, [pausa] mas eu acho, eu acho que deve ser personalidade [pausa], é, porque pra mim não é matéria não, (...).		Limites existentes entre as categorias Os limites são confusos dado que as entidades se agrupam por semelhanças e não estão condicionadas a apenas uma categoria
CD3: O próximo, lugar. Arraial junino, cemitério, lugar sagrado, [pausa] tananam, tananam, tá, eu acredito. Bom, lugar eu acredito, não sei se é espaço, espaço físico ou simbólico, mas aqui é bem geográfico né, né, espaço, eu lembro que era geográfico, eu tô na dúvida, espaço físico ou simbólico que possa atribuir características relacionais e histórico, arraial junino, cemitério, deixa eu ver fazenda, lugar que congrega instalações e sistemas de produção agropecuária, não, fico na dúvida, mas eu acho que o mais, ele poderia ser personalidade. Deixo na personalidade, mas eu fiquei na dúvida entre personalidade e espaço.	As categorias citadas não estão claramente definidas na estrutura PMEST	Abordagem cognitiva contemporânea

No QUADRO 14 reproduziram-se as falas selecionadas dos classificadores, seguidas das respectivas reduções e do(s) indício(s) cognitivo(s) a elas relacionado. Como na análise realizada do Grupo 1 – Classificacionistas, os elementos cognitivos apreendidos no gesto categorial do Grupo 2 – Classificadores miscigenam-se entre a teoria clássica e a abordagem cognitiva de categorização, ainda que se observe um leve predomínio desta última.

Quanto ao processo, não houve nas falas dos sujeitos do Grupo 2 – Classificadores momento explícito em que se mencionaram indícios relacionados ao processo, contudo, no percurso de relacionamento das categorias do TFCPB com as de Ranganathan, todos os sujeitos manifestaram de alguma forma a necessidade de um arranjo sistemático dos conceitos ou então o utilizaram em suas análises. CD1, por exemplo, valeu-se das definições e dos termos associados presentes no tesauro para identificar esta estrutura.

Já CD2 reclama frequentemente de não compreender a estrutura do tesauro, de sentir falta de uma ordem explícita, como se verifica nesta fala: “*É muito diferente de um, de um tesauro ou de uma lista de assuntos que eu já vi. Ele não segue uma ordem lógica, ele não tem ordem lógica*” (CD2).

Em uma das conversas com os sujeitos do Grupo 1, foi mencionado por CF1 a necessidade de se explicitarem as categorias de análise (o como se fez) aos usuários do tesauro, para que estes compreendessem a noção lógico-categorial utilizada, carência esta que se verifica-se ao se observar a fala de CD2 que não percebe o PMEST como estrutura base do TFCPB.

Quanto aos limites existentes entre as categorias e a aderência dos conceitos nestas, novamente volta-se a analisá-los em conjunto. O mesmo que se deu com o Grupo 1 ocorre nas falas dos sujeitos do Grupo 2: ora o predomínio de indícios da teoria clássica, ora da abordagem cognitiva contemporânea. Observa-se que esta alternância volta a relacionar-se com o tipo de categoria analisada, que, se tomadas em caráter menos complexo, tendem a ser mais facilmente associadas às categorias da estrutura PMEST.

A zona confusa e nebulosa que delimita as categorias personalidade e matéria é visualizada na fala de CD1: “*bom alimento eu, eu acho que eu posso associar alimento com [pausa], a princípio, eu colocaria alimento como personalidade, mas aí revendo aqui eu acho que alimento é matéria, (...) eu tô entre personalidade e matéria*”. Fala esta que reincide quando CD1 comenta sobre as categorias ‘indivíduo’ e ‘medicamento’.

Já CD2 verifica essa ambiguidade com relação à personalidade e à energia, e a categoria associação é o exemplo nítido de sua fala: “_ *A própria associação ela, ela seria uma personalidade, a forma de associação, né? Agora a forma como ela se associa já seria um processo (...)*”(CD2). O que se repete quando este sujeito fala das categorias ‘alimento’, ‘atividade ritual’ e ‘expressão popular’.

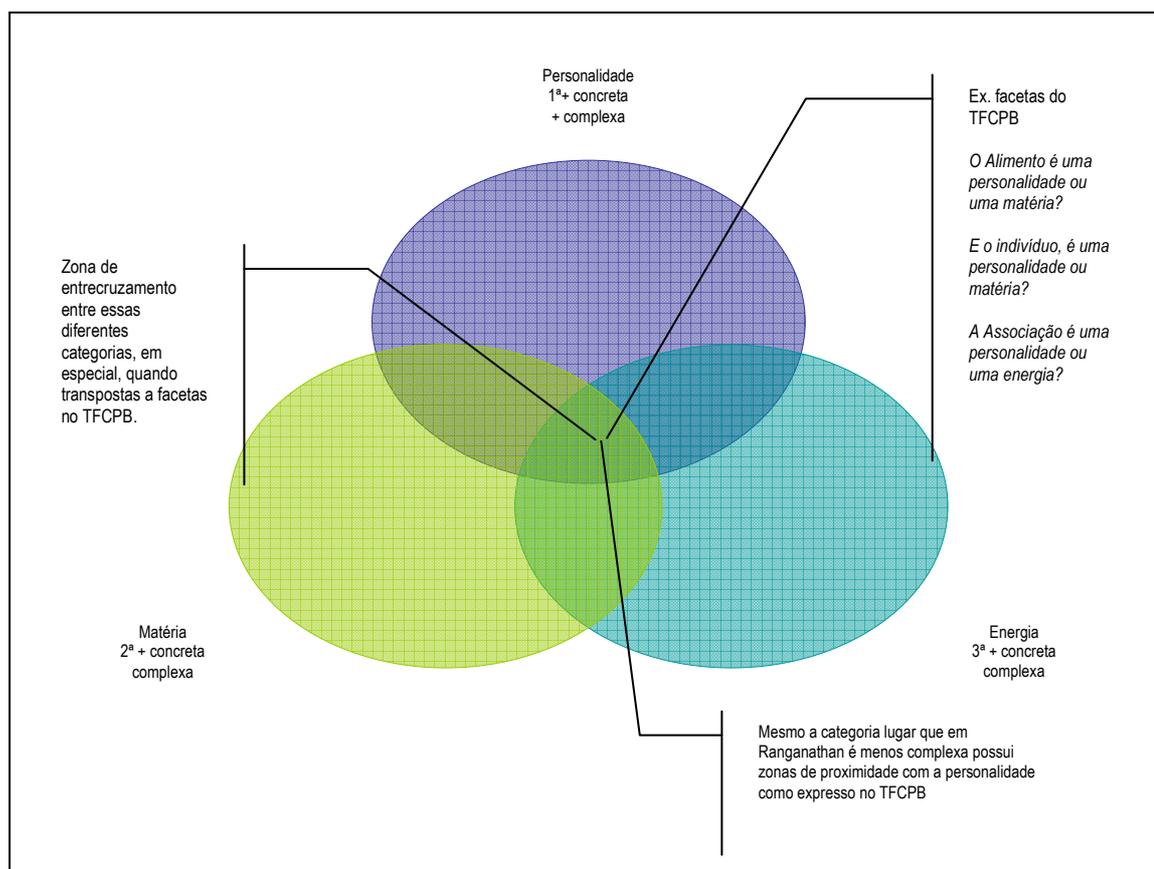


FIGURA 11 – Zonas de entrecruzamento das categorias personalidade, matéria e energia

Pode-se associar o grau de concretude que Ranganathan atribui às categorias da estrutura PMEST à complexidade que estas possuem, o que, como verificado, virá interferir na apreensão cognitiva que se faz delas quando transpostas as facetas. As facetas, na condição de manifestações das categorias como instrumentos de análise, carregam em alguns casos grande complexidade e um conjunto de atributos que não permite a distinção inequívoca entre serem personalidade, matéria ou energia.

CD3 já compreende com maior nitidez a relação das categorias do TFCPB com a estrutura PMEST, mas ainda assim reclama da percepção de personalidade como algo fluido, e também da linha demarcatória da categoria lugar, que lhe permite ser considerada personalidade (fala que também se dá em CD1):

CD3: _ O próximo, lugar. Arraial junino, cemitério, lugar sagrado, [pausa] tananam, tananam, tá, eu acredito. Bom, lugar eu acredito, não sei se é espaço, espaço físico ou simbólico, mas aqui é bem geográfico né, né, espaço, eu lembro que era geográfico, eu tô na dúvida, espaço físico ou simbólico que possa atribuir características relacionais e histórico, arraial junino, cemitério, deixa eu ver fazenda. Lugar que congrega instalações e sistemas de produção agropecuária, não, fico na dúvida, mas eu acho que o mais, ele poderia ser personalidade. Deixo na personalidade, mas eu fiquei na dúvida entre personalidade e espaço.

CD1: _ Lugar. Espaço físico ou simbólico ao qual se atribuem características identitárias para a realização ou prática de atividades variadas que podem ser cotidianas ou extraordinárias, pode ser identificado e delimitado por marcos, trajetos que a população desenvolve nas atividades que lhe são próprias, arraial, feira popular, mercado, eu acho que ele caberia em duas categorias que éee, uma é lugar, fato, né, mais marcos e trajetos de uma população, onde, vão pensar no onde aqui, um arraial, uma feira, [pausa], lugar ele é espaço, mas [pausa] eu acho que ele também pode ser personalidade.

Assim sendo, a compreensão que os sujeitos possuem sobre o processo de categorização também virá interferir na aderência dos conceitos nas categorias, que por sua vez será ora rigorosa, ora flexível. Veja-se o CD3 que possui uma fala mais sincrônica, o que por sua vez, leva a se observar a aderência das categorias do TFCPB por ele de maneira mais organizada. Já CD2, que reclamou a incompreensão da noção lógico-categorial do TFCPB, teve a aderência dos membros predominantemente flexível.

Sobre as características consideradas, na fala de CD1 há uma ocorrência relevante sobre a categoria ‘expressão popular’: “_Processo, criação, técnica, substâncias, organismos, órgãos, personalidade, eu tô classificando como personalidade porque eu tô pensando essa expressão popular comooo, não sei porque, mas eu coloco ela aqui como personalidade”.

CD1 não consegue explicar o porquê da relação entre a categoria ‘expressão popular’ com a personalidade. Por sua fala, parece que o fez por intuitismo, e não pela identificação de critérios comuns entre estas categorias. Retoma-se a noção suspensa conferida à categoria personalidade de Ranganathan que pode estar associada a esta afirmação de CD1. Além disso, esse intuitismo revela parcela de abandono dos princípios categoriais no gesto empírico, pois, apesar do caráter infável da personalidade, CD1 não indica nada que a caracterize, ou seja, o faz quase que por um ‘achismo’, como evidenciado em fala citada alhures por CF2.

Já na fala de CD2, observa-se que alguns conceitos só podem ser identificados mediante o contexto dependente, ou seja, na condição de conceitos individuais ou especiais (aqueles a

que DALHERG impõe a noção de tempo e espaço), como se verifica no termo *traição*¹⁰³ no TFCPB: “ *_Faltou então a delimitação de espaço, porque nem todo lugar você fala, ah eu fiz uma traição com o fulano, a pessoa vai achar que você pisou na bola com alguém. Assim se é algo específico de algum lugar, uma palavra que é comum a vários sentidos, eu acho que ela tem que ter uma especificação de espaço*”.

A tipicidade manifesta-se na fala de CD2, que deixa claro o desconforto com a presença de certos elementos em uma mesma categoria, o que ocorre com o altar ao ser definido como uma mesa e estar inserido na categoria ‘artefato’; também se assiste a isso no âmbito da categoria ‘indivíduo’, que congrega tanto a divindade, o espírito, o animal, a planta e a pessoa, já que nas falas de CD2 fica explícito que pessoa é um representante mais típico da categoria se comparado com animal ou planta:

CD2: [Referindo-se a indivíduo] Divindade e espírito talvez tivessem na mesma categoria, agora animal e planta numa outra. Pessoa talvez entrasse também, mas espírito, você me entende?

Já a estrutura, bastante próxima dos indícios do processo (primeiro elemento descrito), relaciona-se também à postura global dos sujeitos no processo categorial. Pode-se afirmar que tanto CD1 quanto CD3 necessitem de uma estrutura sistemática, um aglomerado de entidades para a realização da categorização, mas não necessariamente de uma estrutura hierárquica. CD2 deixa claro em suas falas a necessidade de uma matriz lógica compartilhada, fala do requerimento de se utilizarem categorias consistentemente (apontamento que remete ao cânone da sucessão consistente de Ranganathan).

De maneira geral, os sujeitos do Grupo 2 – Classificadores estranharam e não identificaram o emprego explícito da estrutura PMEST como metodologia de análise, enquanto o CD1 e o CD3 se dedicaram mais àquilo que lhes foi pedido, tendo CD2 feito muitas críticas ao tipo de ordem que o tesouro preconiza. Por não serem especialistas no assunto e não terem participado da equipe de construção/elaboração do TFCPB, poder-se-ia imaginar essa posição.

O que se pode afirmar é que, para eles, o emprego consciente da estrutura PMEST não reflete a realidade empírica em que se opera na BCI, como dito por CD2: “ *_ É bem complicado*

¹⁰³ A *traição*, já descrita no Capítulo 6 – Percurso empírico, compreende no universo do TFCPB: “mutirão que tem como objetivo executar uma tarefa em benefício de alguém sem seu prévio conhecimento, sendo um dos objetivos surpreender o beneficiado” o que difere de sua apreensão no senso comum.

quando a gente vê isso [a estrutura PMEST] em sala de aula dá pra poder entender o que seria cada um. Mas tudo depende do contexto também. Isso vai bem do contexto de onde ele tá (...)”, isto é, antes da metodologia de análise, os classificadores veem a necessidade da compreensão do contexto dependente, do conhecimento da área em foco.

Em verdade, este contexto dependente recorda a fala de CF1 sobre o compromisso ontológico que remete ao entendimento de como se olha um objeto no mundo: “*CF1_ Que acordo que eu faço para descrever este ser no mundo. Isto tem a ver com a estrutura do domínio, como este objeto se situa no domínio. Que contexto é esse*”, o que traz à tona o questionamento se no gesto categorial empírico da BCI Ranganathan possui o papel privilegiado que lhe é atribuído na teoria, conforme se visualizou nos capítulos teóricos deste trabalho.

Se, conforme dito por Ranganathan (1967), o classificador é influenciado pelo classificacionista, na experiência realizada assistiu-se à parcela de abandono da estrutura PMEST no gesto categorial do primeiro que veio a se refletir e potencializar nas atitudes do segundo. Obviamente, a atuação dos classificacionistas ocorreu de forma bastante estruturada se comparada à dos classificadores, mesmo porque os primeiros possuem uma experiência maior que os segundos, tanto teórica quanto empírica.

Contudo, ao se olhar ambos os grupos, verifica-se que a estrutura PMEST, de maneira empírica, não se manifesta de forma evidente e que, em verdade, ao se analisar um instrumento de trabalho básico na BCI – o TFCPB –, assiste-se a um esmorecimento da estrutura PMEST como metodologia de construção de tesouros.

A análise do TFCPB demonstra que, se na sua criação, conforme a documentação consultada, a estrutura PMEST lhe serviu de fundamento, ao realizar uma releitura a partir dela, ocorre uma distância entre o que ela representou e a leitura que os classificacionistas e os classificadores lhe fazem posteriormente.

Passa-se à análise das afirmações dos sujeitos sobre a categorização fornecida na entrevista semiestruturada. Se empiricamente a estrutura PMEST ficou relegada a um segundo plano, como será sua apreensão consciente pelos classificacionistas e classificadores? É o que se busca abordar no próximo tópico.

7.3 AFIRMAÇÕES SOBRE A CATEGORIZAÇÃO E O GESTO CATEGORIAL

A categorização, como vista pelo levantamento teórico realizado, assume na BCI uma área de desconhecimento e mesmo de confusão, tanto no âmbito terminológico quanto conceitual. Refletir sobre o que os sujeitos da área compreendem como categorização auxilia no mapeamento de zonas de proximidade e/ou distanciamento entre os princípios teóricos e a compreensão que se lhes dá. Os classificacionistas afirmam a importância da categorização, conforme se observa:

CF1: *_ Então, as categorias elas não se evidenciam dentro da própria estrutura sistemática, elas na verdade são um processo de pensar por sobre esse domínio, o que se evidencia são facetas, porque ela é de tão grande abrangência que ela não faz sentido pro especialista da área. Mas existe também, eu também posso considerar isso [as categorias principais do TFCPB] como categoria, porque categoria é da onde eu parto, só que eu não parti daqui. (...) A categoria seria um processo de pensar por sobre um domínio. Eu entro em qualquer domínio eu digo, eu tenho categorias? E eu vou ver suas manifestações que são facetas, tá? Porque qual é o método que eu utilizei, eu não comecei a procurar tem alimento? Tem artefato? Não. Eu comecei a perguntar assim, o que que é um objeto concreto, o que é uma entidade, uma personalidade aqui, ah são alimentos, é gente, é instituição, são objetos, ferramentas, entende, e aí sim, esse grupo começou a identificar, e como ela é a primeira classe de toda uma estrutura sistemática, elas viram o que é uma categoria. As categorias são na verdade o princípio pelo qual eu uso para pensar um dado domínio. É o método, eu chego em qualquer domínio e me pergunto, por exemplo, na medicina, existem objetos concretos aqui? Existem ações? Existe tempo? Existe matéria? (...)*

CF2: *_ A categoria, olha, eu acho que é fundamental porque na hora em que você coloca em categorias você dá um sentido, você dá um recorte. E isso na área de indexação é fundamental. [Porque] se você não recorta por categoria você não organiza. Acho eu.*

CF3: *_ Olha a categorização é uma aplicação de um método de pensamento, né, você pode usar ele com lógica tradicional, né, que é o que a gente procura fazer quando usa Ranganathan e tudo, e pode usar outros tipos de lógica que hoje em dia a gente tem visto éee e, (...), você vê outros tipos de lógicas que usa mais variações, mais categorizações diferenciadas do que esta que a gente vê, que já aceita poli-hierarquia, que mostra outra face, (...), e que é um outro modo de fazer categorização. Agora categorização você usa em tudo, você usa pra pensar né, quando você começa a pensar, mesmo que você não esteja seguindo uma lógica formal, éee, dentro das bases filosóficas e tal, você está trabalhando com categorização. Então um sumário é uma categorização, quando você pega um texto aí você começa a montar como se fosse um mapa conceitual, né? Você começa a buscar os termos pra compreender a relação entre eles é uma categorização. (...)*

É presente, na fala dos sujeitos CF1 e CF3, a compreensão das categorias como instrumentos de análise. Ambos deixam explícita essa acepção dada ao termo, e a presença dela nos processos da BCI. CF1 designa as categorias do TFCPB de maneira análoga às facetas de Ranganathan, isto porque ele as compreende como o produto da categorização, ao resultado de uma análise. Ao rememorar as apreensões, dadas as facetas e as categorias no tópico 4.2.3 deste trabalho, pode-se perceber que as quinze categorias do TFCPB correspondem à

aplicação de um método de se pensar, o que realmente remete ao entendimento de facetas: “[...]a manifestação das categorias em classes distintas” (ARANALDE, 2009, p. 99). Em outra fala, CF1 volta a afirmar esta compreensão:

CF1: *_ Isso daqui [as categorias principais do TFCPB] já seriam manifestações destas categorias para a gente chegar nisso [as categorias de Ranganathan]. (...) Tá vendo como é que este procedimento de categoria faz com que a gente tenha uma flexibilidade por sobre o pensar dentro destes domínios.*

Sob essa perspectiva, as categorias do TFCPB correspondem à manifestação de um modelo categorial na área do folclore e da cultura popular brasileira. O correto é que as designe como facetas, já que representam a aplicação de um método de se pensar aquele universo do conhecimento. O instrumento de análise que as subjaz, este sim, deve ser visualizado como categoria conforme se observa na fala de CF1. Assim vistas, as categorias delineiam-se conforme a perspectiva descrita no capítulo 3 pelos escritos de Aranalde (2009) e Guido Barite (1998): aquele ao descrevê-las como os “[...] princípios que permitem identificar as notas essenciais que caracterizam um objeto de conhecimento” e este por designá-las como “*instrumentos de análise*”.

A fala de CF3 associa a categorização ao processo cognitivo (ao designá-la como ‘um método de pensamento’), à estrutura lógica e às práticas rotineiras da BCI. É sabido que tanto o CF1 quanto o CF3 estão envolvidos com atividades acadêmicas e, por consequência, possuem uma apreciação da categorização orientada à abordagem teórica e nesta, como demonstrado nos capítulos teóricos anteriores, o papel dado à categorização é bastante relevante.

Já CF2, mais voltado às práticas da profissão, revela a categorização ‘*com algo que dá um recorte*’, que manifesta uma organização, ou seja, a remete como o instrumento de análise explicitado pelo CF1 e CF2, mas não explicita uma metodologia específica que permita realizar esta prática. Além disso, CF2 reitera a importância desta para as atividades de tratamento da informação ao relacioná-la com a indexação.

Já os classificadores atribuem os seguintes sentidos para a categorização:

CD1: *_ Eu acredito que seja a forma de organização da informação. A gente cria determinadas categorias para que a gente possa, vamos dizer assim, determinar onde cada material vai ficar, em qual categoria cada material, éee, qual grande área cada material se encaixa, então eu acredito que a parte de classificação e de análise de assunto faça parte dessa categorização.*

CD2: *_ Eu acho que é uma forma, de você separar, de identificar o conhecimento como um todo, sabe, das coisas, você organizar. Pra mim quando você tá categorizando, você tá organizando, você tá separando pra ficar mais fácil de identificar depois por tipos de categoria. Eu acho que é uma forma de organização, categorização.*

CD3: *_ A categorização eu acho que é a forma macro de separar vários assuntos, várias temáticas em categorias específicas. Então determinado assunto pode conter vários setores internos que seriam essa categorização. Agora, pelo menos o que eu penso na nossa área, né? Éee, eu acho que é isso.*

Na fala dos classificadores, é perceptível a associação da categorização com os processos de organização da informação. CD1, por exemplo, associa-a com a classificação e a análise de assunto. A fala de CD2 recorda a noção de instrumentos de análise, já que este sujeito fala em *'forma de você separar, de você organizar'*, remetendo ao entendimento de uma lógica subjacente ao processo.

Além disso, CD1 e CD3 associam as categorias com o entendimento de alta generalização, como se vê respectivamente nos trechos: *'a gente cria determinadas categorias para que a gente possa, [...] [dizer em] qual grande área cada material se encaixa'* e *'a categorização eu acho que é a forma macro de separar vários assuntos'*. Essas afirmativas remetem ao entendimento de autores clássicos da BCI como L. Wood, Vickery e Jack Mills, citados por Piedade (1977, p. 12), que entendem as categorias como *'os conceitos de alta generalização'*, conforme expresso no capítulo 3.

Tanto as respostas dos classificacionistas quanto as dos classificadores refletem elementos presentes nos princípios estudados nos capítulos 3 e 4; talvez a diferença esteja no fato de que aqueles que são responsáveis pela criação/elaboração do TFCPB tenham o discernimento das categorias como uma forma de análise, e os segundos possam vê-las como o resultado desta.

Isso leva a crer que a noção que se tem das categorias na BCI as compreende tanto como instrumentos de análise quanto como conceitos de alta generalização, noção esta que miscigena elementos da filosofia e da teoria da classificação. Cabe pontuar que essas visões não se contrapõem, mas, sim, se complementam, pois estruturam as categorias como um modelo (o instrumento) a ser aplicado a um conjunto de conceitos (a generalização mencionada), conforme expresso na FIG. 12.

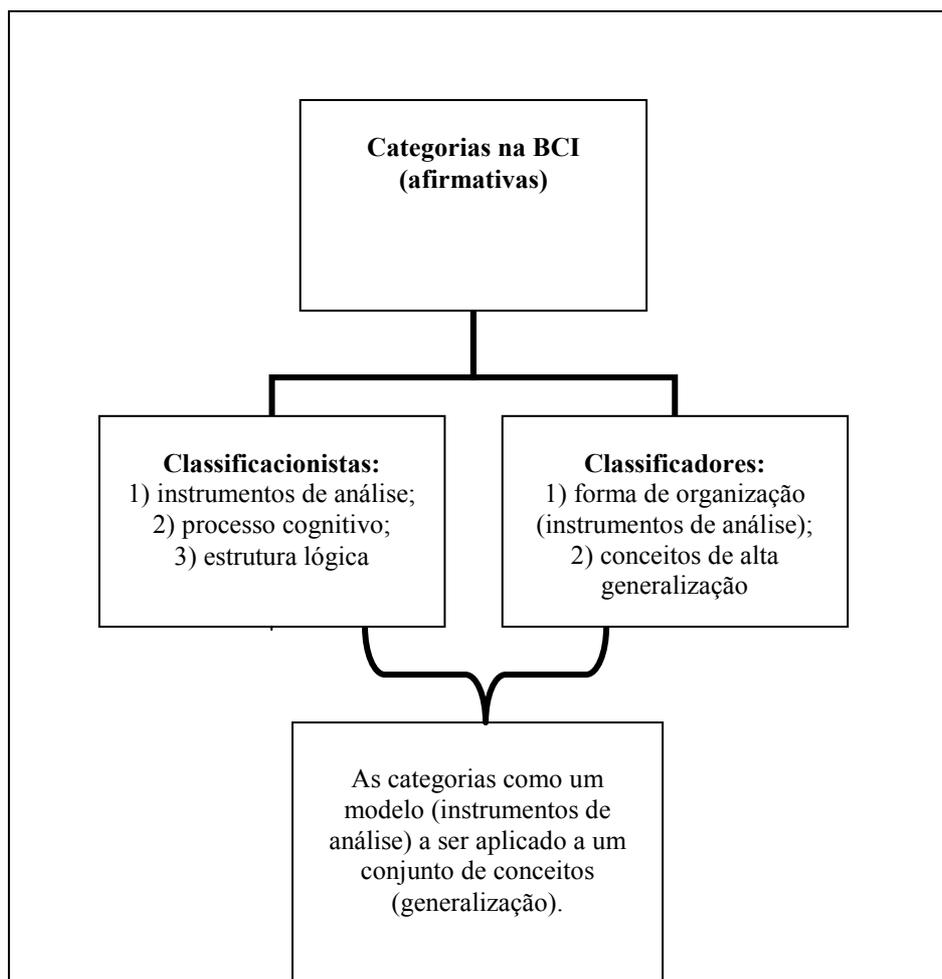


FIGURA 12 – Afirmações sobre as categorias/categorização pelos sujeitos da pesquisa.

Estas respostas demonstram ainda que, conforme a inserção dos sujeitos nos processos categoriais, pode haver um posicionamento diferenciado do que estes significam até mesmo pela forma como estes sujeitos se relacionam com as categorias em suas práticas profissionais – os classificacionistas as empregam explicitamente ao lidarem com IRI e os classificadores de maneira implícita.

Contudo, é notório que, apesar da importância da categorização afirmada pelos classificacionistas e classificadores, se ela for comparada com o gesto categorial realizado, em que se observa certo estranhamento com o modelo de Ranganathan, ou melhor, um incômodo em se perceber a metodologia categorial do PMEST no TFCPB, a afirmação da importância da categorização se torna contraditória.

Se as categorias são fundamentais, se permitem ordem, se determinam onde cada objeto deva ficar, como pode ser tão difícil apreendê-las em um instrumento de recuperação da

informação básico no exercício da profissão (sobretudo os classificacionistas) e, ainda que introdutoriamente, ensinado no currículo formal do curso de graduação em biblioteconomia?

Tais questionamentos se tornam ainda mais evidentes em algumas afirmações dos sujeitos sobre a correspondência do processo realizado no TFCPB à atividade de categorização. A maioria deles ratifica esta correspondência, contudo, se ela existe, *por que é tão rarefeita na análise do gesto categorial?* Observam-se algumas falas:

CF1: *_ (...) Olha a forma de classificar é diferente quando eu penso em categorias. Diferente de eu trabalhar com domínio e subordinação dentro de domínio. Diferente de trabalhar com assunto. Trabalhar com categoria é diferente que trabalhar com assunto. (...) Tá vendo como é que este procedimento de categoria faz com que a gente tenha uma flexibilidade por sobre o pensar dentro destes domínios.*

CF1 concebe a forma de organização em categorias como algo distinto das propostas tradicionais, que se destaca nos feitos da BCI. Este sujeito atribui flexibilidade ao processo categorial, o que remete ao entendimento do conceito como ‘*um elemento do conhecimento*’ (DAHLBERG, 1978b) que possui diversas relações e necessita de um olhar aberto à infinidade de possibilidades que possui. Essa afirmação sobre a categorização está, ainda, em consonância com o que foi relatado no percurso teórico sobre a virada na teoria da classificação dada pelas categorias de Ranganathan, uma vez que esta flexibilidade permitiu um novo olhar sobre os registros do conhecimento.

Nas afirmações dos classificadores, é menos explícita a oposição com o gesto categorial empírico, uma vez que eles não veem tão claramente a ordem categorial do TFCPB, mas ainda assim pode-se observá-la, cita-se a fala CD2:

CD2: *_ Em partes, eu acho que falta a categorização, ela não foi feita de forma, éee, como é que falaa, eu falei essa palavra várias vezes, ela não foi feita, não sei se objetivamente, ela não teve um critério específico, porque em cada termo geral foi feito de forma diferente e quando você tá fazendo uma categorização você tem que prevalecer uma certa ordem, você vai usar pra um termo você tem que usar pra todos e não foi usado, pra mim não foi usado, então por mais que tenha tido essa função de tentar organizar e categorizar não conseguiu porque em cada termo foi usado de uma forma diferente a categorização.*

CD2 vê a necessidade de um critério consistente para se designar a categorização, ou seja, a categorização implica uma ordem, uma lógica compartilhada e explícita. Não se almeja o mérito de saber se o TFCPB teve ou não esta abordagem, já que, para isso, ter-se-ia que consultar um escopo maior de pesquisadores e observar rigorosamente vários fatores, o que não corresponde ao que se propôs nesta pesquisa. O que se procura são indícios nas falas dos sujeitos que tragam à tona o que eles julgam intrínseco à categorização.

É interessante observar a fala do CD3, que não chega a ser tão enfático quanto CD2, pois acredita na presença dos processos categoriais, mas confessa, em alguns momentos, o estranhamento na aplicação da estrutura PMEST:

CD3: _ Sim, eu acredito que sim. O tesouro, ele tá, dá pra ele, dá pra você visualizar as cinco categorias presentes nele, mas tem alguns momentos que é difícil de identificar, de difícil identificação e aí parte para um ponto que eu não queria chamar assim, mas acho que julgo como subjetividade do bibliotecário que tá analisando. O próprio Ranganathan fala [que a] personalidade é muito difícil deee, é a mais difícil de categorizar, de conseguir identificar que aquela é personalidade, então caberia um estudo mais profundo, mas eu acho que dentro desse tesouro tá.

CD3 associa esse desencontro da categorização no tesouro à subjetividade do bibliotecário durante a realização do processo, o que leva a se indagar se isso é decorrente de um fator pessoal ou ao fato de a estrutura PMEST instituir-se em uma área de imprecisão conceitual, uma vez que o próprio Ranganathan não se propôs a descrevê-las com clareza, conforme se dissertou no tópico 4.2.3.

Pode-se também indagar se este desencontro não esteja relacionado ao esmaecimento dos princípios categoriais (teóricos) na prática categorial da BCI, uma vez que, conforme se viu, este foi recorrente nas análises anteriores.

Ao se analisar o relato dos sujeitos sobre os princípios categoriais propostos por Ranganathan, percebe-se a importância que os classificacionistas afirmam sobre estes princípios em contraponto à postura dos classificadores, que demonstram certo desencanto por esta proposta metodológica. A resposta do sujeito do pré-teste foi inserida nas que seguem por refletir uma postura diferenciada sobre o que se observou sobre os estudos de Ranganathan:

SUJEITO PRÉ-TESTE: _ A impressão que eu tenho é que isso daqui é o básico do básico, é a primeira coisa que a gente pode pensar praaa, historicamente foi isso, foi a primeira coisa que alguém pensou, o método do Ranganathan não é o que a gente consegue usar literalmente e diretamente, mas o que a gente conseguiu pensar e produzir em termos de refinamento de metodologia, de princípios etc., a partir do que ele propôs.

A visão do sujeito do pré-teste reflete descrédito nos princípios de Ranganathan, talvez por ele considerar que os princípios citados constituam um método inicial de análise, mas não o método a ser utilizado. Essa afirmação se coloca, inclusive, adequada à análise realizada, já que, em ambos os sujeitos, em níveis diferenciados, percebeu-se o citado desconforto na aplicação da estrutura PMEST.

Infere-se ainda, por meio dessa afirmativa, a questão já levantada sobre a prevalência epistemológica dos princípios categoriais de Ranganathan na BCI: certo é da virada que

trouxeram à teoria da classificação, mas deve-se ressaltar que não constituem o único fundamento que se evidencia.

Os sujeitos do Grupo 1 – Classificacionistas forneceram as seguintes respostas:

CF1: *_ Ranganathan coloca o plano ideacional eu não sei se ele está pressupondo que existe já um mundo organizado, que só devia, que eu só tenho que descobrir este mundo, tanto que quando ele diz que existem cinco categorias fundamentais, ele já criou o modelo dele, tá certo? Ele diz bem claro: esse é o meu modelo, que atende aos meus propósitos. Eu não sei se vai atender o propósito de uma outra atividade, mas para atividade classificatória neste contexto ele está me atendendo. Então ele criou um modelo, então ele criou esse modelo (...). Nós temos uma metodologia. E o que que pra mim Ranganathan dá de melhor é esta metodologia. [Ela] serve pra diversas coisas. Você monta tesouro com isso, você monta tabelas de classificação, você monta taxonomia, você pensa um modelo conceitual dentro de uma ontologia, entendeu? Então pra mim ela é um conteúdo que é fundamental para o procedimento, pra análise de domínio ou organização de informação, de modelização de domínios. (...)*

CF2: *_ Olha, em tese faz o maior sentido, é outra maneira de olhar, né? Agora, nós tivemos uma resistência danada na aplicação porque a gente sempre vai pro padrão, padrão por área, né? Essa mudança repensou todo o processo de trabalho. Uma visão diferente, eu acho que não tá finalizada.*

CF3: *_ O que é uma coisa interessante que eu acho é que as categorias do Ranganathan elas nos dão éee um norte, né? Ela é um bom início. Agora depois o que é que você vai fazer com elas já se modifica e aí você cria novas categorias que pra você são fundamentais. E aí elas vão se desdobrando, vão se éee complexificando, né? E é um pouco o que a gente faz, né. (...) Assim, ela me foi passada como um método de olhar a realidade, né, uma primeira aproximação, uma primeira abordagem, né, então o que seja antes do caos você começa a tentar organizar por semelhança, não é? E o olhar pelas categorias do Ranganathan sempre foi uma orientação positiva porque delas você pode desdobrar o que você quiser depois, né? Então acho que basicamente o modo como eu aprendi foi esse. Eee onde eu aplico? Como eu te falei, em tudo. Primeiro eu aplico elas, depois eu aplico qualquer outra lógica, qualquer outra coisa, é aquela coisa o software que você melhor sabe utilizar, né, o melhor software é aquele que você sabe utilizar. E esse foi o primeiro que eu aprendi é aquele com quem eu me dou bem, né, eu tenho familiaridade então a partir dele eu vou desenvolvendo com outras coisas, mas em princípio é minha primeira abordagem, então pra mim éee, e tem uma base sólida, uma base filosófica, epistemológica forte, é você tem uma possibilidade, por exemplo, de quando você vai olhar um domínio do conhecimento, nós, bibliotecários a gente vive andando de um lado pro outro, (...) então você mesmo não tem uma especialização naquilo que você vai trabalhar, você pode adquirir com o tempo (...), mas logo assim que você chega você precisa ter um modo de olhar as coisas e quando você vai pelas categorias de Ranganathan sempre eu consigo um diálogo com o pesquisador, sempre consigo um diálogo com o especialista da área. A gente com esse método pro tesouro, a gente conseguia organizar a cabeça do pesquisador que vinha pra gente com toda uma ideia que era diferenciada, né, do que a gente tava querendo fazer. (...) A gente tinha que resgatar os princípios e devolver pro especialista.*

Os sujeitos do Grupo 1, em contraponto ao exposto pelo pré-teste, creem nas categorias de Ranganathan como metodologia da BCI, ainda que CF3 tenha dito que elas servem como ‘um bom início’ (o que poderia dar a entender que são elementos sem profundidade). CF3 afirma que elas possuem uma ‘base sólida’, uma ‘base filosófica’, epistemologicamente válida. Já

CF2 afirma a resistência quanto a se adotarem as categorias de Ranganathan na criação do TFCPB, uma vez que, segundo este sujeito, a tendência é se trabalhar com o padrão (a divisão por domínios do conhecimento como ocorre nas classificações bibliográficas, inclusive na CDD). Uma das afirmativas mais salientes em CF1 é que as categorias de Ranganathan se prestam amplamente à organização dos registros do conhecimento, seja na elaboração de ‘tesauros, tabelas de classificação, taxonomias ou ontologias’, afirmativa essa que se reproduz em CF3.

As falas de CF1 e CF3 refletem a justificação do PMEST como metodologia para a organização dos registros do conhecimento, o que reflete certa distância com o gesto categorial por eles realizado, já que neste se assistiu a um esmaecimento da estrutura PMEST. A fala de CF2, por sua vez, encontra-se em sincronia com o gesto categorial, uma vez que este sujeito falou em ‘achismo’ durante os protocolos e na entrevista afirmou sobre a resistência em se empregar o PMEST.

A fala prevalente nos sujeitos do Grupo 2 – Classificadores é a de que o PMEST seja uma estrutura nem sempre verificável nos SRI, que ora se faz estranha, sobretudo, pela não visualização explícita nas práticas de organização da informação. Veja-se:

CD1: *_ Eu às vezes tenho um pouco de dificuldade pra verificar o trabalho destas categorias dentro da instituição, por exemplo, hoje, né, eu trabalho aqui na biblioteca, mas eu fico pensando até que ponto. Tá, a gente tem o PMEST, mas como que ele é aplicado e se é que ele é aplicado no nosso cotidiano. (...). Porque eu não vejo as pessoas que trabalham com catalogação fazerem esta separação. Pode até ser que faça, mas pra mim ainda não ficou claro, não ficou nítido que a biblioteca utilize essas categorias – o PMEST, aqui no seu dia a dia.*

CD2: *_ Eu vejo, eu acho interessante, mas eu acho que igual, usar uma lista de cabeçalho de assunto um erro, hoje em dia eu acho que não é necessário você usar o PMEST, como nós dissemos, não acho necessário. Eu acho necessário se classificar, mas não utilizar exatamente uma ordem quando se tá buscando, é necessário uma ordem quando você tá fazendo, pensando..*

CD3: *_ É, eu acho que elas [as categorias de Ranganathan] se misturam um pouco, né? Chega num momento que o limite, o limiar delas, assim, o de uma categoria invade o da outra que é de difícil identificação por causa disso. Mas eu acredito que ele dividiu bem, assim, soube compreender éee as categorias que poderiam ser dadas, né, ele soube perceber esses espaços entre elas.*

O que se infere disso é que para o Grupo 1 – Classificacionistas o PMEST se faz mais evidente, provavelmente, pela sua importância nos processos de criação/elaboração do TFCPB. Já o Grupo 2 – Classificadores, por utilizar um instrumento já categorizado, com um esquema elaborado, não requer, nem observa a presença do PMEST, por trabalhar com uma análise já realizada, ainda que se acredite que esta interfira na postura destes sujeitos. Na verdade, o PMEST, pelas afirmativas dadas, é funcional como metodologia a uma proposição

categorial, mas não se faz notório e necessário para os classificadores, uma vez que, como dito, o que se evidenciam são as facetas (a análise já feita) e não as categorias (instrumentos da análise).

As afirmações até então reproduzidas estão consonantes com aquilo que ambos os grupos de sujeitos afirmaram nortear o gesto categorial na BCI: 1) na fala do Grupo 1 – Classificacionistas, fez-se notória a relevância da metodologia utilizada na categorização (associada por dois sujeitos ao PMEST); 2) já as afirmações do Grupo 2 – Classificadores estão associadas ao assunto, à temática a ser representada. São reproduzidas abaixo algumas afirmações dos classificacionistas:

CF1: *_ Tem um processo metodológico independente de qualquer domínio, (...). Então qual é a essência do fazer? A essência é que eu tenho que ter elementos, objetos, eu tenho que ter pessoas, eu tenho que ter na verdade é instituições, então essa é a entidade, é a personalidade, né. (...). E aí o que que o profissional da informação leva, o que o classificacionista leva, ele leva o método, né, ele leva esse método e esse método que eu acho que é importante a gente ensinar.*

CF2: *_ (...) O primeiro ponto dessa discussão é vamos olhar de que lugar? (...). O que é chave? Eu acho que a coisa que ficou mais marcada é a ação que move a área, o que é primordial. Eu acho que é isso.*

CF3: *_ Eu acho que primeiro é a razão de existência do instrumento de busca, né, primeira coisa que você tem que pensar é pra que que ele vai servir, o que, onde você está querendo chegar com ele, né, porque tem limites diferentes, né, se você tem a recuperação de documentos, se você tem a estruturação, a organização de seções, tudo isso vai interferir no tipo de categorização que você vai utilizar, eu acho que o Ranganathan ele dá uma boa base para qualquer categorização, ainda não vi, (...) até hoje eu não vi um que as categorias do Ranganathan não te dessem uma boa base. Então, assim, fundamentalmente é isso, você tem que pensar no seu objetivo, no público que vai utilizar e no tipo de efeito que você quer conseguir. É isso que vai determinar que categorias você vai privilegiar, quais você vai desdobrar, como, (...), acho que é isso.*

Da metodologia, pode-se afirmar o que foi dito por CF1 na entrevista: “_ o especialista conhece da área dele, mas ele não aprendeu a fazer classificações”. Logo, pensando que o profissional da BCI pode atuar em quaisquer áreas, a utilização de uma metodologia própria, consolidada e fundamentada capacita os profissionais a organizar os registros do conhecimento sem necessariamente serem especialistas em áreas específicas (obviamente, que o conhecimento do contexto é fundamental, mas a presença de uma metodologia estruturada permite que se abordem diferentes domínios do conhecimento).

O que se questiona é se a metodologia válida na BCI seja representada pela estrutura PMEST no âmbito empírico, já que no gesto categorial ela se fez com parcela de abandono. Em âmbito teórico, a importância que lhe é atribuída é algo ratificado tanto por estudiosos

consagrados da área quanto pelas próprias falas dos classificacionistas. Esse antagonismo é passível de verificação nas afirmativas de CF3, que afirma desconhecer um modelo de organização em que não se possam adotar os princípios ranganathianos, o que leva a crer neles como uma base válida e consistente de categorização na BCI. Contudo, o mesmo sujeito, durante o gesto categorial, sente-se inseguro quanto à associação das categorias do TFCPB com as de Ranganathan.

Outro fator presente na fala dos sujeitos do Grupo 1 – Classificacionistas é o lugar de onde se olha ao categorizar, que está associado ao motivo de criação de uma proposta categorial. A necessidade de se entender e compreender na área analisada o que indica cada uma das categorias, o que se compreende delas, e, se delineadas da forma que estão, representam valores próprios e significativos. Se preciso for, deve-se remodelá-las como o próprio percurso histórico da BCI sugere, em que as categorias de Ranganathan foram trabalhadas por diferentes estudiosos.

Já no Grupo 2 – Classificadores, foram obtidas as seguintes verbalizações:

CD1: *_ Eu acho, num sei, eu acredito que é porque tudo tá ligado ao assunto maior, né? Tô pensando aqui nesse tesouro que ele é de folclore e aí a gente tem em volta dele, (...) tudo aquilo que tá relacionado a esse assunto maior.*

CD2: *_ A estrutura, você tem que pensar de uma forma lógica como na nossa profissão, as coisas que a gente vê, faz a gente pensar. Lógica, a palavra que eu tava tentando lembrar anteriormente. Você pensar de uma forma lógica, a categorização na nossa área faz com que a gente pense de uma forma lógica (...).*

CD3: *É perceber o assunto que vai ser utilizado? (...). Perceber o assunto, tudo o que o assunto engloba. Primeiro, a visão macro do assunto, então tendo essa visão macro começa a separar por categorias que possam ser bem delimitadas, bem específicas. Então, eu acho que o fator principal é perceber o assunto macro e essas ramificações. Elas tem que partir dos limites mesmo entre elas. (...).*

Como demonstrado, tanto o CD1 quanto o CD3 priorizam o assunto como elemento principal na criação das categorias. Já CD2 aponta a metodologia utilizada na BCI, apesar de não indicar explicitamente que se trata da estrutura PMEST, CD2 fala da lógica de categorização. Os classificadores, em momento anterior, haviam mencionado formalmente o estranhamento com a estrutura PMEST, o que se faz de acordo com esta prevalência do assunto como norte no processo categorial, uma vez que estes sujeitos não percebem uma proposta metodológica como determinante desse processo.

Pode-se afirmar que existe um distanciamento e até mesmo uma não afirmação das teorias da BCI no campo prático, o que significa que os sujeitos categorizam, muitas vezes, à luz das tendências e da organização da área em que estão inseridos, ou mesmo através dos princípios

da BCI, mas de forma implícita. Em alguns casos, isso pode levar à anulação das estruturas categoriais e de uma lógica explícita de organização nos IRI, que pode acarretar danos ao acordo cognitivo entre o sistema e o usuário (ainda que este usuário seja o sujeito que categoriza, influenciado por outro que cria um IRI).

A importância da metodologia para a categorização, como visto em outras perguntas, se dá pela dimensão ampla que esta proporciona: em quaisquer lugares que se vá utilizar processos de organização dos registros do conhecimento, ela é o instrumento básico de análise. Obviamente, a estrutura do assunto, da área em foco, irá determinar a aplicação dessa metodologia, mas a existência de uma fundamentação própria da BCI serve de entrada dos profissionais da área a outros domínios do conhecimento e, inclusive, resgata a noção descrita no capítulo 2 de uma filosofia própria da organização dos registros do conhecimento na BCI. Crê-se que essa filosofia contribua para a BCI tanto no exercício dos profissionais que na área atuam quanto para a consolidação na arena científica em que se situa.

Mediante a análise realizada, fazem-se algumas reflexões sobre um dos pressupostos apresentados: *nas diferentes instâncias de categorização exercidas pelos profissionais da BCI, os gestos categoriais se dão de maneira distinta*. Por todo o percurso seguido, pode-se afirmar que o gesto categorial do classificacionista seja completamente dissonante do classificador ou vice e versa? Tomadas estas instâncias de categorização na BCI, pode-se ratificar o pressuposto expresso que foi baseado nos escritos de Ranganathan (1937) e Guido Barite (1998)? A FIG. 13 procura sintetizar alguns elementos relacionados a estes questionamentos:

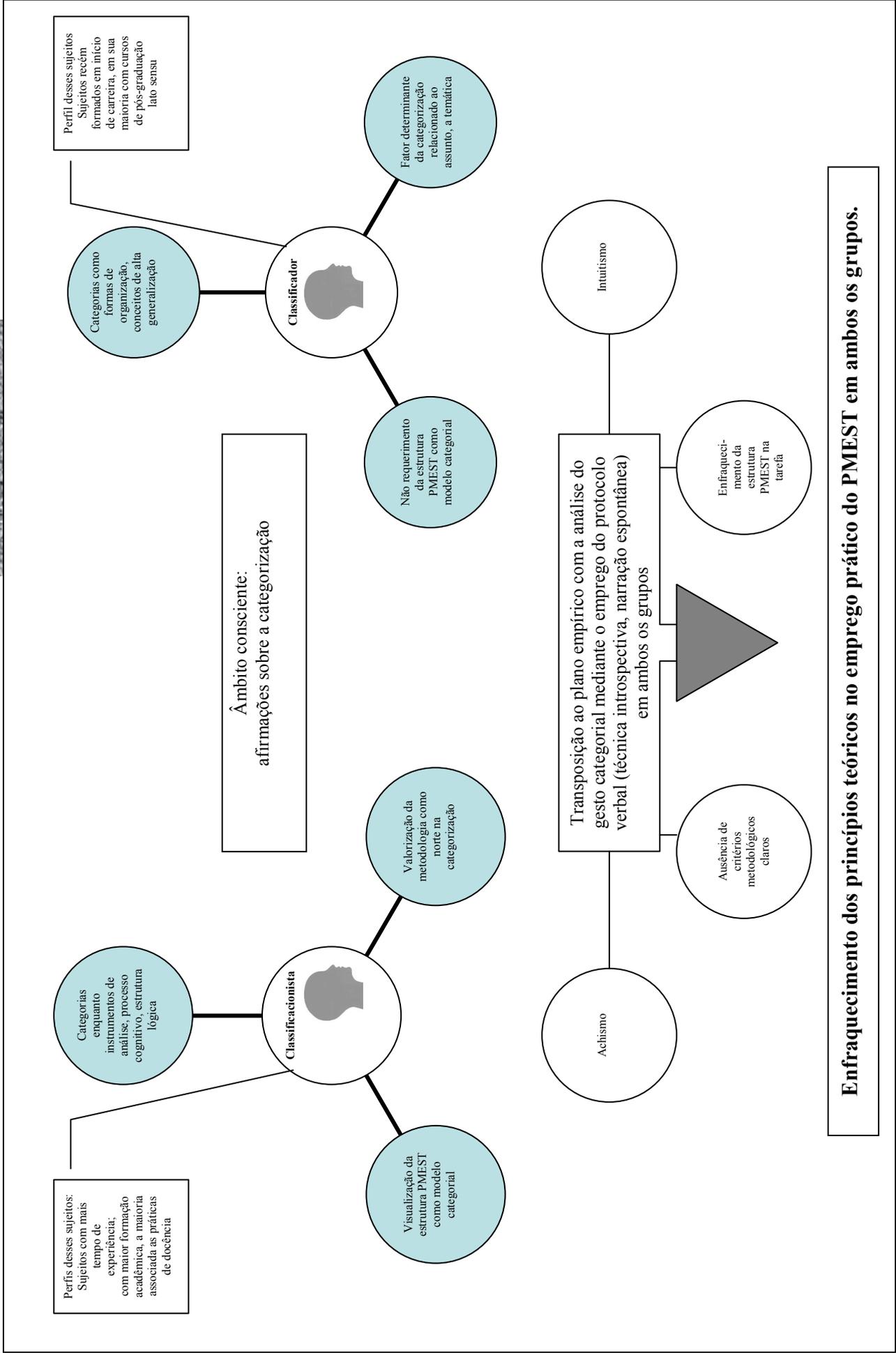


FIGURA 13 – O gesto categorial x as afirmações sobre a categorização

A princípio, pode-se afirmar que o gesto categorial dos classificacionistas, dado o conhecimento que possuem da área do TFCPB, se fez com maior domínio dos princípios categoriais da BCI, ainda que zonas de dúvida e obscurecimento entre as categorias também ocorressem em seus gestos categoriais. Além disso, estes sujeitos ratificam esta metodologia ao afirmarem que ela deve ser o fator norteador das categorias em um tesouro. Em contraponto, os classificadores demonstram o estranhamento da estrutura PMEST no gesto categorial e afirmam a relevância do assunto da temática abordada em uma proposição categorial que se for realizar.

Sob este olhar, poder-se-ia afirmar que os gestos categoriais nas instâncias dos classificacionistas e classificadores se dão de maneira distinta. Contudo, o que se assiste é ao enfraquecimento dos princípios teóricos no emprego prático do PMEST em ambos os grupos. Obviamente, nos classificacionistas este emprego se dá de maneira mais sutil se comparado aos classificadores, mas não deixa de ocorrer. Se se focalizar no perfil dos primeiros, ver-se-á que estes deveriam ter tido maior intimidade na tarefa, já que fizeram parte da equipe de elaboração do tesouro e possuem maior experiência na área. Os classificadores, por sua vez, são bastante inexperientes, o que não justifica o intuitismo prevalente no gesto categorial, mas releva que talvez haja desconformidades na formação acadêmica recebida, e, por serem sujeitos recém-egressos da graduação, esperava-se que tivessem uma apropriação maior dos princípios teóricos da área.

De maneira geral, ocorreram uma falta de método na análise do tesouro e a oposição explícita entre o que os sujeitos conscientemente afirmam sobre a categorização e o que foi expresso no gesto categorial empírico. Assim, não se pode ratificar o pressuposto citado, e, sim, contestá-lo, pois, ainda que teoricamente o gesto categorial de ambos os grupos se dê por motivos análogos – trazer o já dito encontro das palavras com as coisas –, a maneira distinta com que se afirmou orientar este gesto não é verificada prontamente na análise empírica¹⁰⁴. O que prevalece é o desencontro com os princípios teóricos e certo esmorecimento da estrutura PMEST, elementos estes que tornam o gesto dos classificacionistas e classificadores semelhante.

¹⁰⁴ Apesar da presença de algumas peculiaridades no gesto de cada grupo e de diferenças nas afirmações fornecidas sobre a categorização

A partir desses apontamentos sobre o gesto categorial dos sujeitos, visualiza-se oportuno dissertar sobre os princípios categoriais de Ranganathan e as diferentes abordagens de categorização estudadas, elementos estes abordados no tópico que segue.

7.4 RANGANATHAN E AS DIFERENTES ABORDAGENS CATEGORIAIS

Por todo o exposto, crê-se que os princípios categoriais de Ranganathan, corporificando o título que nomeia este trabalho, transitem entre a abordagem clássica e a abordagem cognitiva contemporânea de categorização. Afirma-se isso com fundamentos tanto no levantamento teórico quanto no percurso empírico desenvolvido, conforme as evidências que a seguir são descritas.

7.4.1 Relação com a teoria clássica

Regressando ao problema inicial, sobre o que realmente subjaz aos princípios categoriais de Ranganathan, acredita-se que há linhas de pensamento congruentes entre seus escritos e os escritos de Aristóteles. A literatura consultada ratifica essa derivação, sobretudo quanto à estrutura PMEST, a qual, pelo que se viu, retoma os fundamentos das categorias do estagirita, cabendo, no entanto, alguns esclarecimentos sobre essa derivação.

Aristóteles é tido por parcela dos estudiosos como o filósofo realista, aquele que compreende o ser na condição de ser que existe, daí a noção de substância como algo primeiro na estruturação ontológica das coisas. Já Ranganathan constrói suas categorias em direção oposta, apesar de se valer das categorias aristotélicas, tudo aquilo que não é, é personalidade, ou seja, apesar de ser constituinte do conteúdo dos registros do conhecimento (recordando que estes são os seres que Ranganathan retrata, não são categorias ontológicas), a personalidade adquire um papel de maior complexidade no reconhecimento destes. O método de resíduos representa a importância e o caráter infável que norteiam o que consiste a personalidade para a BCI.

No delineamento da personalidade, assiste-se à sua ambiguidade quanto aos limites com relação a outras categorias, sobretudo a matéria e a energia. Não se pode precisar ao certo o que distingue a personalidade da matéria em Ranganathan. Se a personalidade for observada em comparação com a substância aristotélica, essa dúvida se instaura na própria configuração da última, que, como afirmado, é composta por uma matéria de ordem metafísica e por uma

forma de cunho ontológico. Acredita-se que tanto a matéria quanto a forma aristotélica reflitam no que seja a personalidade, já que os limites entre esta e a matéria (em Ranganathan) se mostraram confusos tanto teórica quanto empiricamente.

Aliado a isso, Ranganathan propôs um plano ideacional que foge ao realismo aristotélico, em parte, pois implica que há um nível de existência das coisas que antecede aquilo que forma explicitamente o plano verbal. O plano ideacional mais se aproxima das noções idealistas de Platão do que da verdade ontológica que Aristóteles busca retratar. Com isso, não se afirma um dualismo entre Platão e Aristóteles, uma vez que o estagirita foi discípulo do primeiro, mas sabe-se que os estudos de Aristóteles adquiriram maturidade e desenho próprios que ora se distanciam dos de Platão.

E é desse plano anterior, desse plano que antecede todos os outros, que as categorias fundamentais de Ranganathan emergem. São elas um modelo de mundo que Ranganathan cria para reproduzir o universo documental, e que, apesar de este estudioso afirmar que poderiam existir outras categorias sem ser as cinco, mas que quem as propusesse deveria ter o respaldo da pesquisa na literatura, elas refletem um modelo de mundo imposto por ele. Representam uma noção ideacional de quem as propõe e, por mais que se façam válidas e notórias na teoria da classificação na BCI, são construtos de um universo ideal, já que, como observado, até categorias menos complexas, como o lugar, tendem a apresentar algum tipo de subjetividade.

Com relação ao gesto categorial dos sujeitos, pode-se afirmar que a derivação observada teoricamente entre a estrutura PMEST e as categorias de Aristóteles sofra no gesto empírico um enfraquecimento considerável. Os indícios cognitivos dos sujeitos revelam que antes dos elementos constitutivos da teoria clássica apontados por Jacob (2004) existe uma relação mais próxima do contexto (tanto o dependente como o independente) na prática categorial do PMEST. Dessa forma, pode-se afirmar que o embasamento lógico-cognitivo representado pela estrutura PMEST não se corporifica somente pelos indícios da teoria clássica, mas também pela abordagem cognitiva contemporânea, conforme se descreve a seguir.

7.4.2 Relação com a abordagem cognitiva contemporânea

Os princípios de Ranganathan, que em tanto coincidem com a teoria clássica de categorias, por vezes demonstram se distanciar dela. Ainda no plano teórico, esses princípios usufruem

de uma dinamicidade que não pode ser delineada apenas como uma proposta classificatória rígida, estando além, permitindo uma visão flexível do universo em expansão dos registros do conhecimento.

Portanto, não se pode afirmar que Ranganathan tenha partido somente de indícios da teoria clássica. Avançado para sua época, Ranganathan valeu-se também de indícios do que mais adiante viria a se configurar a abordagem cognitiva contemporânea de categorização. Esses indícios podem ser visualizados em alguns elementos dos estudos de Ranganathan, a saber:

1) Na própria configuração da estrutura PMEST, em que se assiste à sobreposição de categorias – como na personalidade, matéria, energia e mesmo no lugar – em especial, quando manifestadas pelas facetas em determinado domínio do conhecimento (conforme se assistiu no TFCPB);

2) Mediante a observação do percurso empírico seguido, pois, no gesto categorial dos sujeitos, a percepção das categorias se dá, por vezes, de maneira bastante suspensa, o que, como mencionado, vai de encontro à postura clássica. Obviamente, a estrutura ranganathiana não é tão maleável quanto a abordagem cognitiva contemporânea de categorização que se associa sobremaneira aos processos mentais, mas ao permitir a análise dos objetos a partir de vários aspectos aliada a noção de um universo crescente de conhecimentos, remete ao entendimento da semelhança e das noções contextuais existentes na abordagem contemporânea de categorização.

O que se pode afirmar é que, olhando-se a categorização na BCI como um gesto sociocognitivo e via Ranganathan, ela se delinea como um conjunto de princípios de estrutura sistemática, dependente do contexto, que possui base conceitual, o que indica interlocuções entre a perspectiva clássica e a abordagem contemporânea de categorização.

7.4.3 Interlocuções entre as abordagens categoriais e os princípios da BCI

Conforme visualizado no gesto categorial dos sujeitos da BCI pautado em Ranganathan, ocorre a miscigenação de indícios cognitivos da teoria clássica e da abordagem cognitiva contemporânea de categorização. Longe de indicar o demérito de quaisquer dessas abordagens, isso resgata o entendimento de que o pensamento humano é bastante complexo e que esta complexidade vem a se reproduzir em IRI.

Um IRI é um produto social em que sujeitos inscritos em várias arenas sociocognitivas interagem. Dessa forma, as diferentes perspectivas de categorização tendem a adequar-se a cada tipo de análise conceitual, uma vez que, conforme o delineamento dos conceitos, há o requerimento de um processamento mental de base flexível ou um ordenamento mais sistemático.

Para a categorização na BCI, a reflexão sobre as abordagens categoriais deixa o entendimento de que, ao se propor um instrumento de organização dos registros do conhecimento, deve-se sempre avaliar o propósito para o qual ele é estruturado e considerar as noções tanto dependentes como independentes dos conceitos, conforme os escritos de Barsalou (1987).

Isso porque, em uma mesma área do conhecimento, existem objetos com comportamentos conceituais distintos, próprios da constituição que exercem no mundo e do processamento cognitivo a eles associado. Não se pode prescrever uma fórmula mágica que se adapte a tudo o que se analisa, mas tão somente propor uma organização categorial que atenda aos requisitos idiossincráticos daquilo que se analisa.

Sob esta ótica, as diferentes perspectivas categoriais revelam um caminho profícuo para a categorização na BCI, em especial, a abordagem cognitiva contemporânea, expresso pelos seguintes fatores: a) a ênfase no conceito como fundamento dos registros do conhecimento; b) a identificação das noções dependentes e independentes do contexto como forma de caracterizar o tipo de conceito a ser representado e as mudanças que este pode sofrer na área em enfoque; c) a consideração da tipicidade na organização dos registros do conhecimento como um elemento que agrega valor nos IRI e no acordo cognitivo entre o indivíduo e o sistema citado por Jacob (2004); d) e o entendimento de que determinadas categorias tendem a possuir uma configuração mais flexível, fator este que não limita o potencial organizacional destas, e, sim, as torna de mais fácil compreensão pelos usuários do sistema.

Para finalizar este capítulo, disserta-se um pouco sobre a visão que os classificacionistas e os classificadores possuem de Aristóteles na BCI no intuito de se verificar como o estagirita é formalmente visualizado pelos profissionais da área, já que, em âmbito histórico, conforme se expressou, possui grande relevância.

7.5 O ESTUDO DE ARISTÓTELES NA BCI

Ao longo do trabalho, apresentou-se e afirmou-se a importância dos estudos de Aristóteles para a BCI, em especial, para as classificações bibliográficas. Ao se descrever a teoria clássica de categorização, procurou-se demonstrar como suas proposições estão intrinsecamente relacionadas a um importante período da organização dos registros do conhecimento na BCI. Além disso, o próprio pressuposto da derivação das categorias fundamentais de Ranganathan daquelas de Aristóteles expresso por numerosos autores da BCI indica a relevância e a intercessão dos estudos do estagirita na arena teórica da área.

No entanto, um questionamento se faz premente: *Aristóteles está formalmente inscrito nos estudos categoriais dos profissionais da BCI?* Com esta indagação, pretende-se identificar como se dá a inserção de Aristóteles no âmbito teórico da BCI, já que Ranganathan é habitualmente estudado.

Dessa forma, na entrevista semiestruturada, foi perguntado aos sujeitos se eles estudaram as categorias propostas pelo filósofo Aristóteles e, em caso afirmativo, solicitou-se que relatassem um pouco sobre as mesmas. Tanto no Grupo 1 quanto no Grupo 2, a resposta prevalente é que as categorias de Aristóteles não foram estudadas, ou, se o foram, isto ocorreu de maneira superficial, de modo que os sujeitos sequer se lembravam do que elas abordam. Uma resposta profunda foi dada por CF1, que pode ser associada à sua maturidade acadêmica, a saber:

CF1: *_ Aristóteles vem sendo colocado em algumas, algumas vertentes da filosofia, dizem que Aristóteles é realista outra vertente diz que é idealista. É uma confusão danada. Mas vamos partir do pressuposto de que ele seja realista. Então o que é uma postura realista, né? Uma linha de pensamento realista? É quando eu parto dos fenômenos que existem nessa dada realidade. Não é isso. Então porque que Aristóteles, a primeira coisa em Aristóteles é a substância. Por que é o que ele vê de concreto, é o que de concreto existe, é o ente desse mundo. É dali que ele parte e depois vai falar de todos os acidentes que vão ocorrer, não é isso?*

Já os demais sujeitos do Grupo 1 esclarecem o desconhecimento ou a necessidade de se adentrar mais pelos escritos de Aristóteles:

CF2: *_ Eu não lembro de ter estudado em teoria da classificação, Ranganathan eu lembro, até porque o nome é diferente, mas Aristóteles eu não lembro.*

CF3: *_ Muito rapidamente (...). A gente olhou éee muito rapidamente, eu até tenho bastante textos sobre isso que eu preciso retomar né, e depois também o trabalho da Dahlberg e do CRG que eu quero olhar porque tem uma correspondência e eu preciso entrar mais nisso (...).*

A fala de CF3 é interessante, pois ele associa Aristóteles a outros estudos da BCI como Dahlberg e o CRG (já mencionados neste trabalho). Isso faz crer da consciência do sujeito quanto a uma possível derivação dos estudos pós-Ranganathan e dos princípios categoriais de Aristóteles.

Os sujeitos do Grupo 2 – Classificadores não se recordam de como se deu o estudo de Aristóteles, apesar de dois deles terem se lembrado que este estudo ocorreu:

CD1: *_ Eu estudei, mas não me lembro de ter estudado isso a fundo não. Eu acho que foi uma coisa, assim, falou que existia, mas não cheguei a estudá-las a fundo e sinceramente nem me lembro quais são.*

CD2: *_ Sim, mas eu não me lembro, ele fala acho que deee, eu não lembro, mas eu estudei. Se eu lembrasse algumas coisinhas, assim, eu podia até lembrar, masss ele fala muito de como ele categorizou o conhecimento, seria isso, né? Eu lembro que tem, mas não sei quais são porque você estuda vários.*

CD3: *_ Não, não lembro.*

Apreende-se disso, tanto no Grupo 1 quanto no Grupo 2, que os princípios categoriais de Aristóteles são vistos na BCI, de maneira geral, bastante superficiais, salvo por aqueles que se dedicam à pós-graduação. Isso já era esperado, pois o estudo de Aristóteles está, em especial, relacionado à epistemologia da organização dos registros do conhecimento e não ao seu emprego empírico.

Pode-se atribuir parcialmente a isso o abandono dos estudos sobre a categorização, como mencionado na introdução deste trabalho, em referência ao professor Guido Barite (1998), uma vez que a estrutura categorial de maior relevância no Ocidente não é vista com clareza pelos profissionais da área, e nos estudos da graduação a tendência é que esta estrutura categorial venha a se esvaír.

Acredita-se que, pela importância dos escritos de Aristóteles e pela relação das categorias de Ranganathan com estes, o estudo, ainda que introdutório, do estagirita na graduação de biblioteconomia possa auxiliar na compreensão histórica da categorização e na sua evolução. No requerimento da já mencionada filosofia própria da organização dos registros do conhecimento na BCI, o estudo de clássicos como Aristóteles e a percepção destes clássicos no delineamento da área tendem a fornecer releituras e a auxiliar na compreensão de práticas categoriais que se exercem na contemporaneidade.

Exposta esta análise, são feitas algumas reflexões finais sobre a categorização na BCI oriundas tanto do percurso teórico seguido quanto da abordagem empírica empreendida.

8 REFLEXÕES FINAIS SOBRE A CATEGORIZAÇÃO

A porta da verdade estava aberta,
Mas só deixava passar
Meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
Porque a meia pessoa que entrava
Só trazia o perfil de meia verdade,
E a sua segunda metade
Voltava igualmente com meios perfis
E os meios perfis não coincidiam verdade...

Arrebentaram a porta.
Derrubaram a porta,
Chegaram ao lugar luminoso
Onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
Diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual
a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela
E carecia optar.
Cada um optou conforme
Seu capricho, sua ilusão, sua miopia.¹⁰⁵

¹⁰⁵ ANDRADE, C. D. *A verdade*. Disponível em:
<<http://www.memoriaviva.com.br/drummond/poema072.htm>>. Acesso em: 28 de set. 2010.

Os apontamentos a seguir elencados foram realizados na perspectiva do poema de Drummond – de que há sempre meia verdade... Assim, mediante a miopia da autora sobre a categorização, minimizada pelo percurso seguido, mas ainda assim existente, são apresentadas algumas reflexões sobre a temática, não vistas como conclusivas, e sim como relevantes neste momento.

A categorização na BCI, sobremaneira os princípios categoriais de Ranganathan, constituíram a temática central dissertada ao longo do trabalho. Buscou-se, mediante a pesquisa exploratória, resgatar elementos essenciais ao tema e aliar o embate teórico ao percurso empírico percorrido.

Neste percurso, várias foram as percepções que se fizeram relevantes, dentre as quais podem ser citadas: a compreensão do que sejam as categorias e facetas e a ambiguidade nos quesitos terminológicos e conceituais, entre a categorização e a classificação.

Sobre a compreensão do que sejam as categorias (tanto teórica quanto empiricamente) e a relação com o que Ranganathan designa como facetas há uma espécie de dialética entre estas como noções amplas dos conceitos e também como instrumentos de análise. Isso porque, no primeiro caso, relacionam-se à noção de generalidade, em que se instauram como grandes classes. Em verdade, o que se pode afirmar é que, na BCI, as categorias usufruem de ambos os papéis, mas que seu entendimento como a forma de se olhar algo é imperativo para a consolidação das metodologias da área. A perspectiva de generalidade constitui-se como o resultado da aplicação da forma de se compreender determinado domínio, sendo uma (a generalidade) o produto da outra (análise).

Sob esta última perspectiva, o entendimento das categorias está intimamente relacionado à compreensão que se tem das facetas, uma vez que estas últimas correspondem à aplicação da estrutura categorial em um universo do conhecimento, sendo vistas como as 15 categorias principais do TFCPB, isto é, as 15 facetas estudadas.

Assistiu-se ainda a ambiguidade nos quesitos terminológicos e conceituais entre a categorização e a classificação. Comunga-se do entendimento de que ambas as ações correspondem a formas diferentes de realizar um mesmo processo – a organização dos objetos no mundo – e que suas diferenças se situam, especialmente, no que Jacob (2004) designa como a ‘ordem que se pretende estabelecer’.

A ordem que se pretende estabelecer corresponde à noção lógico-categorial proporcionada pela categorização e pela classificação que difere em seus princípios. A classificação, na BCI, é associada à teoria clássica de categorias e a categorização relaciona-se à abordagem cognitiva contemporânea de categorização. Esclarece-se que são propostas com amparo cognitivo, já que implicam na forma como os indivíduos categorizam o universo à sua volta, mas a primeira, de origens longínquas, parte de uma base mais rígida, enquanto a segunda tem o amparo na flexibilidade e em limites confusos entre os conceitos.

Inicialmente, foram apresentados como problemática de pesquisa os seguintes questionamentos: *o que está subjacente aos princípios categoriais propostos por Ranganathan, o que os presidem? De qual embasamento lógico-cognitivo este bibliotecário se valeu ao elaborar a estrutura PMEST?* Desta maneira, foi indicado como pressuposto elucidativo a crença de que na BCI predomina o modelo categorial de Ranganathan e de que há indícios de que este modelo tenha se embasado nos escritos de Aristóteles e, que, além disso, nas diferentes instâncias de categorização exercidas pelos profissionais, os gestos categoriais ocorrem de maneira distinta.

Quanto ao predomínio dos princípios categoriais de Ranganathan na BCI, acredita-se que eles remetam a um reposicionamento epistemológico na organização dos registros do conhecimento na área. Contudo, resgata-se a noção sobre os princípios expostos no capítulo 2 deste trabalho: as noções categoriais de Ranganathan são salientes na BCI, mas não podem ser visualizadas como um paradigma único e prevalente no quesito temporal.

Certo é a virada na teoria classificatória que os princípios de Ranganathan trouxeram, mas, condizente com isso, tem-se a continuidade dos estudos sobre essa temática, inclusive em desencontro com aqueles que este bibliotecário propôs. Isto se torna perceptível, por exemplo, na fala de alguns sujeitos na entrevista semiestruturada.

Ao se dissertar sobre a derivação dos princípios categoriais de Ranganathan daqueles de Aristóteles, deve-se recordar a similitude percebida entre estes princípios na análise teórica realizada, em especial, quanto à estrutura PMEST e às categorias fundamentais do estagirita. Ainda que o propósito de criação destas propostas categoriais seja distinto, já que Aristóteles trabalhou com os seres e Ranganathan com os registros do conhecimento, a percepção do que constitui a estrutura ranganathiana é visivelmente inspirada nas categorias aristotélicas.

Quanto à categoria personalidade, observa-se associação com a substância na concepção formativa e na relevância que lhes são dadas, apesar de nos quesitos metodológicos assistir-se a uma oposição entre o que cada uma delas constitua. A personalidade é descoberta pelo método de resíduos – tudo o que não é, é personalidade, já a substância segue o caminho inverso: é o ser por si, *a priori*, a essência.

Já o pressuposto de que nas diferentes instâncias de categorização exercidas pelos profissionais os gestos categoriais ocorram de maneira distinta merece alguns esclarecimentos.

A princípio, resgata-se que se objetivou investigar a possível relação entre a teoria clássica aristotélica e os princípios categoriais de Ranganathan, observando-se a categorização como um processo cognitivo¹⁰⁶.

Aliado a isto, tem-se a análise do gesto categorial na BCI realizado sob o amparo dos princípios de Ranganathan. Neste, observa-se um estranhamento dos sujeitos na aplicação da estrutura PMEST. Tem-se, assim, o entendimento de que este estranhamento se deve à própria distância das teorias com o exercício profissional dos sujeitos, já que não se vale da estrutura PMEST explicitamente na realização das tarefas da BCI – salvo a elaboração dos IRI. O que se tem são indícios da estrutura PMEST, como demonstrado na análise dos dados, que norteiam o gesto categorial dos sujeitos de forma inconsciente, ou, se consciente, de maneira bastante sutil.

Dessa forma, pode-se afirmar que o gesto categorial nas diferentes instâncias da BCI – os classificacionistas e os classificadores – aplicado ao universo estudado, se estrutura de maneira bastante próxima no que tange a certo enfraquecimento na apropriação da estrutura PMEST que realizam.

Além disso, no quesito dos indícios cognitivos observados no protocolo verbal, pode-se afirmar que o gesto categorial dos classificacionistas e dos classificadores mescla, de maneira geral, elementos de categorização da teoria clássica e da abordagem cognitiva contemporânea.

¹⁰⁶ Ressalta-se que toda categorização corresponde a um fenômeno cognitivo, já que implica ordenação do universo ao redor e, mesmo interno, sob uma perspectiva sociocognitiva em que interagem mente, corpo, intelecto e ambiente (o contexto e outros indivíduos). Sob este olhar, a abordagem sociocognitiva aqui proposta necessita para sua efetivação de mecanismos voltados ao olhar sociológico dos sujeitos, estes não totalmente contemplados nesta pesquisa.

Nos indícios referentes ao processo, observou-se prevalecer uma estrutura sistemática e confortável à categorização, o *external cognitive scaffolding* mencionado por Jacob (2004), que auxilia na compreensão da estrutura e na disposição dos conceitos nas categorias. Já os indícios relacionados aos limites existentes entre as categorias e a aderência dos conceitos nestas mesmas categorias, que obviamente se refletem no processo e na estrutura da ordem lógico-categorial utilizada, são mais flexíveis, abrangem zonas de entrecruzamento, de convergência dos conceitos. Isso implica que, para se estabelecer uma ordem lógico-categorial seja necessário precisar o que se considera – estabelecer um contexto dependente, mas que, conforme o nível de complexidade das categorias, esse contexto se manifesta de maneira mais fluida.

O gesto categorial do classificacionista e do classificador na BCI, por todo o exposto, auxilia no entendimento do acordo cognitivo existente entre os usuários de um SRI, como Jacob (2004) assevera, remetendo a noção de que este acordo não se dê por elementos teóricos consolidados ou pela prevalência de determinada abordagem categorial. Percebeu-se que este gesto se modela, em especial, pela noção contexto dependente e independente, pelo entendimento que se tem da definição e, ainda, pelo que se visualizou como o acordo ontológico de um objeto no mundo, ficando a estrutura PMEST relegada a um plano teórico.

Dessa forma, crê-se que os indícios cognitivos presentes nos princípios categoriais de Ranganathan transitem entre a teoria clássica e a abordagem cognitiva contemporânea, de forma que se miscigenam conforme o tipo de faceta que as categorias retratam.

7.1 DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa realizada evoca várias questões como continuidade dos estudos sobre a categorização. Dentre estas, destaca-se a necessidade de se aprofundar nas apropriações filosóficas presentes nos princípios categoriais de Ranganathan, já que a extensão da obra deste estudioso provoca uma análise mais profunda e detalhada. Além disso, o enfoque dado neste trabalho não abordou as propostas categoriais em ambientes digitais, carência esta que se faz como um importante complemento da pesquisa, dada a sua relevância na contemporaneidade.

Menciona-se a possibilidade de estender esta análise, enfocando-se o perfil sociológico dos sujeitos que categorizam na BCI: *quais os interesses de estudo desses sujeitos? Quais leituras*

realizam? Como interagem com o universo informativo ao seu redor? Também relacionado a estes sujeitos, acredita-se que um estudo que busque emergir na forma como tem sido retratado o ensino de categorização na configuração curricular do curso de biblioteconomia possa trazer apontamentos relevantes ao dimensionamento dessa prática na área.

Finaliza-se este estudo com a expectativa de que a ‘meia verdade’ aqui expressa tenha auxiliado na retomada dos princípios categoriais na BCI e com a certeza de que estes mesmos princípios são fundamentais à proposição e à consolidação de uma filosofia própria da organização dos registros do conhecimento na área.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ALVARENGA, L. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v. 2, n. 6, dez. 2001a. Disponível em: <http://dgz.org.br/dez01/Art_05.htm>. Acesso em: 14 mar. 2009.
- ALVARENGA, L. *Bases teóricas do processo classificatório: saber, ciência, teoria*. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2001b. Apresentação em PowerPoint. 35 slides.
- ALVARENGA, L. Organização da informação em bibliotecas digitais. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. Cap. 6, p. 76-98.
- APOLINÁRIO, F. Introdução à análise qualitativa dos dados. In: _____. *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Cengage Learning, 2009. Cap. 14, p. 159-168.
- ARANALDE, M. M. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 38, n. 1, p. 86-108, jan./abr. 2009.
- ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos teóricos da classificação. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 117-140, 2006.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*: ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2001. v. I: ensaio introdutório.
- ARISTÓTELES. *Órganon*: categorias, da interpretação, analíticos anteriores, analíticos posteriores, tópicos, refutações sofisticas. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2005. (Série Clássicos EDIPRO).
- ARISTÓTELES. *Tratados de lógica (Órganon) I*. Categorias, tópicos, sobre las refutaciones sofisticas. Introducciones, traducciones y notas de Miguel Candel Sanmartín. Madrid: Gredos, 1982. (Biblioteca Clásica Gredos; 51).
- ARTÊNCIO, L. M. *Princípios de categorização nas linguagens documentárias*. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- BARSALOU, L. W. Context-independent and context-dependent information in concepts. *Memory & Cognition*, v. 10, n. 1, p. 82-93, 1982.
- BARSALOU, L. W. The instability of graded structure: implications for the nature of concepts. In: NEISSER, U. (Ed.). *Concepts and conceptual development: ecological and intellectual factors in categorization*. London: Cambridge University Press, 1987. cap. 5, p. 101-140.

BATISTA, G. H. R. Redes de conceitos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 12-17, jan./jun. 2004.

CABRAL, Á.; NICK, E. *Dicionário técnico de psicologia*. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAMPOS, M. L. de A. *A organização de unidades do conhecimento em hiperdocumentos: o modelo conceitual como um espaço comunicacional para a realização de autoria*. 2001b. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001a.

CAMPOS, M. L. de A. *Linguagens documentárias: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2001b.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, M. C. et al. Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 17- 22 jul. 2005, Curitiba. [Anais]. Curitiba: [s.n.], 2005. 1 CD-ROM.

COHEN, H.; LEFEBVRE, C. (Ed.). *Handbook of categorization in cognitive science*. Amsterdam: Elsevier, 2005.

COSTA, A. F. da. Classificações sociais. *Leitura*, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out. 1997/ abr. 1998.

CURRAS, E. *Tesouros: linguagens terminológicas*. Brasília: 1995.

DAHLBERG, I. Conceptual definitions for Interconcept. *International Classification*, v. 8, n. 1, p. 16-22, 1981.

DAHLBERG, I. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978a.

DAHLBERG, I. Knowledge organization and terminology: philosophical and linguistic bases. *International Classification*, v. 19, n. 2, p. 65-71, 1992.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978b.

DIAS, E. W. Organização do conhecimento no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (Org.). *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. p. 62-75.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. *Análise de assunto: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2007.

DICIONÁRIO de psicologia Dorsch. Editado por Friedrich Dorsch, Hartmut Hacker, Kurt-Hermann Stapf; tradução Emmanuel Carneiro Leão e equipe. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DODEBEI, V. L. D. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002.

- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- DUPUY, J.-P. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
- ERICSSON, K. A.; SIMON, H. *Protocol analysis: verbal reports as data*. Cambridge: The MIT Press, 1993.
- EYSENCK, M. W.; KEANE, M. T. *Manual de psicologia cognitiva*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FONSECA, E. N. da. *Apogeu e declínio das classificações bibliográficas*. Palestra proferida durante a Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, set. 1976. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/nery/index.htm>>. Acesso em: 20 set. 2009.
- FOSKETT, A. C. *A abordagem temática da informação*. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. Univ. Brasília, 1973.
- FUJITA, M. S. A estrutura de categorias do tesouro: modelos de elaboração. *Cadernos da F.F.C.*, v. 7, n.1/2, p. 107-120, 1998.
- FUJITA, M. S.; CERVANTES, B. M. N. A abordagem cognitiva do protocolo verbal na confirmação de termos para a construção de linguagem documentária em inteligência cognitiva. In: VALENTIN, M. L. P. *Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação*. São Paulo: Polis, 2005. (Coleção palavra-chave, 16).
- GARCÍA MARCO, F. J.; ESTEBAN NAVARRO, M. A. On some contributions of the cognitive sciences and epistemology to a theory of classification. *Knowledge Organization*, v. 20, n. 3, p. 126-132, 1993.
- GARCÍA MORENTE, M. *Fundamentos de filosofia I: lições preliminares*. 3. ed. Tradução e prólogo de Guillermo de la Cruz Coronado. São Paulo: Mestre Jou, 1967. Lição VII: O realismo aristotélico, p. 91-101; Lição VIII: A metafísica realista, p. 103-113.
- GARDNER, H. *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*. Tradução Cláudia Malbergier Caon. São Paulo: Edusp, 2003. (Ponta; 9).
- GOMES, H. E. *Classificação, tesouro e terminologia: fundamentos comuns*. Disponível em: <http://www.guilhermo.com/ai_biblioteca/referencialink.asp?referencia=25>. Disponível em: 04 jan. 2010. Palestra preparada para as Tertúlias do Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO, apresentada em julho de 1996.
- GOMES, H. E. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 60-88, jan./dez. 2009.
- GOMES, H. E.; MOTTA, D. F. da; CAMPOS, M. L. A. *Revisitando Ranganathan: a classificação na rede*. Rio de Janeiro, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/revisitando/revisitando.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2009.
- GONZALEZ DE GÓMEZ, M. N. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, v. 2, n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009.

GONZALEZ DE GÓMEZ, M. N. Informação e conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 13, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1984.

GROLIER, E. de. *A study of general categories applicable to classification and coding in documentation*. Paris: Unesco, 1962.

GUIDO BARITE, M. *Diccionario de Organización y representación del conocimiento: clasificación, indización y terminología*. Versión 2000. Disponível em: <<http://www.eubca.edu.uy/diccionario/>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

GUIDO BARITE, M. Las categorías: aportes para una revisión conceptual y metodológica. *Cadernos da F.F.C.*, v. 7, n.1/2, p. 77-96, 1998.

GUIDO BARITE, M. The notion of “category”: its implications in subject analysis and in the construction and evaluation of indexing languages. *Knowledge Organization*, v. 27, n. 1-2, p. 4-11, 2000.

GUINCHAT, C.; MENO, M. As linguagens documentais. In: _____. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação*. Brasília: IBICT, 1994. p. 133-163.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. *Journal of American Society for Information Science and Technology*, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2. reimp. com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

JACOB, E. K. Classification and categorization: a difference that makes a difference. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p.515-540, Winter 2004.

JACOB, E. K.; ALBRECHTSEN, H. When essence becomes function: post-structuralist implications for an ecological theory of organizational classification systems. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON RESEARCH IN INFORMATION NEEDS, SEEKING AND USE IN DIFFERENT CONTEXTS WILSON, 2., 1998, Sheffield. *Proceedings...* London, Taylor Graham, 1999.

KAULA, P. N. Repensando os conceitos no estudo da classificação = Rethinking on the concepts in the study of classification. *Herald of Library Science*, v. 23, n. 2, p. 30-44, Jan./Apr. 1984. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitl/kaula/index.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2010.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Tradução de Fátima Sá Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANCASTER, F. W.; WARNER, A. J. Some basics of information retrieval. In: _____. *Information retrieval today*. Arlington, VA, USA: Information Resources Press, 1993. Cap. 1, p. 1-19.

LARA, M. L. G. de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004.

LARA, M. L. G. de. Informação, informatividade e Lingüística Documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação*, v. 9, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/dez08/Art_01.htm>. Acesso em: 14 mar. 2009.

LARA, M. L. G. de. *Representação documentária: em jogo a significação*. 1993. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Adaptação da obra: Lana Mara Siman. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Porto Alegre: Artmed, 1999.

LE COADIC, Y. *A ciência da informação*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LIMA, G. A. B. de O. Categorização como processo cognitivo. *Ciência e Cognição*, v. 11, p. 156-167, 2007. Disponível em: <www.cienciaecognicao.org.br>. Acesso em: 21 nov. 2008.

LIMA, G. A. B. de O. *Mapa hipertextual (MHTX): um modelo para organização hipertextual de documentos*. 2004. 204 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.gercinalima.com/mhtx/pages/prototipo-btdeci/teses/lima-gabo/folha-de-rosto.php>>. Acesso em: 1º ago. 2009.

LIMA, G. A. B. de. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 77-87, jan./abr. 2003.

LUCAS, C. R. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2000.

MACHADO, E. M. R. *Lendo e compreendendo: uma experiência com a 5ª série*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada na área de Ensino-Aprendizagem de Língua Materna) – Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

MANIS, M. Formação de conceitos. In: _____. *Processos cognitivos*. Tradução de Olgiard Ligeza-Staminowski. São Paulo: Heider, 1973.

MEY, M. de. *The cognitive paradigm: an integrated understanding of scientific development*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2004. tomos I, III.

MOSS, R. Categories and relations: origins of two classification theories. *American Documentation*, p. 296-301, Oct. 1964.

NARDI, M. I. A. *As expressões metafóricas na compreensão de texto escrito em língua estrangeira*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Linguística Aplicada do Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

NAVES, M. M. L. A importância de Ranganathan para a organização do conhecimento. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (Org.). *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. p. 36-45.

NAVES, M. M. L. *Fatores interferentes no processo de análise de assunto: estudo de caso de indexadores*. 2000. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2000.

NEVES, D. A. de B. *Aspectos metacognitivos na leitura do indexador*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2004.

NEVEU, F. *Dicionário de ciências da linguagem*. Traduzido por Albertina Cunha, José Antônio Nunes. Petrópolis: Vozes, 2008.

NONATO, R. dos S. *Teoria do conceito e hipertextos: uma proposta para determinação de relacionamentos em links conceituais*. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 20 jun. 2008.

PIEIDADE, M. A. Requião. *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINHEIRO, E. G.; SILVA, A. K. A. da. Uma relação dialógica entre conceitos nas ciências cognitivas e na ciência da informação. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 240-257, dez. 2009.

PINTO, A. da C. *Categorização de itens verbais: medidas de frequência de produção de tipicidade*. Porto: Relato técnico de Centro de Psicologia Cognitiva da FPCE da UP, 1992. Não paginado.

RADAMÉS LINARES. La presencia cognitiva en ciencia de la información y su entorno. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 33-37, jan./abr. 2004.

RANGANATHAN, S. R. *Elements of library classification*. 3. ed. Bombay: Asia Publishing House, 1962.

RANGANATHAN, S. R. Facet analysis: fundamental categories. In: CHAN, Lois Mai; RICHMOND, Phyllis A.; SVENONIUS, Elaine. *Theory of subject analysis*. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1985. p. 87-93.

RANGANATHAN, S. R. *Prolegomena to library classification*. 3. ed. London: 1967.

ROSCH, E.; MERVIS, C. B. Family resemblances: studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology*, v. 7, n. 4, p. 573-605, Oct. 1975.

ROZADOS, H. B. F. A ciência da informação em sua aproximação com as ciências cognitivas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2003.

SALDANHA, G. S. Thomas Kuhn na epistemologia da ciência da informação: uma reflexão crítica. *Informação & Informação*, Londrina, v. 13, n. 2, p. 56-78, jul. /dez. 2008.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEPÚLVEDA, F. A. M. *A gênese do pensar de Ranganathan: um olhar sobre as culturas que o influenciaram*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 1996.

SHERA, J. H.; EGAN, M. *Catálogo sistemático: princípios básicos e utilização*. Tradução de Maria Neile Teles Landau. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1969.

SHERA, J. *Padrão, estrutura e conceitualização na classificação para recuperação da informação*. Tradução de Hagar Espanha Gomes. Título original: *Pattern, structure and conceptualization in classification*. Publicado originalmente em: *Proceedings of the International Study Conference on Classification for Information Retrieval*, Beatrice Webb House, Dorking, England, 13th-17th May 1957. London: ASLIB, 1957. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/biti/shera/index.htm#nota1>>. Acesso em: 02. ago. 2009.

SMITH, E. E.; MEDIN, D. L. *Categories and concepts*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981. (Cognitive Science Series; 4).

SOUZA, F. das C. de. *Organização do conhecimento na sociedade*. Florianópolis: UFSC – Núcleo de Publicações, 1998. (Coleção Cadernos CED; 1).

TARGINO, M. das G. A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. *Revista Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 5, n. 1, p.12-17, jan./dez. 1995.

TEIXEIRA, J. de F. *Mentes e máquinas: uma introdução à ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/apresentacao.html>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

VALENTIM, M. *Métodos de pesquisa: protocolo verbal*. Marília, SP: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2008. Apresentação em PowerPoint. 19 slides.

VAN DIJK, T. A. Contexto e cognição. In: _____. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 74-98. (Caminhos da linguística).

VICKERY, B. C. *Classificação e indexação nas ciências*. Tradução de Maria Christina Girão Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART, 1980.

GLOSSÁRIO

As definições apresentadas a seguir indicam possíveis interpretações para temas abordados ao longo do trabalho. Não devem ser visualizadas de maneira estanque, já que em alguns aspectos podem ser controversas na literatura.

A

Assunto: “Defino assunto [...] como os potenciais epistemológicos ou informativos dos documentos” (HJORLAND, 2001¹⁰⁷ apud LANCASTER, 2004, p. 10).

C

Cadeia: “É uma seqüência formada por classes e seu universo de deslocamento 1, 2, 3 etc. até um ponto desejado (RANGANATHAN, 1967, p. 61), ou seja, são séries verticais de conceitos em que cada conceito tem uma característica a mais ou a menos, conforme a cadeia descendente ou ascendente. Por exemplo: Macieira é um tipo de Árvore Frutífera, que, por sua vez, é um tipo de Árvore. Neste exemplo, observa-se uma cadeia descendente” (CAMPOS, 2001, p. 51). *Ver também Renque.*

Cognição: “Cognição [ingl. *cognition*], termo coletivo para todos os processos ou estruturas que se relacionam com o conhecimento e o dar-se conta, como a percepção, recordação (reconhecer), representação, conceito, pensamento, mas tb. suspeição, expectativa, plano, solução [de] problemas. A imprecisão do conceito parece permitir-lhe o uso, como → construto hipotético inclusive por neobehavioristas que, por razões metodológicas, consideram imprestáveis os conceitos diferenciais de cognição. Dever-se-ia distinguir a cognição, como *processo* cognitivo, da cognição como *produto* deste processo” (DICIONÁRIO de psicologia Dorsch, 2004, p. 153).

D

Descritor: “Palavra ou expressão que representa um conceito, ou seja, o termo preferido para a indexação” (GOMES, 1984, p. 5).

F

Foco: “Os isolados, após serem agrupados em facetas são denominados focos. ‘Cada isolado no contexto de uma faceta é chamado *foco*’ (Brown)” (apud PIEDADE, 1977, p. 24, grifo no original). *Ver também Isolado.*

I

Instrumentos de recuperação da informação: correspondem a qualquer forma de organização de informação que facilite a recuperação desta. Logo, os sumários, os índices, a numeração progressiva de um documento, os catálogos de bibliotecas, dentro outros, são considerados instrumentos de recuperação da informação. Neste

¹⁰⁷ HJORLAND, B. Toward a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content... and relevance. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, n. 52, p. 774-778, 2001.

trabalho, o termo foi utilizado referindo-se aos instrumentos formais usados na tradução, em vocabulário controlado, das atividades de tratamento da informação, sobretudo, a indexação.

Isolado: “Isolados são os vários conceitos presentes nos assuntos antes de serem reunidos em facetas” (PIEDADE, 1977, p. 23). *Ver também foco.*

L

Linguagem de indexação: 1. “Para que o tratamento possa ser realizado, outras atividades são necessárias, muitas vezes desenvolvidas fora do âmbito das bibliotecas e dos sistemas de recuperação de informação. É o caso da criação e manutenção de linguagens e códigos, como as linguagens de indexação (lista de cabeçalhos de assunto, sistema de classificação, tesouros) e os códigos de catalogação. Essas linguagens e códigos são imprescindíveis no tratamento da informação na maioria das bibliotecas/SRIs” (DIAS, 2006, p. 68). **2.** “(...) Todas as linguagens documentais, sejam elas classificações, cabeçalhos de assunto, palavras-chave, listas de descritores, tesouros, ou léxicos pertencem à mesma família, têm o mesmo objetivo e apresentam vários caracteres comuns. A linguagem documental é utilizada no momento do tratamento intelectual dos documentos, isto é, no momento das operações de entrada no subsistema de armazenamento e de pesquisa da informação e no momento das operações de saída e de difusão da informação” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 133).

M

Memória: 1. “Por vezes distingue-se entre a recordação e a memória, considerando-se a primeira como o ato de recordar ou então como aquilo que é recordado, e segunda como uma capacidade, disposição, faculdade, função, etc. A recordação é, neste caso, um processo psíquico diferente de uma realizada psíquica. (...) O exercício da memória pressupõe a retenção do facto recordado e a sua reminiscência. A causa, quer da retenção quer da reminiscência, é a lei do hábito do sistema nervoso que trabalha na associação de idéias” (MORA, 2004, tomo III, p. 259). **2.** “A possibilidade de dispor de conhecimentos passados. Por conhecimentos passados é preciso entender aqueles que já foram, de um modo qualquer, disponíveis; e não já simplesmente conhecimentos do passado. O conhecimento do passado pode ser também de formação nova: por ex., dispomos agora de informações acerca do passado de nosso planeta ou de nosso universo que não são, de modo algum lembranças. Um conhecimento passado não é também, simplesmente, uma marca, um sinal qualquer: uma marca ou um sinal são de fato algo de presente, não se passado. (...) A M. parece ser constituída por duas condições ou momentos distintos: 1º a conservação ou persistência, de uma certa forma, dos conhecimentos passados que, por serem passados, devem se ter subtraído à vista; este momento é a *retentiva*; 2º a possibilidade de evocar, na ocorrência, o conhecimento passado e de torná-lo atual ou presente: que é propriamente a lembrança. (...)” (ABBAGNANO, 1982, p. 629).

P

Percepção: [...] “Podemos distinguir três significados principais deste termo: 1º um significado muito geral pelo qual este termo designa qualquer atividade apta a conhecer em geral; 2º um significado mais restrito pelo qual ele designa o ato ou a função apta a conhecer, à qual está presente um objeto real; 3º um significado específico

ou técnico pelo qual o termo designa uma operação determinada do homem em suas relações com o ambiente. No primeiro significado a P. não se distingue do pensamento. No segundo significado, é o conhecimento empírico, isto é, imediato, certo e completo do objeto real. No terceiro significado, é a interpretação dos estímulos. Somente no âmbito deste último significado, podemos entender o que a psicologia hoje discute como o problema da percepção” (ABBAGNANO, 1982, p. 722).

R

Renque: “Renques são classes derivadas de um Universo com base em uma única característica em algum passo de divisão para estabelecer um arranjo completo na seqüência preferida (RANGANATHAN, 1967, p. 61), ou seja, são classes formadas a partir de uma única característica de divisão, formando séries horizontais. Por exemplo: macieira e parreira são elementos da classe árvore frutífera, formada pela característica de divisão – tipo de árvores frutíferas” (CAMPOS, 2001, p. 51). *Ver também Cadeia.*

Representação: Vocábulo que possui vários sentidos, nesta pesquisa, privilegia-se a acepção de representação como “(...) a apreensão de um objeto efetivamente presente. É usual identificar então a representação como a percepção. 2. A representação é a reprodução na consciência de percepções passadas; trata-se então das chamadas representações da memória ou recordações” (MORA, 2004, tomo III, p. 352).

S

Semântica: 1. “[Para a linguística] Designa, de início, a doutrina do significado das palavras, depois tb. a doutrina da significação da frase. Na linguística, distinguem-se duas correntes: a semântica histórica ou tradicional e a semântica estrutural. [...]” (DICIONÁRIO de psicologia Dorsch, 2004, p. 850). **2.** “Domínio da ciência da linguagem que tem por objeto de estudo o sentido e as interpretações das unidades significativas da língua e de sua combinação no discurso. [...]” (NEVEU, 2008, p. 267).

Sistemas de recuperação da informação: “(...) são instrumentos existentes em coleções para localizar de forma mais precisa as informações existentes em coleções de publicações (por exemplo, no conjunto de periódicos de determinada área do conhecimento), inclusive nas coleções das bibliotecas. (...). Independentemente das características ambientais e das pessoas atendidas, encontram-se, nos diversos tipos de bibliotecas e bibliografias/sistemas de recuperação da informação, as mesmas funções básicas: a função de selecionar e adquirir os materiais de informação; de fazer o tratamento, organização e armazenagem desse material; a função de dialogar com o usuário em torno de uma consulta para melhor defini-la, entre outras funções” (DIAS, 2006, p. 64-65).

T

Termo: 1. “Do latim *terminus*, ‘aquilo que define, delimita um sentido’. Chamam-se *termos* das unidades lexicais (palavras ou grupos de palavras) que resultam de um domínio específico de conhecimentos, e que consistem o objeto de uma definição convencional numa determinada comunidade técnica ou científica [...]” (NEVEU, 2008, p. 290). **2.** Portanto, encarados distintamente do ato de denominar, podem os termos ser definidos como palavras, grupos de palavras, ou símbolos empregados para designar um significado definido ou

um conjunto de inferências (SHERA; EGAN, 1969, p. 46). **3.** “Termino. En Terminología, noción que se compone de un rótulo o etiqueta (la palabra o la expresión que lo representan), y un contenido conceptual, construído mediante la enumeración de enunciados esenciales y propios de ese concepto. // 2. En sentido amplio, el rótulo que denota a una noción, y que en determinados contextos asume otras denominaciones (por ej., descriptor en un tesauo, palabra clave en lenguaje natural)” (GUIDO BARITE, 2000, *on-line*).

APÊNDICE A - Quadro do percurso metodológico da pesquisa

Problema de pesquisa: mediante a importância dos enunciados de Ranganathan, assim como a premência de se revisitar as bases lógico-teóricas utilizadas em seus estudos, questiona-se: *o que está subjacente aos princípios categoriais propostos por Ranganathan, o que os presidem? De qual embasamento lógico-cognitivo este bibliotecário se valeu ao elaborar a estrutura PMEST?*

Objetivo geral: investigar a relação entre as teorias de categorização (clássica e cognitiva contemporânea) com os princípios categoriais de Ranganathan, observando a categorização enquanto um processo cognitivo, bem como compreender de que forma se dá o gesto categorial nas diferentes instâncias de categorização na BCI (classificador e classificacionista) pautado nos escritos de Ranganathan.

Procedimentos metodológicos utilizados	Mediação	Objetivos
Levantamento bibliográfico	Livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, anais de eventos, Portal CAPES, sites, dicionários e enciclopédias, bases de dados da área da BCI (Peri).	Analisar os elementos cognitivos da teoria clássica de categorias e aqueles presentes na abordagem cognitiva contemporânea de categorização. Identificar os princípios de categorização existentes na estrutura PMEST de Ranganathan.
Pesquisa por tesouros que atendessem aos requisitos propostos	Buscas na internet, contato com os administradores, sugestões da banca de qualificação.	Identificar um tesouro que seguisse orientações conforme a análise facetada de Ranganathan.
Envio do questionário informativo a profissionais recém formados da Escola de Ciência da Informação da UFMG que tenham cursado a disciplina de Tratamento V.	Contato com o colegiado de graduação e determinação da turma que colou grau no segundo semestre de 2007	Selecionar sujeitos para constituição do grupo intencional.
Tarefa de protocolo verbal e entrevista semiestruturada	Aplicada aos Grupos 1 – Classificacionistas e ao Grupo 2 – Classificadores.	Compreender como se dá o gesto categorial baseado nos princípios de Ranganathan nas diferentes instâncias de categorização na BCI (classificador e classificacionista).
Percurso investigativo	Mediante o levantamento bibliográfico realizado e pela leitura do gesto categorial dos classificadores e dos classificacionistas.	Colaborar para possíveis interlocuções entre as diferentes abordagens de categorização e os princípios categoriais da BCI.

APÊNDICE B – Questionário informativo¹⁰⁸

Nome: _____

E-mail: _____ Telefone: (____) _____ / (____) _____

1) Formação escolar – informe o nome do(s) curso(s), o nível (graduação, especialização, mestrado, doutorado...) e a data de conclusão (mês e ano):

Curso	Nível	Data de conclusão

2) Experiência profissional – cite os 3 principais cargos relacionados às práticas de indexação que tenha exercido e o período:

Cargo	Instituição	Período (meses ou anos)

3) Já utilizou tesouros como instrumentos de representação da informação?

sim não

Em caso afirmativo, informe o tempo (meses ou anos) de atividade:

_____.

4) Você conhece as categorias de Ranganathan:

sim não

5) Você gostaria de participar como informante em uma pesquisa sobre a identificação de categorias do Tesouro do Folclore e Cultura Popular Brasileira (TFCPB)? A sua tarefa seria basicamente fazer uma leitura dessas categorias em analogia com as categorias de Ranganathan.

sim* não

Muito obrigada pela atenção e colaboração.

* A data para a aplicação da coleta de dados será marcada conforme a disponibilidade do informante. Acredita-se que a seção deva durar em torno de 2h. Em caso positivo, gentileza fornecer as datas mais convenientes para a coleta de dados.

Será garantido o total anonimato do sujeito.

¹⁰⁸ Baseado no questionário aplicado por Nardi (1993, Apêndice B2, paginação irregular).

APÊNDICE C – Instruções gerais aos participantes dos Grupos 1 e 2¹⁰⁹

A seguir, você receberá algumas informações sobre o instrumento de coleta de dados que será utilizado nesta pesquisa e a tarefa a ser realizada.

Durante todo o processo de realização da tarefa proposta é imprescindível que você verbalize o que pensa, ou seja, que ‘pense alto’. Lembre-se que deverá fazê-lo como se estivesse só, em um recinto.

Já observou que, nestes momentos, você tende a falar em voz alta os raciocínios, os mecanismos que utiliza para compreender e solucionar o que lhe é pedido? Você ‘pensa em voz alta’ verbalizando espontânea e quase inconscientemente seus pensamentos, questionamentos, suas buscas para eventuais problemas de compreensão, sua maneira singular de realizar a tarefa que lhe é solicitada. Um exemplo de exteriorização de uma tarefa é o ‘pensar alto’ espontâneo na realização de uma operação matemática. Nele você diz o que pensa simultaneamente à realização de determinada ação, ou seja, ‘PENSA-SE EM VOZ ALTA’.

Você agora vai realizar a tarefa de associar as categorias principais expostas no Tesouro do Folclore e Cultura Popular Brasileira (TFCPB) com as categorias propostas pelo bibliotecário indiano Ranganathan. Para tanto, sugere-se que você navegue na página do TFCPB da internet e conheça a estrutura sistemática das categorias (bem como, a alfabética), os descritores que as compõe, as notas de escopo e quaisquer outras informações que julgar necessárias.

Além disso, a folha posterior possui o nome e uma breve descrição de cada uma das categorias de Ranganathan. Não se preocupe em anotar qualquer associação realizada, a pesquisadora já o estará fazendo e o áudio do procedimento será gravado, basta explicitar seus pensamentos durante o processo. Se necessário você poderá consultar a folha em que estão dispostas as categorias de Ranganathan.

LEMBRE-SE: durante toda a tarefa, você deverá verbalizar seus raciocínios e pensamentos, ou seja, ‘pensar alto’. A participação da pesquisadora limita-se a recordá-lo(a) disto se vier a esquecer-se de verbalizar seus pensamentos. Aja como se estivesse só e sinta-se a vontade para PENSAR ALTO!!!

Prepare-se para começar a tarefa. Quando estiver pronto(a), basta avisar.

¹⁰⁹ Adaptação das instruções divulgadas nos trabalhos de Nardi (1993, Apêndice D2, paginação irregular).

CATEGORIAS DE RANGANATHAN

PERSONALIDADE: vista por Ranganathan como a de mais difícil identificação. Normalmente o reconhecimento da categoria personalidade só se dá por eliminação. Após se separar as manifestações de tempo, espaço, energia e matéria de um assunto, o que não couber em nenhuma dessas categorias, pode vir a ser considerado como personalidade. A delimitação que se vê de personalidade na literatura da BCI é a de que corresponde as entidades, seus tipos, suas espécies, partes e/ou órgãos. Aquilo que se apresenta como básico e fundamental a compreensão de um determinado assunto. Exemplos: bibliotecas, números, equações, substâncias químicas, organismos e órgãos.

MATÉRIA: corresponde aos materiais e as propriedades que constituem as coisas. Engloba tanto os elementos abstratos quanto os concretos: a madeira que constitui uma mesa, assim como sua forma e cor. Exemplos: o plástico como material de uma mesa; a propriedade desta mesa ter dois pés.

ENERGIA: é a categoria que remete a ação presente nas coisas. Pode também indicar reações, processos, atividades, tratamentos, operações, problemas, bem como, o que Ranganathan identifica como estrutura (morfologia), função, mau funcionamento, ações do ambiente e outras ideias similares. Exemplos: método, processo, operação, técnica.

ESPAÇO: corresponde ao conhecimento geral que se tem sobre este conceito, remete ao aspecto espacial geográfico dos assuntos analisados. Ranganathan o exemplifica com conceitos amplos como a ‘superfície da terra’, bem como, com outros mais específicos: continentes, países, cidades.

TEMPO: vista por Ranganathan como aquela de menor dificuldade em sua identificação. Corresponde a noção usual de tempo no cotidiano vinculada a aspectos cronológicos. Os seguintes exemplos ilustram esta categoria: dia, noite, milênio, século e várias outras manifestações.
